

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Área de concentração: economia política

MILENA BENDAZZOLI

**QUATRO TEORIAS DE FRANCISCO DE OLIVEIRA E UMA DE KARL
POLANYI PARA ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE MERCADO E FASCISMO**

Brasília

2024

MILENA BENDAZZOLI

**QUATRO TEORIAS DE FRANCISCO DE OLIVEIRA E UMA DE KARL
POLANYI PARA ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE MERCADO E FASCISMO**

Tese de Doutorado apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Doutora em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Jales Dantas da Costa

Brasília 2024

MILENA BENDAZZOLI

**QUATRO TEORIAS DE FRANCISCO DE OLIVEIRA E UMA DE KARL
POLANYI PARA ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE MERCADO E FASCISMO**

Tese de Doutorado apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Doutora em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Jales Dantas da Costa

Brasília, 27 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jales Dantas da Costa
(Professor Orientador – UnB Examinador Interno)

Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo
(FACE/UnB - Examinador Interno)

Prof^a. Dr^a. Cibeles Saliba Rizek
(IAU/USP - Examinador Externo)

Prof. Dr. Gabriel Cohn
(FFLCH/USP e EFLCH/UNIFESP - Examinador Externo)

Agradecimentos

Os agradecimentos não são dispensáveis, porque eles mostram o que o restante do trabalho esconde: que a obra acadêmica não é feita apenas por uma pessoa isolada, mas fruto da contribuição de muitos e de diferentes maneiras.

Sou imensamente grata ao meu principal apoiador, o marido, André Rego Viana. Não há como citar aqui as tantas formas como me apoiou, desde as tarefas mais corriqueiras do cotidiano até na interlocução sobre as questões teóricas mais difíceis.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), instituição da qual tenho a satisfação de ser servidora. Agradeço a Cecília Leite e Tiago Braga, que apoiaram a minha decisão de fazer o doutorado e tornaram viável que eu pudesse me dedicar o meu recurso mais precioso, o meu tempo, a esse projeto pelo tempo que precisei. Em especial, agradeço ao colega William Braile da Costa e Silva, que não poupou gentileza e esforços para me ajudar a superar as dificuldades com a burocracia no processo de afastamento. E sobre as ajudas para superar as questões burocráticas, aproveito para estender meus agradecimentos aos colegas colaboradores do MCTI envolvidos no meu processo de afastamento que nem sequer conheço pessoalmente, como Carolina Sgaraboto.

Sou grata aos professores do departamento de economia, em especial meu orientador, Jales Dantas da Costa, pelo incentivo e por ter me dado toda a liberdade que um doutorando pode desejar para desenvolver seu projeto. Agradeço a professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, que me deu a segurança de seguir com as minhas ideias ao ler o meu trabalho em andamento. Minha gratidão também à professora e amiga Daniela Freddo, que me apoiou desde a elaboração do projeto e me socorreu tantas vezes nas mais variadas dúvidas e problemas ao longo dessa jornada. Tenho uma grande dívida de gratidão com a querida professora Cibele Rizek desde o meu mestrado e que se tornou ainda maior com a sua preciosa contribuição na qualificação. Agradeço desde já a generosidade de todos esses professores por dedicarem seu tempo e atenção a examinar este trabalho em uma época em que deveriam estar usufruindo apenas de seu justo descanso e lazer, em especial ao querido professor Gabriel Cohn, que completa a minha banca de pessoas admiráveis.

Agradeço a inestimável ajuda de Lucia Inês Ramos, minha querida amiga e colaboradora, que esteve todos estes anos ao meu lado, assumindo tantos cuidados com a minha casa, minha família e comigo.

Sou grata aos meus amigos e colegas de doutorado Vinicius Figueiredo da Silva, João Gabriel de Araújo, Lorena Brandão, Ludmila Azevedo, Thamirys Evangelista e Deise Bourscheidt. Tive a alegria de encontrar nesse caminho esses jovens economistas, pessoas solidárias, que acolheram esta socióloga em seu meio e ajudaram-na a aprender sua ciência.

Minha gratidão à minha mãe, Sirlene Bendazzoli, que não se limitou a incentivar este projeto, mas chegou até a sair em busca de livro para mim na biblioteca da FEA/USP.

Sou grata ao querido amigo Márcio Funcia, que generosamente se dispôs a revisar todo este trabalho para o depósito final após a defesa (não é responsabilidade dele os erros no texto atual).

Aos servidores da UnB agradeço também, em especial aos da Biblioteca Central (BCE), que prestaram grande auxílio nas minhas buscas.

Obrigada pela revisão do abstract, Breno Kuhmel.

Agradeço ainda à gentileza de Sérgio de Carvalho, que me auxiliou na busca por uma entrevista de Chico de Oliveira concedida a ele.

Muito obrigada, Cláudio Amitrano, pelo longo empréstimo de um livro precioso por tanto tempo.

Muito obrigada, Ronaldo Coutinho Garcia, pelos generosos elogios à minha pessoa na carta de recomendação para ingresso na Pós-graduação em Economia da UnB.

Não é fácil escrever um agradecimento póstumo ao mestre Francisco de Oliveira, mas não poderia deixar de registrar aqui o quanto foi importante para mim para muito além da obra que deixou. Chico escreveu uma carta de recomendação para a seleção da Pós-graduação em Economia da UnB. Ele foi meu orientador de mestrado, sempre disponível, generoso e genial, e foi também um amigo querido. Dedico ao Chico este trabalho.

Aos meus filhos Ruy, Vicente e Caetano sou grata pela serenidade e paciência com que lidaram com sua cota de pequenos sacrifícios para concretização deste projeto. Aos três também dedico este trabalho, na esperança de que possa representar uma contribuição, mínima que seja, no sentido de construir um mundo melhor para eles e toda sua geração.

Resumo

O avanço do fascismo no momento atual tem sido objeto de pesquisas em diversos campos do conhecimento. Na sociologia política e da economia política é necessário e urgente retomar as obras de Karl Polanyi e Francisco de Oliveira para investigar a relação entre a autonomização do mercado e o fascismo atual. Este trabalho tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de novos instrumentos teóricos para a compreensão dessa difícil relação, em sua especificidade no Brasil do final do século XX e início do século XXI. Para tanto, elaboramos nossa pesquisa a partir da investigação dos trabalhos de Polanyi sobre o fascismo e da obra que Oliveira produziu no período de 1984 a 2007. Polanyi, pesquisando a sociedade de mercado do século XIX, identificou nessa forma de organização que dava ampla autonomia ao mercado autorregulado, as razões da desestruturação da sociedade no início do século XX. Na sua interpretação, tal desestruturação foi o motivo da ascensão do fascismo na Europa. Oliveira, observando as transformações do Brasil dos anos 1980-2000, reconheceu um novo movimento no sentido da autonomização do mercado e dedicou-se a compreender seus efeitos em uma sociedade periférica. Os seus achados o levaram a uma conclusão congruente com a de Polanyi e foi além: no Brasil o neoliberalismo se tornou uma forma de totalitarismo.

Palavras chaves: democracia; fascismo; Francisco de Oliveira; Karl Polanyi; mercado autorregulado.

Abstract

The rise of fascism at the current time has been the subject of research in several areas of knowledge. In political sociology and political economy, it is necessary and urgent to revisit the works of Karl Polanyi and Francisco de Oliveira to investigate the nexus between market autonomy and contemporary fascism. This work aims to contribute to the development of new theoretical instruments for understanding this difficult nexus, in its specificity in Brazil at the end of the 20th century and beginning of the 21st century. To this end, we developed our research based on the investigation of Polanyi's works on fascism and the work produced by Oliveira in the period from 1984 to 2007. Polanyi, researching the 19th century market society, identified that in this form of organization that gave broad autonomy to the self-regulated market also is the reason for the disintegration of society at the beginning of the 20th century. In his interpretation, such disruption was the reason for the rise of fascism in Europe. Oliveira, observing the transformations in Brazil from the 1980s to 2000s, recognized a new movement towards market autonomy and dedicated himself to understanding its effects on a peripheral society. His findings led him to a conclusion that was congruent with Polanyi's and went further: in Brazil, neoliberalism has become a form of totalitarianism.

Keywords: democracy; fascism; Francisco de Oliveira; Karl Polanyi; self-regulated market.

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: KARL POLANYI E O MERCADO AUTORREGULADO.....	23
<i>Uma geração chamada a desvendar os horrores das grandes guerras do século XX..</i>	23
<i>O mercado autorregulado como uma mudança no sentido do desenvolvimento.....</i>	24
- Sociedade de mercado.....	25
- Polanyi contra Smith e a “propensão natural à troca”.....	27
- O desenvolvimento não espontâneo do sistema de mercado.....	29
- A hegemonia da ideia de mercado autorregulado.....	32
<i>A autoproteção da sociedade.....</i>	35
- A crise no padrão ouro e o fim da sociedade de mercado.....	35
- A reação da sociedade.....	36
- As previsões para um novo ciclo que se inicia.....	40
 CAPÍTULO 2: FRANCISCO DE OLIVEIRA: O PERCURSO DE UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA CRÍTICA E COMPROMETIDA.....	 43
- A Sudene: criação e desafios.....	44
- O golpe militar de 1964 e seus impactos para a Sudene.....	48
- Os novos caminhos de Oliveira depois do golpe: Chile, Guatemala, México e a volta para o Brasil.....	49
- O Cebrap: criação de um ambiente intelectual privilegiado.....	50
- As linhas de pesquisa de Oliveira no Cebrap.....	54
- Francisco de Oliveira na França: a produção de uma teoria sobre o fundo público e a esfera pública.....	56
- De volta ao Cebrap: a questão da democracia e nova prisão de Oliveira.....	57
- Publicações Cebrap.....	59
- Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Amanhã.....	59
- O Cebrap na redemocratização.....	62
- A participação de Oliveira no PT: da fundação ao rompimento.....	68
- Francisco Oliveira na Universidade: PUC e USP.....	69
- Os títulos acadêmicos.....	71
- Linhas de pesquisa de Oliveira no Cenedic / USP.....	72

- Linha do tempo, principais datas.....	75
---	----

CAPÍTULO 3: FRANCISCO DE OLIVEIRA ENTRE 1984 E 1995: A TEORIA DO ANTIVALOR E OS ESFORÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIABILIDADE DEMOCRÁTICA NO BRASIL.....76

<i>Introdução</i>	76
-------------------------	----

<i>Seção 1: A teoria do Antivalor</i>	77
---	----

- As origens do antivalor.....	78
--------------------------------	----

- Antivalor, anticapital e antimercadoria.....	80
--	----

- A esfera pública.....	82
-------------------------	----

- O fundo público.....	82
------------------------	----

- O ataque da direita ao Estado regulador.....	84
--	----

<i>Seção 2: A transição democrática no Brasil e os futuros possíveis</i>	84
--	----

- O contexto 1984-1985.....	84
-----------------------------	----

- O Brasil entre o novo e o velho na política: o futuro em disputa.....	86
---	----

- Civilização.....	88
--------------------	----

- As decisões cruciais.....	89
-----------------------------	----

- A crise econômica no centro do problema, desde as decisões de Delfim Neto.....	90
--	----

- Pacto social de Tancredo Neves.....	97
---------------------------------------	----

- Reaganistas <i>versus</i> consolidação da democracia.....	98
---	----

- As classes médias e a representação política.....	100
---	-----

<i>Seção 3: O Governo Collor</i>	105
--	-----

- A eleição presidencial de 1989.....	106
---------------------------------------	-----

- O econômico e o político no Plano Collor.....	108
---	-----

- A temporalidade messiânica.....	110
-----------------------------------	-----

- Transformações estruturais em andamento.....	111
--	-----

- Um marco para o neoliberalismo... ..	114
--	-----

- ... ou uma última chance para a social democracia?.....	114
---	-----

<i>Seção 4: O acordo das montadoras</i>	115
---	-----

- As Câmaras Setoriais.....	115
-----------------------------	-----

- A organização de um projeto de pesquisa no Cebrap.....	116
--	-----

- As controvérsias na interpretação dos resultados do acordo	118
--	-----

- Conclusões da pesquisa sobre os acordos: a derrota de uma proposta social democrata kautskiana.....	120
---	-----

- Os anos 1984-1995 na obra de Oliveira.....	122
--	-----

CAPÍTULO 4: A ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO: DA HEGEMONIA AO TOTALITARISMO NEOLIBERAL (1995-2002).....	124
---	-----

<i>Introdução</i>	124
-------------------------	-----

<i>Seção 1: Consolidação da hegemonia neoliberal</i>	126
--	-----

1.1 O discurso do “não há alternativas”.....	126
--	-----

1.2 O neoliberalismo como uma escolha das burguesias.....	129
---	-----

- A primeira opção pelo neoliberalismo: a criação das condições para o avanço neoliberal.....	129
--	-----

- A segunda opção pelo neoliberalismo: Collor.....	130
--	-----

- A terceira opção pelo neoliberalismo: FHC.....	131
--	-----

1.3 A consolidação do programa neoliberal sob FHC.....	132
--	-----

1.4 O aspecto econômico da hegemonia do governo FHC.....	134
--	-----

1.5 O MARE de Bresser Pereira.....	137
------------------------------------	-----

1.6 A relação do governo com aliados e forças de oposição.....	138
--	-----

1.8 O aspecto social da hegemonia neoliberal de FHC.....	140
--	-----

<i>Seção 2: Da hegemonia para o totalitarismo</i>	141
---	-----

2.1 Desmonte da via de mão dupla do Estado de Bem Estar.....	143
--	-----

2.2 Bloqueio da participação dos dominados na sociedade brasileira.....	144
---	-----

2.3 A supressão do horizonte dos direitos.....	145
--	-----

2.4 O fim da promessa da igualdade.....	146
---	-----

2.5 Novas teorias.....	149
------------------------	-----

2.7 O encerramento da era FHC.....	150
------------------------------------	-----

CAPÍTULO 5: O BRASIL ORNITORRINCO DO INÍCIO DOS ANOS 2000 E AS TEORIAS DE UMA NOVA ORDEM.....	151
--	-----

<i>Introdução</i>	151
-------------------------	-----

<i>Seção 1: As possibilidades abertas pela vitória do Partido dos Trabalhadores</i>	152
---	-----

<i>Seção 2: A teoria da indeterminação: O elo perdido entre a classe e a política</i>	156
---	-----

- O tema das classes trabalhadoras na obra de Oliveira.....	157
---	-----

- A alteração da experiência de classe.....	158
---	-----

- A informalização.....	159
-------------------------	-----

- A perda das formas do trabalho.....	162
---------------------------------------	-----

- A indeterminação: política do trabalho sem forma.....	164
- O que esperar da indeterminação.....	167
- Desdobramentos da indeterminação.....	169
<i>Seção 3: A teoria do estado de exceção: os impactos de uma a condição de exceção permanente.....</i>	169
- A democracia ilusória do Estado brasileiro.....	170
- A democracia como exceção.....	171
- A institucionalidade e a exceção.....	173
- Planejamento e exceção.....	174
- Os pilares do estado de exceção.....	176
<i>Seção 4: O Brasil Ornitorrinco: o desenvolvimento truncado.....</i>	179
- A especificidade e a singularidade do desenvolvimento brasileiro.....	181
- O momento da esperança de superação do subdesenvolvimento.....	182
- O truncamento da evolução.....	184
- A metáfora.....	184
- As políticas públicas no governo petista.....	185
- A nova classe de gestores de fundos.....	186
- Perspectivas para a “evolução” do ornitorrinco.....	188
<i>Conclusão do capítulo.....</i>	189

CAPÍTULO 6: A TEORIA DA ABSOLUTIZAÇÃO DO MERCADO: A PERDA DO CONTROLE REPUBLICANO DA ECONOMIA PELA SOCIEDADE E A ANULAÇÃO DA POLÍTICA..... 191

Introdução..... 191

Seção 1: Separação do poder econômico do político pelo liberalismo e suas falhas 193

- A criação do poder econômico..... 193
- Limitações ao poder econômico sob o Estado de Bem-Estar..... 194
- Da social democracia ao neoliberalismo: as assimetrias entre capital e trabalho..... 195

Seção 2: O movimento de absolutização do mercado, lado A: liberdade para o mercado..... 197

- (1) A especificidade da inserção da economia brasileira no contexto da financeirização global: A construção do espaço nacional como locus de decisão sobre a economia e sua desconstrução..... 197

(2) O ataque ideológico: destruição semântica da democracia e dos direitos e o enaltecimento da liberdade para o mercado.....	200
(3) A destituição dos meios de regulação republicana do mercado.....	203
(4) A subordinação das políticas sociais como corolário da redução dos meios de regulação republicana do mercado.....	207
<i>Seção 3: O movimento de absolutização do mercado, lado B: o encolhimento da política.....</i>	208
(5) O esvaziamento da esfera pública e afastamento da presença civilizatória dos dominados.....	208
(6) A destruição da representação de classe dos dominados.....	210
(7) O estado de exceção permanente impede a formação de um espaço para processar os conflitos.....	211
<i>Seção 4: A inviabilidade da democracia na sociedade sob o controle político do mercado: as conclusões de Oliveira.....</i>	213

CAPÍTULO 7: O FASCISMO COMO RESULTADO DA SUBALTERNIDADE DA SOCIEDADE COM RELAÇÃO AO MERCADO UM CICLO DEPOIS DE

POLANYI.....	216
<i>Introdução.....</i>	216
<i>Seção 1: As mudanças do sentido do desenvolvimento histórico do mercado vistas por Polanyi e Oliveira.....</i>	218
- A primeira mudança de sentido para a autorregulação do mercado.....	218
- A mudança para o sentido da regulação.....	219
- O retorno ao axioma do mercado autorregulado: terceira mudança de sentido.....	222
<i>Seção 2: Sobre o fascismo.....</i>	224
<i>Seção 3: Aspecto metodológico.....</i>	238
Oliveira e os frankfurtianos: a análise de Gabriel Cohn.....	244
<i>Seção 4: O paradigma da modernidade.....</i>	247
- Polanyi e a liberdade.....	248
- Oliveira e a igualdade.....	249
<i>Seção 5: A desestruturação da sociedade.....</i>	253
- Nomear como totalitarismo neoliberal.....	253
- Além de Polanyi: a devastação da política.....	255
<i>Seção 6: Retomar Oliveira e Polanyi.....</i>	257

- Como amadureceram as teorias de Polanyi e Oliveira no mundo atual?.....	258
- Trabalho.....	260
- O lulismo, os governos de extrema direita e o aprofundamento das reformas.....	261
- O ornitorrinco, 20 anos depois.....	264
REFERÊNCIAS.....	267

Siglas e abreviações

AI-5 - Ato Institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968.

Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE – antiga denominação do BNDES

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBN – Central Brasileira de Notícias

Cenedic - Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Cieplan (Chile) – Corporacion de Estudios para Latinoamerica

Clacso - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRS - Centre national de la recherche scientifique

Codeno - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (órgão anterior à SUDENE)

Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

FAU-USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Fed – Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos da América)

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FFLCH/ USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Flacso - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Sem Terra

Nedic - Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania

OMC – Organização Mundial de Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PcdoB - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB _ Partido da Social-Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontífice Universidade Católica

Sindipeças - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Em 1776 Adam Smith publicou a obra que se tornaria um marco para a ciência econômica e para o pensamento liberal, *A Riqueza das Nações*. O livro é, essencialmente, uma teoria sobre o crescimento econômico que supõe um sistema econômico governado por leis objetivas e inteligíveis. Logo, seria possível desvendar as relações econômicas como uma rede de relações causais à semelhança das ciências naturais.

O sistema econômico descrito por Smith é bastante conhecido, ele justifica a defesa do interesse próprio ao assumir que a busca do interesse individual na esfera econômica resulta em benefícios sociais. Essa ordem requer, portanto, o exercício da liberdade individual nas relações econômicas. Com base em tais premissas, a doutrina de Smith se dirigia contra as legislações mercantilistas que intervinham no funcionamento do que assumia como leis naturais das relações econômicas.

A Riqueza das Nações cumpriu importante papel como fundamentação teórica de um movimento que acabaria por definir uma nova ordem. Foram séculos de esforços da ciência econômica, fundada no pensamento de Adam Smith, de estabelecer a ideia de que uma economia próspera é resultado da liberdade do mercado. Por fim se estabeleceu a hegemonia de uma forma de pensamento que valoriza a situação em que as decisões sobre a economia são tomadas pelos “agentes econômicos” de modo predominantemente livre das pressões da sociedade.

O movimento de autonomização do capital com relação ao poder político foi, portanto, amparado por uma ideologia burguesa que era democratizante na medida em que promovia uma ordem que restringia as arbitrariedades de um poder político feudal. A ideologia liberal prometeu liberdade e igualdade e conquistou hegemonia. Criava limites, definidos por direitos dos cidadãos (civis, políticos e econômicos, sendo que esse último no sentido estrito do direito à propriedade). O poder econômico livre criado nesse processo avançou sobre o político, definindo uma ordem sob seu comando, a sociedade de mercado, decifrada por Karl Polanyi.

O pensamento econômico liberal inaugurado por Smith se tornou enfim estruturador da sociedade de mercado no século XIX. No entanto, as catástrofes das primeiras décadas do século XX fizeram recuar a hegemonia do pensamento liberal, e deram lugar a novas práticas de regulação do mercado pelo Estado. Polanyi, pesquisando a sociedade de

mercado, identificou nessa forma de organização que dava ampla autonomia ao mercado autorregulado, as razões da desestruturação da sociedade no início do século XX. Essa desestruturação foi o motivo da ascensão do fascismo na Europa, na sua interpretação. Francisco de Oliveira, observando as transformações do Brasil dos anos 1990-2000, reconheceu um novo movimento no sentido da autonomização do mercado e dedicou-se a compreender seus efeitos em uma sociedade periférica. Os seus achados o levaram a uma conclusão congruente com a de Polanyi e foi além: no Brasil o neoliberalismo se tornava uma forma de totalitarismo:

A sombria desconfiança da teoria crítica de que o nazi-fascismo foi uma perversão gestada no espectro das virtualidades do liberalismo aparece, no Brasil e na América Latina, cinquenta anos depois da derrota do totalitarismo, como uma aterradora plausibilidade da hipótese. (Oliveira, 1998, 221). (Vanguarda do atraso)

Oliveira e Polanyi foram pesquisadores que superaram as fronteiras das disciplinas acadêmicas para compreender um acontecimento complexo. Os achados de Polanyi nos ajudaram a perceber a relação de uma forma de organização do mercado com o fascismo do século XX. Os achados de Oliveira impressionam pela sua capacidade de decifrar o Brasil contemporâneo, chegando a antecipar algumas situações que se concretizaram anos depois. Vimos o fascismo avançar na sociedade brasileira nos anos 2010, e mesmo com a derrota eleitoral que sofreu em 2022, segue como uma força política capaz de disputar o poder e gerar instabilidade.

O avanço do fascismo no momento atual tem sido objeto de pesquisas em diversos campos do conhecimento. Nos campos da sociologia política e da economia política nos pareceu necessário e urgente retomar as obras de Polanyi e Oliveira para investigar a relação entre a autonomização do mercado e o fascismo atual. Este trabalho tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de novos instrumentos teóricos para a compreensão dessa difícil relação, em sua especificidade no Brasil do final do século XX e início do século XXI. Para tanto, nos dedicaremos aos trabalhos de Polanyi e à obra que Oliveira produziu no período de 1984 a 2007.

A forma como Francisco de Oliveira escrevia seus textos determinou em grande parte a escolha pela forma como organizamos este trabalho. Em seus artigos e livros, Oliveira

trabalhava dialeticamente a teoria e a análise do seu tempo. Algumas vezes o fez explorando um tema mais específico, mas várias vezes encontramos abordagens abrangentes, nas quais ele desenvolve a relação entre o nacional e o global, discorre sobre diferentes temas, como violência, moradia, banco central, regras fiscais, entre muitos outros, relacionando as esferas política, social e econômica. Diante dessa complexidade de teorias, temas, questões políticas prementes, optamos por acompanhar a evolução do pensamento de Oliveira seguindo, aproximadamente, uma linha temporal.

Trabalhar com a obra de Oliveira, em que o autor constrói a teoria a partir da crítica da transformação em andamento, exigiu uma abordagem em profundidade, que envolveu a leitura e ordenação de parte considerável de sua obra e não apenas de alguns textos principais. Grande parte do esforço desse trabalho foi um tateamento nesse universo de textos diversos, que vão de artigos de jornal a relatórios de pesquisa, passando por livros muito citados e outros pouco conhecidos, entrevistas em diversos formatos, ensaios e artigos em livros e revistas, entrevistas e até áudio de debate no exterior.

O que não vamos fazer

Este trabalho não tem o objetivo de explorar a totalidade da obra dos mestres. De Polanyi selecionamos apenas duas obras que abordam o fascismo: *A Grande Transformação*: as origens da nossa época e “*The Essence of Fascism*”. Aqueles que conhecem a obra de Oliveira notarão que algumas de suas obras mais conhecidas, que tem como foco o tema do desenvolvimento regional e integração do Nordeste na economia brasileira - a *Crítica a razão dualista*, *Elegia para uma re(li)gião*, *Economia da Dependência Imperfeita* –, não foram objeto de análise. Alguns aspectos dessas obras serão trabalhados pontualmente ao longo da exposição, mas o leitor não deve esperar uma investigação mais detida sobre esses trabalhos. Nosso foco se concentrará em obras posteriores, a partir de meados da década de 1980. Assim, também não está no centro de nossa atenção a experiência de Oliveira na Sudene e sua relação com Furtado. Esses temas surgirão em alguns momentos, por serem relevantes ao esclarecimento sobre a sua obra posterior, mas não serão objeto de uma análise específica. O interesse de Oliveira pela questão urbana é um assunto antigo em sua produção, iniciando-se na década de 1970, mas que permaneceu sendo atualizado pelo autor pelo menos até os anos 2000, e surgirá em algumas passagens na nossa exposição, mas também não será tópico específico de análise neste trabalho. Por fim, uma última teoria de Oliveira, resultante da sua interpretação sobre os governos

petistas, a teoria da hegemonia às avessas, não foi objeto de uma análise específica neste trabalho.

O que vamos fazer/ objetivos específicos de cada capítulo

O nosso percurso foi organizado em sete capítulos, da seguinte forma:

No primeiro capítulo introduzimos a teoria de Polanyi sobre o mercado autorregulado. A crítica da retórica liberal deve muito à obra de Karl Polanyi, em particular por seu livro mais conhecido, *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Dedicaremos a primeira seção a essa obra. Foi Polanyi quem demonstrou, a partir de um intenso trabalho de pesquisa em história e antropologia econômica que os argumentos liberais que justificavam a adoção de um sistema de mercado autorregulado se baseavam em premissas falsas. Com seus achados, Polanyi foi além e pôde demonstrar como se deu a desestruturação da sociedade por esse mesmo sistema de mercado.

No segundo capítulo apresentamos uma biografia de Oliveira, mostrando como se cruzam a sua trajetória pessoal com momentos históricos e o próprio movimento do pensamento brasileiro. Esperamos que essa primeira aproximação da vida e obra de Oliveira auxilie o leitor a acompanhar o desenvolvimento deste trabalho, dando mais densidade à compreensão do percurso da sua construção teórica.

Iniciamos o capítulo 3 com a exposição de uma formulação teórica original de Oliveira, a polêmica teoria sobre o antivalor. Escolhemos iniciar pela teoria do antivalor porque é a partir dela que nos instrumentalizamos com importantes categorias construídas pelo autor para num segundo momento passarmos à análise da realidade brasileira. Foi nos anos 1980, a partir de uma vivência na França, que Oliveira estruturou categorias importantes para avançar nas suas pesquisas sobre a relação entre Estado e mercado, entre público e privado e a atuação política das classes sociais, capaz de estabelecer um equilíbrio com o poder econômico. Portanto, um primeiro objetivo desse capítulo é a apropriação dessas categorias como um ponto de partida para entender as bases a partir das quais Oliveira passou a observar a relação entre capitalismo e democracia.

Nas demais seções desse capítulo analisamos as obras de Oliveira de 1984 a 1993, um período marcado por uma indefinição na disputa de hegemonia entre um pensamento “desenvolvimentista” e um resgate de uma visão favorável à autonomização do mercado. Essa tensão entre dois projetos políticos está muito clara nos textos publicados entre 1984

e 1989, que analisamos na seção 2. O país passava pela “transição democrática” e as classes trabalhadoras organizadas em sindicatos e partidos políticos eram capazes de colocar no debate público as suas demandas e disputar um projeto de futuro. Na seção 3 veremos que, com a eleição de Fernando Collor, em 1989, que representa uma vitória do discurso antipúblico, o horizonte de disputa política dos dominados se estreita. Por fim, a quarta seção é dedicada a um projeto de pesquisa de Oliveira sobre o acordo das montadoras, uma “proposta socialdemocrata kautskiana” na contramão das mudanças estruturais já em andamento. Expor a análise de Oliveira sobre esse período é o segundo objetivo desse capítulo. Oliveira demonstra que o caminho da democratização se fechava não como algo inelutável, mas por escolhas reiteradas.

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, a análise de Oliveira descreve uma definição por uma clara hegemonia do pensamento neoliberal. O período entre 1994 e 1999, que corresponde a uma produção intensa de Oliveira, é analisado no capítulo 4 “A arquitetura da destruição: da hegemonia neoliberal ao totalitarismo neoliberal (1995-2002)”. São textos de interpretação densa da transformação em andamento, já presentes algumas formulações teóricas que ele desenvolveria com mais profundidade no início dos anos 2000.

Na primeira seção apresentaremos a análise de Oliveira sobre a consolidação da hegemonia neoliberal, com formação de grande consenso das classes dominantes em torno de uma agenda de reformas com caráter antipúblico que dispensa uma regulação pactuada em favor de “liberdade para o mercado”. Na segunda seção, mostramos como Oliveira reavalia a sua interpretação sobre a hegemonia neoliberal e decide aprofundar a análise da nova forma política que o neoliberalismo promoveu. A exclusão dos trabalhadores do espaço da política afasta a categoria de hegemonia, que seria uma ordem política baseada, segundo Oliveira, mais no consenso que na força. A classe dominante passa a recorrer à dominação pela força para impor o seu projeto, e Oliveira define essa condição como um totalitarismo neoliberal. Os objetivos desse capítulo são, portanto, 1. Mostrar a consolidação do programa neoliberal no Brasil sob as condições de hegemonia do governo FHC e 2. Entender porque Oliveira avalia que o conceito de hegemonia se tornou rapidamente insuficiente para compreender a condição da imposição do programa neoliberal e propôs uma nova interpretação a partir da categoria de totalitarismo neoliberal.

No final dos anos 1990, os trabalhos de Oliveira passam a se ocupar menos em dar conta de interpretar o sentido das mudanças, já bastante consolidado, e se aprofundam em artigos sobre a condição específica do neoliberalismo na sociedade brasileira, com foco na relação entre o mercado autorregulado e a democracia. Pondo em prática a proposta de Antônio Cândido de pensar com radicalidade e especificidade¹, Oliveira desenvolve, entre 1999 e 2007, a sua pesquisa sobre o totalitarismo neoliberal, resultando em uma obra densa que optamos por organizar em três teorias, duas das quais são expostas no capítulo 5 “o Brasil Ornitorrinco do início dos anos 2000 e as teorias de uma nova ordem”. Nosso objetivo nesse capítulo é sistematizar o pensamento de Oliveira sobre alguns temas centrais para o nosso problema.

Estamos falando agora de um novo contexto, com a vitória do Partido dos Trabalhadores para o Executivo Federal exigindo uma nova interpretação sobre o cenário político. O desvendamento do sentido dessa transição no poder é importante, como veremos na seção 1. Uma nova teoria proposta por Oliveira, chamamos de “teoria da indeterminação”, é o nosso assunto na seção 2; trata-se de uma consolidação de uma teoria das classes sociais e a política sob as condições do neoliberalismo na periferia. Na seção 3 analisaremos outra teoria, a “teoria do estado de exceção”, na qual Oliveira mostra como dentro de condições de imprevisibilidade, que inviabilizam a formação de projetos nacionais autônomos, se anula a política. Na seção 4 veremos como Oliveira amarra essas teorias em uma análise impactante sobre o Brasil do início do governo Lula em *O ornitorrinco*. Nessa obra ele retoma a discussão sobre o desenvolvimento e deixa claro que a possibilidade de superação do subdesenvolvimento que se colocava nos anos 1970 não existe mais, caracterizando o novo momento histórico como uma época de *desenvolvimento truncado*.

O problema da relação entre o econômico, o político e o social, com a elevação do econômico a uma condição de autonomia e de superioridade com relação aos demais é o assunto do capítulo 6 “A teoria da absolutização do mercado: a perda do controle republicano da economia pela sociedade e a anulação da política”. Oliveira se aprofundou nesse problema nos anos 2000, produzindo diversos artigos sobre o tema. O objetivo desse capítulo é sistematizar as suas ideias em uma terceira teoria, que chamaremos “teoria da absolutização do mercado”. Na primeira seção desse capítulo apresentamos

¹ Oliveira, Francisco de “Pensar com radicalidade e especificidade” In: *Revista Lua Nova* n° 54, 2001

algumas reflexões de Oliveira sobre a difícil relação entre capitalismo e democracia. Nas duas seções que se seguem, observamos o movimento de absolutização do mercado nas condições da sociedade brasileira: a partir da expansão do poder do mercado na seção 2 e completando com a anulação da política, na seção 3.

A seguir, no sétimo e último capítulo, procuramos estabelecer algumas relações entre os achados de Polanyi e Oliveira, nos concentrando principalmente na interpretação de ambos sobre o problema da expansão do mercado, que se torna, nos dois diferentes momentos históricos, o principal poder organizador da sociedade. Para bem estabelecer as bases das nossas comparações, iniciamos situando as análises nos momentos a partir do qual os autores observam as transformações históricas. A seguir, também para bem definir as bases de nossa comparação, dedicamos uma seção (2) à reflexão sobre o conceito de fascismo. Na terceira seção, debatemos alguns aspectos importantes das metodologias adotadas pelos autores. Para Polanyi e Oliveira, existem valores que deveriam se sobrepôr à autorregulação do mercado a fim de se preservar a sociedade: a liberdade (em Polanyi) e a democracia (em Oliveira) – esse é o assunto da seção 4. Veremos na seção 5 que para os autores a subalternidade do Estado com relação ao mercado corrompe o pacto social, produz exclusão, barbárie e totalitarismo e para Oliveira o cerne da questão estava na supressão da política. Acrescentamos ainda, ao final, algumas reflexões sobre como evoluíram alguns problemas trabalhados por Oliveira e Polanyi na década de 2020.

Capítulo 1: Karl Polanyi e o mercado autorregulado

Vamos apresentar neste capítulo algumas ideias centrais da obra de Karl Polanyi, *A Grande Transformação*, na qual o autor constrói uma categoria analítica fundamental para a nossa discussão neste trabalho: a de mercado autorregulado. Polanyi interpreta os acontecimentos da sua época a partir de um movimento de desconstrução de interpretações estabelecidas e elaboração de novas categorias. Ele questiona a validade da ideia smithiana de propensão para a troca como inerente à natureza humana e contesta a percepção hegemônica de que o mercado autorregulado do início do século XX teria sido o resultado de uma evolução espontânea de formas arcaicas de mercado local. A partir de novas categorias, produz uma análise rigorosa e profunda sobre a sociedade de mercado que marcou o século XIX e o início do século XX, um modelo em que a economia se impôs sobre a sociedade como uma força destrutiva, criando as condições para o fascismo.

Seção 1: Uma geração chamada a desvendar os horrores das grandes guerras do século XX

A forma como Polanyi desenvolve o conceito de mercado em *A Grande Transformação*, é uma referência importante para a própria construção desse conceito na teoria econômica. Trata-se de uma formulação inovadora, que se afastou da visão predominante da economia na sua época e que também não é a mesma das correntes marxista ou keynesiana. Polanyi apresenta o mercado autorregulado como construção própria de uma época histórica, com consequências bem conhecidas, como a produtividade e a geração de riqueza e outras que só se tornaram mais claras com o declínio do sistema, entre as quais ele destaca a inviabilidade dessa forma específica de mercado, que se coloca em oposição à própria sociedade, ameaçando-a de destruição. A afirmação de Polanyi é fundamentada em ampla pesquisa histórica e antropológica que dão suporte a essa conclusão.

O debate sobre a questão da liberdade foi fundamental para a geração de Karl Polanyi. A legitimação da sociedade de mercado se sustenta em uma concepção de liberdade que marcou gerações e que, apesar de se mostrar falha, era praticamente intocável. A ameaça de decomposição da sociedade, os horrores das duas guerras mundiais e do fascismo, possibilitaram que antigos axiomas fossem postos novamente em debate. A experiência

perturbadora do fascismo e das guerras na Europa foi, para Polanyi, bem como para muitos outros autores dessa época, decisiva para a escolha dos temas analisados na sua obra. Diante de uma transformação radical da realidade dos países europeus, era necessária uma forma inovadora de pensar. A sua obra principal, *A Grande Transformação*, é fruto dessa necessidade e se tornou um dos grandes tratados em teoria econômica e social do século XX.

Karl Polanyi nasceu em 1886 em Viena, então Império Austro-Húngaro. Era filho de família judia convertida ao cristianismo, com grande inclinação para atividades intelectuais. Em sua juventude mudou-se para Budapeste. Teve formação em direito e filosofia e, depois de defender o doutorado, serviu como oficial da cavalaria do império austro-húngaro. Trabalhou em Viena como jornalista econômico e depois na Inglaterra (a partir de 1933), onde também passou a atuar como professor de educação de adultos. Apenas em 1940 entrou na vida acadêmica. Tornou-se professor na Universidade de Columbia em 1947, mantendo residência no Canadá, onde faleceu em 1964 (as informações biográficas são de Dalton, 2008:10628).

Polanyi, novamente, como outros intelectuais de sua época, viveu em vários países, o que lhe possibilitou uma experiência rica em espaços de interlocução. Embora seu renome advenha principalmente do livro que discutiremos abaixo, ele ajudou a formar a subdisciplina de antropologia econômica, devido ao seu interesse em pesquisar a diversidade das formas de organização econômica. Estudou profundamente sociedades tradicionais de diversas partes do mundo e aplicou-se também ao estudo de épocas passadas da Europa, mudando com seu olhar de antropólogo da economia o nosso olhar sobre o presente. Seu método incorpora elementos culturais à análise econômica, como veremos.

Seção 2: O mercado autorregulado como uma mudança no sentido do desenvolvimento

Karl Polanyi inicia o seu livro *A Grande Transformação* com a seguinte afirmação: “A civilização do século XIX ruiu. Este livro se preocupa com as origens política e econômica desse acontecimento, bem como com a grande transformação que daí decorreu” (2000: 17). Ele se propõe traçar o mecanismo institucional da queda dessa civilização, o que considera possível justamente porque essa civilização se organizou a partir de um mecanismo institucional definido, o mercado autorregulável. Polanyi chama

a atenção para a rapidez do cataclisma, de uma transformação coroada por acontecimentos mundiais de grande impacto: as guerras mundiais, o colapso financeiro de vários estados poderosos e a revolução socialista; a sua análise leva em conta não apenas os momentos críticos, de transformação revolucionária, mas a dissolução que ocorre sob a superfície. Nesse sentido, grande parte da argumentação na obra de Polanyi visa demonstrar a oposição inerente, a ausência de conciliação possível entre o sistema de mercado e a sociedade.

Na primeira parte da obra ele apresenta o seu objeto, a sociedade de mercado do século XX. Na segunda parte ele narra o processo de formação do mercado autorregulado a partir de bases antropológicas e históricas e termina com a apresentação de sua teoria sobre as razões do seu colapso. Por fim, na terceira parte, ele avalia a sua própria época, refletindo sobre as soluções possíveis para a preservação da sociedade e da liberdade.

A sociedade de mercado

O mercado autorregulável é apresentado por Polanyi como um dos quatro pilares do atipicamente longo período de paz entre as grandes potências, entre 1815 e 1914. Os outros pilares seriam o sistema de equilíbrio de poder, o padrão ouro e o Estado liberal. Evidentemente, não se tratavam de instituições estanques, mas o enfoque da obra é o sistema de mercado. A rigor, as demais três instituições foram forjadas com base nessa matriz, como forma de assegurar o mercado autorregulável: o padrão ouro expandia o sistema de mercado para o espaço internacional, o sistema internacional de equilíbrio de poder dava estabilidade ao funcionamento do mercado autorregulado com base no padrão ouro no plano internacional e o Estado liberal foi criação do mercado autorregulado para gestão do mercado interno.

O equilíbrio internacional do poder trouxe uma novidade para a relação entre as grandes nações: assegurou 100 anos de paz entre os anos 1815 e 1914 (com poucas exceções de conflitos breves). Sobre essa instituição, o que Polanyi procura demonstrar é que esse equilíbrio não se deu por acaso. Evidentemente foram muitos os fatores que contribuíram para a preservação da paz nesse longo período e ele explora-os cuidadosamente em sua obra, em particular a organização de uma estratégia ativa de preservação de interesses comerciais, conduzida sobretudo pela classe dos banqueiros, profundamente envolvidos nos negócios dos Estados.

O que é próprio da civilização do século XIX e a define, é uma forma específica de mercado, que assume um papel central nessa época e lugar, gerando o que Polanyi chama “economia de mercado”: uma forma de organização econômica definida a partir de um mercado autorregulado. “Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável” (Polanyi, 2000: 89) e supõe a presença do dinheiro e a flutuação de preços, além da existência de mercados para todas as mercadorias, inclusive, e em especial, trabalho, terra e dinheiro. Nela, todas as rendas derivam da venda de alguma mercadoria e o mercado deve ser o único poder organizador da esfera econômica.

A economia de mercado, e a sociedade de mercado, são invenções inglesas, no entendimento de Polanyi. A novidade desse arranjo civilizacional foi justificar as ações cotidianas com base no lucro, é desse princípio que deriva o mercado autorregulado, como uma forma específica de mercado.

O sistema de mercado é, portanto, uma força operando (de maneira subterrânea) durante o século XIX e que vai preparar a grande catástrofe, pois a forma que assume com a Revolução Industrial, está em oposição à sociedade. O que preocupa Polanyi é o fato de que esse sistema em oposição à sociedade a destrói para realizar-se.

Nossa tese é que a ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado o seu ambiente em um deserto (Polanyi, 2000:18)

A agressão que representa um tal modelo levaria a sociedade a tomar medidas para se proteger a partir do final do século XIX, e essas medidas afetariam a autorregulação do mercado comprometendo a continuidade dessa forma de organização.

A ideia de autorregulação estava, contudo, inteiramente fora de cogitação até a última década do século XVIII:

... até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica. Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele (Polanyi, 2000, 89)

Isso porque, “normalmente a ordem econômica é apenas uma função da ordem social, na qual está inserida” (Polanyi, 2000: 92). Em nenhuma outra sociedade humana houve uma forma de mercado autorregulável, “o mercado autorregulável era desconhecido e a emergência da ideia de autorregulação se constituiu numa inversão completa da tendência do desenvolvimento” (Polanyi, 2000: 89). Para que fosse possível a formação dessa forma de mercado, foi necessária uma separação institucional da sociedade nas esferas econômica e política.

Ao falar de “uma inversão completa da tendência do desenvolvimento”, Polanyi está estabelecendo uma clara oposição a uma teoria que se tornou hegemônica entre os economistas do século XIX (mas não se limitou a esse período), de que o mercado autorregulado seria uma instituição que teria se formado “naturalmente”, como evolução da tendência de desenvolvimento da sociedade ocidental capitalista a partir da natureza humana, definida por uma racionalidade voltada para o autointeresse.

Polanyi contra Smith e a “propensão natural à troca”

Um argumento basilar para a construção da teoria de Polanyi é que o sistema de mercado não é uma relação natural. Esse argumento é fundamentado em estudos culturais da antropologia econômica, além de numa ampla pesquisa histórica. Vemos que Polanyi toma uma direção completamente antagônica com relação à tradição clássica, questionando, entre outros, Adam Smith, por sua visão naturalizadora do mercado. O mercado, para Polanyi, é um sistema de trocas e as trocas são comuns às sociedades humanas em suas diversas configurações. Ele afirma inclusive que o ser humano tem propensão a trocar, mas isso não significa que ele esteja de acordo com Smith sobre essa questão; pelo contrário, as trocas realizadas pelo homem, na maior parte das sociedades, ao longo da história e em diferentes latitudes e longitudes, deram-se sob outras perspectivas que não a do lucro. São sociedades baseadas em sistemas de troca que não passam pela mercadoria e não envolvem a lógica do lucro.

Todos os tipos de sociedade são limitados por fatores econômicos, somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas, e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o

lucro. O sistema de mercado autorregulável derivou unicamente desse princípio (Polanyi, 2000, 47)

A noção de homem econômico de Smith, segundo Polanyi, inverte a ordem das coisas: considera a propensão do homem à troca como origem do sistema de mercado, quando de fato ela é o seu resultado. O interesse dos homens nos bens depende de como tais bens promovem uma organização social e econômica de sua sociedade e, muito excepcionalmente, nas sociedades os bens são trocados a partir do princípio do lucro que supõe Smith. Essa noção de homem econômico de Smith foi uma construção específica da sociedade capitalista ocidental e, contudo, permanece no credo liberal como uma lei imutável da natureza humana, inspirando novas formulações.

Para demonstrar seu argumento, Polanyi desenvolve uma exposição detalhada, incorporando os achados de importantes antropólogos, como o estudo do sistema econômico dos trobriandeses, o Kula, descrito por Malinowski (1976). Com base nessas pesquisas, ele elabora categorias que se aplicam às organizações econômicas em diversos contextos, como uma tipologia de princípios de comportamento que regem as trocas nas sociedades tradicionais (os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade). Ele cita exemplos de estruturas que se baseiam em cada um desses princípios, mostrando que, de formas diferentes, os três princípios constituem estruturas que tanto atendem às necessidades econômicas daqueles povos, como, no caso dos dois primeiros, eram úteis para reforçar os vínculos *intra* e *inter* sociedades.

Polanyi encontra em Aristóteles um aliado na oposição ao princípio do lucro como forma de organização da atividade humana.

Ao denunciar o princípio da produção visando o lucro como “não natural ao homem”, por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada (Polanyi: 2000, 75)

E conclui:

De fato, a lógica do caso é quase o oposto do que subentende a doutrina clássica. O ensino ortodoxo partiu da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão do trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio,

eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância (Polanyi: 2000, 79).

No mercado de trocas que Polanyi chamou sistema de mercado, estava ausente a coerção, o pressuposto das trocas era que se faziam por vontade livre dos participantes. Isso significa dizer que essa forma de mercado se afasta da política e, portanto, do Estado, fazendo de Mercado e Estado polos opostos nesse sistema. A ausência de coerção dá ao mercado a aparência de uma relação natural. Assim, grande parte do esforço de Polanyi, na primeira parte de sua obra, foi demonstrar que o mercado não é fruto da natureza do homem.

O desenvolvimento não espontâneo do sistema de mercado

Tendo completado o seu argumento antropológico inovador sobre a não naturalidade da propensão à troca, Polanyi busca na história econômica as bases do seu segundo argumento “desnaturalizador”: o mercado autorregulado não teria sido tampouco resultado de um processo espontâneo de evolução dos mercados locais, pelo contrário, ele é o resultado de uma ação deliberada e mesmo violenta contra a própria natureza humana e as formas de organização econômica tradicionais. A espontaneidade da evolução da forma de mercado autorregulado foi mais uma superstição econômica do século XIX. O autor refaz cuidadosamente os passos do progresso dessa forma de mercado para mostrar que, contrariamente ao que se estabeleceu pelo pensamento clássico, ela foi imposta pelo Estado.

O mercado interno, uma instituição que tem como finalidade um tipo específico de troca que ocorria de forma muito limitada na Inglaterra do século XVII, assumiu importância tal que tornou a própria sociedade um acessório para o seu funcionamento.

Em última instância é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (Polanyi: 2000,77)

Logo, a sociedade tinha que ser modelada de forma a permitir que o sistema de mercado funcionasse de acordo com suas próprias leis. Esse foi um processo extremamente lento, que se iniciou ainda no século XV e só se concluiu na Inglaterra na passagem do século

XVIII para o XIX. Além de lenta, essa transição custou muitas vidas humanas e Polanyi não hesita em destacar o elevado sofrimento social que implicou a despeito da expansão da geração de riqueza e bem-estar.

O mercado externo e o comércio local são organizações comuns a muitos povos em diferentes momentos históricos. A competição, porém, não é, historicamente, a principal lógica subjacente aos mercados externos, estes eram entendidos como pontos de contatos entre regiões distantes e operavam em limites muito bem definidos, sendo estruturas externas à organização econômica principal de uma sociedade. Os mercados locais, também operando dentro de limites bem definidos, tampouco vão dar origem ao sistema de mercado por um desenvolvimento espontâneo, embora houvesse nestes o elemento da concorrência.

O sistema mercantil dos séculos XV e XVI já começou a mobilizar esforços do poder central em favor do comércio externo. A concentração do poder em estados absolutistas favorecia as trocas, uma vez superadas as barreiras locais da estrutura feudal fragmentada. Mas a base da sociedade permaneceu sendo a agricultura camponesa de subsistência. E, apesar do movimento de ampliação do comércio, ampliavam-se também as regulamentações. Nada poderia ser menos provável do que esse sistema progredir espontaneamente para que o mercado assumisse a forma da autorregulação; isso representou uma *mudança no sentido* do desenvolvimento.

Precisamos abrir aqui um parêntese para falar das duas formas de mudanças nas sociedades de que trata Polanyi: a mudança de sentido e a mudança de ritmo. Essas categorias são importantes na sua obra e surgirão novamente ao longo do nosso texto. Uma mudança de sentido representa uma mudança contra a tendência até então vigente, é, geralmente, o resultado de um esforço de grupos sociais de imprimir novos rumos; já a mudança de ritmo segue a tendência vigente de desenvolvimento, mas retarda ou acelera os processos.

Assim, muitas *intervenções* foram necessárias para definir uma mudança que não se limitava a um avanço de uma tendência, mas sim um novo sentido para o desenvolvimento do mercado. Era necessário que houvesse não apenas um mercado livre para bens, mas também para a terra, o trabalho e o dinheiro. Polanyi descreve terra, trabalho e dinheiro como mercadorias fictícias. Os dois primeiros são a própria substância da sociedade e incluí-los no mecanismo de mercado requer criar artificialmente um

mercado onde possam ser comprados. O dinheiro tampouco era uma inovação, já era utilizado há séculos, mas em regra, não como mercadoria.

Na descrição de Polanyi a atividade produtiva era inicialmente acessória ao comércio e não contava com a constância da disponibilidade das mercadorias fictícias. Essas seriam, porém, indispensáveis ao funcionamento das fábricas maiores. Por isso o Estado atuou não apenas na mudança do sentido para o avanço desse processo, mas também em seu ritmo. Por muito tempo o avanço na formação de um mercado para trabalho, terra e dinheiro foi contido, retardado, ainda que não evitado. Houve regulamentações que duraram séculos, tais como o *Act of Settlement* (de 1662), que reduziu a mobilidade física dos trabalhadores, a *Poor Law* (1536), que estabeleceu a obrigatoriedade do trabalho, e o Estatuto dos Artífices (1563), que regulou salários e tempo de aprendizagem, ações que inibiram a formação de um mercado livre para o trabalho.

Essas leis já estavam presentes durante a revolução agrícola que antecedeu à revolução industrial. Essa foi a época na qual ocorreram os cercamentos de terras comuns e tomada das habitações e hortas dos camponeses e uma grande quantidade de trabalhadores foi obrigada a se deslocar para as vilas, onde se tornavam uma massa de indigentes dependentes de abonos para sobreviver e que viviam em condições cada vez mais degradantes. “A racionalização da agricultura desenraizou inevitavelmente o trabalhador e solapou sua segurança social” (Polanyi: 2000, 116). Segundo Polanyi, essas leis conseguiram em certa medida proteger a sociedade de um processo desagregador, não evitando esse processo, mas reduzindo seu impacto. Mas havia um outro lado, os abonos subsidiavam os empregadores, que precisavam pagar menos do que o necessário para a subsistência do trabalhador, o que resultava na desvalorização do salário de tal forma que só aqueles que recebiam o abono podiam sobreviver com os salários oferecidos. Logo, todos os pobres, capazes ou não para o trabalho, viviam na mesma condição precária. Uma nova lei, a *Speenhamland Law*, começa a mudar essa situação em 1795, revogando o *Act of Settlement* e eliminando a obrigatoriedade do trabalho. Mas, apenas com a *Poor Law Reform Act*, em 1834, que elimina a assistência aos pobres (reservando-a apenas aos indigentes acolhidos em abrigos indignos), completa-se a formação do mercado livre para o trabalho na Inglaterra. Polanyi não hesitou em pintar com cores fortes o cenário de degradação humana que o humanitarismo ambíguo da *Speenhamland Law* criava, lembrando, contudo, que certamente muitos teriam morrido de inanição sem essa alternativa

A hegemonia da ideia de mercado autorregulado

A pobreza produzida nesse processo de formação de um mercado para o trabalho se tornou uma questão para a ciência econômica; suas causas eram apontadas como sendo o aumento do preço dos cereais, ou a quantidade insuficiente destes, os salários elevados no campo, ou ainda o crescimento excessivo da população. Esse debate formou a visão de pensadores como Ricardo, Marx, Mill, Malthus e Owen. Para Polanyi essa sociedade ainda não tinha os meios para reconhecer o que de fato acontecia: um desemprego “invisível”. É pela visão da pobreza que a questão da sociedade penetra na economia política.

O ano de 1786 trouxe um importante passo na formação de uma mentalidade liberal com a publicação da obra de Townsend, *Dissertation on the Poor Laws*. Dez anos antes, Smith havia afirmado que a riqueza de uma nação traria como consequência a inevitável melhoria das condições de seu povo, mas isso já não era mais convincente. Townsend se apropriou da narrativa sobre o equilíbrio natural entre a população de cães e cabras em uma ilha, que já circulava na época em textos de outros pensadores para propor uma nova forma de ver a questão da pobreza, que abolia o pensamento cristão e valorizava o “benefício moral” da fome como única forma de incitar ao trabalho. O homem é, por esse ensinamento, levado à sua condição animal. Ao propor tal argumento, Townsend afasta a lei e o governo da organização da sociedade humana, pois se a fome pode regular a ação do homem, não há necessidade de governo. Na livre negociação do mercado as duas “espécies” (trabalhadores e industriais) encontrariam o seu equilíbrio. Os argumentos de Townsend foram incorporados à economia política por Malthus e Ricardo, sendo bastante funcionais na medida em que representavam uma economia separada do Estado político. A economia política buscou compreender as leis econômicas nos moldes das leis naturais e o entendimento de que a sociedade estava sujeita a leis que não se originavam nas escolhas humanas marcaria a consciência do século XIX. Ricardo, em 1817, apresentou o mercado autorregulado como uma lei da natureza.

Estavam dadas assim as justificativas para que o *laissez-faire* “garantissem a ordem”, supostamente com um mínimo de custo e esforço. Nas condições dessa nova mentalidade, o pobre passou a ser visto com preconceitos que justificam a sua condição, pois a pobreza só pode ser resultado de sua preguiça ou imprevidência. “(...)foi a partir da ilha das cabras e dos cães que a Inglaterra vitoriana aprendeu a sua educação sentimental” (Polanyi: 2000,145).

O sistema de mercado era acompanhado de um credo liberal que “Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado autorregulável” (Polanyi: 2000,166). Nos anos 1830 ele explodiu com um fervor militante, obtendo as vitórias das já mencionadas leis de 1832 (*Reform Bill*) e 1834 (*Poor Law Reform Act*).

Assim como usou os seus conhecimentos em antropologia econômica para construir o seu argumento sobre a ausência de naturalidade no sistema de mercado, Polanyi retomou esse recurso para debater com revisores liberais da história que afirmavam, nos anos 1940, que jamais teria havido o cataclismo humanitário na Inglaterra. Esses revisores se basearam em séries de dados que mostravam aumento nos salários pagos. Polanyi afirma que a dissolução cultural de um povo vai muito além de dados sobre salários, a dignidade de uma cultura corrompida pela desintegração, mesmo quando esta não se dá pela violência, é um ferimento profundo, que não se recupera pelo atendimento de necessidades econômicas. Isso foi bastante observado em diversas sociedades estudadas por antropólogos e corresponde aos fatos conhecidos sobre a Revolução Agrária e Industrial na Inglaterra.

Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista (Polanyi: 2000, 198).

A *introdução artificial da fome* foi uma prática para estabelecer mecanismos de mercado em todas as sociedades nas quais foram adotados ou impostos. A fome não existe nas sociedades primitivas, a não ser em situações de calamidade, quando atinge toda a comunidade e mesmo na Europa, a comunidade aldeã, a *noblesse oblige* ou a solidariedade do clã teriam agido contra casos de fome.

A questão da formação do mercado de trabalho é desenvolvida com riqueza de detalhes na obra de Polanyi, já a formação do mercado de terra e dinheiro é trabalhada de forma mais sucinta. Com relação ao mercado para a terra, esse vai sendo construído aos poucos com os cercamentos, que eram de fato ilegais, mas ocorriam sob uma supervisão frouxa da aplicação das leis. O marco da formação de um mercado para a terra foi também uma reforma legal, a *Reform Bill* de 1832, que colocou fim às prerrogativas dos latifúndios.

Quanto à formação do mercado do dinheiro, esse foi construído a partir da crescente autonomia dos negócios com relação à Coroa. O direito de propriedade é a base desse mercado. Além disso, o Banco Central independente foi uma importante vitória da classe burguesa contra a Coroa em 1694, representando a separação entre o governo e os negócios.

Por fim, no sentido de completar sua teoria de que a formação de uma economia de mercado não foi o desenvolvimento natural de formas anteriores, Polanyi contesta o argumento de que o avanço tecnológico teria levado a um desenvolvimento natural no sentido do sistema de mercado. Ao contrário, a Revolução Industrial foi o resultado de uma revolução social, as novas tecnologias surgiram em um momento posterior, e só se justificavam diante dessa nova realidade. Aduz-se a isso que esse avanço do mercado foi tudo menos natural e pacífico, houve forte resistência da sociedade, que foi subjugada após centenas de anos de resistências e milhares de vidas perdidas.

Do ponto de vista político, a Coroa inglesa agiu de forma a restringir a ação de formação do mercado de terra e trabalho pelos quais as burguesias urbanas pressionavam, enquanto o Parlamento atuava em favor desse grupo. Embora não negue a presença de interesses específicos de classe, Polanyi evita tratar os conflitos sob a perspectiva de conflito de classes. Ainda assim, ele destaca o fato de que a ação da Coroa não impediu o avanço da forma institucional do sistema de mercado, mas amorteceu os seus impactos de tal forma que permitiu um tempo para a reacomodação, alterando o ritmo da mudança.

A Revolução Industrial foi, portanto, o auge de um processo, o resultado da implantação do pensamento liberal fundado na ideia de lucro, por meio do sistema de mercado. Para que máquinas maiores e mais caras fossem utilizadas com ganho pelos empresários, era necessário que estivessem disponíveis de forma contínua as matérias primas e o trabalho. A terra e seus frutos e o trabalho humano são fontes vitais da vida em sociedade, para que estejam disponíveis para as fábricas elas devem ser convertidas em mercadorias, estar disponíveis para negociação livre no mercado, com a consequente formação de preços. Tal conversão foi resultado de pesadas intervenções.

Seção 3: A autoproteção da sociedade

A crise do padrão ouro e o fim da sociedade de mercado

O século XIX estendido até 1914 marcou o domínio do mercado autorregulado. Havia enfim mercado para terra, trabalho e dinheiro, sendo os preços de cada uma dessas mercadorias fictícias determinados dentro do sistema. A mercadoria *dinheiro* exigiu a criação de bancos centrais, voltados principalmente para a administração da estabilidade do dinheiro sob as normas do padrão-ouro. O *laissez-faire*, contudo, não podia prescindir das tarifas reguladoras do comércio internacional britânico e nunca deixou de mantê-las. O governo seguiu mantendo papel ativo no desenvolvimento da economia sob o sistema de mercado, favorecendo a introdução de tecnologias, oferecendo informações aos industriais; de fato o mercado livre era mantido por um intervencionismo contínuo a seu favor em ações estatais planejadas.

No início do século XX, depois de uma paz de 100 anos entre as maiores economias, os perigos e a vulnerabilidade produzidos pelo liberalismo pareciam uma ameaça distante na relação entre as nações. Essa situação modificou-se rapidamente com a Primeira Guerra Mundial e as reações das nações foram no sentido de um movimento autárquico, fazendo com que as economias se voltassem para si mesmas, para produzir (ou obter com segurança por meios militares) suas matérias-primas e alimentos.

Polanyi situa na década de 1920 a derrota do liberalismo, mas as profundas convulsões sociais da época não permitiram perceber que o que havia colapsado foi o sistema de mercado autorregulado. O mundo vivia o impacto de uma guerra mundial, crise econômica e revolução socialista. Por isso, apesar das profundas crises, mesmo na década de 1930, “a falência da própria economia de mercado ainda lhes escapava” (Polanyi, 2000: 36).

A Primeira Guerra Mundial era apontada como sendo a razão do colapso, quando na verdade ela foi resultado da dissolução do sistema econômico nos anos 1900. Depois da guerra houve um esforço de reestabelecer o sistema do século XIX, uma reação conservadora que fracassou. As dificuldades de equilibrar as exigências do padrão-ouro, imperativas então para os países participarem do sistema de comércio internacional, com as necessidades dos mercados internos, eram a origem da instabilidade do dinheiro. O colapso das moedas ocorria e a dificuldade de manter o padrão-ouro era uma preocupação generalizada. As populações passaram a ver o dinheiro estável como necessidade suprema da sociedade humana e passaram a perceber as limitações da soberania financeira nacional diante dos movimentos internacionais do dinheiro. Por isso, diante da incerteza, a crença no dogma do padrão-ouro se aprofundou. Havia uma fé que a recuperação do

padrão-ouro poria fim à grande crise, uma fé comum de socialistas e capitalistas, dos mais variados países.

Contudo, essa instituição havia deixado de ser funcional e as tentativas de restaurá-la ao custo de enormes sacrifícios só aprofundava mais o cataclismo. A concentração de renda no setor financeiro, o movimento especulativo de “fuga de capital” e o afastamento das esquerdas do poder em nome da segurança da moeda, foram alguns dos fenômenos dos anos 1920-1930 que evidenciavam, segundo Karl Polanyi, que a moeda havia se tornado pivô das economias nacionais. As exigências de estabilidade da moeda eram cada vez mais importantes para os governos, que sacrificavam outras demandas da sociedade, tais como o problema do desemprego. Por mais de uma década o esforço pela restauração do padrão-ouro uniu as nações, mas, por outro lado, “os esforços frenéticos para proteger o valor externo da moeda como meio de comércio exterior levaram os povos, mesmo contra a sua vontade, a uma economia autárquica” (Polanyi, 2000: 43) e não à restauração do comércio internacional.

A insustentabilidade do mercado do dinheiro culminou com o rompimento do padrão-ouro na década de 1930. Quando os Estados Unidos abandonam o padrão-ouro, em 1933, desapareceu o último vestígio da economia mundial tradicional. Essa ruptura foi o sinal de uma revolução e a *haute finance* não sobreviveu (nem a Liga das Nações). Iniciava-se uma mudança acelerada nos rumos do capitalismo em escala mundial. Apesar da enorme importância que o debate sobre o padrão-ouro assumiu nessa época, na interpretação de Polanyi a mudança foi grande demais para ser causada apenas pelo seu fim. Em muitos países ruiu também o Estado Liberal, substituído por ditaduras totalitárias. Em 1940 já haviam desaparecido os vestígios do antigo modelo, sob uma conjuntura internacional inteiramente nova, fruto da reação da sociedade.

A reação da sociedade

A mesma sociedade que se dobrara às exigências do mercado autorregulável, reage às ameaças que esse sistema representa. Assim, vê-se surgir um contramovimento espontâneo de autoproteção da sociedade. Polanyi deixa claro que as reações protetivas ao mecanismo de mercado não se iniciaram somente com o fim do período do liberalismo, elas foram uma tensão presente e com capacidade de limitar o sistema de mercado a partir da década de 1870, mas sem o alcance de subverter a ordem da sociedade de mercado. A cronologia da tensão entre as reações de autoproteção e a retomada da liberalização é descrita por Polanyi em movimentos e contramovimentos. Entre 1873 e 1886, uma crise

agrária e depressão econômica deram impulso a medidas protetivas, que passaram a acompanhar a expansão do sistema de mercado. Apenas a povos de áreas semicoloniais essa expansão era imposta sem proteções, com resultados terríveis. “O imperialismo e a preparação semiconsciente para a autarquia eram a inclinação das potências que se encontravam mais e mais dependentes de um sistema crescentemente falível de economia mundial” (Polanyi: 2000, 255). Internamente, as nações viam crescer os monopólios nessa época.

Os liberais viam nessa reação da sociedade uma conspiração contra o seu sistema, que julgavam ser provavelmente originada nos sindicatos. Polanyi mostra, porém, que, na prática, as regulações eram um conjunto de pequenas ações de caráter pragmático e muitas vezes os atos de proteção se originavam de algum defensor do liberalismo, até porque este mesmo carregava as suas contradições internas. Uma associação de empresários para formar um truste afetaria a própria autorregulação do mercado, por exemplo.

... o próprio negócio capitalista também teve que ser protegido do funcionamento irrestrito do mecanismo de mercado [...] A necessidade de proteção surgiu em decorrência da maneira pela qual se organizou o fornecimento de dinheiro num sistema de mercado (Polanyi: 2000, 228).

Polanyi lembra ainda que a acusação anti-intervencionismo por parte dos liberais era um *slogan* politicamente vazio, dado que haviam feito uso da intervenção do Estado sem hesitar para estabelecer o seu sistema, como mencionamos acima. Os bancos centrais agiam como protetores contra os perigos de deflação, inflação, excesso ou limitação do crédito, oscilações no câmbio, procurando garantir a estabilidade do padrão-ouro. Assim, também no mercado do dinheiro, o mecanismo autodiretivo do mercado era muitas vezes suspenso. Além disso, a economia de mercado não pode ser separada completamente da esfera política e a gestão do dinheiro estava permeada por interesses nacionais em conflito com interesses estrangeiros, fazendo surgir demandas nacionalistas a respeito da atividade de comércio internacional.

O fato é que sem nenhuma mudança nos interesses econômicos ou ideologias dominantes, diversas soluções coletivistas foram sendo adotadas em vários países. Isso confirma a tese reiteradamente afirmada por Polanyi sobre a reação da sociedade diante das ameaças representadas pelo sistema de mercado. Os liberais, por sua vez, acusavam esses

movimentos de sabotarem o mecanismo autorregulatório. Havia naturalmente, interesses específicos de determinados grupos sociais nas regulações adotadas, mas em regra, mesmo estes, só puderam tornar a sua demanda uma realidade na medida em que protegiam a sociedade de maneira mais ampla.

Entre 1926 e 1931 há um esforço no sentido da restauração dos mecanismos de mercado e os governos europeus impuseram derrotas aos sindicatos e fizeram cortes nos serviços públicos para estabilizar a moeda. Genebra também agiu entre 1923 e 1930 adotando diversas medidas para salvar o padrão-ouro, mas que não resolviam o problema. Com governos e instituições internacionais falhando em resolver o problema da instabilidade, o pânico nos negócios também era motivo para intervenção. O ideal da moeda sólida foi colocado acima do da não-intervenção, de tal forma que os liberais apoiaram o intervencionismo autoritário inclusive contra forças democráticas que poderiam ter agido contra a catástrofe fascista.

A década de 1930 marca a construção de alternativas ao sistema de mercado liberal, com a implantação de formas de organização econômica que se estabelecem dentro de limites definidos pela necessidade de preservação da sociedade (planos quinquenais na Rússia, *New Deal* e o nazismo). O país a avançar mais nas medidas protetivas, criando “um fosso protecionista”, foi os Estados Unidos com o *New Deal*. A grande crise de 1929 fez o mercado financeiro perder em grande medida o poder de impor ao governo a sua política, o que permitiu que esse país buscasse uma solução para a catástrofe com uma liberdade que os europeus não tiveram. Mesmo na Europa, uma medida protetiva levava à outra e as nações iam se fechando, se preservando sobretudo da instabilidade do dinheiro. Efetivamente, nenhum dos países poderia resolver seus problemas econômicos apenas pelos mecanismos autocurativos do sistema de mercado.

Entre ameaças reais e irreais, até mesmo conflitos rotineiros entre patrões e trabalhadores eram motivo de pânico para as elites econômicas europeias. Com o medo e a crise atingindo também o povo, abria-se a possibilidade de entrega da liderança “àqueles que oferecessem uma saída fácil, a qualquer preço. A época estava madura para a revolução fascista” (Polanyi: 2000, 275) E “para estupefação da grande maioria dos contemporâneos, forças insuspeitas de liderança carismática e isolacionismo autárquico irromperam e uniram as sociedades sob novas formas” (Polanyi: 2000, 236). Em vários lugares, governos fascistas se apresentaram como uma salvaguarda contra o bolchevismo, que assustava as elites econômicas após a Revolução de 1917. Na interpretação de

Polanyi, o bolchevismo não era realmente uma ameaça, as pressões dos trabalhadores, porém, eram reais e eram consideradas lesivas às regras de mercado.

Em *A Grande Transformação*, Polanyi procura demonstrar que, assim como o desenvolvimento do mercado autorregulável não foi uma situação espontânea, o fascismo não foi fruto do acaso, tampouco foi uma situação localizada. Ele foi o resultado do sistema de mercado e da reação de autoproteção da sociedade. Por esse motivo ele esteve presente em muitos países, ainda que geralmente tenha falhado em ascender ao poder². O fascismo oferecia uma solução para o impasse da economia de mercado ao mesmo tempo em que solapava as instituições democráticas. Buscava uma reeducação do homem, desnaturalizando o indivíduo, que deixaria de funcionar como corpo político.

Os grupos fascistas foram tolerados pelos grupos tradicionais que avaliavam que seriam um meio de combate ao bolchevismo. Apesar de não parecerem politicamente significativos, esses grupos assaltaram com facilidade os baluartes da democracia e liberdades constitucionais, que ruíram de forma espetacular. A impotência dos países desarmados na primeira guerra havia gerado uma ferida profunda e o fascismo assumiu a tarefa de restaurar a “potência nacional”. O fascismo se valeu do nacionalismo como um recurso, bem como da identidade étnica, para promover a solidariedade rompida pelo sistema de mercado, ou, melhor dizendo, algum simulacro desta. Buscou se valer assim do anseio pela restauração de uma comunidade, de formas de relação extramercantil. Do ponto de vista econômico se apresentou como solução para o desemprego, rompendo com as liberdades de mercado para garanti-lo, mas, por outro lado, submetendo as classes trabalhadoras a regras draconianas, segundo Evans (2016). Também na Rússia o pleno emprego passou a ser buscado ativamente pelo poder do Estado, rompendo com a ideia do mercado livre de trabalho.

A Rússia passou de uma revolução, em 1917, que pouco diferia dos levantes burgueses europeus, na visão de Polanyi, para um sistema verdadeiramente socialista a partir da nacionalização das fazendas nos anos 1930, e foi capaz de reagir ao colapso, portanto, buscando a autossuficiência. O socialismo russo assumia ares mais autoritários na década de 1930, mas não era uma exceção, vários países capitalistas também mostravam menos apreço pelos ideais da democracia.

² A análise de Polanyi sobre o fascismo será apresentada no capítulo 7, no qual comparamos o fascismo do início do século XX às suas novas manifestações no Brasil, analisado por Oliveira.

A Alemanha avançou rápido em sua estratégia de se fechar em autarquia enquanto intervia no sistema de mercado. Já a Inglaterra continuou buscando restaurar a estabilidade perdida, incapaz de se ajustar, no contexto do colapso. “Mas os regimes emergentes do fascismo, socialismo e do New Deal eram semelhantes apenas no abandono aos princípios do *laissez-faire*”, conclui Polanyi (2000, 284).

Polanyi isenta a indústria propriamente dos problemas causados pelo sistema de mercado. Portanto, na sua avaliação, fosse qual fosse a ordem que se seguisse à que colapsou, o industrialismo permaneceria, passando a funcionar de forma regulada. Já a restauração do sistema de mercado não era uma possibilidade viável, para o autor. Polanyi (e outros autores de sua época, como Schumpeter), percebia o liberalismo como definitivamente derrotado pela revolução que derrubara o sistema de mercado. O mercado precisava de limites, de uma regulação e uma limitação por parte do poder político, que representa os interesses da sociedade. Estava demonstrado que o mercado autorregulável não era uma forma social viável e que trabalho, terra e dinheiro não podem estar sob seu controle. Diante da catástrofe resultante do sistema de mercado, a sociedade reagiu.

Na época em que escreve, nos anos 1940, Polanyi observa um avanço no sentido da regulação do trabalho e conclui que a proteção coletiva estava conseguindo se colocar acima do contrato privado em nações capitalistas. Mas, se havia avanços regulatórios do trabalho, o mesmo não se observava com relação à terra. Ele alerta para a necessidade de regular também o uso da terra com vistas ao interesse coletivo de preservação da sociedade; era necessário definir limites ao seu uso, como reservas naturais e regular a produção de alimentos, com a finalidade de preservação da sociedade.

As previsões para um novo ciclo que se inicia

Estando clara a ameaça do sistema de mercado para a sociedade, e a necessidade de opor-lhe salvaguardas, restou para Polanyi uma questão a ser resolvida pela sociedade: evitar que a reação de autoproteção se tornasse uma ameaça à liberdade. A reação de autoproteção foi necessária como contraponto à ação desagregadora do mercado autorregulado. O fascismo e o socialismo (também o *New Deal*), foram reações a essa catástrofe e o que Karl Polanyi esperava era que o futuro das sociedades se definisse na direção de economias reguladas. O fascismo traz um outro risco para a sociedade, por ser uma reação que afasta a liberdade, sendo autoritário por sua própria natureza. Por outro lado, Polanyi vislumbra a possibilidade de conciliar a reação da sociedade com a

preservação da liberdade na organização de uma forma socialista e democrática de sociedade industrial (nos moldes propostos por Owen).

Se considerarmos o período entre 1944 e 1973, poderíamos dizer que as previsões de Polanyi de uma mudança no sentido da regulação da esfera econômica pela sociedade foram acertadas³. A uniformidade institucional imposta pelo padrão-ouro, penosa para as nações mais fracas, deixou de ser uma exigência com o fim do modelo livre de mercado do dinheiro, permitindo às nações terem mais liberdade para buscar alternativas de arranjos institucionais para o desenvolvimento conforme a sua realidade. A Segunda Guerra Mundial se encerrou sem um tratado de paz, mas com uma nova arquitetura financeira definida no acordo de Bretton Woods, baseada no padrão dólar-ouro, que perduraria até 1971. Houve uma expansão do socialismo no período que se seguiu à publicação de seu livro, confirmando a sua tese. A consolidação do caminho do socialismo na Rússia significava que o mundo passava a conhecer o socialismo como uma alternativa real, logo, uma ameaça real ao capitalismo.

Mesmo nos países capitalistas se confirmou e se aprofundou a tendência de desenvolvimento de regulação do mercado que havia se estabelecido após o colapso da civilização do século XIX. A necessidade de proteção da sociedade foi colocada acima do princípio da autoregulação, definindo limites para o funcionamento do mercado. Nesse período de aproximadamente 30 anos, expandiu-se o Estado de Bem-Estar, que, na visão de Polanyi, mesmo estando sob o capitalismo, rompia com o princípio da autorregulação ao colocar as necessidades da sociedade acima das do mercado, limitando o funcionamento deste. Economias desenvolvidas produziram poderosos sistemas de proteção social, garantindo direitos às classes trabalhadoras, que puderam, assim, usufruir de parcela do ganho de produtividade do capitalismo. Esse movimento foi também resultado da organização democrática, que possibilitou a participação política da classe trabalhadora na esfera pública.

Já o fascismo sofreu uma grande derrota militar e política, e, embora não tenha deixado de todo de existir, reduziu-se e se recolheu para as sombras por várias décadas.

³ Ainda sobre as previsões de Polanyi, a aniquilação humana também não se tornou uma possibilidade mais remota desde a sua obra. As previsões relativas à deterioração do ambiente natural foram as mais acertadas, nem mesmo sob o socialismo ou sob o Estado de Bem-Estar as regulações foram capazes de conter a degradação ambiental, no máximo representaram uma redução do ritmo. E, diante da retomada dos princípios do mercado autorregulado, não podemos descartar, portanto, a previsão de que deixada sob o sistema de mercado a humanidade se extingiria.

Polanyi viu em sua época e com sua contribuição, a teoria liberal perder seu *status* e as teorias a favor de regulação se tornarem hegemônicas. Mas o pensamento liberal nunca deixou de estar presente, não havia recolhido suas armas e já no período em que escrevia o livro, entre 1939 e 1940, Polanyi debate com uma reação liberal à regulação do mercado. Essa reação fundamentava seus argumentos em um negacionismo histórico, contestando, por exemplo, a condição de degradação dos trabalhadores que ocorreu na formação do mercado de trabalho. Além disso, os liberais afirmavam que fora a não aplicação integral dos princípios do mercado autorregulado a causa dos erros e fracassos do sistema.

A possibilidade de uma retomada da forma autorregulada de mercado não estava no horizonte de Polanyi, que a considerava definitivamente derrotada. O mercado buscava, no entanto, meios de reagir ao controle pela sociedade e, a partir da década de 1970, ocorre uma nova mudança de sentido, buscando fazer valer novamente o sistema de autorregulação do mercado em oposição à regulamentação do mercado pela sociedade. Foi o início de uma reação conservadora nos países centrais, após o abandono do padrão dólar-ouro. Uma nova hegemonia do pensamento favorável à autorregulação teve como vitrine os governos de Thatcher (1979-1990) e Reagan (1981-1989), dando impulso à ideia de ampliação da liberdade do mercado. Quando a defesa da autorregulação do mercado retoma uma posição de hegemonia no pensamento econômico nos anos 1970-1980, apesar das diferenças do sistema de mercado do século XIX, ainda apresentou como base o axioma da propensão natural à troca e a lógica do autointeresse.

No Brasil dos anos 1990 o movimento de desregulamentação do mercado entrou com força, revertendo uma tendência ainda recente de democratização. Para analisar esse novo ciclo de mercado autorregulado, em sua manifestação na periferia do capitalismo, exploraremos nos próximos capítulos os achados da obra de Francisco de Oliveira, um sociólogo economista que foi capaz, com sua aguda percepção e rigorosos instrumentos teóricos, de captar a mudança em andamento e apontar para o novo perigo que surgia, o perigo do totalitarismo neoliberal. Apresentaremos Francisco de Oliveira no próximo capítulo e a seguir mostraremos como desenvolveu essa análise que merece ser mais bem conhecida, pois ilumina o que ainda está mal compreendido na realidade brasileira (e do mundo) atual.

Capítulo 2: Francisco de Oliveira: o percurso de uma construção teórica crítica e comprometida.

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira nasceu no Recife no ano de 1933, sexto filho em uma família com 10 irmãos⁴. Seu pai era sócio de um pequeno estabelecimento comercial, uma farmácia na região do porto de Recife. Sua mãe cuidou da formação católica dos filhos e planejava para Francisco um futuro como padre ou uma sólida carreira no Banco do Brasil. Até certo ponto Francisco de Oliveira seguiu um caminho próximo ao que planejara para ele a mãe, Jovina. Ingressou no Banco do Nordeste e foi bancário por alguns anos. Mas a decadente Recife dos anos 1950 inspiraria em Oliveira outros caminhos.

Eu sou do Recife. O Recife é uma cidade de esquerda. Pelo menos durante o século XX foi assim. Desde que me entendi por gente, havia uma forte influência da esquerda na cidade, sobretudo do Partido Comunista. Eu nunca fui do Partidão. Acho que no Juízo Final isso vai contar contra. Todo mundo devia ter sido comunista um dia, mas eu fui mais para o lado dos socialistas. (Oliveira em Montero e Moura, 2009, 145)

Em 1952 Oliveira iniciou o curso de Ciências Sociais da Universidade do Recife (hoje Universidade Federal de Pernambuco), mesmo ano em que ingressou no exército. A avaliação de Oliveira sobre o curso é que foi de qualidade muito ruim. Tendo sido criado havia pouco tempo, o curso não contava com professores bem preparados em ciências sociais nem em economia política, disciplina em que teve suas maiores notas. Nessa mesma época, no Recife, Gilberto Freyre desenvolvia suas atividades no Instituto Joaquim Nabuco, mas esse era um núcleo de pesquisa externo à Universidade e não tinha interlocução com o espaço universitário.

Oliveira se formou em 1956 e foi trabalhar no Banco do Nordeste. O banco, criado por Getúlio Vargas em 1953, tinha necessidade de formar seus quadros de funcionários, pois não havia disponibilidade de pessoas com a formação e experiência necessárias. Com a formação adquirida no banco, um curso de cinco meses, Oliveira aprofundaria seus

⁴ Foram 11 crianças nascidas, mas um deles não chegou a completar um ano de vida, por isso muitas vezes Oliveira menciona apenas 10 em suas entrevistas.

conhecimentos em economia. Foi uma formação em economia de alto nível, baseada no estudo da teoria keynesiana e contas nacionais. Os professores vinham da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e, na avaliação de Oliveira, diferentemente dos seus professores da graduação, eram excelentes. O curso se completou com um breve estágio, que Oliveira fez na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) no Rio e com uma viagem pelo Nordeste, de Fortaleza a Ilhéus, que foi quando Oliveira “viu” pela primeira vez a realidade nordestina.

Depois do curso, Oliveira deixou de ser escriturário e seguiu para Fortaleza, para o Escritório Técnico de Estudos Econômicos, onde realizava pesquisas econômicas. Ali viveu por um ano e meio e se casou com Orieta (mãe de cinco de seus oito filhos, que viria a falecer em 1976).

Depois de quase dois anos no Banco do Nordeste, Oliveira, decepcionado com o escritório de pesquisas, pediu para sair. Foi para a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e lá pediu para participar de uma segunda formação em economia, em curso da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). O curso, realizado no Rio de Janeiro, “era intenso, quatro meses, com os melhores professores da Cepal” (Oliveira em Montero e Moura, 2009, 150). Celso Furtado foi o professor de economia brasileira nesse curso. Pouco depois de voltar a Pernambuco, Oliveira seguiu para São Paulo, onde trabalhou por 7 meses em uma fábrica, a Lambretta do Brasil. Estava insatisfeito com a cidade e com o trabalho, quando ouviu de um amigo que Celso Furtado estava recrutando pessoas para trabalhar em “uma coisa nova” no Nordeste. Ele viajou para o Rio, onde Furtado era na época diretor regional para o Nordeste, no BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

A Sudene: criação e desafios

O Celso tinha voltado de Cambridge, onde redigiu “Formação econômica do Brasil” e tinha sido nomeado por Juscelino diretor regional do BNDE para o Nordeste. Fui falar com o Celso. Assim: “estou interessado em trabalhar no projeto aí que dizem que o senhor vai fazer” “Tudo bem. Pode viajar para o Recife?” “Posso”. Celso armou lá um time de 20 malucos, ele à testa, e logo instalou-se o Seminário de Garanhuns, famoso, que foi o que deu início à Sudene (Oliveira, vídeo 2 do Cebrap)

Um diálogo seco levou ao ingresso de Oliveira na Sudene, onde se tornaria o segundo em comando. Com um pequeno time inicialmente, Celso Furtado organizou o Seminário de Garanhuns, um evento importante com ampla representação das forças políticas do Nordeste. Ali Juscelino Kubitschek anunciou a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), que se tornaria posteriormente a Sudene.

O Codeno foi instalado no Recife, não por acaso; além de ser uma capital importante no Nordeste, Recife vivia uma efervescência política e cultural. Em “A Noiva da Revolução”, livro de 2008, Oliveira nos conta a história sentimental do Recife e, ao mesmo tempo em que descreve os anos de sua juventude, retrata porque essa efervescência da cidade foi um dos motivos para a criação da Sudene. Entre 1958 e 1964

Foi o último namoro da cidade com a revolução, período rico das Ligas Camponesas de Chico Julião, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do governo municipal e do ano e pouco do primeiro governo estadual de Miguel Arraes, da prefeitura de Pelópidas Silveira em seu segundo mandato, de Celso Furtado e da Sudene, de Paulo Freire, do Movimento de Cultura Popular de Anita Paes Barreto, de Germano Coelho, do Partido Comunista, o original, de suas lideranças [Oliveira cita várias]. A cidade fervia de ideias, iniciativas, movimentos, protestos, inovações. Ela nunca foi tão central na história moderna brasileira; só havia experimentado esse hálito e esse protagonismo na primeira década do século XIX, com suas revoluções liberais e mais para trás, ainda colônia, com o principado de seu namorado batavo e sua volubilidade, voltando ao regaço português para a expulsão dos holandeses (Oliveira, 2008, A Noiva da Revolução, 60)

O movimento católico progressista *Teologia da Libertação* teve como marco a primeira Conferência dos Bispos do Brasil, em Campina Grande em 1956. Todos esses movimentos alarmavam até mesmo os norte-americanos, que, como relata Oliveira, passaram a frequentar o Recife “a pretexto de qualquer coisa”, estavam em toda parte, espiões, agentes da CIA que procuravam se infiltrar nos movimentos. Na avaliação de Oliveira, a instalação da Sudene no Recife foi, em parte, um esforço para conter essa efervescência.

A Sudene foi uma instituição transformadora no Nordeste. Tendo surgido com amplo apoio de diversas forças políticas, tinha como missão industrializar a região e fazer a reforma agrária.

O republicanismo de Furtado era, para Oliveira, uma marca de sua gestão, que gerava forte contraste com as práticas que as oligarquias nordestinas costumavam adotar na condução da máquina pública. Ele menciona em *A Noiva da Revolução* a frugalidade da moradia de Furtado no Recife e comenta a forte impressão que ele lhe deixou: “Celso era a Razão entrando no Nordeste, depois de um longo eclipse que começava com a derrota da Praieira em 1848; é quase possível vê-lo em seu cavalo branco, em seu Rocinante, qual Quixote racional” (Oliveira, 2008, 64).

Na entrevista que concedeu em 2009 para o projeto de 40 anos do Cebrap, assim descreve Furtado: “O Celso era o antibuarquiano por excelência, o anticordial.” (Oliveira em Montero e Moura, 2009, 157)

... e rompeu com os padrões clientelísticos da política: seus quadros foram, no princípio, recrutados através de cursos de formação e, quando uma lei patrocinada por Virgílio Távora converteu todos os funcionários temporários em permanentes, então os concursos públicos eram rigorosos, sem a menor interferência da politicalha local e nordestina, alheando-se também às conveniências paroquiais do parentesco. Nada mais antipatrimonialista, antipatriarcalista e anticordial (Oliveira, 2008, *A Noiva da Revolução* 66-7)⁵

A Sudene foi oficialmente criada por lei aprovada no Congresso Nacional em dezembro de 1959 e, ao se tornar uma autarquia, ganhou ampla liberdade para implementar sua política. A presença da Sudene transformou a cidade, reunindo em seu auge mais de 3 mil funcionários, entre eles muitos com formação superior, em diversas áreas. Houve um aquecimento do setor hoteleiro no Recife, pelo constante fluxo de reuniões e outras demandas com a Sudene que trazia visitantes, um significativo aumento da massa salarial, movimentando o comércio e serviços da cidade e uma valorização da Universidade, que

⁵ Perguntado sobre o que representou a experiência da Sudene, Oliveira afirma que foi uma “lição de República” e conta uma situação para exemplificar: “[Celso Furtado] chegou uma vez à Bahia, onde fui chefe do escritório durante um ano e meio. Eu morava num hotel, e ele me perguntou ‘Você teria algum problema em dormir comigo no mesmo quarto?’. Eu disse ‘Não, senhor’. ‘Então, nós vamos dormir no mesmo quarto’. Nem perguntou se eu roncava. Porque ele achava um escândalo gastar dinheiro da República para passar uma noite num outro quarto. Eu aprendi ali o que era serviço público, o que era República. Não foi na teoria não, foi na vivência cotidiana” (Oliveira, em Montero e Moura, 2009, p157)

mantém convênios para pesquisas com a Superintendência e passa a ter para seus egressos uma perspectiva de emprego no órgão.

A Sudene representou um novo momento de formação para Oliveira. Ele expandiu ali os seus conhecimentos sobre a administração pública, dentro de uma visão republicana do serviço público, passou a conhecer os interesses das oligarquias nordestinas e sua relação com o Estado e, claro, desenvolveu um olhar apurado sobre a realidade nordestina⁶.

Celso Furtado fazia muitas viagens ao Rio para contato com outros órgãos federais e depois também a Brasília, à medida que os órgãos iam sendo transferidos para a nova capital. Como Furtado precisava de um substituto, que assumisse a Sudene na sua ausência, essa função coube a Oliveira. Este, no entanto, sempre teve o cuidado de alertar seus interlocutores sobre os limites da sua posição no órgão: não lhe cabia tomar decisões de maior importância, as suas atribuições estavam mais relacionadas à administração, enquanto a Furtado cabia a direção política.

Furtado e seu projeto, a Sudene, gozavam de grande prestígio, que foram fundamentais para que o órgão adquirisse a centralidade que teve e pautasse o debate sobre o desenvolvimento. Foi por causa desse prestígio que importantes personalidades da época foram a Recife conhecer o projeto, tais como Sartre e Simone de Beauvoir, Ted Kennedy, Paul Baran e Paul Sweezy⁷. O debate sobre as questões regionais elevou-se de nível; o que antes era tratado de forma quase pessoal, a partir de queixas de secas localizadas (frequentemente duvidosas) e intervenções isoladas, passou a ser discutido como uma visão global de desenvolvimento regional.

⁶ Um caso narrado por Oliveira em entrevista de 2009, registrada no livro *Retrato de Grupo* de Moura e Montero: “O primeiro trabalho que eu fiz, entreguei a Mário Magalhães [da Silveira], que era o assessor mais direto do Celso [Furtado]. Fui lá discutir com ele. Mário botou ali na minha frente e disse: ‘Foi você quem fez isso?’. Eu disse: ‘Foi!’”. Eu estava todo glorioso, tinha feito [curso da] Cepal, sabia tudo, elasticidade-renda, todo aquele escambau, ele disse: ‘Isto deve voltar para o lixo, de onde nunca deveria ter saído’. Pá! Jogou o meu texto diretamente no lixo. ‘Isto é, com a licença da palavra, uma merda. Você está cheio de maluquices aí e não perguntou o óbvio.’ ‘Mas qual era o óbvio, professor?’ ‘O óbvio é que você foi para o Cariri do Ceará, uma região produtora de rapadura... Você sabe o que é rapadura?’ ‘Sei, sim, senhor.’ ‘Pois é, você está inventando que o açúcar está substituindo a rapadura por causa da elasticidade-renda. Isso é uma idiotice geral, você não fez a visita que devia ter feito aos comerciantes de açúcar para perguntar a eles porque eles vendem açúcar, e não rapadura. É assim que se faz pesquisa, seu idiota, você deveria ter ido aos comerciantes de açúcar, perguntar para eles o preço, em vez de vir com essas histórias de elasticidade-renda e preço. Não tem nada disso. Agora volta para o seu trabalho e aprenda.’ Juro por Deus que era assim. Aprendi para o resto da vida” (Montero e Moura, 2009, p156)

⁷ Este último, que foi para uma conferência, “foi pouco cortês com Celso Furtado, advertindo-o de que ‘não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento’” (Oliveira, Noiva da Revolução p69).

Apesar de ter tido uma rede ampla de apoios no início, a Sudene tinha como opositores as oligarquias nordestinas. E, se num primeiro momento os industriais eram os grandes impulsionadores do projeto, eles logo se assustariam com as movimentações populares e passariam a retirar o seu apoio. Por outro lado, a Superintendência, que era respaldada por socialistas e católicos desde o início, expande sua base de apoio entre as esquerdas no início da década de 1960. Isso ficou claramente demonstrado quando o primeiro Plano Diretor da Sudene, que amargava uma espera de dois anos para aprovação no Congresso, acabou sendo aprovado por pressão popular, após uma grande manifestação pública em defesa do Plano, com comício cheio na praça da Independência. Uma das razões para perdas de apoios entre as elites nordestinas foram as próprias práticas republicanas de Furtado, que frequentemente acabavam entrando em conflito com demandas das elites.

O golpe militar de 1964 e seus impactos para a Sudene

O golpe de 1964 abateu-se com especial fúria sobre Pernambuco e o Recife. Dizimaram a esquerda, o movimento de trabalhadores, o movimento católico político intelectual, o movimento estudantil; exilaram parte importante das lideranças, foram-se o clima de debates e as iniciativas inovadoras, o Movimento de Cultura Popular e Paulo Freire, as reformas transformadoras da Sudene. Ficou apenas a voz solitária de Dom Helder Câmara (Oliveira, 2008, A Noiva da Revolução, 85)

O golpe civil-militar de 1964 não acabou com a Sudene, mas fez com que o projeto servisse a outros propósitos. Os escritórios austeros da Sudene da época de Furtado foram substituídos por instalações caras no governo militar, e foi alugada uma casa luxuosa para o superintendente. Com os movimentos sendo sufocados pelo novo regime, a cidade vai retornando à “pasmaceira da pequena política local” (Oliveira, 2008, A Noiva da Revolução, 65)

No entanto, a Sudene, embora capturada pelas oligarquias, seguiu atuando numa ação exitosa de industrializar o Nordeste. Deixou de lado a proposta de transformação social, e passou ao seu contrário, a aprofundar a concentração de renda. Esse processo foi estudado em várias obras de Oliveira. Um dos mecanismos da Sudene que teve maior impacto, e que seguiu sendo usado no período autoritário, foi o de transferência de capitais (mecanismo 34/18), que não havia sido proposto por Furtado, mas foi adicionado

no plano da Sudene por um deputado federal, que se baseou em uma legislação italiana para desenvolvimento do Mezzogiorno.

Findos os aportes da Sudene, muitas fábricas têxteis não conseguiram se sustentar e foram fechando nos anos 1980 e, principalmente, 1990. Segundo o relato de Oliveira de 2008 (*A Noiva da Revolução*) Recife tornou-se o lugar dos serviços de baixa complexidade, turismo receptivo e, de setor econômico mais relevante, apenas o de serviços médicos.

Foi no Cebrap que Oliveira transformou essa experiência em uma rica produção teórica produzindo estudos inovadores sobre o Nordeste. Contudo, quando ele fala sobre a Sudene em seus livros, trabalha sobretudo com os impactos das políticas produzidas ali. Quando acompanhamos a narrativa da sua experiência, compreendemos um pouco mais sobre como essas ações adquiriram a forma que tiveram.

Os novos caminhos de Oliveira depois do golpe: Chile, Guatemala, México e a volta para o Brasil.

Oliveira acompanhou o momento do golpe de 1964 de uma posição “privilegiada”; estava no Palácio do Governo do Estado, junto ao então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, de quem era bastante próximo, e à irmã dele. O golpe lhe pareceu frágil, naquele início, como se uma fonte qualquer de resistência pudesse, talvez, ser o suficiente para detê-lo. Mas não foi isso que aconteceu, como se sabe, e Oliveira ainda estava lá quando Arraes foi preso.

Na madrugada do dia 06 de abril de 1964, poucos dias depois do golpe, Oliveira também foi preso.

Fui preso em casa, depois de um jantar de despedida do Celso [Furtado] (...). Fiquei dois meses preso. Fui direto para o gabinete do torturador-mor do Recife, o delegado Álvaro da Costa Lima. Mas, felizmente, como acontece muito no Brasil, eu tinha um irmão que era capitão de polícia, e ele me tirou do gabinete do Álvaro da Costa Lima e eu fiquei dois meses na polícia militar de Pernambuco, onde passei otimamente (Oliveira em Montero e Moura, 2009, 160)

Depois de sair da prisão, Oliveira retornou à Sudene, mas já sem as suas antigas atribuições; não lhe davam qualquer trabalho para fazer. Pouco depois deixou a Sudene e

foi para o Rio. Viajou também para o Chile onde conheceu Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso; retornou ao Rio ainda em 1964. Depois de retornar recebeu um convite das Nações Unidas para trabalhar na Guatemala.

[depois do golpe] fui para o Rio, tirei passaporte, fiquei esperando um *habeas corpus* do superior tribunal militar – ainda havia *habeas corpus* – recebi o *habeas corpus* do Superior Tribunal Militar, porque eu estava com prisão preventiva decretada (...) aí fui para a Guatemala. Entre Guatemala e México passei 3 anos fora (Oliveira, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 2)

Oliveira retornou desse período no exterior em 1968 e tentou se instalar no Nordeste, onde passou três meses como convidado do reitor da Universidade da Bahia, Roberto Santos, em um trabalho para recriar o instituto de economia da Universidade. No entanto, pouco depois, foi convidado por um amigo para assumir um trabalho em consultoria em São Paulo, para onde se mudou definitivamente.

“É paradoxal: o golpe de 1964 me salvou de ser um burocrata de êxito” (Oliveira, Montero e Moura, 2009, 162). Variações dessa afirmação podem ser encontradas em diferentes entrevistas de Oliveira. Naturalmente, essa visão é de um momento muito posterior, pois no momento do golpe Oliveira tinha uma carreira em ascensão que sofreu um impacto destrutivo. Porém, a experiência do Cebrap daria um novo rumo, no sentido da vida acadêmica e um forte impulso a essa nova trajetória.

O Cebrap: criação de um ambiente intelectual privilegiado

O Cebrap foi criado em 1969, formado principalmente por um grupo de professores cassados pelo AI – 5: Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Elza Berquó e Paul Singer, além dos pesquisadores Juarez Brandão Lopes e Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Pouco depois de sua criação, Octavio Ianni e Francisco de Oliveira também se juntam ao grupo. O convite para Francisco de Oliveira integrar o Cebrap veio de Octávio Ianni, em 1970, no ano seguinte ao da criação do Centro. Oliveira tinha tido contato com Ianni em Recife, quando ele foi ministrar cursos na Sudene e haviam se tornado amigos.

Entre os membros do Cebrap, vários tinham participado entre 1958 e 1964 do “Seminário do Capital”, um grupo formado por jovens professores da Universidade de São Paulo que se reuniam para estudar *O Capital* e debater temas da realidade brasileira⁸.

Eram os jovens assistentes provavelmente mais brilhantes da Faculdade naquele momento e que, por uma razão ou outra, que vale a pena discutir, e que sentiam que o Marx é que era o autor do momento. Porque Marx não era ensinado na Faculdade, praticamente não havia curso de Marx na Faculdade e não era um nome bem visto (Schwarz, 2009, Retrato de Grupo, vídeo 1)

Entre 1964 e 1968 vários dos pesquisadores que formariam o Cebrap viveram exilados no Chile, atuando em instituições como a Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Essa experiência no Chile foi importante para a formação de uma rede de relações intelectuais e institucionais que contribuiriam para a formação posterior do Cebrap. O próprio Francisco de Oliveira esteve no Chile por um breve período, como mencionado acima.

O exílio criou uma geração de brasileiros que se encontraram com latino-americanos, coisa que nós não éramos. Na Europa que eu vou descobrir a identidade com a América Latina. [o golpe de] 64 nos obrigou a cair nesse banho de identidade de imediato (Cardoso, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 2)

[Em 1967] os antigos amigos do grupo d'O Capital voltaram a se ver, trocar ideia sobre a situação política, enfim, estavam todos na USP de novo. A partir do ato institucional de dezembro de 68 ficou para nós muito claro que íamos ser expulsos da Universidade (Singer, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 2)

A mesma situação de insegurança que afastou Oliveira, nesse período vivendo no México, afetava o grupo da USP, que encontrou na criação de um Centro de Pesquisas a possibilidade de continuar a atuar no Brasil.

A gente começou a discutir ativamente o que nós faríamos: ir para o exílio, ficar no Brasil, ficar no Brasil fazendo o quê? E nessa época lá na Faculdade de Saúde Pública nós estávamos fazendo pesquisa sobre

⁸ Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Ruth Cardoso eram do grupo, que também agregaria Juarez Brandão Lopes e Roberto Schwarz.

reprodução humana no Brasil, tínhamos feito uma pesquisa de campo muito grande financiada pela Fundação Ford, então surgiu a ideia de obter eventualmente recursos da Fundação Ford para criar alguma coisa, que acabou sendo o Cebrap (Singer, 2009, vídeo 3)

Cardoso descreve no vídeo 2 da série *Retrato de Grupo*, produzida pelo Cebrap em 2009, como obteve os recursos financeiros para viabilizar o Cebrap. Foi mobilizada uma ampla rede de contatos, que incluiu até mesmo figuras eminentes da direita, que possibilitaram que ele conseguisse junto à Fundação Ford um amplo financiamento que manteria o Cebrap e suas pesquisas por vários anos. A instituição, batizada com um nome um pouco vago intencionalmente, para não atrair a atenção do regime autoritário, torna-se rapidamente um ambiente intelectual privilegiado. A interdisciplinaridade e a troca entre os pesquisadores eram características do Centro. No primeiro ano, os pesquisadores deram cursos uns para os outros, compartilhando suas pesquisas.

Nós retomamos praticamente os estudos d’*O Capital* sem *O Capital*. E foi muito interessante, nós dávamos cursos uns aos outros. Eu dei um curso de Economia Política para quem quisesse, que eram os meus próprios colegas do grupo d’*O Capital* e os que não eram. A Elza Berquó deu um curso de estatística. (...). Começou com uma atividade interdisciplinar muito intensa. Desde essa época eu sinto que nós tínhamos orgulho de ser um centro interdisciplinar (Singer, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 3)

Embora tenha ganhado fama como um centro marxista, havia diversidade no Cebrap. Alguns, como Oliveira, Singer e Cardoso trabalhavam com o referencial marxista, mas havia pesquisadores que tinham outros enfoques de pesquisa. E, apesar de muitos textos sobre o Cebrap destacarem essa continuidade entre o grupo de estudos d’*O Capital* e o Cebrap, é importante esclarecer que, além do berço paulista, o Cebrap foi muito influenciado pelo pensamento social latino-americano da FLACSO e da Cepal, entre outros temas e perspectivas presentes naquele espaço.

Embora não fosse um grupo uniforme, nem homogêneo, ganhamos a fama de ser um grupo formado por marxistas. Até a ditadura acreditou nesse mito, mas não era verdade. Tanto é que lá dentro havia grupos de pesquisa bastante distanciados da perspectiva marxista (Oliveira, entrevistado por Biazio em 2012, artigo publicado em 2019, p. 469)

A participação nesse ambiente estimulante foi marcante para a carreira profissional de Oliveira. No Cebrap ele teve uma sólida formação na teoria marxista e participou dos debates inovadores sobre a realidade brasileira.

...você ficava com pena de perder um seminário. Se, por qualquer acidente... se eu estivesse viajando, ou estivesse em casa porque estava doente, e não viesse ao seminário, você ficaria deprimido, tal era a vivacidade do debate. Vinha gente de todo canto. Pedro Malan vinha do Rio para assistir esse seminário aqui⁹... (...) O Cebrap era excepcional, de fato era um ambiente extremamente aberto (Oliveira, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 3)

Passaram pelo Cebrap muitos nomes importantes da intelectualidade nos anos 1970, que compareciam ao famoso “Mesão”, onde ocorria o debate em alto nível, muitas vezes acalorado. Cardoso era, sem dúvida, a principal voz no Centro, onde se destacava sua personalidade sedutora e sua inteligência e generosidade (como o descreve Oliveira). Apesar dessa presença marcante, Cardoso “não era o monstro sagrado, era o interlocutor, ninguém tinha muita cerimônia” (Oliveira, 2009) e tampouco se lhe rendia homenagem. Outra pessoa que exercia uma forte influência no grupo era Paul Singer, que Oliveira define como uma pessoa excepcional, um santo. A relação entre os pesquisadores do Cebrap era muito boa, o que favorecia o debate franco e frutífero.

Atraímos pessoas de fora, a Conceição Tavares vinha nos visitar, nós a convidamos a discutir um texto que ela tinha feito no Chile junto com José Serra (que ainda estava no exílio), esse foi um texto fundamental, porque foi uma crítica a uma visão extremamente pessimista que o Celso Furtado tinha desenvolvido logo depois do golpe militar. (Singer, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 3)

Foi nesse espaço de debate que surgiram importantes obras de Oliveira, como *Crítica à Razão Dualista* (essa em controvérsia com Cardoso), *Elegia para uma Re(li)gião*, entre outras. Nos seus anos no Cebrap, Oliveira combinou em sua produção, duas bases: a tradição cepalina adquirida na experiência da Sudene e o marxismo desenvolvido no Cebrap. Com esse instrumental ele desenvolveria diversos trabalhos de pesquisa.

⁹ Em entrevistas, Oliveira cita diversos nomes de pessoas que participaram dos mesões: Maria da Conceição Tavares, Bresser Pereira, Antônio Barros de Castro, Eduardo Suplicy, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr eram alguns.

As linhas de pesquisa de Oliveira no Cebrap

Observando as produções de Oliveira no período em que esteve no Cebrap, podemos ver que, embora sejam muitos os assuntos sobre os quais ele escreveu, suas pesquisas se aprofundaram mais em alguns temas principais.

O primeiro foi a análise da questão regional e o desenvolvimento do Nordeste. Algumas de suas obras mais conhecidas, como a *Crítica à Razão Dualista* e *Elegia para uma re(li)gião*, são exemplos desse esforço teórico de compreender o desenvolvimento do Nordeste e a sua inserção na economia nacional. Oliveira escreveu sobre esse tema principalmente nos anos 1970, e, embora haja produção nessa linha de pesquisa até o final dos anos 1980, aos poucos essas obras foram se tornando mais escassas¹⁰. Também no contexto dos estudos sobre o Nordeste, mas com uma abordagem voltada para a questão das classes sociais e sua representação política, Oliveira fez uma pesquisa sobre a formação das classes sociais na Bahia. Esse trabalho foi publicado originalmente em 1988, com o título *O Elo perdido: classe e identidade de classe*. Em uma reedição em 2003, acrescentou-se um termo, ficou *O Elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. Retomaremos algumas ideias apresentadas por Oliveira nesse livro no capítulo 4.

As questões do espaço urbano e da moradia popular aparecem em diversas obras de Oliveira, a formação das classes trabalhadoras urbanas ocorre no mesmo processo que forma o espaço dessas classes. A formulação inovadora de Oliveira sobre a autoconstrução e os mutirões foi, e talvez ainda seja, motivo para controvérsias. A formulação está na *Crítica*, mas foi desenvolvida em outros textos voltados mais especificamente sobre o espaço urbano, como *O Estado e o urbano no Brasil*¹¹, publicado em 1982.

Essa proximidade com a questão da formação urbana se originou na relação de Oliveira com um círculo de arquitetos. Gabriel Bolaffi, seu amigo desde o período em que viveu

¹⁰ “A metamorfose da Arribaça: fundo público e a regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste” foi o último texto de Oliveira sobre a questão do Nordeste, publicado em 1990 na *Novos Estudos Cebrap*. É a síntese de um relatório de pesquisa realizada por ele e sua equipe, feita por encomenda da Sudene ao Cebrap, o “principal objetivo da pesquisa foi oferecer um quadro de referências atualizado para marcar as possibilidades e os limites do planejamento regional”, explica Oliveira (1998, antivalor, 79)

¹¹ “O Estado e o urbano no Brasil”. *Espaço & Debates*, n.6, São Paulo, jun.-set. 1982, pp. 36-54, 1982

no México, o apresentou a um grupo de arquitetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, que estudava a formação de favelas nas encostas da Serra do Mar. Oliveira se tornou professor ali de “fundamentos sociológicos do urbanismo”¹². O diálogo com os arquitetos sobre os resultados da pesquisa, que constatou que as pessoas mais pobres tinham uma casa própria, ainda que em condições precárias, e explicitou que isso era possível porque as pessoas construíam as próprias casas, o levou à sua formulação. Nos anos 1970 Oliveira deu um curso de verão na FAU-USP que foi um sucesso, e ele foi convidado a tornar-se professor da FAU, mas isso acabou não se concretizando.

Um terceiro tema presente nos estudos de Oliveira poderíamos dizer que é um desdobramento das pesquisas sobre o Nordeste, que o levam a, num segundo momento, voltar sua atenção para estudos sobre a questão da concentração de capitais e acumulação capitalista no seu centro dinâmico, São Paulo. Na década de 1970, Oliveira já havia publicado textos sobre a economia nacional, o texto “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950 – 1976)”, por exemplo, analisa a oligopolização da economia nacional e foi publicado em 1977¹³. Mas é a partir de 1987 que ele passou a se dedicar a pesquisar a indústria paulista. A pesquisa sobre a concentração de poder na indústria paulista teve seus resultados publicados no relatório “Estruturas de poder econômico na indústria de São Paulo” (1992). Em 1994, Oliveira e os outros pesquisadores envolvidos¹⁴ publicaram um artigo na *Novos Estudos Cebrap* destacando os principais resultados dessa pesquisa¹⁵.

No início dos anos 1990, Oliveira conduziu também uma pesquisa sobre o trabalho informal. Era um estudo sobre as transformações no mercado de trabalho informal, o nome do projeto era “O Informal Revisitado”. Embora seja possível encontrar algumas informações sobre a pesquisa¹⁶, como a instituição financiadora (Nederlands Organisatie Voor Internationale Ontwikkelingssamenwerking), não pudemos identificar nenhuma publicação feita por Oliveira diretamente sobre os resultados desse trabalho.

¹² O trabalho na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos não está registrado no Lattes de Oliveira, contudo, é relatado por ele na entrevista concedida em 2009 e registrada em livro e vídeo organizados pelo Cebrap na presidência de Paula Montero.

¹³ No livro *Economia da Dependência Imperfeita*, Graal, 1977.

¹⁴ Alexandre Comin, Flávio Mesquita Saraiva e Hélio Francisco Corrêa Lino.

¹⁵ Esse artigo também faz parte dos trabalhos de Oliveira reunidos em “*Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*” (1998)

¹⁶ A fonte das informações aqui apresentadas sobre “O informal revisitado” são o currículo da base Lattes de um dos participantes, Elson Luciano Silva Pires, que defendeu doutorado em 1995 sob orientação de Oliveira dentro dessa área de pesquisa e o depoimento de outro participante, André Rego Viana, que foi um dos responsáveis pela redação final do relatório da pesquisa.

Houve ainda um último projeto de pesquisa, que se iniciou em 1993, sobre os acordos do setor automotivo. É muito marcante nesse trabalho a presença de uma preocupação com a questão do encontro das classes sociais na arena pública como fundador de uma sociabilidade democrática. Essa preocupação se tornara central na obra de Oliveira, sobretudo a partir das reflexões que ele desenvolveu no período em que viveu na França. Vamos falar um pouco sobre essa experiência a seguir, para mais adiante retomarmos esses últimos anos de Oliveira no Cebrap.

Francisco de Oliveira na França: a produção de uma teoria sobre o fundo público e a esfera pública

Entre 1982 e 1984 Oliveira viveu na França.

Ganhei uma bolsa - foi o Fernando Henrique que conseguiu, devo dizer com todas as letras. Estava o Maurice Godelier numa diretoria do CNRS [*Centre Nationale de la Recherche Scientifique*], e eles me deram uma bolsa de pesquisador lá, durou um ano. Depois eu consegui uma bolsa do CNPq (Montero e Moura, 2009, 170)

Oliveira explica, em entrevista a Ridenti e Mendes, que do ponto de vista do debate intelectual, a experiência de intercâmbio com a universidade francesa frustrou-o: “O intercâmbio com a universidade francesa é extremamente difícil. Você não entra. Há certas instituições onde os requisitos de entrada são menores. Não no *Collège de France*, que só lhe serve para você assistir conferência” (Ridenti e Mendes, 2012: 610). Contudo, o contato com a realidade da social-democracia europeia lhe abriu novas perspectivas para estudo do capitalismo: “Foi ali que eu comecei a tentar entender os problemas do capitalismo desenvolvido”. (Ridenti e Mendes, 2012: 611) e o Estado de bem-estar se tornou um tema de pesquisa.

Não foi, portanto, um intercâmbio intelectual com a universidade francesa, mas foi esse impacto do Estado de bem-estar. A questão dos direitos dos trabalhadores e desse Estado de bem-estar, que é, na maioria das interpretações, visto como uma concessão. Eu tentei revirar a página, quer dizer: isso tudo é produto de uma luta de classes histórica, acumulação. Foi um impacto, e você precisa estar aberto para entender as novas experiências. Eu via alguns amigos meus lá, brasileiros, que tiravam o que podiam do Estado francês. Eu não tirava porque eu era acanhado. Até férias eles tiravam. Aquilo realmente me impactou. Foi

uma visão completamente nova, e eu comecei a prestar atenção (Ridenti e Mendes, 2012: 611)

Apesar do limitado espaço para interlocução, Oliveira aproveitou bastante o seu contato com a literatura francesa sobre a regulação, que incorporou criticamente na sua teoria sobre o antivalor: “...e eu fui me alimentar então de uma literatura sobre regulação, sobre estado de Bem-Estar. Foi daí que tirei essa ideia [antivalor], que é menos que um conceito, é uma tentativa de chegar lá” (Oliveira em Montero e Moura, 2009, 171)

Sobre essas ideias, em 1988 finalmente foi publicado, na *Novos Estudos Cebrap*, o artigo “O surgimento do antivalor”, longamente ruminado desde a sua viagem à França. Dentro dessa linha de trabalho ele também produziu em 1992, para a aula preparada como prova de erudição do concurso de professor titular da USP, o texto “A economia política da social-democracia”¹⁷, que foi publicado na Revista da USP em 1993. Ambos foram reapresentados ao público em 1998, no livro *Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Ao desenvolver a análise sobre o Estado de bem-estar fundada na ideia de antivalor, Oliveira avançava na análise crítica das relações sociais, aprofundando sua visão sobre a disputa do fundo público e o sentido da democracia. A construção da teoria do antivalor será trabalhada no próximo capítulo, mas convém destacar aqui a sua importância na produção de Oliveira a partir de então. Ela foi fundamental para que Oliveira reconhecesse rapidamente nas mudanças dos anos 1980 e 1990, algo que era muito mais do que escolhas transitórias de políticas públicas, especialmente políticas econômicas. Tratava-se de uma mudança da sociabilidade do Estado de Bem-Estar, fundada na publicização do privado, para um novo tipo de sociabilidade que inverteria esse princípio, afastando os conflitos da esfera pública e impactando a democracia. A democracia se tornava uma questão cada vez mais importante para Oliveira, entre outras coisas, certamente, inspirado pelos debates dos meses do Cebrap.

De volta ao Cebrap: a questão da democracia e nova prisão de Oliveira

A democracia foi um tema bastante presente no Cebrap, como lugar, que era, de resistência ao regime autoritário.

¹⁷ A banca contou com a participação de Manoel Corrêa de Andrade, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e José Reginaldo Prandi, aos quais ele dedicou o texto e agradeceu as contribuições.

Dos anos 70 em diante... especialmente... a segunda metade dos 70, o tema para nós aqui era democracia. A questão central passou a ser democracia. (...) Você reage à sua circunstância, era a democracia. Então eram dois temas que não estavam na minha literatura anterior e que provavelmente não estavam em geral na literatura porque não era um problema: democracia e os movimentos sociais (...) algo que não é classe, não é estrutura e que move. E os valores, da democracia. São esses que são temas dos anos 70 e 80. Nessa altura dos 70 não é que fosse para substituir o socialismo. Ainda não. A ideia ainda era outra coisa, tinha que acabar com o regime autoritário. Aqui e na América Latina toda. Não se esqueça que nós tínhamos uma rede. O Cebrap serviu de padrão para vários centros. Tem o Cieplan no Chile. Cedex na Argentina. (...) o modelo era o Cebrap, de resistência intelectual aos regimes autoritários. Não se dizia isso, mas eram. Eram bunkers. O Cebrap foi bem um bunker. Quase como um convento, onde você tem a ficção de que aqui dentro é livre (Cardoso, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 4)

O “bunker” não era, porém, garantia de segurança diante da repressão do governo militar. Vários dos pesquisadores do Cebrap foram presos durante a década de 1970, e alguns, como Francisco de Oliveira e Vinícius Caldeira Brant chegaram a sofrer tortura.

Eu fui para o Dops a primeira vez e lá me botaram uma série de álbuns de família na frente para eu identificar e era difícil não identificar todos. Eu tive que fazer um exercício mental para saber quem é que eu podia dizer que conhecia. Senão eu estava frito. Se eu reconhecesse todos eu estava frito, se eu não reconhecesse nenhum eu estava frito. Dos dois lados eu ia apanhar, não tinha erro (Oliveira, *Retrato de Grupo*, 2009, vídeo 4)

O combate à ditadura e o tema da democracia estava presente na sociedade, nos movimentos pela redemocratização e nos encontros do Mesão, e permeavam, naturalmente, a obra dos pesquisadores do Cebrap. Com Oliveira não foi diferente, contudo, podemos dizer que em sua obra esse tema vai assumindo uma importância crescente, que ultrapassa o momento da redemocratização e avança dos anos 1990, tornando-se central em sua obra posterior ao período do Cebrap, de análise crítica do neoliberalismo.

“O Cebrap, deve ser dito, apostou sempre na democracia. (...) Nesse ambiente [entre a luta armada e o regime autoritário], era difícil manter uma posição, apostar na democracia de forma convicta, de forma estratégica e não só tática” (Oliveira, Montero e Moura, 2009, 169). “O que juntou esse grupo foi ter apostado firmemente na democracia. Eu acho até que de forma ingênua” (Oliveira, Montero e Moura, 2009, 170).

Publicações Cebrap

Muitos dos textos de Oliveira dessa época foram publicados nos periódicos do próprio Cebrap. Foi nos *Cadernos Cebrap* que foi publicado pela primeira vez a *Crítica à Razão Dualista* e o importante estudo de Paul Singer, uma referência frequente nos trabalhos de Oliveira: *O “Milagre Brasileiro”*. O Cebrap criou a revista *Estudos Cebrap*, que em 1981 daria lugar à *Novos Estudos Cebrap*, em atividade até hoje e que se tornou uma importante referência em sociologia e economia. Alguns dos textos de Oliveira que vieram a público por essas revistas foram republicados depois em livros. “Foi uma decisão sábia, a decisão de publicar foi talvez a decisão mais sábia que o Cebrap tomou. Porque a suspeita da ditadura era que isso aqui era um biombo para atividades clandestinas. Essa suspeita estava no ar.” (Oliveira, Retrato de Grupo, vídeo 4)

Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Amanhã

Além das publicações de trabalhos acadêmicos, a maioria em revistas do próprio Cebrap, vários dos pesquisadores do Centro publicavam, nos anos 1970, textos para um público mais amplo, muitas vezes analisando questões políticas, econômicas e sociais em debate no momento. Nessa ponte com a vida política nacional, os periódicos *Opinião* (1972-1977) e *Movimento* (1975-1980) foram jornais da imprensa alternativa que contaram com a contribuição desses pesquisadores.

Colaborei intensamente para o jornal *Opinião* que foi fundado pelo Fernando Gasparian e, depois, escrevi artigos para o jornal *O Movimento*. Este último estava sediado em São Paulo e participei muito intensamente das reuniões semanais do Conselho de Redação (Oliveira, entrevista a Biazio, 2019, página 472)

O *Opinião* era um jornal semanal, que circulou entre 1972 e 1977, um período bastante fechado da ditadura, que o censuraria diversas vezes¹⁸. Apesar disso, conquistou um

¹⁸ A censura a parte do seu conteúdo foi uma situação constante enfrentada pelo jornal, 221 exemplares do *Opinião* foram feitos sob censura prévia e quatro números foram apreendidos.

público grande, chegando a uma tiragem de 38 mil exemplares (média de 29 mil) o que tornou colaboradores como Oliveira bastante conhecidos como vozes de resistência ao regime e como referências para os debates nacionais. Roberto Schwarz comenta o momento em que começou a ser publicado o *Opinião*: “Foi um terremoto quando se viu que havia vida intelectual no país, que havia oposição forte, que os argumentos interessantes estavam do lado da esquerda” (Schwarz, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 3).

Grande parte dos textos de Oliveira versavam sobre a economia brasileira, o que o tornou uma referência para o debate nesse tema. O *Opinião* reunia um grupo diversificado de políticos, sindicalistas, intelectuais, professores de diversos matizes políticos, unidos pelo combate à censura, à tortura, ao autoritarismo. Em 1975 um grupo mais fortemente identificado com a esquerda fundou o *Movimento*, em São Paulo. Oliveira fez parte do Conselho de Redação do *Movimento* entre 1975 e 1977. O *Movimento* foi submetido a censura prévia desde a sua primeira edição, o que perdurou por três anos, até que a censura prévia deixou de existir em 1978, mas a censura ainda assombraria o semanário até o seu fechamento em 1981.

Conflitos internos no *Movimento* geraram uma cisão e parte do grupo, Oliveira entre eles, fundou um novo jornal, o *Amanhã*. É interessante observar no depoimento de Luiz Roncari que as orientações políticas e teóricas do semanário não são senão as do próprio Oliveira:

Segui-o em todo o processo de reuniões e discussões que tomavam noites inteiras para a definição do que deveria ser esse jornal dos que se consideravam “independentes”, desde a orientação política até a feição da editoria de cultura, tudo que deveria andar numa linha mais ampla, mas também um tanto bamba, e aí é que o Chico mostrava-se um grande equilibrista, mas firme definidor de caminhos. Aqui só poderei enunciar alguns dos seus parâmetros – se é que estou certo, e tudo o que vou dizer agora poderá ser corrigido e precisado. Havia três negativas do que não deveríamos seguir e uma afirmativa, de onde vinham os sinais que nos guiariam: a) evitar todos os vícios e práticas que tinham marcado os PCs, tanto as concepções leninistas ortodoxas, como as reformistas que trocavam as definições mais radicais por outras demasiadamente conciliatórias; b) ao mesmo tempo, se distanciar dos liberais e da política só institucional e eleitoral, defendendo um vínculo mais orgânico com as bases sociais, principalmente com as lideranças

dos movimentos sociais e sindicais; c) evitar o sectarismo e o facciosismo de muitas organizações de esquerda, principalmente as estudantis, como eram os da Libelu (Liberdade e Luta) e outros grupos trotskistas; e, como senda positiva, d) o horizonte cultural seria dado pelo chamado marxismo ocidental de Horkheimer, Adorno, Benjamin, Gramsci – este principalmente –, que identificavam alguns partidos comunistas europeus, particularmente o italiano, de Togliatti e Berlinguer. (Roncari, 2022, 180-1)

O *Amanhã* durou poucos números, confrontado com a dura realidade da gestão de gráfica, papel, contabilidade, distribuição e, claro, pouco dinheiro. A experiência nesses periódicos, porém, foi importante na trajetória de Oliveira:

A participação na imprensa foi muito interessante, me deu uma nova experiência e me obrigou a comunicar minhas ideias em uma linguagem acessível à população que lê jornais sem perder o rigor. Além disso, era uma oportunidade de levar os conhecimentos das ciências sociais para o campo jornalístico e aprender a divulgar ideias (Oliveira, entrevista a Biazio, página 472-3)

Os artigos publicados em periódicos da mídia alternativa eram uma forma de se aproximar da vida política nacional, um espaço no qual a presença desses intelectuais não era mais bem recebida, como havia sido nas décadas de 1950 e 1960 até o golpe de 1964. Os intelectuais que colaboraram com o jornal conseguiram um novo status de figuras públicas junto a um determinado público leitor.

A partir da do final da década de 1970, com o fim da censura, jornais de ampla circulação, como a *Folha de São Paulo*, passam a abrir espaço para os intelectuais.

Eu diria que em 78 duas liberdades básicas foram restauradas no Brasil: o direito de fazer greve e, portanto, de barganhar coletivamente salários e o direito à livre expressão pela imprensa. O *Opinião* começa a perder espaço porque agora a *Folha* e outros jornais concorrem com o *Opinião*, abrem seu espaço, a gente começa a escrever na imprensa (Singer, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 4)

Oliveira produziu artigos para os jornais tradicionais e diversas vezes foi solicitado a se manifestar em entrevistas sobre temas do momento¹⁹, mas a sua presença nesse espaço já não foi tão intensa quanto nos jornais alternativos.

O Cebrap na redemocratização

Alguns pesquisadores do Cebrap, para além da difusão de ideias, passaram a ter uma atuação na política institucional ainda nos anos 1970, mas principalmente a partir da redemocratização nos anos 1980. A atuação na política institucional, no início, não afetou significativamente as relações no Centro, mas acabaria gerando a cizânia.

Os anos 70 é a grande fase. No meu juízo é a grande fase. Todos os grandes temas da sociologia latino-americana e do debate brasileiro cruzaram aqui. [relata as linhas de pesquisa²⁰] Aqui se produziu a discussão, que o Fernando Henrique conduzia, sobre os limites da democracia, do autoritarismo. E sobre economia brasileira, que era um tema que eu e Paul Singer, sobretudo, trabalhávamos. Foi muito interessante e foi muito fecundo esse período. O segundo período eu divido de 80 a 90 (...), aqui se ajudou muito a universidade, foi um aglutinador, um fórum onde dava-se a discussão. Os anos 80 ainda persistiram. Aí foi uma fase de maior aproximação com a política institucional. Nesse período também tem a saída do Fernando Henrique que não quebrou completamente o andamento do Centro. Fazia falta, porque ele era a personalidade mais importante, mas a gente continuou. Até que chegaram os anos 90, onde a política partidária entrou e dividiu (Oliveira, *Retrato de Grupo*, 2009, vídeo 6)

O Cebrap se engajou nas lutas pela redemocratização. O Centro pautava o tema e apostava na democracia, mas a partir de 1977, com a filiação de Cardoso ao MDB, e sua

¹⁹ Em 1977 o jornalista Claudio Abramo criou na *Folha de São Paulo* um espaço de debates públicos, a coluna “Tendências e Debates”, para o qual Oliveira e outros intelectuais que participavam da imprensa alternativa escreveram diversos textos.

²⁰ “Aqui se produziu discussão sobre marginalidade, que era quente na América Latina, aqui se produziu a discussão sobre o declínio da fecundidade. Porque o fantasma malthusiano estava aí. O Cebrap enfrentou. Aqui se produziu, de forma bastante discreta, uma interpretação da teologia da libertação. O Cebrap tinha um núcleo de estudos de religião, num Centro de ateus, conduzido pelo Cândido Procópio, que tinha sido frade dominicano (...) Aqui se produziu discussões sobre a nova fase da agricultura brasileira, Vinicius Caldeira Brant orientou os primeiros estudos sobre a industrialização da agricultura no Brasil”. (Oliveira, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 6)

candidatura em 1978, ele e alguns outros membros passaram a ter um envolvimento maior com a política institucional.

O Cebrap teve um peso muito grande no momento da redemocratização, que no Brasil não foi um momento, foi todo um período, [que] começa com a lei da Anistia. Na minha cabeça começa em 78 quando se dá a primeira greve que depois deslancha uma enorme onda de greves (...) e envolve o país inteiro (Singer, *Retrato de Grupo*, 2009, vídeo 4)

“[Em 1978] o Fernando Henrique foi candidato, eu nem me lembro, mas acho que ele era presidente do Cebrap ou tinha acabado de ser e acabou mobilizando muita gente, inclusive a mim” (Serra, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 4).

A participação de Cardoso no MDB não foi o primeiro contato do Cebrap com o partido. Em 1973, o Centro já havia sido procurado por Ulisses Guimarães para contribuir com a formação de um programa de governo. Em 2007, em entrevista a Jinkings e outros publicada pela revista *Margem Esquerda*, Oliveira relata como foi a contribuição do Cebrap para a elaboração do programa: Ulisses Guimarães procurou o Cebrap, que já era uma instituição respeitada e pediu ““Eu queria ver com os amigos como poderiam nos ajudar na campanha presidencial”” (entrevista a Jinkings, Ridenti e Maar, 2007, 29) Formou-se um grupo para contribuir “Éramos ele [Cardoso], eu, Chico Weffort, Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares e um sexto do qual não me recordo. Acho que era o Paul Singer.” (entrevista a Jinkings, Ridenti e Maar, 2007, 29). O grupo desenvolveu o trabalho, remunerado pelo MDB, que resultou num relatório que por sua vez se tornou o programa da candidatura de 1974. Essa participação, porém, teve um sentido de uma contribuição de caráter técnico, um serviço de consultoria, mais que do um envolvimento político efetivamente.

Em 1983 Fernando Henrique deixou o Cebrap para assumir a vaga de senador de Montoro, de quem era suplente. Nesse período as forças que lutavam pela redemocratização estavam se organizando em partidos políticos. Alguns membros do grupo se aproximam do MDB e da política institucional, enquanto outros, com a criação do PT, escolhem esse novo caminho, entre eles, Oliveira e Singer. Os pesquisadores do Cebrap, entrevistados pela instituição em 2009, são unânimes em afirmar que a atuação na política institucional inicialmente não gerou problemas para as relações do grupo, que estavam muito bem consolidadas por anos de parceria fundadas no respeito mútuo.

Abre-se todo um processo de participação ativa na política, a formação do PT, a formação do PMDB. Houve um projeto de criar de um partido socialista popular aqui em São Paulo com ativa participação de quase todos nós no Cebrap. Agora, quando se cria o PT é um divisor de águas, porque uma boa parte da esquerda fica no PMDB. Não todos vão para o PT. Há uma divisão meio pela metade e isso atinge aqui o Centro. O Chico de Oliveira, o Vinicius [Caldeira Brant], eu, vamos para o PT. O Fernando Henrique, o Serra, o Juarez Brandão, a Elza [Berquó], não vão e ficam no PMDB. Agora, como velhos amigos, que éramos todos naquela altura, isso não cria nenhum antagonismo pessoal, nenhuma disputa (Singer, *Retrato de Grupo*, vídeo 5)

No entanto, posteriormente, Singer e Rodrigo Naves relatam²¹ um momento de crise nas relações, que não é fácil de se precisar no tempo, mas seria mais para o final dos anos 1980. Nessa época o Cebrap tinha recebido já uma geração mais jovem de pesquisadores e alguns dos fundadores tinham saído. Havia dificuldade de conseguir financiamento para pesquisas e uma incerteza sobre o que deveria ser o Cebrap dali para frente. Foi levantada a possibilidade de fechar o Centro, mas Singer e outros imaginavam o Cebrap como uma instituição perene. “Acabou prevalecendo realmente isso: vamos continuar mantendo o Cebrap porque ele é uma boa contribuição, inclusive pelo seu caráter interdisciplinar” (Singer, 2009, *Retrato de Grupo*, vídeo 5, 10’55).

No entanto, a partir do momento em que Cardoso passou a estar em posições de destaque no Executivo nos anos 1990, como ministro do governo Itamar, a tensão começou a aumentar. O nível da tensão subiria mais na disputa eleitoral de 1994, tornando-se explosivo em 1995, quando iniciou-se o governo FHC.

Nos anos 90 a divisão partidária entrou no Cebrap, o que não tinha acontecido até então (...) e aí separou as águas. Eu saí por essa razão; eu não estava a fim de ver discriminações aqui dentro. E houve. Não estava a fim de um antimarxismo militante que começou a desenvolver-se aqui, infelizmente. (Oliveira em Montero e Moura, 2009, 172-3).

Eles não admitiam – o Giannotti, a Elza Berquó – que alguém do CEBRAP, que tinha convivido com o Fernando Henrique, não votasse nele. E aí se abriu um conflito, ficou aberto. E foi uma fase péssima do

²¹ Na série de vídeos *Retrato de Grupo*, apresentadas ao público em também em formato livro em Montero e Moura, 2009

Giannotti, porque ele assumiu um antimarxismo militante, que não é o caso dele. Ele conhece bem Marx, muito melhor do que eu. O Fernando Henrique já estava fora, em 1995, então a luta, que era surda e bastante encoberta, ficou descarada. E o Giannotti tomou a si a tarefa de expulsar o grupo marxista do CEBRAP. (Oliveira entrevista a RIDENTI e MENDES, 2012, p. 612).

Quando Oliveira saiu do Cebrap muitos dos outros pesquisadores já tinham deixado a instituição, vários para assumir cargos em governos. Oliveira e Giannotti eram dois dos pesquisadores mais antigos e acabou se estabelecendo uma polarização entre eles. Cardoso já era presidente da República, diante disso, o fato de Oliveira posicionar-se criticamente com relação ao governo não era bem aceito por seus apoiadores no Centro, fundado sob sua liderança. Relata Rodrigo Naves (editor da *Novos Estudos*): “Giannotti e Chico de Oliveira, que numa dada altura eram quase polos irredutíveis, mas conseguiam sentar na mesma mesa, fazer propostas de pauta, artigos” (*Retrato de Grupo*, 2009, vídeo 6)

Essa divergência dentro do Cebrap será melhor compreendida se, para além da divergência política, considerarmos os rumos que os trabalhos de Oliveira vinham tomando nessa época. Nos anos 1980, Oliveira procurou conhecer as possibilidades políticas de avanço democrático, buscando identificar os caminhos que levariam ao desenvolvimento da democracia e do acesso do povo à disputa pelo fundo público; pensava em uma democracia muito para além, portanto, da superação da ditadura. Essa preocupação está presente em vários de seus textos do período que se seguiu à sua estadia na França, como “A volta e a reviravolta” (1984), “As decisões cruciais: democracia ou bestialização” (1984), “Além da transição, aquém da imaginação” (1985), “Crise econômica e pacto social” (1985), “A longa espera de Giovanni Drogo” (1987) e “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática” (1988).

Oliveira já identificava, nesses artigos, um campo de oposição ao modelo democrático de disputa política do fundo público: um conservadorismo que se aproximava do “reaganismo”. No campo da luta pela democracia no contexto da redemocratização havia duas forças. Uma delas era uma força política aberta pela presença do povo, para a qual ele ainda não via uma viabilidade (pelo menos não antes de 1989). Era o grupo que atuava na política institucional pelo PT e partidos comunistas, que, na avaliação de Oliveira não tinham ainda condições implementar mudanças por essa via. A outra, que ele classificou

nesse momento como de centro-esquerda, poderia se apresentar como articuladora de uma solução viável para a democracia. Eram grupos ligados ao PMDB (e, depois, ao PSDB), que tinham por base as classes médias que ele havia estudado em “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática” e n’*O Elo Perdido*. Segundo Oliveira, essas classes médias assumiam um papel de sobre-representação política e, por isso, tornavam viável a criação de condições objetivas de produzir um avanço institucional, do ponto de vista da ampliação do espaço público, ainda que limitado: “condições objetivas existem: resta aos políticos cujos perfis se recortam como de centro-esquerda subjetivarem — pois só eles podem fazê-lo — a alternativa” (Oliveira, 1987, Giovanni Drogo, 05)

Durante a redemocratização a ação política dos dominados teve forças para impor sua pauta, tendo chegado a importantes conquistas na Constituição Federal de 1988.

Se você olha a cena brasileira dos anos 80 aos anos 90, ela é toda conduzida pelos movimentos e o PT de alguma forma empalma esses movimentos. Você impõe a agenda ao adversário. A agenda é aquilo que saiu na Constituinte de 88, direitos sociais, reconhecimento das centrais sindicais, a agenda era essa, os movimentos de habitação. Essa foi a agenda que o movimento social impôs e que o PT empalmou como condutor. Você, com isso, obrigou a engolir, as então classes dominantes (porque elas já mudaram também), a engolir pontos da sua agenda. Você não os destruiu, mas você derrotou-os no plano... não só no plano do discurso, no plano da prática, quer dizer, você criou o SUS. Isso não é uma vitória menor, o SUS é uma... (quase que eu ia dizendo um palavrão, riso) ... O SUS é uma enorme vitória! O SUS é uma coisa que só tem paralelo com as conquistas da legislação trabalhista. O SUS é uma coisa cidadã... não é de primeiro mundo, porque esse bordão, aliás já deve entrar em desuso, mas o SUS é uma coisa... nesta sociedade, você ir ao hospital e ser atendido só porque é cidadão... (Oliveira, 2009, retrato de grupo, vídeo 6)

Mesmo durante o governo Collor, apesar de ele representar a vitória de um pensamento antipúblico, havia uma disputa de projetos políticos, na interpretação de Oliveira. O desempenho impressionante de Lula, o candidato do Partido dos Trabalhadores, que perdeu por pouco a disputa presidencial de 1989, mostrava que a oposição ao projeto neoliberal ainda era forte. Collor renunciou à presidência em 1992, em meio a um

processo de impeachment impulsionado por forte reação popular, deixando em seu lugar um vice com discurso desenvolvimentista, o que reafirmava a situação de indefinição.

Oliveira produziu vários artigos sobre Collor, os principais foram reunidos no livro *Collor, a falsificação da ira* (1992). Mas, no início dos anos 1990, um fato político e econômico original na cena brasileira torna-se o foco da sua atenção: a realização de acordos entre trabalhadores, empresas e governos no contexto das Câmaras Setoriais. A pesquisa sobre o acordo do setor automotivo se iniciou em 1993, já no final do seu período no Cebrap. A proposta dessa pesquisa foi apresentada em um artigo breve “Quanto melhor, melhor: O Acordo das Montadoras” (1993).

Oliveira avaliava que ainda havia espaço de disputa política na experiência das negociações nas Câmaras e talvez até mesmo um embrião de uma sociabilidade democrática, de publicização do privado, comparável à que ele tinha conhecido no Estado de Bem-Estar na França. Oliveira e sua equipe no Cebrap acompanharam a experiência até o momento em que ela foi extinta nos primeiros meses do governo Fernando Henrique Cardoso. As várias escolhas dos primeiros meses do governo FHC, inclusive a de encerramento dos acordos das Câmaras Setoriais, convenceram Oliveira definitivamente que aquele grupo que ele ainda via como uma força política de centro-esquerda em 1991 havia se tornado o centro de um projeto neoliberal hegemônico em 1995. E essa constatação não poderia ter outro efeito em Oliveira senão a sua crítica radical desse projeto, em que ele evidenciava o seu caráter antidemocrático²². Ao fazer isso, Oliveira mostrava a coragem de denunciar a principal referência intelectual do Cebrap, Fernando Henrique Cardoso, alguém por quem tinha grande respeito e de quem tinha sido bastante próximo. Ao mostrar que as ações de FHC eram incompatíveis com o projeto democratizante, uma importante bandeira do Cebrap, Oliveira gerou uma fratura na instituição. A sua posição não era admissível para fiéis “cardosistas”, como Giannotti e Berquó, e o confronto interno acabou com a ruptura, quando ele deixou o Centro em 1995.

²² A crítica está presente em diversos textos, cito alguns sobre o início do governo FHC: “Quem tem medo da governabilidade?” (1998 antivalor), publicado originalmente na *Novos Estudos Cebrap* em 1995; “O governo FHC e as políticas sociais” (1995); “O primeiro ano do governo FHC” (1996); “Além da hegemonia, quem da democracia” (1998 antivalor), uma conferência em evento em seu novo espaço de pesquisa, na USP, o Nedic; “A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina” (1998 antivalor); e “Dominantes e dominados na perspectiva do milênio” (1998 antivalor). Os resultados da pesquisa sobre os acordos do setor automotivo foram publicados em diversos textos dos pesquisadores participantes, vários deles reunidos no livro *Os Cavaleiros do Antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística* (1998). A introdução do livro, de autoria de Francisco de Oliveira, é um dos seus textos mais ácidos sobre o governo FHC.

No nosso entendimento, portanto, embora na aparência do processo o que se vê seja a divisão dos pesquisadores do Cebrap entre duas agremiações políticas (PSDB e PT), e o próprio Oliveira fale de uma campanha antimarxista de Giannotti *com o propósito de afastar alguns pesquisadores*, o que esteve na origem dessa fratura irreparável foi a crítica rigorosa de Oliveira, que se tornou intolerável para os que permaneciam simpáticos à política de FHC. A participação de Oliveira e Singer no PT fora uma divergência que ainda podia ser resolvida em uma convivência fundada na tolerância enquanto o PSDB manteve a sua imagem de democrata, construída na campanha pelas Diretas.

Já mencionamos repercussões da política partidária no Cebrap. Vejamos então um pouco mais sobre como foi a participação de Oliveira no PT.

A participação de Oliveira no PT: da fundação ao rompimento

Como vimos acima na fala de Paul Singer, o ano de 1978 marca um novo período na política brasileira que levaria ao fim do regime autoritário. Os trabalhadores de diversas categorias passaram a se organizar em sindicatos fortes o bastante para mobilizar grandes greves e impor-se como interlocutores políticos; novos movimentos sociais ganhavam espaço político, sobretudo o movimento pela redemocratização. O Partido dos Trabalhadores foi criado em um manifesto lançado em fevereiro de 1980 em uma grande reunião no colégio Sion, em São Paulo. O partido era uma união de forças de esquerda, que incluía movimentos progressistas ligados à igreja católica, intelectuais, artistas e, sobretudo, o movimento sindical. Oliveira participou da reunião de lançamento, assinando ali a sua filiação:

... fiz parte de um grupo de intelectuais que desde logo estava à espera dessa oportunidade. Havia no país uma espécie de orfandade em relação à atividade política (...). Havia uma massa enorme de pessoas que estavam em busca de uma oportunidade como essa apresentada na primeira reunião. O PT foi essa chance. (Oliveira em entrevista a Biazo, 2019, 475)

Oliveira não gostava, porém, da vida partidária, incomodava-se com as disputas internas e preferiu não assumir cargos de direção. Ainda assim, era considerado uma voz importante do partido e, embora visto como um intelectual radical, defendeu posições

moderadas, de busca de acordos políticos, nos debates do PT²³; importante frisar aqui que os debates do PT foram geralmente públicos e há vários textos e entrevistas de Oliveira nos quais ele se posiciona sobre polêmicas do partido. Ele foi filiado até 2003, ano em que chegou a participar de um grupo de intelectuais do PT que se reunia quinzenalmente para “discutir os rumos políticos, na tentativa de manter um espírito crítico propositivo, sustentado em políticas públicas para o governo” (Maar, 2022, 105), como nos relata Wolfgang Leo Maar, um dos participantes do grupo que depois se juntaria ao Cenedic (centro de pesquisas da FFLCH/ USP do qual falaremos logo adiante). Esses encontros ocorreram durante os primeiros seis meses do governo, mas já no final desse ano Oliveira saiu do PT, deixando clara a sua insatisfação com os rumos que o governo tinha tomado²⁴.

... em 2003 achei que não dava mais para continuar no PT. Escrevi então uma carta pública desligando-me do PT porque eu já sabia para onde as coisas iam. Não se trata de nenhum milagre ou adivinhação. Aquela “Carta ao Povo Brasileiro²⁵”, publicada pelo PT em 2002 deveria se chamar “Carta aos Banqueiros Brasileiros”! Nela o PT capitulava e renunciava à sua trajetória, aos mandatos populares que recebia para ajudar a transformar a realidade brasileira. (Oliveira em Biazio, 2019, 475)

Em 2004 Oliveira e outros intelectuais socialistas participaram da fundação do PSOL, que reuniu grupos políticos de esquerda descontentes com o governo Lula.

Francisco de Oliveira na Universidade: PUC e USP

Em 1980 Oliveira tornou-se professor no curso de pós-graduação em economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Esse período em que lecionou na PUC é descrito por Oliveira como limitado, enquanto experiência acadêmica, pois ali ele ministrava aulas, apenas. As suas atividades de pesquisa seguiram sendo

²³ Um exemplo é a entrevista intitulada “‘Tancredando’ pelo socialismo”, concedida a André Singer em 1984, na qual Oliveira defende que o PT dê apoio claro à candidatura (em eleições indiretas) de Tancredo Neves à presidência no Colégio Eleitoral.

²⁴ A carta de desligamento foi publicada no jornal Folha de São Paulo em 13/12/2003 <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56441.shtml> consultado em 31/05/2023, no entanto posso testemunhar que a decisão de Oliveira era anterior. Em 2002, durante o encontro anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais) assistimos juntos o último debate presidencial. Desgostoso com respostas de Lula a Serra, que seguiam a linha política da Carta ao Povo Brasileiro, Oliveira comentou comigo que já não se via mais como parte daquele projeto político.

²⁵ A Carta ao Povo Brasileiro está nos arquivos da Fundação Perseu Abramo e pode ser consultada em <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaao povobrasileiro.pdf> (consultada em 01/01/2023)

desenvolvidas no Cebrap, também o principal espaço de interlocução com seus pares. Oliveira deixou a PUC em 1988, quando ingressou como professor no departamento de sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

Quanto à minha experiência acadêmica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo eu só dava aulas. No tempo em que participei da PUC-SP lembro-me que havia poucos recursos para dar maior radiação aos seus docentes. Naquele período, como havia muita perseguição política nas universidades públicas, muita gente se refugiou na PUC-SP. Podemos citar o Octávio Ianni, a Carmem Junqueira que dirigiu o Departamento de Antropologia, o Paul Singer que foi professor da Faculdade de Economia. Mas, do ponto de vista de pesquisa e de novos horizontes, a PUC não dava conta disso (Oliveira em entrevista a Biazo, 2019, página 477)

Se na PUC Oliveira sentiu falta de um ambiente mais estimulante, de interlocução com os pares, na USP já não foi assim. Ele se aproximou da professora Maria Célia Paoli e, embora fossem pessoas com trajetórias muito diferentes, trabalhos de pesquisa bastante distintos, a amizade entre os dois e a disponibilidade para o debate aberto, construtivo e generoso, aproximou-os e criou um espaço de trocas que se ampliou, acolhendo outros professores da própria USP e de fora dela, além de estudantes que participavam de seus encontros regulares às sextas feiras na FFLCH/ USP. Oliveira, que sempre gostou de dar nome às coisas, chamava esse grupo de “aldeia dos irredutíveis”. Assim ele narra sua chegada na USP e a formação do CENEDIC em entrevista a Biazo em 2012:

Bom, antes que eu deixasse o CEBRAP, alguns professores do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) tinham me convidado para entrar para a universidade. A minha experiência como professor universitário era muito recente. Eu ministrava aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Departamento de Economia, desde 1980. Trabalhei na PUC até que recebi a visita das professoras doutoras Eva Blay e Irene Cardoso, ambas do Departamento de Sociologia da USP. A Profa. Eva era a chefe do departamento naquela ocasião e me convidou para ir para a USP. Foi assim que entrei na USP e tive a felicidade de encontrar um grupo muito interessante que incluía a Profa. Dra. Maria Célia Paoli que era a figura mais expressiva. Juntos começamos a formar um grupo de estudos que

resultou na criação em 1995 do Núcleo de Estudos dos Direitos e da Cidadania (NEDIC). Mais tarde, por recomendação do então diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), o Prof. Dr. Francis Aubert, o núcleo se tornou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC). Uma vez ligado a FFLCH como um todo, passaria a ter condições de receber maior apoio institucional. Nós sempre nos consideramos amadores, ou seja, amamos o que fazemos. Para nossa surpresa, somos muito bem considerados dentro da universidade. A nossa atividade é muito intensa e produtiva, temos seminários quase semanalmente. Editamos quatro livros a partir de atividades desenvolvidas lá. Enfim, a minha atividade acadêmica na USP deve muito a esse grupo que encontrei e consegui melhorar do ponto de vista de conseguir agregar mais pessoas e contribuir para o desenvolvimento das atividades docentes e de estudos (Oliveira em Biazio, 2019, 470-1)

Apesar de ser aberto e produtivo, o CENEDIC era um grupo relativamente pequeno, que não tinha relevância e importância equivalentes à que tivera o Cebrap no debate acadêmico dos anos 1970. Mas ali Oliveira produziria pesquisas importantes ainda por muitos anos, inclusive bem depois da sua aposentadoria, em 1998. Seguiu também orientando alunos no doutorado até a década de 2010.

Os títulos acadêmicos

A trajetória acadêmica de Francisco de Oliveira foi bastante diferente do convencional. Como vimos até aqui, ele teve uma formação prática muito significativa na Sudene na sua juventude, juntamente com cursos de alto nível, mas bastante concentrados, após a graduação. Quando já vivia em São Paulo, após retornar do México, Oliveira chegou a elaborar um projeto de mestrado, que pretendia fazer na USP sob orientação do Prof. Dr. Florestan Fernandes. Isso ocorreu no final da década de 1960, pouco antes de Fernandes ser aposentado compulsoriamente pelo regime militar. Mas o projeto não chegou a ser entregue, porque um amigo de Oliveira, perdeu-o²⁶. O período no Cebrap, como podemos constatar do que foi narrado acima, teve o sentido de uma formação intelectual muito rica em debates, pesquisas e leituras, de tal modo que Oliveira se tornou ali um intelectual maduro. Foi em 1992, já como professor na USP, que ele recebeu o título de doutor por

²⁶ O amigo era Gabriel Bolaffi e Oliveira narrou esse episódio em entrevista a Mendes e Ridenti em 2012.

notório saber em sociologia na própria FFLCH/ USP. E em agosto de 2008 recebeu o título de professor emérito dessa mesma FFLCH/ USP. Oliveira recebeu ainda título de doutor *honoris causa* em outras universidades brasileiras e título de cidadão paulistano em 2003.

Linhas de pesquisa de Oliveira no Cenedic / USP

Vimos acima as áreas temáticas que Oliveira desenvolveu no período do Cebrap. Quando entrou na USP, ele seguiu desenvolvendo essas pesquisas, lembrando que houve um período em que atuou em ambos os espaços, entre 1988 e 1995, pois alguns anos depois de entrar na USP ele desvinculou-se do Cebrap. Os artigos em que ele analisou o governo Collor, pensando sobre o início do neoliberalismo, foram escritos nesse período; também o foram os trabalhos sobre a consolidação do neoliberalismo no governo FHC, o movimento que ele denominou, a partir de uma expressão de Roberto Schwarz, “desmanche neoliberal”. As contradições entre os movimentos do neoliberalismo de ampliar a autonomia do mercado e uma trajetória de avanço democrático ganharam centralidade na obra de Oliveira. E faria com que novas linhas de pesquisa surgissem, como desdobramento dessa questão central.

Em 1994, ano da eleição de FHC, ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o seminário “Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático”, organizado pelo Departamento de Política Social. O evento contou com a participação de Perry Anderson, um dos pioneiros no estudo do neoliberalismo, tendo Oliveira participado como comentarista da sua conferência. O evento resultou em uma publicação com o mesmo nome do seminário, que rapidamente alcançou um bom público e se tornou uma referência nos estudos do tema. O livro conta com texto de Oliveira, “Neoliberalismo à Brasileira” (1995).

O olhar crítico para o neoliberalismo e a forma como ele se manifesta na realidade brasileira passou a estar no centro dos estudos de Oliveira. Nota-se nesse período a forte presença do pensamento gramsciano em sua obra e do filósofo francês Jacques Rancière. Após um período em que via na disputa negociada entre classes sociais pelo fundo público a possibilidade de construção de um novo pacto de classes no Brasil, ele passou a denunciar a política ativa de negação do fazer política às classes dominadas.

Oliveira assume a tarefa de conhecer a fundo essa nova organização econômica, política e social que retira o povo da cena política, que promove a exclusão de grandes

contingentes de trabalhadores do setor formal, minando as bases dos sindicatos e se articula de uma forma desfavorável e subalterna à economia global.

Consideramos que um texto fundamental sobre esse período, em que Oliveira consolida uma interpretação densa sobre o desmanche neoliberal e a ameaça de anulação da política é o “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” (1999). O artigo faz parte do livro *Democracia: políticas do dissenso e hegemonia*, organizado por Oliveira e Paoli, como fruto de um seminário promovido pelo Cenedic. É interessante notar que esse foi um título atípico para as obras de Oliveira, que preferia usar referências mais literárias e criativas, mas talvez isso se explique pelo peso de suas conclusões, que, olhando a partir dos anos 2020, vemos que ganham uma dimensão de previsão de algo que a sociedade brasileira veria afinal com clareza apenas já no final da década de 2010, com a ascensão do bolsonarismo. Se esse momento foi, por um lado, o fechamento de um percurso de conhecer o desmanche neoliberal, por outro lado, foi também, o início de um novo momento. No final dos anos 1990, e durante as décadas 2000 e 2010, Oliveira passa a consolidar formulações teóricas sobre a relação entre neoliberalismo e democracia. Como estratégia de exposição, organizamos sua produção dessa época em áreas temáticas a seguir, mas advertimos que os temas se interpenetram.

Uma dessas áreas é a que investiga a relação entre classes sociais, representação e política. Dentre os textos em que Oliveira desenvolveu esse tema, destacamos “Passagem na neblina” (2000) e “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento” (2007).

O movimento de autonomização do mercado é o tema central de vários dos textos de Oliveira, entre eles, “A ilusão do Estado Brasileiro” (1999); “Resistirão a república e a democracia?” (2003); “Sociologia Política e a Democracia no Brasil” (2003); “Democratização e Republicanização do Estado” (2003); “O capital contra a democracia” (2005); e “Deem-me Ademir e eu darei o campeonato” (2005).

Para explicar o desenvolvimento truncado da economia brasileira, uma categoria importante de Oliveira é a do estado de exceção, que ele explora em vários textos, particularmente em “O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção?” (2003) e o *O Ornitorrinco* (2003).

O Ornitorrinco (2003) é também um dos principais textos de seu longo debate sobre o PT e o lulismo. Outros textos que focam esse tema são: “Adeus às oligarquias” (2002); “Tudo que é sólido se desmancha em... cargos” (2003) “O momento Lênin” (2007) “O avesso do avesso” (2010) e “Hegemonia às avessas” (2010). O PT e o lulismo foram importantes pautas de pesquisa de Oliveira e foram temas nos quais ele encontrou bons interlocutores dispostos a questionar as suas ideias, como o professor de ciência política da USP André Singer, gerando debates muito ricos. O PT, partido político que Oliveira identificou por muito tempo como sendo o partido da social-democracia, fora, durante o governo FHC, o contraponto à virada à direita da política brasileira. Em 2002, no entanto, Lula, o candidato do PT, conquistou a presidência e, na avaliação de Oliveira, construiu uma gestão que representava mais uma continuidade daquela política, talvez ainda agravada por um tipo de regressão no sentido político.

É uma regressão porque ela transformou os trabalhadores brasileiros em sócios do êxito deste capitalismo, por isso é uma regressão. É uma regressão porque... estou tentando trabalhar isso no meu novo projeto de pesquisa, que é a hegemonia às avessas. É uma regressão porque você dá a liderança moral aos trabalhadores e retira o conflito, então isso vai dar no conformismo, vai dar nisso que está aí (Oliveira, *Retrato de Grupo*, vídeo 7)

O ensaio *O Ornitorrinco* foi publicado em 2003, quando o governo Lula estava ainda em seu início, gerou forte impacto por sua visão desiludida. Como havia feito em sua análise das escolhas do governo FHC, Oliveira não poupou a gestão petista da sua crítica rigorosa. Além das polêmicas, estas muito bem recebidas por Oliveira, o texto rendeu também um processo judicial contra o autor, que o aborreceu bastante, ainda que tenha tido decisão final favorável a ele. Por esse livro, Oliveira recebeu o prêmio Jabuti em ciências humanas em 2004.

Nos anos 2007 e 2010 Oliveira publicou artigos em coletâneas organizadas por pesquisadores do Cenedic (ele mesmo, Maria Célia Paoli e Cibele Saliba Rizek). Seu último livro foi publicado em 2018, é uma coletânea de artigos publicados originalmente entre 1997 e 2016: *Brasil: uma biografia não-autorizada*.

Oliveira faleceu em São Paulo, em 10 de junho de 2019.

Linha do tempo, principais datas²⁷:

1933: Nascimento, no Recife (07 de novembro)

1952: Ingressa no curso de Ciências Sociais da Universidade do Recife (Hoje Universidade Federal de Pernambuco)

1956-1957: Ingressa no Banco do Nordeste, em Fortaleza.

1957: Participa de formação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), no Rio de Janeiro.

1959 -1964: Ingressa na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

1964: Após o golpe militar, passa dois meses preso no Recife

1965-1966: Atua como assessor das Nações Unidas na Guatemala

1966-1968: Leciona no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos, no México

1970 - 1995: Período em que é pesquisador no Cebrap

1974: É preso novamente pelo regime militar, tendo sofrido tortura nessa segunda prisão

1980-1988: Período em que leciona no curso de pós-graduação em economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

1982-1984: bolsista na Ecole de Hautes Études en Sciences Sociales

1988: Ingresso como professor no departamento de Sociologia USP (atuando nas linhas de pesquisa de relações Estado e economia, poder econômico, classes sociais, economia brasileira, desenvolvimento econômico).

1992: doutorado em Sociologia (USP) (notório saber). Doutor por notório saber pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1995: Deixa o Cebrap

1995: Forma, com Maria Celia Paoli e outros pesquisadores, o Nedic (que se tornaria Cenedic)

1998: Aposentadoria na USP

2003: Deixa o PT

2019: Falecimento (10 de junho)

O seu CV na base lattes aparentemente deixou de ser atualizado após 2010. Até essa data eram 128 artigos publicados em periódicos. 22 livros publicados/organizados. 59 capítulos de livros. 129 artigos em jornais e revistas.

²⁷ Informações obtidas no seu currículo na base Lattes e no perfil do pesquisador na USP, disponível em <http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2008/espaco96out/ptperfil.htm> consultado em 26/02/2023.

Capítulo 3 Francisco de Oliveira entre 1984 e 1995: A teoria do antivalor e os esforços de construção de uma sociabilidade democrática no Brasil.

Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar o percurso da construção teórica de Francisco de Oliveira a partir dos anos 1980, quando ele organiza a sua *teoria do antivalor*. Foi acompanhando o desenrolar das disputas políticas do período entre 1984 e 1995 que Oliveira deu contornos cada vez mais precisos aos seus argumentos, no momento mesmo em que os fatos históricos se passavam²⁸.

Entre 1982 e 1984, como vimos no capítulo 2, Oliveira desenvolveu suas pesquisas em Paris vinculado ao *Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNSR)*. Essa experiência abriu para ele um novo campo de reflexões sobre uma forma de organização social baseada em uma economia regulada, o Estado de bem-estar. Alguns dos seus textos, produzidos na segunda metade da década de 1980, tem um caráter mais abstrato, são aqueles nos quais Oliveira apresenta o arsenal teórico que vinha desenvolvendo pelo menos desde a passagem pela França. Em tais obras ele propõe o conceito de antivalor e, com base nele, elabora uma teoria sobre o fundo público e a disputa entre as classes no espaço público. Iniciaremos, na primeira seção, por esse trabalho, pois ali está o instrumental que Oliveira usa para construir as suas análises sobre a realidade brasileira, às quais passaremos na sequência.

Para mostrar como essa base teórica é usada para analisar a realidade brasileira no período da redemocratização, percorreremos um conjunto de seis artigos, que na verdade foram publicados antes de “O surgimento do antivalor”. Ocorre, porém, que o referencial teórico que orienta as análises apresentadas nesses textos é aquele que se explicita nos textos

²⁸ *Crítica à Razão Dualista* (1972), *Elegia para uma re(li)gião* (1977) e *Economia da Dependência Imperfeita* (1977), são textos importantes de Oliveira que não trabalharemos aqui. Embora ele fosse um pesquisador conhecido do tema da economia regional, aos poucos ele se afasta, considerando que foi um processo que se completou. *O Elo Perdido*, de 1987, embora seja uma pesquisa sobre a Bahia, já tem um outro foco, na formação das classes sociais. E há, por fim, dentro do tema do Nordeste, “A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste”, publicado originalmente na revista *Novos Estudos*, do Cebap em 1990. É evidente que essas obras não estão desconectadas de sua produção posterior, a completude do processo de integração que não representou uma superação da condição de subdesenvolvimento é já um ser disforme que após as transformações da década de 1990 resultaria n’*O Ornitorrinco*.

sobre o antivalor, o que, espero, ficará claro no percurso traçado. Esse é o conteúdo da segunda seção.

Numa terceira seção, seguindo os passos de Oliveira, um observador atento e crítico da realidade brasileira, trabalharemos um conjunto de artigos do início dos anos 1990, sobre Collor, reunidos no livro *Collor: a falsificação da ira*. Nesse momento o neoliberalismo já adquirira um claro caráter de desmanche, mas não era percebido como uma realidade inelutável. Oliveira procura em cada fissura na sociedade um vislumbre de um caminho alternativo possível e dedica sua atenção às Câmaras Setoriais e aos acordos do setor automotivo (1992-1995), um modelo de negociação que envolveu empresários, sindicatos e governos. O primeiro ano do governo FHC encerra o período de disputa pelo futuro, marca dos textos que analiso neste capítulo, e inaugura o que Oliveira viria a chamar de totalitarismo neoliberal, tema do capítulo seguinte.

Seção 1: A teoria do Antivalor

Em *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*, estão reunidos alguns textos e entrevistas de Oliveira produzidos entre 1988 e 1997. A primeira parte, “Do mercado aos direitos”, é composta por três textos sobre a questão da regulação da economia, que envolve a construção do conceito de antivalor. Como dissemos acima, esses textos foram produzidos a partir de reflexões e experiências de um período em que estava vinculado ao CNRS. O foco de suas pesquisas na França foi a economia regulada, ele se dedicou à literatura francesa sobre regulação, refletindo sobre a noção de tendência da taxa decrescente de lucro de Marx; ele alerta, contudo, que suas interpretações não seguem a mesma direção daquelas da Escola Regulacionista Francesa²⁹.

Além dos estudos dos teóricos franceses, Oliveira, um observador muito atento do seu entorno, também trouxe para o centro de suas reflexões aquilo que pôde conhecer sobre o funcionamento da sociedade sob a social-democracia. A partir das declarações de Oliveira em entrevista concedida em 2009 (Moura e Montero, 2009), podemos perceber que uma parte da inspiração para a elaboração da teoria do antivalor está nos seus

²⁹ “A violência da moeda” de Aglietta e Órleans, por exemplo, é um texto que foi citado algumas vezes por Oliveira.

trabalhos realizados na década de 1970 sobre a integração da economia nordestina³⁰, nos quais traz para o centro da análise a ação do Estado como indutor do processo, alterando os termos da reprodução do capital. Mas foi ao observar algo marcante no modo de vida dos franceses, que chamou de antimercadoria, que completava essas reflexões anteriores, que Oliveira pensou no antivalor.

O artigo “O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público” foi publicado em 1988 na revista *Novos Estudos Cebrap* (nº 22). Um segundo artigo sobre o tema foi publicado em 1993 na *Revista da USP* (nº 17), com o título “A Economia Política da Social-Democracia”. Nos concentraremos aqui no primeiro artigo, que é abrangente o suficiente para a apresentação das ideias centrais da teoria.

Uma advertência necessária a se fazer sobre a elaboração da teoria do antivalor é que o autor em nenhum momento pretendeu que fosse uma forma final, fruto de um processo plenamente acabado. O compartilhamento de ideias ainda em desenvolvimento sempre fez parte da forma de elaboração do trabalho intelectual de Oliveira; ele gostava de ver os seus textos provocarem os interlocutores e acolhia as críticas como oportunidade de aprimoramento. “O surgimento do antivalor” tem, claramente, esse caráter. É possível perceber que Oliveira vinha trabalhando nessas reflexões pelo menos desde 1982-1984, quando já se nota a presença das categorias que orientam suas reflexões em diversos textos entre 1984-1988, como veremos adiante. Quando enfim publicado em 1988, o artigo gerou polêmicas, sofreu muitas críticas, algumas das quais mencionadas pelo próprio autor no prefácio da edição da *Vozes* (1998).

As origens do antivalor

Vimos no capítulo 1 que os anos 1944 a 1973 confirmaram a previsão de Karl Polanyi de tendência de regulação da esfera econômica pela sociedade, com a necessidade de proteção da sociedade sendo colocada acima do princípio da autorregulação do mercado. A regulação do capitalismo, para Oliveira, é uma realidade

... construída através do conflito e cuja característica básica constitui-se, segundo a interpretação adotada, em um trânsito da produção de mercadorias regulada sobretudo pelo mercado para aquela cuja

³⁰ “No Brasil, o Estado, toda vez que entra na dinâmica da economia, reforça o processo de acumulação, então me pareceu que havia um processo diante do qual a intervenção do Estado mudava os termos da acumulação” (Oliveira em Moura e Montero, 2009, 170)

regulação dependeu basicamente dos direitos da cidadania, alicerçados, sobretudo, nos novos direitos sociais e do trabalho (1998 antivalor: p 09).

Em “o surgimento do antivalor”, Oliveira procura compreender o que há de específico na forma como o capital se organiza sob o modelo do Estado de bem-estar, que por cinco décadas se constituiu no padrão de financiamento público da economia capitalista nos países centrais:

Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactuadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente, toda a população, por meio dos gastos sociais (Oliveira, 1998, 19-20)

Na história da economia capitalista, o uso de recursos públicos para criar condições para a acumulação de capital foi fundamental para a expansão dessa acumulação. Da mesma forma, a assistência aos pobres também já ocorria de alguma forma nas nações capitalistas, essa não é uma novidade do Estado de bem-estar. A novidade é a construção de uma esfera pública com regras assentidas pelos principais grupos políticos, regras que formam uma regulação institucional do mercado. Com isso, o fundo público se torna parte do processo de reprodução do capital, bem como da reprodução da força de trabalho. O gasto público está no início mesmo do processo, direcionando e impulsionando o capital privado e produzindo condições de existência da força de trabalho.

Oliveira, a partir de dados da OCDE, mostra que os gastos sociais crescem acima da taxa de crescimento do PIB dos países centrais no período (com exceção de EUA e Japão). Ao assumir parte do custo de reprodução da força de trabalho, o Estado também libera salário direto e contribui para o impulsionamento do consumo. Logo, associado ao progresso técnico, o poder de compra dos salários foi também um fator que levou ao forte aumento da produtividade característico dessa época.

O padrão de financiamento público se tornou uma necessidade para os países industrializados, em razão das internacionalizações produtiva e financeira, pois era indispensável para a competitividade das empresas sediadas nesses países. A partir dos dados do FMI, Oliveira identifica uma relação direta entre o endividamento público e a

capacidade tecnológica e dinamismo econômico nos países centrais. No entanto, a contradição entre o financiamento público e a apropriação privada dos resultados da produção acabaria levando a um déficit público continuado nos países industrializados, acarretando um esgotamento e consequente condição de crise do modelo. Isso porque o círculo perfeito do Estado-providência se rompe pela internacionalização produtiva, que dissolve os processos de retroalimentação. Ou seja, o investimento e a renda se desterritorializam, mas o financiamento público continua tendo uma base territorial. A internacionalização fez com que os ganhos fiscais resultantes do investimento estatal não retornassem mais na mesma medida, enquanto o Estado, porém, continuava a ter os mesmos compromissos. Nesse contexto, a reação conservadora se apresentou com a solução da austeridade, do corte dos gastos públicos.

Antivalor, anticapital e antimercadoria

Dentro da realidade do Estado de bem-estar, o padrão de financiamento público leva, segundo Oliveira, a uma situação na qual o valor não é o único pressuposto da reprodução ampliada do capital, o que torna necessário o conceito de antivalor. Com uma esfera pública constituída a partir do padrão de financiamento do Estado de bem-estar, as regras da reprodução tornaram-se mais estáveis e previsíveis. O fundo público não opera igualmente nos diferentes setores da economia, ele oferece incentivos desiguais levando ao setor oligopolista as poupanças da sociedade, e ao fazê-lo, gera uma diferenciação entre taxas médias de lucro com relação ao setor concorrencial. Os setores contemplados com aportes do fundo público têm suas taxas de lucro aumentadas porque este último é pouco remunerado, comportando-se como o que Oliveira chama de “anticapital” (-D). A valorização do valor reporta-se não mais apenas a si mesma (D-M-D’), mas passa pelo fundo público para proceder a própria valorização.

Do lado da força de trabalho, o fundo público atua com crescente participação na formação do que Oliveira chama “antimercadorias” (-M), compostas fundamentalmente por serviços sociais que representam salário indireto para os trabalhadores. “Há, teoricamente, uma tendência à desmercantilização da força de trabalho, pelo fato de que os componentes de sua reprodução representados pelo salário indireto são antimercadorias sociais” (Oliveira, 1998 antivalor, 30)

O fundo público atua, portanto, nas duas pontas, do capital e da força de trabalho

O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação do capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente ineficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades do progresso técnico abertas (Oliveira, 1998, 31)

A proposta teórica de Oliveira, na prática, introduz uma alteração na equação da reprodução ampliada do capital, de Marx, com a participação do fundo público nesse processo. Desta forma, sendo -D e -M o fundo público que se insere na reprodução ampliada (anticapital), a equação $D - M - D'$ passa a ser $(-D) - D - M - D' - (-D)$.³¹ Já no circuito da mercadoria, com a introdução das antimercadorias (-M), temos que a equação $M - D - M$ passa a ser $(-M) - M - D - M - (-M)$.³² É fundamental reter aqui que o fundo público que se insere nessas equações *não é capital* e sua necessidade decorre do fato de ser *viabilizador da concretização das oportunidades de expansão* do capital privado.

O antivalor decorre da necessidade de expansão do capitalismo, mas o fato de indicar a viabilidade de uma forma alternativa de apropriação do excedente social aponta para a questão dos limites do sistema e sua superação possível. Oliveira avaliava nessa época que, ainda que o Estado de bem-estar não fosse algo como um portal para um modo de produção superior, revelava que o acesso e o manejo do fundo público definiriam as formas sociais do futuro. Há valores antimercado presentes nessa relação, que marcam a sociabilidade capitalista do Estado de bem-estar e fundamentam os direitos da cidadania. Essa sociabilidade já se encontrava então sob ataque de uma reação conservadora, que

³¹ O primeiro elemento da equação é o anticapital (-D), pois ele entra como impulsionador do processo, na forma de subsídios e outros incentivos públicos aos negócios privados; ele se soma a cada capital individual (D), fazendo parte da reprodução. No entanto, na outra ponta, ele apenas se repõe, após a realização da reprodução ampliada (D'), como "fração do fundo público presente nos resultados da reprodução social, que se expressa em moeda, mas não é dinheiro" (Oliveira, antivalor, 1998, 33). Representa, portanto, a parcela do fundo público que funciona como pressuposto da reprodução ampliada do capital.

³² Analogamente à equação anterior, a antimercadoria (-M) representa o fundo público na reprodução da força de trabalho. Nesse caso, "os dois primeiros termos, significam as antimercadorias e as mercadorias propriamente ditas e os dois últimos significam a produção de mercadorias e a produção de antimercadorias." (Oliveira, antivalor, 1998, 33). Essa presença do fundo público no circuito das mercadorias representa uma desmercantilização da força de trabalho, na medida em que uma parcela das mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho não passa pela relação privada trabalho-capital, mas pelo fundo público, e está fora do contrato mercantil.

redefiniu as relações em uma nova fase capitalista que já se podia vislumbrar na época da publicação do artigo.

A esfera pública

Para compreender melhor como uma nova sociabilidade se forma sob esse “modo de produção social-democrata”, precisamos entender a sua dimensão política, a esfera pública. A esfera pública é “sinônimo de democracia”, pois as instituições públicas democráticas se consolidam junto com o avanço no acesso e utilização do fundo público. O fundo público não é apenas o tesouro nacional, há uma relação dialética entre esfera pública e fundo público, só pode haver fundo público, na elaboração de Oliveira, se houver esfera pública, porque ele incorpora a medida do político. O Estado de bem-estar não deixa de ser um instrumento para a dominação de classe, mas, no contexto do encontro das classes que disputam o fundo público, ocorre o reconhecimento da alteridade, o reconhecimento dos direitos do outro e é isso que caracteriza a esfera pública. A estruturação de esfera pública nega à burguesia a propriedade do Estado, nega os automatismos do mercado e sua tendência à concentração e exclusão. “A tarefa da esfera pública é, pois, a de criar *medidas*, tendo como pressuposto as diversas necessidades da reprodução social” (Oliveira, 1998, 40). As *medidas* são as necessidades sociais reconhecidas e pactuadas, que não podem depender da autocapacidade de nenhum capital, seja na reprodução da força de trabalho, seja na reprodução do capital. Assim, a esfera pública e a democracia contemporânea afirmam “a existência de sujeitos políticos e a sua prevalência sobre a lógica do mercado e do capital” (Oliveira, 1998, 40).

Em síntese, na esfera pública constituída pela democracia representativa estão as classes sociais em relação de alteridade mediante o reconhecimento da legitimidade do interesse do outro e, portanto, a democracia constrói o terreno do público acima do privado, no qual as classes se afirmam como sujeitos da história.

O fundo público

O conceito de fundo público, tal como utilizado por Oliveira, trabalha a contradição dialética da relação que envolve ao mesmo tempo uma razão pública, de Estado, e uma razão privada, dos capitais. O fundo público é uma combinação de valor e antivalor. Enquanto antivalor, ele não busca valorizar-se *per se*, ele sustenta a valorização de um capital, mas só pode fazê-lo “com a condição de que ele mesmo não seja capital, para

escapar, por sua vez, das determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro, enquanto sustentação da reprodução ampliada” (Oliveira, 1998, 53)

O movimento do fundo público se dá na luta de classes, no processo de deslocamento do conflito da esfera das relações privadas para a esfera pública que ocorre nas instituições do Estado de bem-estar. Quando a classe trabalhadora consegue acessar a esfera pública o Estado deixa de ser exclusivamente burguês e se produz então uma nova síntese, uma forma de reprodução social que envolve o conflito e a contradição, que produz o fundo público.

Esse é o motivo pelo qual a formação do Estado de bem-estar dependeu da formação de partidos políticos operários, organizados a partir de sindicatos que representavam categorias importantes e numerosas. Foi com a criação desses partidos que o conflito se deslocou para a esfera pública.

O movimento dialético que fundou o anti-valor como negação da mercadoria ampliou a força da organização dos trabalhadores até o ponto de disputar a destinação do excedente no capitalismo, medido pelos coeficientes da despesa social pública sobre o Produto Interno Bruto (PIB) (Oliveira, o capital contra a democracia, 2005,16)

Contraditoriamente, foi justamente o sucesso da universalização dos direitos que acabou minando os sindicatos e fazendo ruir a base do movimento dos trabalhadores, do partido trabalhista, pois, com a universalização dos direitos, deixava de haver incentivos para a sindicalização³³.

Oliveira deixa claro, no texto “Surgimento do antivalor”, que o Estado de bem-estar se coloca num paradigma civilizador, ao controlar e administrar o mercado a partir de um espaço para o conflito de grupos sociais. A radicalização desse paradigma poderia até mesmo abrir a possibilidade de superação do sistema e levar ao socialismo. É importante que o leitor de Oliveira tenha em mente esse horizonte da sua visão, pois em cada análise de conjuntura ele está buscando as forças capazes de desprivatizar o Estado, de construir

³³ Em entrevista concedida a Fernando Haddad em 1997, Oliveira avaliava que o avanço da desregulamentação do trabalho acabaria por fazer com que a classe trabalhadora também no Brasil perdesse espaço na disputa pelo fundo público. A proposta de desregulamentação era já hegemônica no Brasil de 1997. Naquele momento, Oliveira ainda via no PT uma força antagônica com relação à gestão do PSDB, que deveria tentar se contrapor à sua hegemonia, para que ela não se tornasse o senso comum. Essa entrevista foi incluída na coletânea “Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita” (1998).

uma esfera pública que possa fazer avançar o paradigma civilizador no lugar da violência e da supressão das vozes dos dominados.

O ataque da direita ao Estado regulador

O Estado de bem-estar já se encontrava em crise na época em que Oliveira escreve sobre ele. O ataque da direita, ao criticar o Estado, acusa esse modelo de drenar a riqueza gerada pelos setores privados. No embate contra as pretensões de distribuição da riqueza, a ofensiva neoliberal já atingia fortemente os sindicatos. Entretanto, não era tudo no Estado de bem-estar que a ofensiva pretendia destruir, “a direita não propõe o desmantelamento total do fundo público como antivalor. O que ela propõe é a destruição da regulação institucional com a supressão das alteridades ente sujeitos sócio-econômico-políticos” (Oliveira, 1998, 46) O financiamento pelo fundo público permanece sendo indispensável para o capitalismo. O projeto político da direita, que ficaria mais claro em outros trabalhos de Oliveira, já mostrava a ambição de subordinação do Estado e das instituições da democracia ao capital, invertendo a ordem pela qual o Estado organizava as bases da acumulação para um novo modelo voltado para o despojo dos não-proprietários.

A ideia de suprimir a “intervenção estatal” se disseminou pelas ideologias conservadoras, como justificativa para abolir em grande medida a capacidade regulatória do Estado. Essa visão do Estado supunha implicitamente uma intencionalidade e finalidade próprias da ação do Estado, equivalente a de um agente econômico privado. Oliveira contesta essa visão e reafirma a radical separação entre Estado e sociedade. A racionalidade do Estado não se confunde com a racionalidade privada, para assegurar interesses privados o Estado precisa torná-los interesses gerais, por isso o Estado é espaço em disputa.

Seção 2: A transição democrática no Brasil e os futuros possíveis

O contexto 1984-1985

Oliveira retornou ao Brasil depois de dois anos na França, desembarcando em meio ao debate das Diretas. Esse momento de estranhamento, no reencontro com a realidade brasileira, que se segue ao período de reflexão sobre uma outra sociabilidade possível, produz uma série de análises dispersas em vários textos, por isso, talvez, pouco conhecidos, mas que já carregam a novidade teórica do resultado disforme da “evolução” da sociedade brasileira, cuja formulação mais acabada se tornaria mais conhecida quase 20 anos depois com *O Ornitorrinco*. Nos textos de 1984 e 1985, o autor trabalhava com as ideias da teoria do antivalor, que, embora em elaboração e ainda não nomeadas com os

termos apresentados em “o surgimento do antivalor” (1988), já formavam um conjunto teórico coeso. Com o passar dos anos, o desenvolvimento da teoria acompanharia uma maior definição do próprio cenário brasileiro.

Em 1984-1985 e mesmo antes, já era possível identificar no Brasil ecos do discurso reacionário “reaganista”³⁴, uma clara ideologia anti-estado, que pretendia transformar as empresas estatais em empresas equivalentes às privadas, não mais para ser instrumento de política industrial (e econômica), mas para a geração de lucros para seus novos – privados – proprietários. Mas o reaganismo não tinha vencido o debate, era um momento de forte disputa ideológica, que trazia duas principais questões para o debate público: a *democracia*, como um amplo consenso, que unia as principais forças políticas, e a *crise econômica*, que penalizava as classes dominadas, mas também amplos setores das classes dominantes. Alguns dos democratas eram “progressistas”, buscando resgatar o desenvolvimentismo perdido, uma concepção que Oliveira considerava já então fora de sua época, como veremos adiante. Quanto ao socialismo, havia sido banido do horizonte do futuro possível, estigmatizado por longa e dura campanha ideológica; portanto, Oliveira, apesar de socialista, não vislumbra a possibilidade de uma mudança nesse sentido no Brasil.

Além da campanha pela redemocratização, o final da década de 1970 e os anos 1980 foram marcados pelo ressurgimento do sindicalismo, em meio à crise econômica e na contramão da tendência internacional. A organização sindical crescia com força, com capacidade de mobilização de uma parcela importante dos trabalhadores. As Centrais sindicais que foram formadas nessa época tiveram importante papel político, assumindo o protagonismo da luta pela democracia. Essa nova força levou à formação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), o primeiro partido legal em muitos anos imbuído da missão de representar politicamente os dominados, em particular os trabalhadores formais. Outros movimentos sociais emergiam nesse cenário de efervescência política do início dos anos 1980 e vários deles se juntaram ao PT. Vimos no segundo capítulo que Oliveira havia se somado aos esforços para a criação do PT, juntamente com muitos outros intelectuais; alguns de seus textos são justamente debates de assuntos do partido, os quais eram geralmente públicos. Neste texto não nos deteremos

³⁴ Em alguns textos de Oliveira da década de 1980 vemos essa expressão, “reaganista” que remete às mudanças reacionárias do presidente norte-americano Regan, mas também da sua equivalente na Inglaterra, Thatcher. O termo “neoliberalismo” começa a ser usado por ele depois, a partir dos textos sobre Collor.

especificamente sobre a sua atuação no PT, embora, pontualmente, algo desses debates possa ser mencionado.

Em 1984 foi apresentada na Câmara Federal a Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para Presidente da República. O país foi tomado por uma campanha em defesa da aprovação dessa emenda, o movimento conhecido por “Diretas Já”. Apesar do amplo apoio da opinião pública, a emenda foi rejeitada³⁵ e na sequência foi formado um Colégio Eleitoral para conduzir eleições indiretas. Apresentaram-se dois candidatos, um claramente de direita, herdeiro direto do regime autoritário, Paulo Maluf, e outro moderado, bem articulado com políticos de direita, de centro e centro-esquerda, Tancredo Neves.

O Brasil entre o novo e o velho na política: o futuro em disputa

O Brasil era um país mobilizado pela campanha em defesa da Emenda Dante de Oliveira, quando Francisco de Oliveira retornou da Europa em 1984. Nesse momento de sua produção, chama a atenção o fato de que ele se afasta da “onda intelectual” do momento, empolgada com a demonstração de potência criativa dos movimentos sociais e do sindicalismo. Oliveira se apropria desse debate que, naturalmente, se dá mesmo dentro do Cebrap. No entanto, seus textos têm um tom bem diferente na abordagem dos movimentos sociais e nas expectativas colocadas sobre esses novos atores. Poderíamos apontar duas razões para isso (que não excluem outras possíveis). A primeira de caráter mais conjuntural: esse interregno em que se afastou do contato direto com a realidade brasileira, que lhe permitiu vivenciar uma outra forma de organização social na Europa, faz com que Oliveira ao voltar, veja não apenas aquilo que é novo na cena nacional, mas também faz com que experimente um “novo” impacto daquilo que é velho e por isso permaneceu, em grande medida, naturalizado para os que aqui estavam e, conseqüentemente, um pouco menos evidente. Logo, o choque com a violência nas relações, nas instituições, fez-lhe destacar também aquilo que não é novidade, mas que caracteriza essa sociedade e que estabelece as medidas para as relações. Uma segunda razão foi o método dialético; como nos lembra Schwarz em seu “Prefácio com

³⁵ Apesar de ter recebido 298 votos “sim”, 65 “não” e 113 abstenções, a emenda precisaria receber 320 votos favoráveis para ser aprovada, correspondente a 2/3 da Câmara dos Deputados.

perguntas”³⁶, Oliveira é um mestre da dialética e por isso não recusa o contraditório, pelo contrário, seu raciocínio se completa dessa forma.

Portanto, em “A volta e a reviravolta” (artigo publicado na revista *Lua Nova*, em 1984), antes de falar dos celebrados movimentos sociais, ele mostra o choque do retorno diante do autoritarismo que permeia a sociedade brasileira: “o autoritarismo é a marca por excelência da formação da sociedade e as diversas formas de Estado autoritário não tem sido, ao longo da nossa história, senão a ‘conformação’ estatal autoritária de uma sociedade intrinsecamente autoritária” (Oliveira, a volta e a reviravolta, 1984, 19)

A democracia que se busca, foi antes uma exceção na história do País, o mais comum foi a “impermeabilidade dos regimes políticos brasileiros à presença do ‘povo’” (Oliveira, a volta e a reviravolta, 1984, 20), suas organizações, sindicatos e partidos políticos. A cidadania, para os cidadãos brasileiros, só existe formalmente ou para poucos, sendo que daqueles que não são outorgados cidadãos, as amplas massas das periferias, já se supõe que sejam bandidos. A profusão de ambulantes nas ruas evidenciava a absoluta falta de direitos, o desamparo do trabalhador informal, que já dos tempos da *Crítica à Razão Dualista* chamavam a atenção de Oliveira.

Contudo, apesar do autoritarismo e da falta de direitos, a resistência popular se ampliou na cena política e passou para a ofensiva com a campanha das Diretas, rompendo o bloqueio elitista e institucional. Mesmo com a proposta da Emenda rejeitada, o movimento empolgante, pelo qual o povo concreto assumiu a defesa dessa causa, como forma de pôr fim ao regime autoritário, gerou temores e levou as autoridades do regime à negociação.

Entre o autoritarismo e a resistência popular não havia um caminho definido para a sociedade brasileira nesse momento, o futuro estava em disputa. Por isso, a luta pela redemocratização, que se colocava na linha de frente de um amplo conjunto de demandas por ampliação de direitos, na análise de Oliveira, era muito mais que uma questão tática ou conjuntural. Em “As decisões cruciais: democracia ou bestialização”³⁷ (1984), ele defende que se tratava de uma redefinição muito mais ampla da sociedade brasileira. O que se contrapõe à democratização é a bestialização, o afastamento da civilização.

³⁶ Schwarz, R. “Prefácio com perguntas” prefácio de *Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*.(2003)

³⁷ “As decisões cruciais: democracia ou bestialização” Em Revista Novos Estudos Cebrap, edição 08 volume 1, de abril de 1984. Consultado em 16/07/2023 em <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-08/#gsc.tab=0>

Civilização

Antes de prosseguirmos na análise de Oliveira sobre a esse período, vamos fazer um breve parêntese para abordar a categoria “civilização”, que tem um significado bastante diferente em Oliveira do que vimos em Polanyi. O termo civilização tem sido usado sob diferentes significados, originados de formulações teóricas distintas. Vamos destacar três deles, que devem ser explicitados para clareza da nossa análise.

O primeiro é o conceito eurocêntrico de civilização associado ao desenvolvimento econômico, que teve origem na economia política clássica, sendo usado inicialmente em 1756 pelo economista Mirabeau³⁸. Para economistas políticos progressistas do século XVIII e XIX, a burocracia estatal deveria ser uma estrutura que, ao favorecer a livre iniciativa econômica dos cidadãos, faria avançar o “progresso da civilização”. Eles partiam de uma visão evolucionista das sociedades, que associava alguns povos europeus (e também a sociedade norte-americana branca) a um padrão mais “avançado” de sociedade, “civilizado”, enquanto via em povos com outras tradições e padrões tecnológicos um estado de “atraso” e de “falta de leis”, que associava a um conceito de barbárie. Esse conceito, que serviu como fundamento ideológico da dominação dos “bárbaros” pelos “civilizados”, persiste no universo cultural das sociedades, apesar de há muito tempo ser considerado uma teoria superada nas ciências humanas.

O segundo conceito, usado por Polanyi, é o conceito de civilização geralmente desenvolvido em um referencial antropológico. Sem uma conotação valorativa ou uma pretensão evolutiva, define uma forma específica de organização social em uma época e lugar determinados. É nesse sentido que a sua obra é um estudo da “civilização do século XIX”.

O terceiro conceito de civilização, que tratamos neste texto, é a ideia às vezes mais explícita, às vezes não tanto, na obra de Oliveira, que se refere a uma capacidade de convívio social orientada por regras e mediada por instituições, de tal forma que se exclua o uso legítimo da violência das relações diretas entre os membros dessa sociedade. A barbárie, por outro lado, se instaura na medida em que se permite que a violência permeie as relações sociais, subtraindo ao indivíduo as condições de vida digna, bem como o seu direito a exigir direitos. A barbárie também se manifesta na degradação da natureza, no

³⁸ Victor Riqueti, marquês de Mirabeau, foi economista, discípulo de F. Quesnay e membro da escola fisiocrática.

avanço violento sobre os ambientes naturais, ameaçando a existência de muitas outras espécies, além da humana. Ou seja, o avanço civilizatório está relacionado a um afastamento da violência como forma de resolução das tensões sociais e a pactuação do convívio social sob a forma de direitos e seu efetivo exercício.

As decisões cruciais

Os anos 1980 eram, portanto, para Oliveira, um momento de decisões cruciais, de definição de um caminho entre a redemocratização, que representava uma opção pelo avanço civilizatório, ou a bestialização. Embora soe dramático, não se trata de mero recurso retórico, ele observa uma sociedade que não pôde transitar para um modelo de representação de classes na política institucional, por causa do regime autoritário, entre outros fatores, porém:

Através de múltiplos percalços, entre os quais se inclui a dura repressão destrutora da identidade social, a sociedade brasileira logrou construir um sistema de referências políticas simbólicas, no centro do qual a democracia é a chave, que surpreende o observador pessimista atento apenas às dificuldades da sobrevivência material das classes e grupos de pessoas, assolados por uma inflação anual que já ultrapassou os 200% (Oliveira, democracia ou bestialização, 1984, 1)

Nesse momento de disputa, com a população atemorizada pelas condições econômicas e pelo aumento da violência nas cidades, Oliveira colocava em destaque um fenômeno social de mídia: o apelo ao *pânico* nos meios de comunicação em programas de jornalismo policial sensacionalista, que se tornaria um padrão cada vez mais disseminado em rádio e televisão. Neles, apresentadores como Gil Gomes divulgavam um modelo de ordem fundada na repressão violenta contra marginais e assaltantes comuns, que Oliveira identifica como uma das condições para o fascismo. Esses programas policiais traziam um vislumbre de uma “solução” que se colocava no campo das possibilidades, que se contrapunha à negociação pela via democrática, era uma solução pela violência, pela bestialização.

Por isso, as decisões cruciais de hoje não têm apenas valor tático, (...) elas têm uma importância estratégica, iniludível. De sua resolução sairá a resposta ao enigma da modernidade da sociedade de massas no Brasil. O desafio de construir uma sociedade democrática onde a democracia se constitua no campo de lutas das transformações econômica, social,

política e cultural, ou uma sociedade de massas decepcionada pelo logro da usurpação de seu referencial simbólico, presa inerme das aventuras totalitárias (Oliveira, democracia ou bestialização, 1984, 1)

A transição democrática dava, do ponto de vista formal, um passo importante na instituição de regras políticas da disputa do Estado. A eleição de Tancredo, ainda que pela via indireta, pelo Colégio Eleitoral, era uma etapa do avanço da democracia na visão de Oliveira³⁹. Mas a transição democrática ainda precisaria “atravessar o Rubicão” para consolidar essa via: por meio de uma escolha estratégica pela esfera pública como forma de acesso ao fundo público, criando as condições para a formação de uma nova sociabilidade e afastando a violência como forma de resolução dos conflitos. “Nossa oportunidade histórica, nacional e coletiva, está jogada: além do Rubicão, se nos oferece o imenso campo da democracia como forma de luta e de transformação ou a cacofonia eletrônica dos Goebels históricos da impotência coletiva” (Oliveira, democracia ou bestialização, 1984, 1)

Ficamos presos do outro lado do Rubicão⁴⁰ com uma transição incompleta, já que a sociabilidade democrática não se consolidou e não pudemos afastar *a cacofonia eletrônica dos Goebels históricos da impotência coletiva*. Apesar disso, ainda havia muita luta pela frente e conquistas a serem alcançadas. Lembremo-nos, no entanto, que na medida em que a transição democrática avançava e atendia antigas demandas de retomada dos direitos civis, políticos e até sociais, uma outra questão pesava cada vez mais, exigindo uma solução: a crise. A ditadura colapsara em grande medida por causa da crise econômica que criou, mas o novo governo civil precisava buscar meios de resolver o problema. Resolver a crise era também uma necessidade da democracia.

A crise econômica no centro do problema, desde as decisões de Delfim Neto

Em “Além da transição, além da imaginação”, de 1985, Oliveira produz uma reflexão mais profunda sobre a questão da crise que afeta o Brasil e as soluções insuficientes que foram apresentadas ao longo dos anos em que se deu o processo de transição política. A

³⁹ Oliveira comenta esse tema em entrevista concedida a André Singer e publicada na Folha de São Paulo em 1984 com o título “Tancredando pelo socialismo”.

⁴⁰ A metáfora sobre a travessia do Rubicão é recorrente na obra de Oliveira, seria usada na análise do governo Collor, em 1992, relacionando as suas medidas a passos decisivos para a implantação do neoliberalismo no Brasil; e novamente em “O momento Lênin”, publicado em 2007, para analisar o governo Lula “Mas o carisma criado por seu pertencimento a um movimento operário que jogara a ditadura nas cordas e contribuía para a redemocratização do país ainda permanecia, e foi seu cacife para as eleições. E para não atravessar o Rubicão.” (2007, 278)

sua tese principal é que a transição democrática não poderia se completar e se sustentar sem uma transição econômica pela qual o social fosse parte da solução do problema da crise econômica. O social aqui entendido como do direito a bens e serviços públicos universais e o seu efetivo exercício.

Oliveira explica, em “O laboratório da falsificação”⁴¹ o processo que levou à erosão das condições econômicas do país a partir das decisões de Delfim Neto quando ministro do presidente João Figueiredo. Esse tema foi retomado em outros textos sobre o regime militar, como “Queda da ditadura e democratização no Brasil”⁴². Na ditadura militar, empresas produtivas estatais de setores como petroquímica, aço, entre outras, forneciam insumos a preços subsidiados, alavancando o crescimento do setor privado. Mas essa situação muda com um redirecionamento da política econômica conduzido por Delfim Neto.

... ele [Delfim Neto] liquidou com a capacidade de acumulação a partir do Estado brasileiro. Essa liquidação deu-se quando ele estatizou a dívida externa. Transferiu das empresas privadas para as empresas públicas o ônus da dívida externa e usava frequentemente as empresas estatais (...) que tinham crédito no exterior para tomar dinheiro emprestado para fechar as contas do balanço de pagamentos (Queda da ditadura e democratização no Brasil, 2002, 46)

Com isso, expandiu a dívida externa e interna, para “limpar” capitais privados, como política de ajuste de balanço de pagamentos: “Pela conversão da dívida externa em dívida interna, o Estado brasileiro pagou o ajuste das empresas à nova ordem econômica internacional” (Oliveira, Quem tem medo da governabilidade?, 1998, 168) Pretendia assim evitar a expansão dos meios de pagamento e controlar internamente a inflação. Contudo, o refinanciamento de empréstimos estrangeiros já não era mais algo que se pudesse esperar do mercado financeiro internacional e tornou-se impossível financiar a acumulação internamente com capital externo. ...“essa operação liquidou com a capacidade de crescimento da economia comandada pelo Estado” (Queda da ditadura e democratização no Brasil, 2002, 46). Consequentemente, a economia entrou em

⁴¹ Primeira parte do livro *Collor: a falsificação da ira*, composta por ensaio apresentado originalmente para a Clacso.

⁴² Oliveira “Queda da ditadura e democratização no Brasil”. In: Fávero, Osmar e Semeraro, Giovanni (orgs) Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. 2002

desaceleração, as estatais em declínio, com insolvência financeira externa, perdendo a capacidade de dinamizar as cadeias econômicas.

Por outro lado, a política da dívida interna pública como meio de pagar as obrigações externas do setor público, gerava um rendimento seguro que passou a sustentar a lucratividade do setor privado. O investimento produtivo, que já não viria mais do setor público, deixa de vir também do privado. “Esta é a história de como as burguesias, na crise de acumulação, terminaram dilapidando o poder regulatório dos instrumentos públicos, trombando entre si e finalmente com o próprio Estado que lhes deu sustentação” (Oliveira, 1992, 130)

O processo de transição democrática no Brasil envolveu um rompimento da aliança que sustentou o regime autoritário. O desenvolvimento econômico dos anos da ditadura havia se revertido em uma crise para a qual os militares não eram capazes de apresentar solução e nem ao menos produzir previsibilidade econômica, situação que abalou as bases sociais de sustentação do autoritarismo. Uma parcela da burguesia se uniu então a grupos populares, formando um amplo consenso sobre a democratização, mas que envolvia, na visão de Oliveira, uma certa ingenuidade, já que não havia uma referência clara do que seria a democracia e tampouco uma adequada compreensão da dimensão da crise.

A forma como se rompeu a aliança possibilitou a transição negociada e o amplo consenso sobre a democratização, mas escondia diferenças de perspectiva. Sem o enfrentamento de fato das Forças Armadas, vários dirigentes do regime autoritário se integraram ao novo modelo e a agenda da transição assumiu então o caráter de um programa conservador.

As soluções inadequadas para a crise foram fruto de uma visão simplista, incapaz de perceber que a crise não era um acaso ou descuido na política econômica, ou uma crise cíclica. A crise tinha, na verdade, um caráter de encerramento de um ciclo histórico, uma “grande crise”. “Brevemente, pode-se dizer que a característica central de uma ‘grande crise’ é a de pôr em xeque os elementos de regulação do sistema; na crise atual, a regulação que está sendo posta contra o muro é a keynesiana” (Oliveira, Além da transição, 1985, 03). Era uma crise mundial, afetando os países centrais e até mesmo os socialistas.

Quando o mundo passava por uma grande crise nos anos 1930, a reação da economia brasileira foi assimétrica com relação aos países centrais. Mas a condição dos anos 1980 era muito diferente e a integração no sistema mundial, muito maior. Por esse motivo,

segundo Oliveira, “A sorte da economia brasileira, pese as margens de manobra que certamente restam, não será independente do que se passe no conjunto do sistema capitalista” (Além da transição, 1985, 4). Diante do fato de que o programa conservador na condução da política econômica e industrial permanecia, Oliveira avalia que as perspectivas para a sociedade brasileira eram ruins mesmo na hipótese de uma retomada do ciclo ascensional das exportações. Isso ocorreria por ser imperativa a necessidade de obter meios de financiar a dívida externa, o que levaria o Estado a concentrar seus esforços em favorecer os setores exportadores, sucateando os demais setores da indústria nacional. A concentração de renda teria forte probabilidade de continuar piorando, ameaçando até mesmo a viabilidade da democracia incipiente. A solidez da análise de Oliveira muito frequentemente levou a previsões acertadas, como estas.

Mas haveria então alguma saída possível para a economia brasileira, presa a uma condição desfavorável com relação ao sistema financeiro mundial e diante de uma grande crise do paradigma keynesiano? “A história do capitalismo tem demonstrado, repetidamente, que uma ‘grande crise’ jamais se resolveu ‘economicamente’, isto é, restaurando-se o ciclo de acumulação dentro dos mesmos padrões que o regulam; isto é próprio apenas para as crises cíclicas” (Oliveira, Além da transição, 1985, 4). Para sair de uma grande crise seria preciso ir além, com transformações nas instituições sociais e no Estado, nas relações sociais, com uma nova sociabilidade. Foi o que aconteceu nos anos 1930 com a gradual implantação do Estado de bem-estar nos países centrais, com a produção em massa, mudanças nas relações de trabalho, novo papel do gasto público e desprivatização do Estado.

Uma solução popular entre grupos de economistas brasileiros na época foi descartada por Oliveira: a retomada do programa “progressista” que marcara a política brasileira em grande parte do século XX, mesmo no regime autoritário. Essa visão mantinha na agenda a superação do subdesenvolvimento, um

... “anti-imperialismo” como fachada do que era, a rigor, uma forma nacional-burguesa de utilização do Estado como alavanca para a expansão. Na temática “anti-imperialista” somavam-se, portanto, uma tática burguesa e uma estratégia de esquerda, o que lhe conferia caráter “progressista” (além da transição, 1985, 12)

Construía assim, naquele momento, uma convergência unindo os setores “nacionalista” e “internacionalista” da burguesia, em razão de uma visão comum de dependência financeira e tecnológica do exterior.

No entanto, para Oliveira, a proposta de retomada do desenvolvimentismo parte de uma visão equivocada da crise, no seu entendimento, como uma “crise cíclica” e de uma incompreensão da nova condição da economia, o que tornava já então anacrônico o discurso da superação do subdesenvolvimento. Isso porque:

A característica mais marcante da economia brasileira contemporânea não é, de nenhum modo, a de uma economia subdesenvolvida, (...) economia brasileira é *sui generis* no sentido de que já é uma economia de regulação monopolística, resultado mesmo da profunda modificação na divisão social do trabalho combinado com sua inserção nos circuitos internacionais do capital (Oliveira, *Além da transição*, 1985, 5)⁴³.

Quanto ao socialismo, como vimos, não estava colocado como pauta política “A anticultura política da sociedade de massas elabora um código fechado, em que a possibilidade de ultrapassar o quadro institucional não é sequer posta como própria da luta de classes na democracia” (*além da transição*, 1985, 14).

Se o autor exclui como solução o programa conservador e vê como anacrônica a proposta de retomada de práticas desenvolvimentistas, o que ele propõe então? Uma saída “não econômica” por meio de um enorme avanço social. É não econômica porque:

O social mantém com o econômico uma relação de negação. A posição frequente nas ciências sociais, particularmente na economia, e que se transporta para as agendas da ação política, de subordinação do social ao econômico, não alcança entender a relação da negatividade dialética entre os dois campos (Oliveira, 1985, 6).

Como vimos acima, ao analisar o Estado de bem-estar, Oliveira mostra que o gasto público se divide entre o gasto que financia o movimento de acumulação e um gasto com

⁴³ É interessante observar que Oliveira traz em “*Além da transição, além da imaginação*” um dos argumentos centrais d’*O Ornitorrinco*, obra que publicaria quase 20 anos depois, sobre o resultado disforme do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que batizaria de *Ornitorrinco*: “Atravessada e travejada por todos os signos da regulação monopolista, a economia brasileira não chegou entretanto à mudança das relações sociais no interior mesmo do capitalismo, que é a marca específica da regulação keynesiana. Fundo público como articulação essencial na reprodução do capital e ausência do fundo público na regulação do mercado de trabalho e na reprodução da força de trabalho, trata-se a rigor de um Estado do Mal-Estar” (1985, 5)

a reprodução da força de trabalho (gasto social), ambos importantes nessa forma de organização do capitalismo em crise na década de 1980. Na história do capitalismo, o gasto público faz parte da relação social de produção, por outro lado, o social, historicamente, limita-se à caridade, à distribuição de sobras. No Brasil, a participação do gasto público na acumulação adquiriu um novo peso e significado nas políticas do Estado Novo até o período militar, como Oliveira analisa em profundidade em suas obras sobre a integração do Nordeste. Mas o social não acompanhou esse processo, seguiu alimentado das sobras. Podemos citar pontualmente alguns avanços, como a legislação trabalhista de Vargas e a expansão do ensino público em nível básico. E, como vimos no capítulo 2, o golpe militar de 1964 viria justamente para barrar os movimentos por ampliação de direitos, contendo pela força a insatisfação dos dominados com a concentração de riqueza.

Retomando um argumento central da *Crítica à Razão Dualista*, Oliveira destaca que o modelo de crescimento econômico no Brasil nunca teve como base o social, pelo contrário. Os períodos do governo de Juscelino Kubitschek e do “milagre” dos militares foram os de maior crescimento econômico nacional, no entanto, no primeiro não houve avanço social e no segundo houve claro retrocesso, com supressão de direitos civis, políticos e trabalhistas. “Os aumentos de produtividade conseguidos pela economia brasileira ao longo dos últimos vinte anos são a consequência inevitável da negação do social” (Oliveira, *Além da transição*, 1985, 06).

Oliveira observa que o movimento do capitalismo mundial de meados da década de 1980 se baseia na negação das conquistas sociais do período anterior e se vale de uma forma de Estado de exceção para ativar os mecanismos econômicos “reaganistas”. A defesa do avanço social como forma de superação da crise é, portanto, claramente, a escolha de um caminho divergente com relação ao que identifica como tendência mundial.

O avanço social seria mais que suprir as imensas carências da população, seria inscrevê-las no campo dos direitos sociais e criar a partir deles uma nova sociabilidade. Uma nova articulação de interesses no interior do fundo público, uma competição entre o financiamento da reprodução do capital e financiamento do social, resultaria em um novo modelo institucional capaz de estabelecer uma condição de previsibilidade para a economia e para a democracia.

Oliveira conclui que o avanço democrático no Brasil é instável não porque houvesse um risco de novo golpe militar, mas porque havia um imenso “fosso das desigualdades

econômicas e sociais criado pela industrialização e amplificado pelo casamento ‘regime autoritário mais crescimento econômico’” (*Além da transição*, 1985, 07) que impede a formação de uma cultura política na qual seja legítimo o questionamento da dominação.

Para construir uma proposta para a solução da crise no Brasil, em “Além da transição, aquém da imaginação”, Oliveira trabalha no concreto a teoria que é apresentada em “O surgimento do antivalor” (relembrando, no entanto que a publicação dos textos sobre o antivalor é posterior, mesmo em sua versão original na revista *Novos Estudos Cebrap*). Nessa teoria, um espaço de conflito legítimo entre as classes sociais – espaço público - é fundamental para estabelecer a medida, organizar a distribuição do fundo público. Em 1985, Oliveira apresenta essa contradição como uma negatividade entre econômico e social, que ainda está ausente da sociedade brasileira, que pratica uma “regulação keynesiana sem direitos sociais”, ou seja, onde só se reconhece o direito do econômico/capital de acesso ao fundo público. “Esta relação sem negatividade constitui uma forma de política, que por sua vez emoldura o comportamento do econômico e do social: o primeiro impõe-se como o construtor de uma sociabilidade geral, na qual o segundo é estritamente subordinado” (Oliveira, *Além da transição*, 1985, 08).

Por isso, restou aos democratas a opção pelo avanço social:

Serão as questões dos direitos sociais que podem constituir a base de uma pauta progressista na agenda política. Em forjando um novo direito social, em desprivatizando o Estado e suas instituições, em dando conteúdo e forma pública aos serviços sociais públicos, em impulsionando novas formas de representação de interesses no interior do fundo público, em impondo limites ao lucro e à exploração, em restabelecendo a relação de negatividade, de antagonismo, entre o social e o econômico, em descentralizando radicalmente a forma de propriedade privada — eis as formas de estabelecer uma nova cultura política, no quadro democrático, que torne plausível e possível o próprio questionamento da dominação. Sem isso a democracia ficará confinada à alternância dos blocos burgueses ou aos limites da querela das classes médias com o Estado, mas não se afirmará como uma nova cultura política, aberta às incertezas e contradições (*além da transição*, 1985, 14)

Oliveira procura pensar nos atores políticos que poderiam estar à frente de uma proposta de transformação no sentido que propõe. Para isso analisa as classes médias, que têm uma representação ampliada na esfera política, mas não identifica na sua ação a virtualidade da mudança. A questão da classe média será retomada mais à frente. A força política dos sindicatos, representada pelo PT, surgia de um movimento que desenvolveu a capacidade de negociar e por essa capacidade, não por uma visão socialista ou revolucionária, que não tem, Oliveira os vê como os atores com potencial para produzir essa disputa, mas ainda sem peso político suficiente para impô-la a outras classes.

Pacto social de Tancredo Neves

Presidente eleito, mas ainda não empossado, Tancredo Neves, propôs um “pacto social” e o Cebrap organizou⁴⁴ o debate “Por quê pacto social?”, sobre a proposta daquele que, se esperava, seria o futuro chefe do poder executivo. No momento em que ocorreu o debate, em 11 e 12 de abril de 1985, a transição do cargo de Presidente da República já havia sido feita para o vice de Tancredo, José Sarney, que assumiu em 15 de março como primeiro presidente civil da Nova República, pois Tancredo havia adoecido e se encontrava hospitalizado. Tancredo faleceu alguns dias depois da data do debate, em 21 de abril.

Oliveira foi um dos expositores nesse debate, apresentando “Crise econômica e pacto social”, artigo posteriormente publicado na revista *Novos Estudos Cebrap*. O governo já estava formado, por isso, em sua exposição, Oliveira procura se ater menos aos discursos e mais a sinais concretos que o governo estava dando na composição dos ministérios para decifrar a situação política em formação. Ele constata que os nomes apresentados têm um perfil privatista, logo, esperava que os indicados seguissem o percurso de acentuar o

⁴⁴ O seminário, que teve patrocínio do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) foi coordenado pelos professores Juarez Rubens Brandão Lopes e Francisco de Oliveira. Os expositores e debatedores de cada tema foram: “Brasil — do autoritarismo à democratização: as condicionantes políticas do pacto social”: Wanderley Guilherme dos Santos (expositor). Comentários: Paul Singer, Regis de Castro Andrade, Bolívar Lamounier e Enzo Faletto. “Crise econômica e pacto social”: Francisco de Oliveira (expositor). Comentários: Luiz Gonzaga Belluzzo e Juarez R. Brandão Lopes. “Sindicatos, empresas: possibilidades e limitações das políticas de pacto social”: Maria Herminia Tavares de Almeida (expositora). Comentários: Roque Aparecido da Silva e Leôncio Martins Rodrigues. “Pacto social nos processos de democratização: a experiência latino-americana”: Norbert Lechner (expositor - Chile). Comentários: Juan Carlos Torre (Argentina), Mario dos Santos (Argentina) e Luiz Werneck Viana e Enzo Faletto. Painel — O pacto social na perspectiva dos atores políticos: com Francisco Weffort, Luiz Antonio Medeiros e Paulo Francini.

caráter privado das operações das empresas estatais, com o lucro como critério; essas pessoas mostravam simpatia à ideia de transferi-las de fato para o controle privado.

O conjunto da política econômica -...- tende a reproduzir a política econômica do regime anterior. Não se trata apenas de continuísmo; a política econômica do regime anterior, em sua aparência errática, escondia a condição de cópia da política reaganista. Neste caso, advirta-se desde logo, não se está dizendo que existe uma subordinação ideológica ou entreguista: é algo mais profundo” (1985 pacto social, 07)

O paradigma “reaganista” é, na descrição de Oliveira, marcado por um sucateamento do setor industrial por meio da elevação da taxa de juros, que faz com que só aqueles setores com retornos mais altos possam sobreviver. Nesse momento, tal modelo de política já se encontrava em andamento no Brasil, por meio da política de juros altos, o que drenava os recursos do Estado e não deixava margem para ações governamentais redistributivistas. No concreto, já era possível identificar, portanto, uma definição de um caminho escolhido pelo governo civil.

Quanto aos discursos dos economistas, não se poderia falar de um padrão dominante.

A internacionalização da economia à escala mundial destruiu o padrão regulador anterior, e com ele a capacidade teórica do keynesianismo, fazendo emergir o caos teórico atual, em que aparentemente domina o monetarismo; a rigor não há padrão teórico dominante, mas uma utilização *ad hoc* de pressupostos teóricos tanto do keynesianismo quanto do monetarismo. Trata-se de um pragmatismo órfão de teoria (Oliveira, Crise econômica e pacto social, 1985, 03)

Oliveira ainda analisa a condição das forças políticas e, diante do cenário formado, conclui que o pacto em termos genéricos, como foi proposto, não teria como produzir realmente algum resultado e deveria levar ao desencanto.

Reaganistas versus consolidação da democracia

É possível notar que neste texto, Oliveira já observa que grupos dominantes se preparavam para a mudança que estava por vir, “a mudança das condições institucionais nas relações capital-trabalho no Brasil, trunfo principal de que conta o empresariado para inserir-se na nova divisão internacional do trabalho, no estilo reaganista” (Oliveira, Crise econômica e pacto social, 1985, 06). O olhar atento de Oliveira lhe permitiu identificar

os sinais da onda neoliberal, e trazer, como tantas vezes faria, a sua aguçada crítica. Mas a disputa da hegemonia não se encerrou e, apesar da vantagem dos monetaristas reaganistas, havia um enfrentamento político ativo em que outros discursos buscavam seu espaço.

No ano seguinte, 1986, foi eleita a Assembleia Constituinte⁴⁵, um espaço onde se deu a disputa política sobre os novos rumos da sociedade e a economia brasileira em que estavam presentes representantes das ideias reaganistas, mas também seus opositores. Os debates da Assembleia Constituinte incorporaram demandas de movimentos populares, mas não escapavam das pressões de grupos resistentes à democratização política e econômica do Brasil, nem mesmo dos militares. A forte presença de forças populares foi importante para a consolidação de avanços para a defesa dos direitos de cidadania na nova Carta, em que pese ter havido concessões às posições conservadoras.

Em meio às difíceis negociações da Assembleia, Oliveira escreveu “A longa espera de Giovanni Drogo”⁴⁶, publicado em 1987 pela *Novos Estudos Cebrap*. Esse texto deixa claro o sentimento de logro diante do fato de que, apesar de dadas as condições objetivas para a transformação no sentido do avanço democrático, ela não vem.

[Entre as condições objetivas estão] ...a constituição dos novos partidos políticos, a expectativa de eleições diretas para presidente, o fim do autoritarismo, a convocação da Constituinte. Mas os políticos não subjetivam essas condições, e, como sujeitos insubstituíveis da cena política na democracia representativa, sem eles nada se faz. (Oliveira, A longa espera de Giovanni Drogo, 1987, 03)

Claro que há muitas outras condições, e várias delas atuando em sentido contrário, inclusive, como o já mencionado avanço do conservadorismo. Outra condição era a formação da representação da classe trabalhadora, mas vimos que o PT e os partidos comunistas não tinham ainda demonstrado condições de aglutinar forças na política institucional para implementar mudanças. Mas havia uma terceira possibilidade, que se

⁴⁵ A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte havia sido uma promessa de campanha de Tancredo Neves e em 1986 foram feitas as eleições. Os parlamentares eleitos assumiram em 1º de fevereiro de 1987 e encerraram seus trabalhos em 22 de julho de 1988, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

⁴⁶ A escolha dos títulos com referências cinematográficas ou literárias foi frequente nas obras de Oliveira. Apreciador de histórias, seja como filme ou literatura, elas comparecem em seus textos e títulos, contribuindo para a formação de um espírito da obra. Neste caso o título faz referência ao romance “O deserto dos tártaros” de Dino Buzzati, de 1940, que inspirou filme em 1976.

baseava em forças que ele classifica aqui como centro-esquerda, que poderiam se apresentar como articuladores de uma solução viável para a democracia.

Entre os partidos políticos, seria o partido representante das classes médias, o PMDB que poderia assumir essa solução. O PMDB e as classes médias haviam sido importantes atores do movimento das Diretas Já e, para o autor, as classes médias poderiam se colocar como portadoras da morte ou da saúde do processo de consolidação. Por isso, por algum tempo, ao longo da década de 1980 até mesmo durante o governo Collor, Oliveira via nas classes médias e no PMDB as condições objetivas de produzir um avanço institucional, do ponto de vista da ampliação do espaço público, ainda que limitado. Ele apostava em

... personalidades “boas de voto” como os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, o prefeito do Rio, Roberto Saturnino Braga, o senador Itamar Franco, o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, os integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB, e muitos outros mais; enfim, uma longa lista de políticos experimentados nos palanques, nas urnas, na negociação política, na confiança popular. Número, experiência, massa crítica mais que suficiente para empreender uma clarificação do espectro político que é reclamada não por gosto ideológico, mas programático. Não por pureza, mas por estratégia. (Oliveira, 1987, 4-5)

Apesar de as classes médias serem claramente decisivas, na visão de Oliveira, para a consolidação democrática, elas carregam contradições que as tornam potencialmente problemáticas para a própria democracia, como veremos a seguir. “A longa espera de Giovanni Drogo” soa como um apelo: Oliveira avaliava que havia condições objetivas, havia grupos políticos capazes de fazer avançar a alternativa favorável à democracia (que não era a ideal, mas era o avanço possível), mas era preciso que esses grupos dessem o passo nesse sentido que só eles poderiam fazer.

As classes médias e a representação política

Um estudo de Leôncio Martins Rodrigues⁴⁷ mostra que uma característica do grupo de deputados eleitos para a Constituinte era a forte presença de professores e intelectuais, pessoas de classe média, que nessa época já chamavam a atenção de Oliveira, por sua

⁴⁷ Rodrigues, Leôncio M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: CESP-Maltese, 1987

forte atuação dentro do Estado e como emuladores dos interesses de outras classes sociais. Esse tema é o centro do artigo “Medusa: ou as classes médias e a consolidação democrática”, de 1988 e também um importante argumento d’*O Elo Perdido*⁴⁸.

As classes médias são, no entanto, um grande problema, a começar pela dificuldade teórico-classificatória que o conceito coloca. Isso vale para a teoria marxista, que teve dificuldade de trabalhar o conceito, mas não só ela. Os teóricos geralmente se originam das classes médias, mas a provável dificuldade de alcançar distanciamento necessário é só o começo do problema. É difícil definir seus limites, onde começam e terminam, definir o que as torna distinguíveis de outras classes.

No marxismo a dificuldade começa na relação de produção, já que elas escapam à contradição inerente à produção de valor, que opõe dialeticamente quem produz e quem é proprietário do valor produzido, ficam assim em um vazio ontológico. Autores marxistas muitas vezes associaram a classe média a funções de circulação da mercadoria e trabalho improdutivo. Fora do centro da produção do valor, tendiam a ser vistas como transitórias.

Em “Medusa, ou as classes médias e a consolidação democrática”, Oliveira, buscou compreender as classes médias a partir das categorias da teoria do antivalor. Ele as identifica como agentes técnicos da *administração da medida* e mesmo da *construção da medida*⁴⁹. Os parâmetros das medidas são os que definem as necessidades dos trabalhadores e do capital, e esses parâmetros se objetivam na divisão das parcelas do Tesouro Público a que os diferentes grupos têm acesso. Ao ocupar esse espaço, as classes médias cresceram em tamanho e em centralidade social. Como tendência também são empurradas para a centralidade política, mas isso depende de fatores políticos. Um vácuo de poder é um exemplo de situação na qual as classes médias podem assumir uma relevância política maior, e isso ocorreu em diferentes circunstâncias históricas e em

⁴⁸ Resultado de um trabalho de pesquisa sobre a formação das classes na Bahia durante a industrialização, “O elo perdido”, publicado originalmente em 1987, é uma obra fundamental para conhecer a visão crítica marxista das classes sociais de Oliveira. Outro texto em que ele apresenta a sua visão sobre classes sociais é “E agora, PT?”, de 1986.

⁴⁹ Procurando traduzir em termos mais concretos, o que Oliveira tem em mente ao falar de agentes técnicos da *administração da medida*, são os agentes públicos capazes de tomar decisões sobre a gestão pública em algum nível, independentemente do vínculo com o Estado. Os agentes da *construção da medida* seriam aqueles capazes de influenciar essas decisões, como jornalistas, figuras de renome nos meios eclesiais, intelectuais e acadêmicos ou outros com influência no debate público. Naturalmente que pode haver um trânsito entre uma função e outra. A construção da medida se daria apenas após o fim da ditadura, já que durante essa a medida era determinada pela via autoritária.

realidades tão distintas como socialista e capitalista. Isso acontece porque a classe média assume o papel de traduzir e articular demandas de acesso ao fundo público. As antigas burocracias estatais não eram produtoras de medida, mas apenas operadoras da razão estatal.

No Brasil as classes médias também tiveram uma forte expansão e a sua transição de centro social para centro político ocorreu na ditadura, num período em que não houve mediações. Foi no governo militar que a *intelligentsia* assumiu o papel de tradutora e articuladora das demandas na área econômica (a articulação entre capital privado e Estado) e ganhou centralidade política, uma vez que foi nesse período que a intervenção do Estado na economia se expandiu, dando maior relevância ao ator que fazia justamente essa gestão da política econômica e de crescimento. As classes médias se colocam no cenário político na posição de traduzir demandas particularistas e, “sem *alteridade das outras representações de classe* elas tendem a exorbitar e substituir as outras classes na negociação política” (Oliveira, 1987, 04). Num próximo momento esse grupo extrapolaria inclusive a função de articulação para se tornar representantes, assumindo cargos eletivos (como eleitos ou como “biônicos”).

A conversão da centralidade social para a centralidade política das classes médias e de seu núcleo central, dá-se no autoritarismo. Na intermediação sem mediações de um Estado de exceção, a expressão das classes médias sobrelevou-se em relação às demais; de um lado, porque a expansão da economia criava-lhes as funções; de outro, porque no autoritarismo a intimidade entre Estado e economia se aprofundou – mesmo que a ideologia proclamada do regime fosse anti-estatizante – conduzindo a uma regulação política de eliminação da esfera pública; e este é o ponto crucial da emergência das classes médias e de seu núcleo central não apenas como administradora da medida, mas como centro político. A esfera pública como espaço da formação do consenso político e publicização dos conflitos sociais e políticos é eliminada nos regimes de exceção, e portanto, embora materialmente as classes sociais não desapareçam – este milagre perverso nenhum Estado de exceção é capaz de fazer – elas desaparecem da política. Essa eliminação ou anulação da esfera pública leva a privilegiar a função da *intelligentsia* na articulação de interesses. (Oliveira, 1988, 289)

O fato de que a repressão do regime sufocou particularmente as classes dominadas leva as classes médias a uma representação desproporcional, expandida, como se fossem as únicas interlocutoras das elites.

O novo governo civil carregava essa herança do regime autoritário, as funções das classes médias de administrador da medida não foram revertidas. Apesar de ter havido algum aumento na representação das classes populares no campo institucional, ainda era uma representação que não chegava a refletir o seu peso político, que se fazia presente muito mais por meio dos movimentos sociais. Quanto à imensa massa de trabalhadores informais, aos quais Oliveira esteve sempre muito atento, não chegavam nem mesmo a ter uma organização em movimento social.

Mais uma vez, porém, é importante olhar o que permanece tal como fora no regime autoritário, pois o que *não muda* tem um peso muito maior até mesmo que as novidades políticas. Quase toda a antiga tecnocracia do período autoritário sobreviveu à redemocratização e foi guindada a postos relevantes. Políticos da oposição, ao alcançarem a posição de poder, se tornam frequentemente o oposto do papel que desempenhavam na oposição, tornaram-se propositores da privatização do Estado. Os altos escalões da administração pública seguiam sendo recrutados nos meios intelectuais (professores, pesquisadores), mantendo o lugar central da classe média na interlocução política, mas não apenas isso, mantendo o conformismo com a anulação da esfera pública. Considerando que cabia à *intelligentsia* interpretar demandas difusas das classes populares, por um lado, mas também articular os interesses das elites burguesas, segue que:

A Nova República é, a esse respeito, um estrondoso exemplo perigosamente antidemocrático, pois circunscreve a nova institucionalidade nos limites de um “cordão sanitário”, barrando o acesso de outros grupos e classes sociais à intervenção nos negócios do Estado (Oliveira, Medusa, 1988, 291)

Oliveira esclarece que não há um programa da burocracia em implementação, propriamente. Há programas privados, sendo que a cada substituição em ministério, o ministro que assume traz um novo programa. Os programas sociais do governo civil de Sarney não eram as antimercedórias do Estado de bem-estar, já que não estavam ligados ao salário; tampouco se confundiam com os direitos sociais da era varguista, por isso

mesmo suas medidas eram arbitrárias, eles tinham muito mais o caráter de um assistencialismo.

Com esses dois movimentos, de substituir o papel das classes dominadas e de tratá-las por caridade estatal, a administração estatal absorve o “outro”, absorve “as classes dominadas, anulando-as e reduzindo-as a *objeto caudatário do sujeito*, que agora é a própria administração estatal” (Oliveira, Medusa, 1988, 293) Essa anulação e absorção é o campo de atuação da *intelligentsia*, como resultado dos processos de regulação da medida do capitalismo contemporâneo e de uma sociedade sem alteridade. Por isso as classes médias conseguem substituir os pobres na relação política.

Assim, para Oliveira, as classes médias eram centrais para a consolidação democrática e tanto poderiam ser o bastião desse processo como causar a sua implosão. No curto prazo a ação dessa classe média na administração da medida não representava risco de retrocesso, mas o autor vislumbra mais para frente uma transformação política a partir dessa realidade.

As primeiras eleições diretas para presidente após a redemocratização trouxeram um fenômeno político novo no Brasil. Os partidos tradicionais da direita e centro tiveram um desempenho surpreendentemente ruim; Ulysses Guimarães, do PMDB, apesar de estar em um momento de grande visibilidade política pela recente promulgação da Constituição Federal de 1988⁵⁰, acabou em sétimo lugar, com 4.74% dos votos. Os dois candidatos que seguiram para o segundo turno foram Fernando Collor de Mello, uma alternativa de direita de um partido pequeno e desimportante e Lula, do PT, com percentual pouco maior do que o do terceiro colocado, Brizola, do PDT. A rápida ascensão de Lula no segundo turno chegou a ameaçar Collor, mas o apoio das classes dominantes⁵¹ e um discurso messiânico que conquistou os grupos mais vulneráveis garantiram a vitória do “caçador de marajás”. Tanto Collor quanto Lula falaram diretamente com os pobres, trazendo uma mudança política que afastava a mediação feita pelas classes médias. Essa

⁵⁰ Sobre a Constituição Federal de 1988, vimos no capítulo 1 um trecho de uma entrevista de Oliveira concedida em 2009 em que ele celebra os direitos sociais conquistados pela ação dos movimentos, que conseguiram pautar suas demandas e as impuseram às classes dominantes. No entanto, nesse período logo após a promulgação da Carta, Oliveira não a descrevia como uma grande vitória dos trabalhadores no sentido da disputa pelo fundo público. No calor dos acontecimentos, as derrotas e as insuficiências de partes do texto constitucional no que diz respeito ao avanço dos direitos dos dominados, ainda se faziam sentir, minorando as conquistas.

⁵¹ Diversas táticas não exatamente republicanas fizeram parte da história das eleições de 1989 e são contadas por Oliveira em “Collor: a falsificação da ira”, de 1992, como o caso Miriam Cordeiro, o estranho sequestro do empresário Abílio Diniz e a manipulação midiática da edição do último debate na Rede Globo.

foi, provavelmente, uma das razões pela qual Oliveira falhou em sua previsão de que a centro-esquerda seria a força que teria maior viabilidade de fazer progredir o projeto democrático. Curiosamente, a opção que ele preferia, mas pouco tempo antes não considerava viável como força para disputar a presidência, o PT, esteve muito perto da vitória em 1989.

Seção 3: O Governo Collor

Fernando Collor de Mello foi saudado como uma grande novidade da política, o inaugurador de um novo momento, primeiro presidente eleito pelo voto direto na Nova República, que, no entanto, pertencera às forças de apoio à ditadura. Oliveira avalia em texto escrito logo no início do seu mandato⁵², que pouco se pode esperar de um presidente que direciona os ataques em seus discursos a um Estado falido. A eleição de Collor foi sentida por ele e por vários intelectuais como um golpe no movimento de avanço democrático. Venceu o candidato messiânico

... ao arrepio de todo o anterior trajeto de constituição da resistência democrática, de emergência de novos atores e sujeitos na cena política, da novel organização sindical trabalhadora e de novos nichos da articulação burguesa, da constituição de uma opinião pública sensível, da retomada de um papel mais sensível da imprensa e finalmente da constituição dos novos partidos. (Oliveira, 1992, 16)

Collor era um herdeiro das velhas oligarquias nordestinas, mas que se apresentava como um *outsider*, capaz de traduzir o sofrimento do povo que dependia dos péssimos serviços prestados pelo Estado em um discurso inflamado contra os “marajás”, que estariam enriquecendo às custas do dinheiro do povo. Para Oliveira, o que fez com que Collor e Lula acabassem por polarizar a campanha, afastando as forças políticas tradicionais, foi a crise econômica: hiperinflação, perda de dinamismo da economia, dificuldades no pagamento do serviço da dívida, deterioração da capacidade dos serviços públicos enquanto política redistributiva (ainda que se tenha expandido no período) e erosão da capacidade do Estado de investir e estabilizar a economia.

⁵² “O marajá superkitsch”, publicado originalmente em 12/03/1990 na coluna Tendências e Debates, do jornal Folha de São Paulo, compõe a coletânea *Collor: a falsificação da ira*, de 1992.

Vimos acima que Oliveira mostra que foi a partir das decisões de Delfim Neto que se erodiram as condições econômicas do país, levando a uma longa crise. Em 1984 Tancredo Neves propunha um pacto social para resolver a crise. A partir de então, ao longo dos anos 1980, vários planos econômicos foram propostos para resolver a crise e falharam. O Governo Sarney tentou rearmar os dispositivos desenvolvimentistas, mas foi esmagado pela crise da dívida externa. Ao final de seu governo, Sarney passou o cargo a Collor com uma moratória técnica não declarada da dívida externa.

À crise econômica somou-se a perda de credibilidade política. Durante um certo tempo, com o fim do regime militar e com o aglutinamento de forças em torno da questão da democracia, passou a haver uma expectativa positiva da população acerca da política. Contudo, as falhas da Nova República, sobretudo com relação à resolução da crise econômica, causaram um desgaste do seu capital político e lançou a política no descrédito. Mas foi a presença de Lula, um candidato que era um imigrante nordestino, liderança sindical, com discurso anticapitalista, que acabou por transformar essa situação em uma crise de dominação social, uma crise de hegemonia.

A eleição presidencial de 1989

Havia a necessidade de apresentar soluções para a crise, por isso o ambiente em que tomava posse o novo presidente estava marcado por uma coincidência nas análises de empresários, jornalistas, economistas, de que o “excesso de intervenção estatal, a ineficiência das empresas estatais, a dívida pública e o déficit fiscal são fulcros e as causas da desorganização da economia, da ‘década perdida’ e da altíssima inflação” (Oliveira, 1992, 129)⁵³. É lógico, portanto, que o discurso de Collor, desde o início da sua campanha, estivesse focado na ineficácia do Estado. Em relação a essa proposta de retomada do liberalismo econômico, era vista com ressalvas por Oliveira, já que nunca foi aplicado realmente pelas grandes potências, o capital sempre teve do Estado algum grau de apoio e/ou estímulo.

Collor procurou distanciar-se dos políticos e mesmo de organizações empresariais “criando, em torno dele e sobre ele, a aura de um isolado cavaleiro andante, contra tudo e contra todos” (Oliveira, 1992, 48). Mobilizou as frustrações dos mais vulneráveis,

⁵³ “Fernando Otto Von Collor Bismarck. Das Alagoas?” publicado originalmente na coluna Tendências e Debates do jornal Folha de São Paulo, em 26/03/1990, compõe a coletânea “Collor: a falsificação da ira”, de 1992.

afetados pela crise e cortes em programas assistenciais, apresentou-se como a modernização em pessoa. Afastados os candidatos das forças políticas tradicionais no primeiro turno, as classes dominantes rapidamente se reorganizam em torno do *outsider* no segundo turno, apesar de o virem com certa desconfiança; a grande imprensa, com clara simpatia, passou a lhe sugerir nomes para compor os ministérios, de modo que esses grupos foram fornecendo aos poucos mais conteúdo para o seu programa vago. Se no primeiro turno das eleições ele explorou as falhas do Estado falido, no segundo turno acrescentaria o confronto de classe, procurando mobilizar os preconceitos da sociedade contra um sindicalista de origem humilde e pouca instrução formal que carregava as marcas da classe dominada até mesmo no corpo, onde faltava um dedo por causa de um acidente de trabalho.

O que se observou a seguir, na formação do governo de Collor, foi o oposto do que afirmava o seu discurso de *outsider*, sua declaração de sua ruptura com os políticos e quaisquer grupos organizados da sociedade. As classes dominantes logo se fizeram presentes, pois “O que esteve em curso foi uma larga operação de cooptação de parte a parte” (Oliveira, 1992, 91) no qual os grupos conseguiram fazer avançar suas agendas, aproveitando o impulso de sua liderança messiânica para operar as rupturas. Meses depois, já no contexto das denúncias de corrupção contra Collor, Oliveira retomaria o sentido dessa aliança:

O empresariado, Roberto Marinho à testa, sabia que Collor era um “outsider”; não era um deles no sentido de organizador empresarial. Mas era um deles no sentido da permanente perversão da privatização dos negócios públicos, de um privatismo primitivo que afronta a lei mesmo no terreno dos conflitos privados (tal como os episódios “alagoanos” estão a confirmar). Ele era um deles, e o melhor deles, porque, montado na ira dos descamisados, poderia – e só ele entre eles – falsifica-la, intimidando os setores organizados da sociedade, abrindo o caminho para a desregulação total, detendo as demandas de maior transparência e ética pública, apelando para a magia e o salvacionismo, que é o circo para os descamisados e o pão (moeda) para os poderosos (Oliveira “Uma desfaçatez de classe, sem classe”⁵⁴, 1992, 142)

⁵⁴ publicado originalmente na coluna Tendências e Debates do jornal Folha de São Paulo, em 18/09/1991, compõe a coletânea “Collor: a falsificação da ira”, de 1992

A Constituinte havia sido um espaço em que o capital não pôde escapar à negociação, mas sob o governo Collor a legislação trabalhista e a Constituição recém-promulgada passaram a estar sob ataque, vistas como ameaça inflacionária. Os servidores públicos eram, entre os trabalhadores, os mais atacados. A imprensa repercutia a ideia de que a economia não avançava por causa do custo que os direitos trabalhistas representavam para as empresas. Alguns sindicatos tentaram resistir, mas a sociedade aceitou amplamente esse diagnóstico.

O econômico e o político no Plano Collor

O Plano Collor recolheu todos os clichês liberais em pauta para produzir um conjunto de medidas práticas. Foi apenas no momento da posse, em 15 de março de 1990, que o programa de Collor enfim foi conhecido com clareza. Suas bases eram: a. aperto monetário; b. desindexação geral, em particular dos salários; c. flutuação cambial livre do dólar; d. privatizações; e. abertura ao capital estrangeiro; f. certificados de privatização (uso de “moedas podres”); g. desregulamentação, inicialmente focada em importação/exportação; h. reforma administrativa para demitir milhares de funcionários públicos; i. supressão de subsídios fiscais (exceto para a Zona Franca de Manaus, sendo que aqueles do Norte e Nordeste logo foram retomados). O Plano acabaria aumentando ainda mais a dívida pública interna no momento da devolução dos valores sequestrados. Assim, a parte monetária-financeira do plano representava socialização de perdas em favor do grande capital.

Há uma convergência que Oliveira aponta, a partir da análise de O’Donnell⁵⁵, entre a teoria monetarista e o messianismo de Collor. Os planos monetaristas, são, para Oliveira, socialmente perversos quando aplicados a uma realidade na qual não há instrumentos mínimos de proteção social. Por isso, na América Latina “A adoção de modelos neoclássicos monetaristas é, intrínseca e perversamente, autoritária” (Oliveira, 1992, 71). Ainda assim, a teoria monetarista vinha ganhando cada vez mais adeptos nas economias latino-americanas como instrumento de “normalização” das sociedades que saíam de períodos autoritários em profunda crise econômica.

Diante da grave crise, que já vinha penalizando a população por um longo tempo, há uma busca desesperada por uma nova segurança, por previsibilidade. Citando Gramsci⁵⁶,

⁵⁵ Guillermo O’Donnell, “Análise do autoritarismo burocrático”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

⁵⁶ Em “Notas sobre Maquiavel, sobre a política e sobre o Estado Moderno”

Oliveira lembra que a urgência de um perigo iminente exacerba paixões e produz o fanatismo, aniquilando o senso crítico que desmascararia o líder em situações normais. Colocam-se assim as condições para o surgimento de um líder messiânico. Por isso, apesar do programa de sequestro monetário ter perturbado pessoas físicas e jurídicas, a oposição imediata foi leve, o novo presidente tinha credibilidade para agir de forma impopular, sendo até mesmo louvado por sua audácia e coragem pela imprensa.

Respalado, Collor abusou de medidas provisórias sem ser questionado por seus ataques às instituições democráticas. Mas, “o conteúdo dos ataques presidenciais às instituições políticas e direitos civis foram, gradual e consistentemente, tomando o primeiro lugar da cena” (Oliveira, 1992, 61). A inconsistência do plano foi se tornando mais clara, as liberações autorizadas dos valores sequestrados escondiam outras feitas por meios não republicanos, pelos empresários com trânsito no Banco Central.

O programa de Collor ia além do sequestro do dinheiro. Havia um claro sentido privatizante, para muito além de reduzir a participação do Estado na economia e privatizar empresas estatais. “O sentido inequivocadamente privatizante de Collor é o de uma forte deslocação do público em favor ao privado” (Oliveira, 1992, 73). Com relação à venda de estatais, Oliveira observa que eram empresas que estavam bastante depreciadas, o que faria com que o preço a ser obtido nas vendas fosse muito baixo, e para piorar, as privatizações eram feitas com o uso de moedas podres⁵⁷. Isso demonstra que o objetivo era simplesmente transferir o patrimônio público para o setor privado.

O sentido privatizante do Plano Collor, que é certamente o elemento perdurável das táticas e estratégias governamentais, é o de transferir maciçamente o patrimônio público para o setor privado. Trata-se de moldar um novo padrão de financiamento da economia com os signos trocados: ao invés de recursos públicos para construir empresas estatais, utilizar os recursos públicos para construir um novo e poderoso bloco de capitais privados que possa assumir o papel de líder e hegemônico do processo de acumulação (Oliveira, 1992, 74)

Esse modo de privatização foi uma escolha desconectada dos interesses da sociedade, nesse sentido, Oliveira observa que a sociedade perdeu o poder sobre o Estado e o Estado perdeu o poder de regulação sobre a economia. Portanto, nos termos da teoria do

⁵⁷ Oliveira faz uma análise dos valores pagos pelas estatais em moeda podre na página 75 de *Collor: a falsificação da ira* (1992).

antivalor, o novo modo de relação do Estado com os capitais privados é antipúblico e contrário ao antivalor. O antivalor se juntava aos capitais privados, reaparecendo como incremento na taxa de acumulação, por isso Oliveira chama a privatização de antiantivalor. “O antiantivalor é a riqueza pública que já funcionava como capital produtivo. É uma centralização de capitais que se financia socialmente e se apropria privadamente”. (Oliveira, 1992, 76)

Há, portanto, uma dimensão política do Plano tão ou mais importante que a econômica. É mais que autoritário, atropela a democracia:

Atropelando todas as instituições da vida política e civil, passando por cima de todas as representações e mediações da sociedade, ele é, antes de tudo, totalitário (...) retira a burguesia da luta política com e no conjunto da sociedade, onde ela teria que negociar ... suas posições “vis-à-vis” as de outras classes e grupos sociais, para torna-la o único interlocutor político do governo (Oliveira, 1992, 132-3)

Em momentos de crise burguesa, personagens como Collor tem a sua vez. Ele não negociava, produzia um enorme retrocesso e aprofundamento da crise política. Oliveira considerava então, que diante dessa condição de crise, sob um mandatário com forte apelo totalitário, era preciso avaliar com cuidado o risco do fascismo. Em “A moeda, o caçador e o tigre”⁵⁸, ele conclui que o caminho escolhido representava de fato não a modernidade, mas o regresso à barbárie.

A temporalidade messiânica

Oliveira trabalha como chave para a sua análise de Collor a questão da temporalidade messiânica. Vimos acima uma importante vantagem política do líder messiânico: uma carta branca para agir. Há, porém, uma fragilidade, que decorre do fato de que a temporalidade messiânica requer sucesso imediato, que acaba em descompasso com outras temporalidades existentes na sociedade, nas quais se traduzem os interesses das classes sociais, a temporalidade dos investimentos da burguesia, e a do salário dos trabalhadores. A temporalidade messiânica não é capaz de alterar as outras temporalidades e é isso que leva ao seu fracasso rápido. Ao fracassar, perde

⁵⁸ publicado originalmente na coluna Tendências e Debates do jornal Folha de São Paulo, em 11/04/1990, compõe a coletânea “Collor: a falsificação da ira”, de 1992.

... a base social de apoio ao plano, levando-o, num movimento de reiteração, a roçar os abismos do fascismo – longínquos, no caso brasileiro, segundo tudo indica – ou a retornar ao berço do autoritarismo, agora eleitoralmente legitimado. A persistência do fracasso, como já é a evidência do governo Collor, pode desdobrar-se numa crise institucional (Oliveira, 1992, 64)

O impeachment, a saída que acabaria sendo adotada para a crise institucional, era ainda uma novidade e não foi aventada por Oliveira, que tinha em mente um golpe parlamentar ou mesmo militar como uma possibilidade de desdobramento dessa situação de repetidos fracassos do governo em estabilizar a economia.

Transformações estruturais em andamento

O texto da primeira parte de *Collor: a falsificação da ira*, como mencionamos acima, foi encomendado pela Clacso com o propósito de identificar tendências para o decênio. Oliveira arrisca algumas análises nesse sentido, trazendo as devidas ressalvas com relação a não fechar em determinismos o desenrolar de acontecimentos históricos.

Na sua avaliação havia transformações estruturais em andamento. Não se tratava de algum tipo de ruptura com origem nas classes dominadas. Havia, no entanto um primeiro sentido de ruptura que “dá-se no plano do Estado ou, mais precisamente, na função do Estado como articulador-financeiro do movimento de acumulação” (Oliveira, 1992, 84), era o afastamento do padrão de regulação keynesiana, sendo o caso brasileiro apenas uma reverberação parcial de uma longa orquestração internacional. E um segundo sentido de ruptura que dizia respeito a uma nova relação com o capital estrangeiro, que passava a ser admitido em qualquer setor na economia nacional, em particular onde atuavam as estatais privatizadas. A questão da dívida tornava-se prioritária – fosse pela rolagem necessária, fosse como forma de atração de capitais externos - e, portanto, a dinâmica da economia se deslocou e passou a basear-se no núcleo financeiro. Havia ainda um terceiro aspecto de ruptura, relativo à organização da classe trabalhadora e sua capacidade de intervir nos debates de grandes questões; por medidas provisórias, o governo procurou destruir os *loci* de negociação.

Segundo Oliveira, o governo Collor representa, portanto, o momento da ruptura de uma sociabilidade que se construiu pela presença de novos sujeitos na área social, de

sindicatos, operários e classe média, em uma economia em que as relações com o Estado ganharam complexidade.

Essa sociabilidade caminhou no sentido da construção de uma teia de relações público-privado que, trabalhada dialeticamente pela mercadoria e pela sua negação, os direitos sociais, exigiu maior transparência. Ela se afirmou no sentido democrático da existência e reconhecimento dos conflitos como parte constitutiva da construção democrática. (Oliveira, 1992, 94)

A sociabilidade democrática, vimos acima, fora construída *apesar* da grande burguesia. Essa grande burguesia, pressionada por uma economia internacional que impõe uma competição árdua,

... opta, decididamente, pela destruição dessa sociabilidade, que lhe parece, não sem razão, do ponto de vista estreito dos seus interesses mais imediatos, o principal obstáculo. Tal é o sentido do mandato destrutivo inscrito no apoio da grande burguesia a Collor no segundo turno das eleições de 89 (Oliveira, 1992, 95)

Romper essa sociabilidade lhe parece, à grande burguesia, a única saída para religar-se ao movimento do capitalismo dinâmico além-fronteiras e obter, assim, sua própria alternativa. (...) a grande burguesia pretende hipotecar aos novos capitais que espera venham dos centros dinâmicos, sua condição de classe dominante, em troca de uma subalternidade que lhe assegure “céus de brigadeiro”. (...) A privatização já é parte dessa hipoteca (Oliveira, 1992, 95).

A questão da escolha pela subalternidade é bastante interessante, porque se desdobra em uma série de outras sobre o papel da burguesia nacional no contexto da internacionalização. Poderíamos falar de um projeto hegemônico? Ou mesmo de um projeto de dominação? Oliveira retomaria esse problema em outros textos, ao longo da década de 1990 (como veremos no capítulo seguinte), mas em 1992, não vê na burguesia um projeto de dominação, pelo menos não um que lhe seja próprio. Oliveira prevê, então o agravamento das desigualdades, “Pois o que a ruptura da ‘sociabilidade social-democrata’, para dar-lhe um signo, bloqueia, é justamente uma das maiores aquisições e significados da democracia: o fato de que, pela política, se corrigem as virtualidades perversas do mercado” (Oliveira, 1992, 96).

Para Oliveira, essas rupturas em favor do mercado em estado puro, tinham tudo para se tornar explosivas no médio prazo, “deslocando o público e colocando em seu lugar um privado sem negatividade”. (Oliveira, 1992, 97). Em sua análise sobre as tendências de médio prazo, Oliveira afirmava então: “...o que provavelmente fica como irreversível depois da presidência Collor são os caminhos e as formas de resolução (no sentido dialético de ultrapassagem e nova síntese) das questões cruciais” (1992, 99). Havia novas condições no cenário para além de Collor, a nova forma de resolução das tensões estava ganhando contornos e já era possível apontar que no médio prazo os sujeitos ficariam limitados por novas condições objetivas, pós-ruptura.

Oliveira não descarta a retomada de um momento de calma que pudesse representar alguma retomada do desenvolvimento, porém, avalia que o mais provável seria a estagnação, com sucateamento industrial e perda de dinamismo econômico que poderia se prolongar por décadas.

Em parte, essa situação seria causada pela venda de estatais ao capital estrangeiro ou blocos de capital externo e interno. Com o fim dos preços subsidiados de bens intermediários que essas empresas produzem, haveria um efeito de perda de competitividade para as empresas privadas que se beneficiavam desses valores subsidiados. O cenário poderia ser diferente se houvesse um interesse da burguesia brasileira de construir uma hegemonia, mas um “projeto hegemônico é *saber o que fazer e fazer a sociedade inteira*, inclusive ou precisamente os trabalhadores” (Oliveira, 1992, 103). Isso existiu no Brasil no populismo; o regime autoritário impôs a dominação não-hegemônica, no governo Collor não seria possível falar nem de um nem de outro, o comando e influência estava mudando em favor do capital externo.

Os capitais nacionais não se colocavam como oposição a esse processo, pelo contrário, buscavam garantir a sua parte no espólio das privatizações. Também as classes médias procuravam garantir algum benefício próprio (essa avaliação de Oliveira provavelmente se deve ao fato de que ele via o PSDB, grande entusiasta do Plano Collor, como partido que representava as classes médias). Quanto aos trabalhadores, Oliveira considera que não tinham condições de mudar os termos dessa ruptura e propor um projeto viável de poder, caber-lhes-ia, portanto, defender o que haviam conquistado até então, ainda que com suas organizações sindicais sob ataque.

Na avaliação de Oliveira, a mudança que o governo Collor representou não seria apenas um desvio de curso, e não havia perspectiva de que fosse retomado o campo das negociações. O que estaria por vir seria um agravamento das desigualdades que poderia até levar a novos messianismos. No lado da oposição, ele considerava que o PT e parte do PSDB estavam numa posição de, pela negatividade, fazer dialeticamente a publicização do privado.

Um marco para o neoliberalismo...

O governo Collor se tornou um marco da implementação do projeto neoliberal no Brasil, que não conheceria recuos mesmo depois de findo o seu encurtado mandato. De fato, ali a disputa política passou a ter um vencedor e os movimentos sociais e o sindicalismo experimentam um recuo do qual não se recuperariam mais. Mas isso, que podemos ver com clareza a partir do mandato de FHC, não era muito evidente no calor dos acontecimentos de 1990-1992. Em primeiro lugar, porque Collor não trazia exatamente em si o conteúdo neoliberal, trazia um discurso anti-estado que se juntou ao grupo que o apoiou, na disputa contra Lula, e formou um governo neoliberal. E em segundo lugar, também é importante lembrar que ele sairia do governo sob pressão de uma forte mobilização popular. Assim, no seu último texto sobre Collor, Oliveira não trata o neoliberalismo (aqui já nomeado como tal e não mais como reaganismo) como uma condição irreversível na cena política e econômica nacional.

... ou uma última chance para a social-democracia?

Em “Réquiem para um falsificador”⁵⁹, Oliveira analisa um momento em que Collor já se encontrava caído em desgraça, afastado da presidência pela abertura do processo de impeachment. O movimento pela cassação do mandato do presidente parece a Oliveira uma retomada de uma luta pela democracia, um anseio por uma condução mais republicana da política. Era um bom momento para mudanças que se afastassem da trilha neoliberal. E não apenas por causa do movimento pelo impeachment; Oliveira já voltava a sua atenção para um fenômeno social novo, as negociações das Câmaras Setoriais, em particular o acordo que envolvia as montadoras de automóveis, que seria sua nova pauta de pesquisa, como veremos a seguir.

⁵⁹ publicado originalmente na coluna Tendências e Debates do jornal Folha de São Paulo, em 07/08/1992, compõe a coletânea “Collor: a falsificação da ira”, de 1992

Oliveira fecha o livro sobre Collor com um texto escrito com o presidente já afastado, vendo nesse afastamento uma chance para a retomada daquela sua proposta de um redirecionamento do capitalismo a ser encaminhado pelas classes mais modernas, trabalhadores com voz política que se expressam por sindicatos representativos e por um partido político trabalhista, um programa social-democrata, portanto, revertendo o programa neoliberal de Collor. Na sua avaliação, o programa neoliberal de Collor não foi realmente uma novidade,

Todos os programas que levam, arrogantemente, o selo da “Era Collor”, já estavam lançados desde Sarney e até mesmo antes. A abertura comercial, a privatização de estatais, a desregulamentação, a negociação da dívida externa, são itens que estão na agenda brasileira há muito e estão sendo implementados gradualmente. (Oliveira, 1992, 158)

Mas Collor avançou com rapidez na sua implementação, deixando claras as características da nova forma de atuação do mercado, “a específica diferença do neoliberalismo consiste em subordinar o social ao econômico, isto é, uma volta ao darwinismo social como mecanismo de seleção dos mais fortes” (Oliveira, 1992, 157)

Collor marcaria afinal, para Oliveira, o fim de uma era, não o início, na medida em que a sua expectativa, ao olhar as potencialidades dos acordos das Câmaras Setoriais, e o movimento pelo *impeachment*, era que haveria novamente condições para um caminho “social-democrata”.

Seção 4: O acordo das montadoras

As Câmaras Setoriais

Oliveira montou com uma equipe do Cebrap um projeto de pesquisa para estudar o fenômeno das Câmaras Setoriais, mais especificamente o chamado acordo das montadoras, que ocorre em uma das Câmaras⁶⁰, a do setor automotivo.

As Câmaras foram criadas em 1989 inicialmente para controle de preços nos setores, no contexto dos planos econômicos do governo Sarney. Em 1991 a lei que as instituiu sofreu

⁶⁰ Houve outras Câmaras Setoriais, tais como: Tratores e Máquinas Agrícolas, Têxteis e confecções, Indústria Naval e Brinquedos.

duas alterações e a partir de agosto passou a incluir representantes de trabalhadores e empresas, passando a funcionar de fato como um espaço de pactuação. Com isso, foi negociado um primeiro acordo na Câmara do Setor Automotivo, que entrou em vigor em março de 1992, terceiro ano de Collor e o ano em que sofreria o impeachment. As Câmaras seguiram funcionando nos dois anos de governo do vice Itamar, 1993 e 1994, tendo sido extintas no primeiro ano de governo de FHC, em 1995. O terceiro e último acordo da Câmara do Setor Automotivo foi firmado em fevereiro de 1995.

As montadoras de automóveis estavam enfrentando dificuldades, com baixa procura em razão da recessão; elas já tinham recorrido a férias coletivas, mas isso era insuficiente e havia ameaça de dispensas maciças no setor. Os trabalhadores estavam tendo perdas salariais, devido aos resultados fracos nas negociações, que não compensavam a defasagem gerada pela alta inflação e se viam ameaçados de perda de empregos, não apenas pela crise, mas também pela eliminação de cargos nos processos de reestruturação produtiva.

A Câmara do Setor Automotivo reunia, além de empresas e sindicatos de trabalhadores do setor⁶¹ (indústria automobilística e autopeças), a União e governos estaduais (através da Confaz). Ali foi negociado um acordo entre essas partes: o Governo Federal concedeu desconto no IPI e os governos estaduais, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, concederam desconto no ICMS. As montadoras renunciaram a aumentos reais de preços – depois de os terem recuperado- e fizeram um desconto (mínimo) nas taxas de lucros, já os trabalhadores garantiam o emprego e renunciavam temporariamente às paralisações.

A primeira versão do Acordo tinha, portanto, um caráter defensivo, e permitia às montadoras recuperar vendas internas e aos trabalhadores garantia um reajuste dos salários e estabilidade (durante sua vigência). A recuperação das vendas compensaria parte da renúncia fiscal dos governos. O primeiro acordo foi muito bem-sucedido em seus objetivos e os seus bons resultados levaram a uma segunda rodada de negociações “que passaram a incluir metas pactadas de expansão da produção, criação de novos empregos, modernização do parque produtivo, popularização dos produtos e abertura comercial do setor” (Oliveira e equipe, “Quanto melhor, melhor” 1993, 05), com características, portanto, de uma política industrial.

⁶¹ As associações patronais que representavam o setor eram Anfavea pelas montadoras e Sindipeças pelos produtores de autopeças.

A organização de um projeto de pesquisa no Cebrap

Essa forma de elaboração de política pactuada entra as partes chamou a atenção dos pesquisadores do Cebrap como uma forma inovadora de pactuação.

O Acordo, exatamente em razão da história pregressa que o possibilitou, é uma forma extremamente nova e inovadora das e nas relações capital-trabalho no Brasil. Ele revela capacidades até então insuspeitadas em algumas das principais categorias sociais que compõem o elenco das modernas classes sociais brasileiras (...) Revela a capacidade de comportamento estratégico, moldada, quase imposta, pelas fortes restrições da conjuntura, mas desenhada para ter efeitos estruturais (Oliveira e equipe, “Quanto melhor, melhor” 1993, 03)

“Quanto melhor, melhor” é um texto breve, publicado na *Novos Estudos Cebrap* em 1993, no qual Oliveira e a equipe de pesquisadores apresentam uma visão inicial sobre o acordo do setor automotivo e o projeto da pesquisa sobre o tema. A hipótese da pesquisa “é que o Acordo pode representar uma radical inovação nas relações capital-trabalho no Brasil, com desdobramentos e repercussões que, sem exagero, podem contribuir para moldar uma nova forma da política no Brasil” (Oliveira e equipe “Quanto melhor, melhor” 1993, 05)

A natureza dos conflitos entre trabalho e capital experimentava então uma mudança, diante do objetivo compartilhado de lidar com os conflitos pela via da negociação “...uma transformação de uma relação de anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagônica quanto aos interesses em jogo, muda a natureza desse antagonismo, tornado agora algo como um antagonismo convergente.” (“Quanto melhor, melhor” 1993, 05-06)⁶².

O acordo das montadoras é uma prova da maturidade das classes sociais mais modernas do Brasil e da capacidade de suas representações institucionais (...) não há dúvida que ele representa um marco na história das relações capital-trabalho; ele pode tornar-se o paradigma dos acordos privados que, pela sua socialização, transportem-se para a esfera pública, modificando a forma da política no Brasil (Oliveira, 1992, 148)

⁶² Assim como a ideia de antivalor, a ideia de um “antagonismo convergente” deu aso a muita polêmica.

Oliveira vê uma potencialidade transformadora no Acordo, que mostraria a capacidade institucional das classes sociais envolvidas de jogarem papéis decisivos na concepção de políticas para o país, superando a tecnocracia como forma de elaboração dessas políticas e construindo uma nova relação entre o público e o privado, uma nova sociabilidade que não exclui o conflito, mas reconhece o outro. Nessa negociação, os participantes atuariam diretamente na construção da medida, com ganhos para ambas as partes.

A pesquisa, que foi batizada “Os cavaleiros do Antiapocalipse: o acordo das montadoras” foi a última que Oliveira conduziu no Cebrap. Ele deixou o Centro em 1995, ainda antes da publicação do relatório final, em 1996. Em 1998 foi publicado o livro com os achados da pesquisa⁶³, organizado por Oliveira e Álvaro Comin, com introdução de Oliveira e textos de vários pesquisadores (alguns da equipe do Cebrap), trazendo análises não apenas sobre a experiência das Câmaras, mas também sobre as mudanças na inserção internacional da economia brasileira, na indústria automotiva e no trabalho industrial no Brasil e no mundo, expondo algumas dimensões do avanço do neoliberalismo.

As controvérsias na interpretação dos resultados do acordo

As Câmaras não haviam atraído a atenção apenas dos pesquisadores do Cebrap. A do setor automotivo em particular foi assunto de textos com perspectivas bastante diferentes das de Oliveira e equipe. Alguns acusaram o acordo de corporativismo, como Gustavo Franco⁶⁴. Armando Boito Jr. também o acusou de corporativista e denunciava o acordo como uma capitulação dos trabalhadores no confronto de classe.

Oliveira defende a sua perspectiva, argumentando que a sua aposta não era voluntarismo nem ingenuidade. A sua análise se baseou na história pregressa dos atores envolvidos, na qual ambos mostraram sua capacidade de retaliação, mas também de negociação. De qualquer forma, o espaço criado, a Câmara, era um espaço para trabalhar o conflito no sentido de buscar um acordo que atendesse às partes em alguma medida e os resultados alcançados pelo Acordo refutam a ideia do corporativismo.

⁶³ Oliveira, FMC. “Apocalypse Now: o ‘coração das trevas’ do neoliberalismo” In: Oliveira e Comin (orgs.) *Os Cavaleiros do Antiapocalipse: trabalho e política na indústria automotiva*. São Paulo: Entrelinhas, Cebrap. 1998

⁶⁴ Gustavo Franco atacou o modelo das Câmaras setoriais em artigo de opinião na Folha de São Paulo, em 1993, acusando-o de corporativista. Franco foi presidente do Banco Central entre 1997 e 1999, filiado então ao PSDB – hoje é filiado ao Novo - era figura influente no governo FHC.

Dentre o que se levantou durante a pesquisa, ficou claro que havia representatividade real dos representantes de classe envolvidos; e a produção, que havia caído aos níveis de início dos anos 1980, recuperou-se: [Os resultados] “surpreenderam positivamente mesmo os mais otimistas. A produção de automóveis retomou uma curva ascensional que se mantém até hoje, e em tempo recorde, alcançou níveis que se esperavam apenas para o ano 2000” (Oliveira, 1998, 04) (porém, a continuidade da ascensão, após o fim do acordo, deveu-se a outros fatores).

A garantia de emprego fez com que o setor resistisse à onda de desemprego que a reestruturação produtiva vinha causando na indústria e houve também ganhos excelentes na negociação de salários, para uma conjuntura de alta inflação. De tal forma que mesmo quando entrou a estabilização monetária do Real, bloqueando os reajustes, os trabalhadores do setor estavam em um patamar melhor.

Um terceiro aspecto de sucesso do plano envolvia justamente um de seus elementos mais polêmicos: o resultado fiscal. Alguns críticos defendiam que os custos do acordo acabariam sendo pagos pela sociedade, via renúncia fiscal, o que demonstraria o caráter corporativista do mesmo. A redução dos preços fez com que uma camada de classe média pudesse adquirir automóveis e o efeito fiscal foi que “apesar da redução dos níveis de tributação, a receita fiscal derivada do setor automotivo aumentou sem cessar” (1998, 5). Não houve, portanto, um sacrifício fiscal.

Houve dificuldades também. Oliveira observa que na época em que ocorreu a experiência das Câmaras, havia uma ofensiva do capital externo para aquisição de empresas nacionais. A Metal Leve, por exemplo, que atuava no setor de autopeças, foi vendida, e no contexto das negociações nas Câmaras, essa situação gerava dificuldades diferentes das de lidar com empresas já longamente estabelecidas no país, mesmo que estrangeiras.

Com os achados da pesquisa, Oliveira contesta, portanto, os que haviam acusado o Acordo de corporativista. Além desses que se opuseram ao acordo por considerá-lo corporativista, houve os que se opunham ao acordo por julgá-lo inviável, fadado ao fracasso. Sobre esses, Oliveira avalia que se basearam não nos fatos, mas em premissas ideológicas. A inviabilidade foi uma crítica da direita neoliberal, disfarçada de “realismo”, que consistia basicamente em afirmar um determinismo ideológico fatalista, que a relação capital trabalho que ali se propunha fracassaria porque se contrapunha aos pressupostos da globalização, pois o modelo agora era de “flexibilização”, não de regras pactuadas, e

que isso era necessário para garantir a competitividade das empresas. Oliveira contrargumenta lembrando que as empresas tiveram ganhos com o acordo e apresenta diferentes situações mundiais em que a regulação foi perfeitamente compatível com a alta competitividade das empresas; com isso, conclui que o desmonte da capacidade de negociação dos trabalhadores foi uma escolha política da classe dominante, não se tratou apenas de garantir rentabilidade.

Conclusões da pesquisa sobre os Acordos: a derrota de uma proposta social-democrata kautskiana

Houve, ainda no governo FHC, um terceiro e último acordo, no seu início do seu mandato, em fevereiro de 1995, mas logo o governo deixaria claro por meio de decisões unilaterais que contrariavam o acordado, que não pretendia dar continuidade àquele modelo de negociação: já no mês seguinte, em março, o governo FHC estabeleceu, por medida provisória, novas regras para o setor automotivo. Havia várias razões pelas quais o Acordo não interessava mais ao governo FHC, a despeito de seus bons resultados econômicos. O modelo de estabilização implantado, o Plano Real, exigia o ingresso de dólares em grande volume, o que tornava inconveniente as limitações do Acordo ao ingresso de novas montadoras no país. O governo FHC ameaçou com uma abertura comercial indiscriminada para o setor, ao que as montadoras responderam com a ameaça de deslocar a produção para outros países do Mercosul. No final, a resposta do governo foi um novo regime do ramo automotivo definido por medida provisória concedendo vantagens a montadoras que implantassem novas fábricas⁶⁵.

Com a medida provisória para o setor automotivo em março de 1995, o governo retirou o componente público do acordo, que era o espaço para a discussão sobre novas tecnologias, sobre emprego e investimentos e manteve o componente privado, de redução de impostos, na forma de um acordo apenas entre governo e montadoras.

Importantes mudanças, contraditórias com o modelo de negociação das Câmaras setoriais estavam então em curso no país, como a reestruturação produtiva e a globalização financeira. Mas Oliveira não justifica a derrota das Câmaras como um resultado inevitável desse processo, o que é a marca da análise de Oliveira é justamente o fato de que ele não

⁶⁵ Essa medida levaria a que novas fábricas fossem montadas em lugares sem tradição de movimento sindical e aos poucos o município de São Bernardo do Campo perdesse o seu papel como espaço da indústria automotiva

toma tais mudanças como pressupostos, como fenômenos dados, mas como produtos do conflito. A compreensão do conflito é que dota de sentido as transformações em curso e, em meio a elas, a necessidade lógica da dissolução do *locus* de encontro das classes. Portanto, o mesmo motivo pelo qual Oliveira viu nas Câmaras uma potencialidade transformadora foi o motivo pelo qual se deu a sua derrota: o fato de ser um espaço público de negociação.

O Plano Real havia amalgamado forças em torno do que Oliveira chamou de um “partido da ordem”. A vitória da estabilidade, feita a partir de cânones neoliberais, permitiu mais um passo, no sentido de conquistar uma base popular para esse projeto, uma ampla hegemonia que acrescentou à dominação de classe uma enorme potência. A expansão da dominação econômica se torna também expansão da dominação política, com os sindicatos encurralados. A estabilidade monetária, por tanto tempo buscada e enfim alcançada, precisaria ser preservada e, sob essa justificativa, também se estabelecia um discurso que condenava as demandas salariais dos trabalhadores, como se pudessem ameaçar a estabilidade, fazendo ressurgir a hiperinflação. Com essa premissa brandida como verdade incontestável d’ “A teoria econômica”, o governo começou um sistemático combate dos recursos dos quais se valem as classes dominadas para colocar as suas demandas e entre eles, evidentemente, a Câmara do setor automotivo.

Oliveira defendia em “Quanto melhor, melhor” (1993) o ideal de que a experiência das câmaras se disseminasse, não como um conjunto imenso de câmaras, mas como uma sociabilidade na qual a noção de direito penetrasse a relação capital-trabalho. Ele havia apontado uma virtualidade positiva das Câmaras, que poderiam representar um modelo alternativo ao neoliberalismo, ou ao menos conter o seu avanço.

As Câmaras representaram por um momento, a expectativa de um modelo de sociabilidade em oposição à sociabilidade antipública que vinha sendo construída (que já era denunciada por Oliveira nos textos sobre Collor e mesmo antes), que via o Estado como um estorvo. Por algum tempo e com um alcance limitado, essa sociabilidade pôde ser contida e transformada em seu contrário em um espaço em que os “adversários são, de um lado, constrangidos a pactuarem, e, de outro, encontram no pacto uma possibilidade de elaborar as suas próprias estratégias” (Oliveira, 1998, antiapocalipse, 8).

O período em que foram negociados os Acordos foram uma oportunidade estratégica, um projeto de classe, tanto dos empresários, que buscavam uma política industrial mesmo

sob o contexto de um Estado declarado falido, quanto dos trabalhadores “no sentido de colocar os investimentos, na forma mais radical até a legitimidade da propriedade, sob a luz do direito dos trabalhadores. (Oliveira, 1998, antiapocalipse, 8). Em 1998, em “Apocalypse Now: o ‘coração das trevas’ do neoliberalismo”, com elas já encerradas, Oliveira escreve a introdução do livro como uma denúncia de uma oportunidade perdida. É uma denúncia concreta, das escolhas das classes dominantes e do Estado brasileiro sob o governo FHC, que recusaram a aposta das Câmaras, sabotaram-nas e no final as derrotaram. Fizeram isso com um objetivo político: de entregar as decisões que ali eram tomadas ao mercado.

A conclusão de Oliveira é que foi a conjunção da sociabilidade antipública com a fórmula reducionista (neoliberal) já convertida em “senso comum” que liquidou as Câmaras. Foi o projeto de hegemonia do governo FHC que derrotou o espaço de pactuação das Câmaras, justamente porque não caberia mais uma tentativa de pactuação com base em direitos, uma vez que os direitos passavam a ser ressemantizados como ameaças e sua reivindicação, ataque à estabilidade. “A câmara setorial do ramo automotivo pode ter sido então o réquiem do breve período de publicização e de esforço da construção de uma esfera pública não-burguesa e da democracia no Brasil” (Oliveira, antiapocalipse, 1998, 9) E, sem minimizar a derrota, Oliveira observa que a experiência das câmaras representou um importante espaço para aprendizagem do sindicalismo, sobre muitos temas, desde os mais técnicos, passando pela gestão do Estado, mas sobretudo, pela questão política, de necessidade de constituição de uma esfera pública.

Vários anos depois, em 2012, em entrevista, Oliveira reavaliaria a sua visão de então sobre a possibilidade de um modelo em bases social-democratas: “Era uma proposta social-democrata kautskiana. Mas não deu. O capitalismo varre tudo pela frente. Então, não há direitos nem força política capaz de deter essa marcha acelerada. Foi uma aposta equivocada” (Oliveira em Ridenti e Mendes, 2012, página 612)

O estudo sobre o acordo das montadoras é um momento que podemos indicar como um marco na obra de Oliveira. Ele delimita o fechamento de um campo de possibilidades na economia brasileira, a partir do governo FHC os dominados deixam de ter direito ao campo da política e o fim do acordo das montadoras é emblemático dessa virada. A partir de então não se trata mais de investigar os dois caminhos em disputa, torna-se imperativo compreender o sentido da hegemonia neoliberal de FHC.

Os anos 1984-1995 na obra de Oliveira

Iniciamos este capítulo com a teoria do antivalor. Foi a primeira teoria de Oliveira que apresentamos, de quatro que serão trabalhadas nesta tese. A teoria do antivalor foi a que foi desenvolvida de forma mais acabada pelo autor. Ela foi elaborada com o propósito de construir categorias para a análise do Estado de Bem-Estar e acabaram se mostrando preciosos recursos para compreender um movimento de reação àquele modelo de sociabilidade e, veremos nos capítulos a seguir, desvendar a nova ordem em formação.

Nos anos de 1984 a 1995, ainda como pesquisador do Cebrap, Oliveira acompanha a disputa entre dois projetos opostos definidores do futuro. Um dos projetos aponta para a publicização do privado, para a formação de uma esfera pública capaz de criar uma medida para o fundo público a partir da alteridade das classes. Esse projeto foi o dos movimentos sociais, sindicatos, partido dos trabalhadores e de vários intelectuais, um esforço político dos de baixo no sentido de fazer valer suas demandas. Foi um projeto que conseguiu vitórias na Constituinte⁶⁶ e nas câmaras do setor automotivo. O outro projeto, no sentido da privatização do público, esteve presente na formação do primeiro governo civil em 1985 e teve importante vitória na eleição de Collor. Mas o momento crítico de definição dessa disputa foi a formação de uma hegemonia em torno do programa neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso que analisaremos no próximo capítulo.

⁶⁶ Observe-se, porém, que a percepção de que a nova Carta havia representado um ganho para os movimentos sociais é posterior na obra de Oliveira e esteve relacionada a um retrocesso nos direitos nos anos seguintes. No calor dos acontecimentos, nas disputas na Assembleia Constituinte, grupos sociais que atuavam em sentido contrário também tiveram suas vitórias, por exemplo, no capítulo da Constituinte sobre as Forças Armadas. Por isso, no momento da sua promulgação, Oliveira não saudava a Constituição como uma vitória incontestável das forças democráticas.

Capítulo 4 A arquitetura da destruição: da hegemonia ao totalitarismo neoliberal (1995-2002)

Introdução

No capítulo anterior mostramos um período de disputas de projetos de nação. A partir da universalidade da ideia de democracia, um dos polos em disputa propunha tornar real essa ideia, aprimorar os direitos e o espaço político de negociação, esse era o ponto de vista de Oliveira. A outra proposta tinha mais adeptos na burguesia e, embora não colocasse todas as cartas na mesa logo de saída, foi conquistando terreno na política e na gestão da economia. Esse polo já dispunha de uma campanha anti-Estado antiga, que impulsionara a candidatura de Collor. Mas foi na gestão Fernando Henrique Cardoso que ficou claro que esse era um projeto de poder de longa duração, que previa mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Em 1994, Oliveira saudou o processo eleitoral que colocava no segundo turno Lula e FHC⁶⁷. Depois da eleição indireta de Tancredo e do desastre de Collor, estavam no segundo turno para a Presidência da República um candidato que vinha do movimento sindical e outro que fora seu colega no Cebrap, identificado com os valores da democracia. O afastamento do discurso messiânico representava um alívio, um avanço com relação ao pleito anterior, pois os projetos apresentados eram colocados numa dimensão de racionalidade.

Eleito Fernando Henrique Cardoso, o alívio pela volta à racionalidade com a escolha de um acadêmico e político reconhecido pelo seu esforço pela redemocratização e atuação em defesa das pautas de esquerda no Senado não vinha desacompanhado do espírito crítico de Oliveira, sempre presente. Oliveira havia defendido a candidatura do adversário, Lula. Dentro do Cebrap alguns colegas de Oliveira assumiam a defesa do governo que se formava, outros se afastaram do Centro para assumir cargos no governo. Oliveira seguiu com suas atividades de pesquisa e publicou textos analisando o governo FHC e o seu esforço em construir uma hegemonia neoliberal desde o seu primeiro ano de mandato⁶⁸. A sua postura crítica se tornou, porém, extremamente desconfortável para

⁶⁷ Oliveira, FMC “Eleições 94: da paixão do Cebrap”.

⁶⁸ Oliveira traz a questão da formação da hegemonia neoliberal no governo FHC em alguns textos, entre eles “O governo FHC e as políticas sociais” (1996) e “Quem tem medo da governabilidade?” (1998).

alguns colegas, como vimos no capítulo 2, gerando embates cada vez mais agressivos nos “mesões”. Oliveira decide então deixar o Cebrap em 1995.

Foram muitas mudanças na vida e na obra de Oliveira nesse início do governo FHC. Após deixar o Cebrap, ele criou o Nedic⁶⁹ junto com outros pesquisadores, como a professora Maria Célia Paoli, e passou a concentrar seus trabalhos de pesquisa nesse novo espaço ligado ao departamento de sociologia da USP. Oliveira foi sempre muito aberto ao debate e a aproximação com novos interlocutores, o que também trouxe contribuições importantes para a sua produção a partir de então. Embora tenha se aposentado em 1998, ele manteve-se muito ativo no Nedic (que se tornaria Cenedic) por muitos anos, conduzindo pesquisas, orientando e debatendo.

Os primeiros trabalhos de pesquisa no Cenedic, envolvendo essas novas parcerias, procura desvendar esse novo momento, em que era claro o rompimento com uma ordem que ficava no passado, mas não era nada simples o reconhecimento ainda da nova ordem que se formava. No começo do projeto os pesquisadores do Cenedic se ocuparam com o mapeamento do universo do desmanche neoliberal. Foi um passo necessário para o desvendamento de que “a indistinação progressiva de um mundo que perdia sua forma, como exprimiu Francisco de Oliveira em sua metáfora do Ornitorrinco, supunha a destruição da política por meio da domesticação das alternativas esboçadas a este estado de coisas” (Paoli e Rizek, 2007, 09), em especial supunha a perda do “campo político como solo e meio pelo qual se poderia aprofundar e realizar a disputa democrática” (2007, indeterminação, 09). Foram tempos marcados por uma paisagem nebulosa, que exigiam uma observação penetrante e a crítica. “Era preciso reconhecer a desfiguração das relações entre Estado e sociedade como um *acontecimento*” (Paoli e Rizek, 2007, indeterminação, 09).

O desvendamento por Oliveira do desmanche neoliberal, em parceria com seus interlocutores no Cenedic, é o objeto deste capítulo. Veremos na primeira seção que Oliveira parte de uma crítica a um discurso que procura apresentar o neoliberalismo como a única realidade possível, mostrando que ele foi resultado de escolhas reiteradas das classes dominantes. Foi na gestão FHC que esse programa se tornou, afinal hegemônico. Na seção 2 veremos que na medida em que as implicações desse programa ficavam claras, Oliveira avançava na radicalização da crítica ao neoliberalismo. Denunciava-o como uma

⁶⁹ Participavam do Nedic também pesquisadores de outras instituições, como PUC SP e Unicamp.

mudança estrutural, uma “Mudança no sentido da história para o signo da reação, do conservadorismo. No Brasil, como no mundo, o que está em jogo é o próprio sentido da civilização” (Oliveira, 1998, Antivalor, p16). A supressão do horizonte dos direitos e o fim da promessa da igualdade do neoliberalismo deixavam claro que seu avanço representava um *apartheid*, exclusão total de setores da sociedade. Criava-se, portanto, um totalitarismo.

Seção 1: Consolidação da hegemonia neoliberal

O discurso do “não há alternativas”

O primeiro ano do governo FHC foi analisado em um debate no Cebrap, em março de 1996⁷⁰, com foco nos problemas relativos à política econômica. O tema mais recorrente nas falas dos debatedores (José Roberto Mendonça de Barros, Luiz Gonzaga Belluzzo, Sérgio Abranches, Francisco de Oliveira e José Arthur Giannotti) era o “próximo passo” da estabilização monetária.

A exposição de Mendonça de Barros, então secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, representou muito bem no debate o ponto de vista do governo, ao louvar a estabilização, mas sendo incapaz de dar respostas ao problema dos efeitos negativos do programa adotado para a indústria nacional. Belluzzo e Oliveira apresentaram o contraponto crítico, mas é na intervenção de Abranches que um importante argumento neoliberal seria apresentado: o discurso político de que “não há alternativas” para a economia senão o conjunto de “medidas impopulares” do neoliberalismo⁷¹. Não se trata mais de um debate entre diferentes interpretações da realidade e proposições de futuros alternativos, para os vencedores das eleições e apoiadores do programa adotado, qualquer outro caminho estava inviabilizado pelo contexto externo da globalização. Oliveira traria algum tempo depois, em “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”, uma interpretação mais desenvolvida sobre essa

⁷⁰ OLIVEIRA, Francisco de. O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso (debate). *Novos Estudos CEBRAP*, nº 44, março de 1996.

⁷¹ A criação do *slogan* político, ou princípio político *TINA*, acrônimo para *There Is No Alternativa* é atribuída a Margareth Thatcher, quando ela era primeira-ministra do Reino Unido (entre 1979 e 1990). Autora original ou não, de fato ela usou o *slogan* para expressar a ideia de que naquele momento histórico o neoliberalismo era a única forma de organização política e econômica possível. A organização do capitalismo sob o império das leis do mercado e a globalização seriam não apenas mais benéficos, mas a opção necessária inescapável. Sendo assim, esvaziava-se a construção política de outras possibilidades, tornando supérfluo o debate democrático.

sentença de morte da política, a imposição de um destino inescapável representada por essa ideologia, (retomaremos essa questão mais adiante). Mas já era claro que o argumento de que “não há alternativas” era estruturante na forma como se estabeleciam as relações políticas.

Não havendo uma “alternativa”, as dificuldades em fazer avançar as reformas “necessárias” se torna a questão central, era o tema que ocupava os analistas políticos nos noticiários e que organiza a intervenção de Abranches no debate.

... tudo tem de ser negociado caso a caso, as reformas e as mudanças e decisões legislativas. Isso cria restrições importantes à formulação de um projeto de governo mais coerente. Por outro lado, não é possível, em alguns casos, negociar adequadamente as reformas, com o nível de profundidade de mudança que seria necessário, sobretudo no caso da previdência (Abranches, 1996, 54)

O sociólogo Abranches, hoje comentarista da CBN, havia combatido a ditadura e, como o próprio FHC, adotara nos anos 1990 uma perspectiva que ele chamava “liberal”. As falas de Abranches no debate são muito representativas daquele discurso neoliberal que conquistava ampla hegemonia no Brasil dos anos 1990. Vamos, então, conhecer um pouco mais desse discurso para compreender de maneira mais abrangente o debate em que Oliveira se insere.

O discurso reconhece a importância da estabilização para produzir o ambiente político que faria avançar o projeto que de outra forma não teria apoio popular.

Nesse ambiente de transição, eu diria que o primeiro ano do governo Fernando Henrique cumpriu, de uma forma muito interessante, um passo muito importante que foi o da superação da coalizão inflacionária. Além disso, ele se aproveitou do fato de que havia uma onda liberal passando, que permitiria rescrever um pedaço da Constituição, que era importante para se poder repensar qualquer modelo de desenvolvimento para o Brasil nas próximas décadas (Abranches, 1996, 55)

Apesar disso, ele considerava que as reformas haviam sido até então ainda muito tímidas e era preciso avançar na desregulamentação do trabalho e da previdência (o que de fato aconteceria em reformas de cunho neoliberal no governo FHC e nos que se seguiram, nos anos 2000 e nos anos 2010).

Exigir a carteira de trabalho como regulador da previdência é um contra-senso no momento em que se precisa flexibilizar as relações de trabalho, e deixar que o contrato regule essas relações. E essa reforma [da previdência] é tão tímida que não se refere ao problema da poupança, não incentiva a previdência complementar (Abranches, 1996, 55)

Destaco aqui que “deixar que o contrato regule essas relações” vai muito além dos contratos de trabalho. O contrato entre pessoas físicas ou jurídicas privadas deve se estabelecer como referencial fundamental de uma forma de organização da sociedade sob o império das leis do mercado. Essa regra geral, embora aceita como orientação para o novo programa econômico e social, coloca Abranches em desacordo com os demais debatedores, até mesmo, com o correligionário Mendonça de Barros, no que toca à questão da política industrial. Abranches argumenta contra uma eventual ação do governo federal de construir uma política industrial.

Como nós somos um país federativo, a tendência seria de migração da política industrial para os estados. Mas nesse ponto o governo é um pouco contraditório, porque ele não gosta muito da chamada guerra fiscal. Há uma parte do governo que tem um certo prurido em deixar os governadores brigarem. Eu, particularmente, vejo isso como uma das razões por que os militares centralizaram o sistema tributário: eles alegavam que os prefeitos gastavam mal, de forma perdulária. Creio que numa democracia como a nossa o eleitorado cuida disso, hoje em dia. Não é necessário Brasília estar vigiando a natureza do gasto dos estados (Abranches, 1996: 56)

Segundo Abranches, para fazer avançar o programa que ele chama de “liberal” é preciso garantir a governabilidade, já que a “onda liberal” proporcionada pela aprovação ao programa de estabilização cedo ou tarde deveria passar.

Olhando para a frente, acho que nós vamos ter mais da mesma coisa. Nós vamos ter uma intensa articulação política para formar uma aliança para aprovar o mínimo, a pauta mínima. E essa pauta mínima tem grandes chances de passar, enquanto se mantiver o nível de apoio social que o governo tem, por conta da estabilização. Nesse aspecto, não penso que a questão do emprego atrapalhe muito. Porque, na verdade, há uma clara evidência empírica de que é necessária uma taxa muito grande,

muito prolongada e muito generalizada de desemprego para ter o mesmo efeito de opinião pública que a contenção da inflação produziu” (Abranches, 1996: 56)

A questão do desemprego não é trazida por Abranches como um problema a ser resolvido, o que faria com que deixasse de ser uma ameaça ao nível de apoio do governo, porque a perspectiva de busca do pleno emprego está fora do horizonte do programa político do governo, não cabe mais como objetivo possível para a ação do Estado e, no limite, mesmo que o presidente quisesse, não seria possível construir uma política diferente, porque “não há alternativas”:

É verdade que ele [FHC] virou prisioneiro. Enquanto social-democrata, ele virou prisioneiro do fato de que não é mais possível realizar um projeto social-democrata no Brasil. As condições históricas já não nos permitem uma saída social-democrática. O grau de deterioração do setor público impede que se faça qualquer reforma administrativa do Estado brasileiro sem violência (Abranches: 1996, 65)

Esse discurso, que apresentamos nas palavras de Abranches, não era uma visão isolada ou específica de um grupo, era, com algumas variações, a base da formação da hegemonia no campo das políticas econômicas e mudanças estruturais do Estado. E, como se pode observar, admite-se inclusive a violência como meio para impor uma nova ordem.

O neoliberalismo como uma escolha das burguesias

O argumento de que “não há alternativas” foi e ainda é usado para legitimar as medidas claramente prejudiciais às classes mais baixas e classes médias. Por isso mesmo, Oliveira fez questão de expor em suas análises nesse período do mandato de FHC o fato de que, apesar de limitações impostas pelo cenário externo, o neoliberalismo foi uma *escolha* das burguesias no Brasil. “Essa depredação do Estado e sua repercussão na crise social não é gratuita nem se deve à sua fúria intervencionista” (Oliveira, Quem tem medo da governabilidade?, 1998, 167), é a execução de um programa bem definido.

A primeira opção pelo neoliberalismo: a criação das condições para o avanço neoliberal

Em certa medida, podemos dizer que a opção pelo neoliberalismo se inicia no período autoritário, quando o Estado brasileiro teve papel ativo na construção das *condições* para

o avanço do neoliberalismo. Vimos no capítulo anterior que foi a ditadura, sob a batuta de Delfim Neto, que começou o longo processo de dilapidação do Estado e “essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social” (Neoliberalismo à brasileira, 1995, 25): a burguesia queixava-se das estatais, que não lhe eram mais tão úteis, e o povo se sentia lesado pelas promessas de uma social-democracia que não se concretizou. A estatização da dívida externa das empresas brasileiras da gestão Delfim Neto, levou, como vimos no capítulo anterior, à explosão da dívida interna. A análise de Oliveira sobre a política econômica do final da ditadura já aparecia nos seus textos dos anos 1980, mas é nos anos 1990 que vão ficando mais claras as implicações das escolhas feitas naquele momento.

Com os ajustes de Delfim Neto, não houve grandes quebras das empresas nacionais, mesmo com o PIB com resultados negativos e ganhos de produtividade das empresas tendo sido medíocres na década de 1980. Conforme análise de Oliveira em “Quem tem medo da governabilidade?” (1998), isso ocorreu porque as empresas compensaram resultados operacionais ruins com impressionantes performances nas aplicações financeiras⁷². *O empresariado aprendeu assim, uma nova forma de sobrevivência em uma nova ordem sem a perspectiva da expansão*. Logo, a política de austeridade implementada nos anos 1990 não representa uma catástrofe nos negócios para eles, já que era possível compensar a redução dos lucros na produção com ganhos financeiros através das altas taxas de juros pagas para sustentar o programa de estabilização. Os empresários não eram, portanto, os mais afetados pela longa crise nem pela inflação alta, que afetavam de maneira mais severa os mais pobres, gerando um anseio generalizado na população por estabilidade e por segurança.

A segunda opção pelo neoliberalismo: Collor

A opção pelo neoliberalismo ganha contornos de um programa em execução a partir do Estado em 1989, quando o desespero popular elegeu Collor e sua visão anti-Estado, fazendo surgir o neoliberalismo à brasileira⁷³. Porém, segundo Oliveira, o fato de a ideologia ter se apresentado de maneira tão caricata nessa figura grotesca, fez com que

⁷² Uma ótima análise desse processo pode ser lida em Belluzzo & Almeida *Depois da Queda*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

⁷³ Oliveira não trata o período de Sarney com especial interesse, mas não chega a esquecer dele. Em “Quem tem medo da governabilidade?” ele menciona em uma passagem breve que a “modalidade de desregulamentação” praticada por Sarney foi a do “é dando que se recebe”.

não fosse levada a sério. Nesses anos, como vimos no capítulo anterior, a “versão brasileira” dessa ideologia⁷⁴, avançou de maneira contraditória no país, em conflito com uma sociedade civil (no sentido gramsciano, que exclui o mercado), que lutara pela democracia com extraordinária vitalidade e que fez então o contraponto político à dilapidação do Estado. Collor enfrentou greves, não foi capaz de impor uma hegemonia do pensamento neoliberal, embora já fosse evidente que as ideias neoliberais prosperavam no país.

A disputa política entre o projeto conservador e o avanço democrático não estava no centro da conjunção de forças que levou ao impeachment de Collor; esta uniu grupos heterogêneos contra a corrupção escancarada pelo irmão do presidente⁷⁵, sem que se propusessem novos rumos para a nação. Não existiu ali, portanto, uma derrota do projeto conservador. Tendo assumido o vice, Itamar, ressurgiu um discurso desenvolvimentista, que faz parecer que o processo poderia refluir. Mas, o governo ambíguo de Itamar tinha à sua frente, o que Oliveira chamaria de um “regente”, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, com ampla liberdade para tocar o Plano Real.

A terceira opção pelo neoliberalismo: FHC

Em 1994 Oliveira participou de um seminário na UERJ, “Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático”, que contou com a participação de importante estudioso do tema, o historiador inglês Perry Anderson. O Brasil estava então em meio ao processo eleitoral, com FHC como favorito após o sucesso do Plano Real, que fora implementado no início de 1994, quando ele era Ministro da Fazenda. Apesar de ter sido praticamente um “regente”, durante o governo Itamar, e de ter mostrado comprometimento com a pauta neoliberal, FHC ainda tinha uma eleição a vencer e não era totalmente claro até que ponto ou mesmo de que forma ele levaria aquele projeto e quais resistências encontraria.

Em sua contribuição ao seminário (artigo “Neoliberalismo à brasileira”⁷⁶), Oliveira expôs a sua preocupação com a ação destruidora, a letalidade do neoliberalismo. Essa letalidade, ele afirmava, tem duas facetas: uma que enquanto atua na recuperação da estabilidade da

⁷⁴ “Neoliberalismo à brasileira” In: Sader, E; Gentili, P. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra

⁷⁵ A denúncia de Pedro Collor, irmão caçula do presidente Fernando Collor, foi feita em uma entrevista à revista Veja, publicada em 27 de maio de 1992. A denúncia apontava Paulo César Farias, tesoureiro de campanha de Collor, como articulador de esquemas de corrupção. O impacto das denúncias motivou manifestações de rua e desencadeou o processo de impeachment do então presidente.

⁷⁶ 1995 “Neoliberalismo à brasileira” In: Sader, E; Gentili, P. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra.”

economia, atua igualmente fazendo regredir o social; essa realidade é facilmente desvendada nos números (aumento do desemprego e da concentração de renda, por exemplo) e já era possível reconhecer seus efeitos em diversos países, da Bolívia aos países desenvolvidos. Além disso, já era claro para Oliveira que havia uma ameaça, que seria uma segunda letalidade: o ataque à esperança, que metamorfoseia a esperança que se formou nas condições mais duras (no caso do Brasil, em meio ao regime autoritário), em derrota. Produzindo em seu lugar o medo da reforma, da mudança, da experimentação. O discurso do medo era claramente associado ao adversário de FHC, Lula, que apresentava o projeto reformador.

A opção pelo neoliberalismo se afirmou novamente no governo de FHC, que foi eleito em 1994 representando a estabilidade, valendo-se da pedagogia do medo e com um programa abertamente neoliberal⁷⁷. Entre a necessária mudança social representada pelo seu adversário do PT, e a pedagogia do medo, prevaleceu a última. A inflação havia “ensinado” o povo, dentro da ideologia neoliberal, a ter medo do aumento dos salários.

O discurso anti-Estado que fora a marca de Collor seguia forte, bem como a criminalização dos movimentos sociais e sindicatos. Essas pautas prosseguem com FHC em um projeto mais sólido, posto que fruto de uma elaboração pactuada amplamente na burguesia.

A era FHC começou apoiando-se numa indefectível aliança de classes, para o qual o paradigma classista ainda retinha todo seu poder heurístico. Mas a via neoliberal escolhida não foi o produto da aliança: ao contrário, a aliança foi o produto da escolha neoliberal. Ou, em outras palavras, nunca os aliados "atrasados", ACM *et caterva*, deram o tom do governo FHC. O centro irradiador do consenso que FHC liderou era seu próprio grupo, o PSDB como partido, e o núcleo universitário-burguês-plutocrático como vanguarda (Oliveira, 2003, o enigma Lula)

A consolidação do programa neoliberal sob FHC

Vimos no capítulo anterior que Oliveira identifica a formação gradual de um consenso em torno das ideias do que chamava reaganismo, e, posteriormente, neoliberalismo. Ele

⁷⁷ Veremos adiante que na interpretação de Oliveira o governo Lula, a partir de 2002, embora fosse um candidato à esquerda no espectro político, tampouco rompe com essa opção, de modo que podemos falar de um longo período neoliberal no Brasil, senão desde a ditadura militar, pelo menos desde 1989, com Collor.

analisou os efeitos dessas ideias no governo Collor e constatou a crescente importância desse movimento em outros países. No entanto, durante o período 1985-1995, seria precipitado falar em um consenso neoliberal no contexto da sociedade brasileira, com o projeto do PT, claramente divergente dessa ideologia, tendo chegado tão perto de uma vitória nas eleições de 1989. Ou ainda, com as Câmaras Setoriais pondo em prática a pactuação entre as classes sociais com importante participação dos sindicatos.

Os sindicatos e Centrais sindicais eram atores políticos fortes, que tinham assumido protagonismo na luta pela democratização e não poderiam ser ignorados. E, por isso mesmo, o projeto que representavam era percebido como uma ameaça pelo novo governo. “Uma redemocratização desse tipo pela base teria – e tem, ainda – tudo para mudar radicalmente a forma da política no Brasil. É contra isso que a grande burguesia e o neoliberalismo se insurgem” (Oliveira, *Quem tem medo da governabilidade?*, 1998, 181)

O momento de consolidação do neoliberalismo se deu então no governo FHC, que, amparado por uma popularidade que o sucesso do Plano Real lhe conferiu, estabelece ampla hegemonia e avança contra a ação política dos dominados. Por isso, para fazer avançar o projeto neoliberal, era necessário “limpar” o caminho, desarticular os outros discursos que pudessem representar algum embrião de um pensamento contra-hegemônico e que pudessem se opor à regressão social neoliberal.

O novo governo assumiu em 1995 e em pouco tempo Oliveira já começava a trazer novas análises sobre as mudanças implementadas em ritmo acelerado no sentido de fazer cumprir a agenda neoliberal. Ele observava e criticava as ações do governo com relação às privatizações, aos direitos dos trabalhadores, às políticas sociais e às políticas econômicas. Mas o que articulou e tornou viável esse novo programa foi a formação de algo incomum na política brasileira: uma hegemonia.

O uso das categorias analíticas de Gramsci é frequente na obra de Oliveira, pelo menos desde a década de 1980, em particular o conceito de hegemonia. E nesse momento, no governo FHC, ele identificava um processo político que analisou a partir do conceito de hegemonia, levando-o para o centro de suas análises. Oliveira se valeu desse conceito para fazer uma nova leitura da história da dominação de classes no Brasil. Pouco depois ele acrescentaria novos elementos à sua análise, como veremos adiante, na segunda parte deste capítulo.

O conceito de hegemonia em Gramsci já foi objeto de amplo e rico debate, mas, para atingir os objetivos deste texto, nos limitaremos aqui à interpretação de Oliveira da formulação de Gramsci, segundo a qual a hegemonia supõe uma integração dos dominados no campo semântico do dominante, sendo essa integração fundada em duas formas de exercício de um controle que são contraditórias e complementares: o consenso e a força bruta. A sustentabilidade de uma dominação hegemônica depende da formação de amplo consenso entre dominantes e dominados, com menor peso para a força bruta.

Em um texto produzido originalmente para um seminário na Universidade Federal Fluminense em 1998, publicado em 2001 com o título “A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática”⁷⁸ Oliveira esclarece que usa a perspectiva gramsciana em suas análises como instrumento para compreender a forma como as classes dominantes se organizam para formar um bloco capaz de hegemonizar o poder político. Quando um bloco aspira hegemonizar o processo político,

... essa hegemonia tem que considerar a construção de um imaginário social, sem o qual, como dizia Gramsci, o processo de dominação requer muita violência. Quando o imaginário social está construído à imagem e semelhança do bloco dominante, o processo de dominação é muito mais consenso e menos força. (Oliveira, nova hegemonia, 2001, 47)

FHC vinha articulando o programa de mudanças afinadas com a onda neoliberal quando ainda era ministro da Fazenda. Formou alianças em torno desse programa, e

... ungido da aura de intelectual, dispondo do enorme acervo da crítica antiestatizante que vem desde Hayek, atualizado politicamente por Madame Thatcher, hoje baronesa, e dos aparatos técnicos – pois não passam disso – do *mainstream* da economia, FHC lançou-se à tarefa de imposição de uma nova hegemonia de classe no Brasil (Oliveira, 2001, o apodrecimento da beleza, s/n)

Essa nova hegemonia tinha -pois não poderia funcionar de outro modo- uma base material: um Estado enfrentando um período prolongado de crise, em condições de instabilidade monetária, que reduzia sua capacidade de estimular a economia e penalizava

⁷⁸ Oliveira “A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática”. In Frigotto e Ciavatta (orgs.) Teoria e Educação no Labirinto do Capital. 2001

os pobres. Por isso o resultado do Plano Real, que conseguiu afastar a inflação foi determinante para que o grupo político formado em torno de FHC conseguisse realizar a unificação das classes, dominantes e dominadas, no território nacional sob um projeto.

O aspecto econômico da hegemonia do governo FHC

Havia amplo consenso sobre o fato de que a estabilidade monetária foi politicamente determinante para viabilizar a eleição de FHC e sustentar o avanço do seu programa. Fosse nas análises de pessoas do seu próprio campo político, ou nos seus críticos, como se verifica no debate de 1996 sobre o primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Depois de diversas tentativas frustradas de combater a alta inflação, o Plano Real havia finalmente obtido êxito na resolução do problema. O Plano Real foi amplamente celebrado em seu sucesso, mas pouco se falava dos efeitos prejudiciais que acompanhavam esse êxito. A fragilidade de uma estabilidade baseada em uma âncora cambial, com necessidade de financiamento externo, com crescimento acelerado da dívida e juros altos, no entanto, são foco das análises do campo político de oposição, que foram representados no debate já referido pelas falas de Oliveira e Belluzzo⁷⁹. Oliveira destacou em sua intervenção, a limitação do Estado, do ponto de vista econômico, preso a essas amarras, com pouca autonomia monetária. Ao invés de mitigar o problema da baixa autonomia, as políticas econômicas adotadas o acentuavam, reformando o Estado de forma a abrir mão da capacidade reguladora, com as privatizações, por exemplo. A estrutura que havia permitido ao Estado fazer avançar a industrialização estava sendo desmanchada: empresas estatais, funcionalismo público, instituições de regulação econômica.

O discurso que justificava a venda de empresas produtivas estatais para o setor privado já não era novo: as empresas seriam ineficientes, custosas aos cofres públicos, fontes de corrupção. Além disso, as privatizações seriam uma oportunidade de obtenção dos dólares indispensáveis para a manutenção da âncora cambial. O programa de privatizações foi prioritário para o governo federal e em poucos anos setores inteiros

⁷⁹ “O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso” (debate). Novos Estudos CEBRAP, nº 44, março de 1996

havia sido vendidos, em grande parte para compradores internacionais, inclusive empresas públicas estrangeiras. Em “O apodrecimento da beleza” (2001), ao retomar a questão das privatizações à luz dos dados reunidos pelo jornalista Aloysio Biondi⁸⁰, Oliveira chama a atenção para o fato que o custo das privatizações superou os valores arrecadados com as vendas, foi, portanto, deficitária. O programa de privatizações brasileiro não se limitou à venda de estatais federais, os estados também foram pressionados a vender suas empresas, fazendo do programa brasileiro de privatizações um dos maiores do mundo.

Uma privatização desse porte, segundo Oliveira, tem duas graves consequências: uma é a perda da capacidade de realizar políticas setoriais e mesmo políticas econômicas por meios não-monetários, o que inclui reduzir o risco das empresas em operação no país por meio, por exemplo, de administração de preços, o que poderia ser a diferença entre a sua viabilidade ou inviabilidade. A segunda consequência é o Estado perder capacidade de administrar de alguma forma importantes serviços públicos, dado que as agências criadas para regular os setores privatizados têm pouca capacidade realmente de fiscalizá-los – a questão das agências reguladoras é um tema que pode ser encontrada nos textos de Oliveira posteriores aos anos FHC.

A opção por uma forma de estabilização que se vale de uma âncora cambial como instrumento, somando-se ao problema do endividamento interno, limitava a capacidade do Estado de gerir a sua moeda. Contraditoriamente, para superar a instabilidade da inflação, o Estado produzia uma condição insegura e com um custo elevadíssimo para a população, não apenas no curto prazo, com o bloqueio aos direitos sociais e trabalhistas, mas também, num segundo momento, com a perda de dinamismo interno e de postos de trabalho ocasionadas pela desindustrialização. Os problemas relacionados à âncora cambial acompanharam todo o primeiro mandato de FHC, até que a paridade fosse desfeita poucos dias depois das eleições presidenciais de 1998, deixando como herança um aumento do endividamento do Estado.

⁸⁰ Aloysio Biondi escreveu *O Brasil privatizado - Um balanço do desmonte do Estado*, obra na qual reuniu e analisou dados sobre as privatizações do governo FHC, que se tornou uma referência importante para o tema.

“Em Periferias regionais e globalização: o caminho para os Balcãs”⁸¹ (2002), Oliveira argumenta que mesmo depois do fim da paridade entre o real e o dólar, o serviço da dívida externa continuava a se expandir, ultrapassando o valor das exportações brasileiras.

O investimento de capital orientado por opções internas de política torna-se quase impossível (...) sem investimento externo e com pagamento do serviço da dívida [interna], o coeficiente de inversão cai pela metade; com investimento externo, a condicionalidade externa do crescimento se reitera. Esse é o dilema atual (Oliveira, periferias regionais, 2002, 298)

Assim, se inviabiliza não apenas uma política autossustentável, mas autodirecionada.

O MARE de Bresser Pereira

Além da privatização de empresas públicas, o ímpeto privatista avançou também na administração direta do Estado. Ao assumir o governo, FHC criou um novo ministério, o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), que tinha como ministro o economista Luiz Carlos Bresser Pereira. O MARE foi responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que tinha como objetivo, segundo seu idealizador⁸², “superar de vez a crise fiscal” [e] “completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, por meio de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social” (Bresser Pereira, 1995, 04) e por fim, mas não menos importante: “rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade” (Bresser Pereira, 1995, 04). Com essa reforma o ministro esperava “dar uma resposta positiva ao problema fundamental do último quartel deste século: a crise do Estado” (Bresser Pereira, 1995, 04).

Segundo o diagnóstico de Bresser Pereira, a Constituição Federal de 1988 havia estabelecido um modelo arcaico de gestão pública

⁸¹ Oliveira “Periferias regionais e globalização: o caminho para os Balcãs”. In: Arbix, Glauco; Comin, Álvaro; Zilbovicius, Mauro e Abramovay, Ricardo (orgs) Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Editora Unesp/ Edusp. 2002

⁸² Bresser Pereira, L C “A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira” Brasília: ENAP, 1995 (texto de discussão, 1)

No plano da administração pública voltou-se, com a Constituição de 1988, aos anos 30, ou seja, à época em que foi implantada a administração burocrática clássica no Brasil. A Constituição irá sacramentar os princípios de uma administração pública arcaica, burocrática ao extremo” (Bresser Pereira, 1995, 06)

Os constituintes não teriam percebido que “era preciso dotar o Estado de novas formas de intervenção mais leves, em que a competição tivesse um papel mais importante” (Bresser Pereira, 1995, 08).

O modelo de gestão pública do MARE foi apresentado como Proposta de Emenda Constitucional (PEC 173/1995) e tornou-se a 19ª emenda constitucional em 1998. Além de alterar as regras do serviço público ativo, a emenda previa uma mudança na previdência dos servidores públicos.

Fica clara, nos argumentos de Bresser Pereira, a percepção de um Estado falido e a visão de que esse problema pode ser corrigido de forma administrativa, pela adoção de uma lógica gerencial privada de enxugamento de gastos. Essa abordagem de Bresser afasta a perspectiva do Estado enquanto *locus* do conflito de classes (a não ser do conflito intraclases dominantes). Os gestores do Estado seriam agora indiferenciáveis dos gestores privados, o que leva a uma “porta giratória” que preocupava Oliveira “Essa promiscuidade como que atuou no sentido de borrar, subjetivamente, as barreiras e fronteiras entre o público e o privado, ou mais radicalmente, atua no sentido de que tudo é privado (...) a racionalidade das decisões é fundamentalmente privada” (totalitarismo neoliberal, 1999, 69).

A relação do governo com aliados e forças de oposição

Do ponto de vista da relação política com outras forças, Oliveira via um governo preso ao seu próprio sucesso, o sucesso da aliança PSDB-PFL, que sem as forças conservadoras não poderia garantir-se politicamente. O governo afastou a sociedade - a desmobilização das Câmaras Setoriais foi um exemplo disso – e aprisionou a política na relação Executivo-Congresso.

Ao aprisionar a política nesse nível institucional, o Fernando Henrique tirou a influência da sociedade sobre a política. E isso não foi à toa. Porque só assim ele podia aprovar as reformas do jeito que aprovou. Aquele episódio dos petroleiros mostra muito bem. Quando os

petroleiros quiseram influir numa reforma constitucional, isso lhes foi negado. (Oliveira, 1996 O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, 59-60)

O confronto com os petroleiros foi um marco na reforma das relações capital-trabalho, como veremos a seguir.

O governo que assumiu em 1995 elegeu em seus discursos, como vimos, um problema fundamental a ser enfrentado: a “governabilidade”. Oliveira mostra, em “Quem tem medo da governabilidade?” (1995) que sob esse termo tão impreciso se colocava o inimigo central: o problema de fazer avançar a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, apontado como “custo” excessivo do trabalho. A articulação política com o Congresso esbarrava frequentemente no problema da impopularidade das medidas, gerando resistências.

Avançar sobre os direitos dos trabalhos permitiria o aprofundamento da exploração da força de trabalho, imprescindível para o programa neoliberal para atingir o objetivo de aumentar a taxa de lucro. Mas esse programa não seria aceito passivamente pelos dominados que estivessem em condições de contrapor a essa visão um projeto alternativo ou mesmo apenas disputar uma parcela maior dos ganhos do capital. O governo poderia ter optado, na visão de Oliveira, por ter as Centrais Sindicais, principalmente a CUT, como parceiras

... para levar adiante o programa de modernização que valorizasse simultaneamente o crescimento econômico e a cidadania, a redefinição das relações Estado-sociedade num sentido civilizatório. A opção mistificadora e mistificada pelo mercado pode, nas condições concretas brasileiras, significar não apenas a desindustrialização, mas a barbárie social. (Oliveira, Quem tem medo da governabilidade?, 1998, 187)

Para poder avançar, portanto, com o programa neoliberal de (auto)regulação pelo mercado, o governo coloca as organizações dos trabalhadores na condição de obstáculos a serem enfrentados. O encerramento da experiência das Câmaras Setoriais, a despeito do sucesso das negociações, ocorre nesse contexto do afastamento dos trabalhadores do campo da política.

Em 1998, quando Oliveira escreveu “Apocalypse Now: o ‘coração das trevas’ do neoliberalismo”⁸³, o neoliberalismo já não era novidade e o debate acadêmico sobre o tema já havia avançado e suas próprias elaborações se tornavam mais profundas. Nesse momento, para Oliveira, a razão do encerramento das Câmaras era clara, era chegada a hora de entregar ao mercado aquelas decisões, afastando sindicatos ou mesmo órgãos estatais. Ao colocar o argumento desse modo, Oliveira deixa claro que está invertendo a premissa do senso comum: o fim das Câmaras não foi uma implacável imposição do mercado, mas uma escolha de colocar o mercado no centro das decisões políticas, coerente com o projeto político do governo FHC.

O empresariado percebeu que os sindicatos estavam encurralados, entre o avanço das pautas de desregulamentação e a reestruturação produtiva, mas também diante de situações de repressão aberta a seus movimentos. A derrota da greve dos petroleiros, um fato político de grande importância em 1995, foi uma demonstração de força do governo contra sindicatos. Para além da derrota da pauta dos grevistas, que se opunham entre outras coisas à terceirização, o governo federal construiu, junto com a mídia, uma forte campanha contra a imagem dos petroleiros, ao apontar os trabalhadores como inimigos públicos e, com base em um novo “senso comum”, esmagar o sindicato⁸⁴. Esse “senso comum” era o discurso que vinha sendo introjetado na população de que movimentos reivindicatórios anulariam os esforços de estabilização.

O aspecto social da hegemonia neoliberal de FHC

O ataque do governo FHC aos espaços de negociação dos trabalhadores estava no centro da atenção de Oliveira, pois esse era o tema que pesquisava no Cebrap à época, mas não era o único sinal da arquitetura da destruição do espaço público que se evidenciava. Em 1995 foi apresentado o principal programa do governo de FHC para a área social: O Programa Comunidades Solidárias. Em “O governo FHC e as políticas sociais” (1995)

⁸³ Esse trabalho de pesquisa foi comentado no capítulo 3.

⁸⁴ A greve dos petroleiros, iniciada em 03 de maio de 1995, teve grande adesão da categoria e durou 32 dias. Embora os trabalhadores tenham se organizado para garantir um mínimo de produção, em particular o abastecimento de gás de cozinha, houve uma campanha contra a greve na imprensa, que afirmava que faltaria gás, gerando pânico e colocando a população contra os grevistas. Houve demissões de lideranças, cortes de salários e outras punições aos grevistas e algumas instalações da Petrobrás chegaram a ser ocupadas pelo exército. O sindicato sofreu condenação judicial com multa extremamente pesada, com claro caráter intimidatório. Sobre esse assunto RIZEK, Cibele Saliba. A greve dos petroleiros. *Praga: a que ponto chegamos - balanço do governo fhcardoso e perspectivas da oposição*. São Paulo: Hucitec, 1998 e MIAGUSKO, E *Greve dos Petroleiros de 1995 - A construção democrática em questão* dissertação de mestrado sob orientação de Francisco de Oliveira, 2001.

Oliveira analisa o programa, em particular a composição do seu Conselho. Ali também é possível observar a formação da hegemonia neoliberal. Embora houvesse muitos movimentos sociais e entidades ligados à área social que haviam ganhado densidade na representação dos anseios populares, ao escolher os membros do Conselho, o governo ignora esses atores e forma um Conselho composto por celebridades, com a exceção de um membro da igreja católica efetivamente ligado à questão social. A justificativa: o social era, afinal, problema geral na sociedade. No entanto, na análise de Oliveira, se tratou de uma estratégia de ação, pela qual o governo produzia a atomização, a individualização, ao ignorar as organizações, suas demandas e suas propostas de solução.

Na busca de construção de hegemonia pelo governo FHC, um amplo consenso das classes dominantes com relação ao programa neoliberal já estava consolidado. Contudo, junto aos de baixo, havia a percepção de que a vantagem obtida pelo sucesso do Plano Real expiraria. FHC e seu grupo tinham um projeto de hegemonia, com ambição de ser duradouro. Essa ambição foi explicitada em comentário do então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que anunciou que o projeto do partido de FHC, o PSDB, era estar no poder “por pelo menos mais 20 anos”⁸⁵ em junho de 1995. Para atingir esse objetivo calculavam que era necessário construir uma legitimidade mais duradoura junto aos dominados, era preciso que suas ideias fossem incorporadas por eles.

Para incorporar os dominados ao seu projeto de hegemonia era preciso criar uma estrutura com capilaridade para chegar diretamente neles. Em “O governo FHC e as políticas sociais” Oliveira explica que era justamente isso que o governo FHC estava buscando como resultado do “Comunidades Solidárias”, procurando capturar a sociedade civil.

No núcleo econômico do governo o ministro José Serra (Ministério do Planejamento e Orçamento), deixava clara a opção por cortar recursos para o social sem hesitações; a forma como falava, com evidente indiferença frente às demandas populares era, na visão de Oliveira, própria de uma “arrogância estética quase fascista”. Assim, enquanto o núcleo do governo atacava os interesses populares e os direitos da cidadania, o setor voltado para a política social procurava construir uma hegemonia por meio de um programa social que atuava em carências, no sentido oposto ao da criação de direitos.

⁸⁵ “Motta prevê 20 anos de poder para tucanos” Folha de São Paulo de 22 de junho de 1995, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/22/brasil/18.html>

Veremos a seguir, porém, que ainda no primeiro mandato de FHC, Oliveira passa a ver um novo processo em andamento e para conhecê-lo não era suficiente a categoria gramsciana de hegemonia.

Seção 2: Da hegemonia para o totalitarismo

Nesta seção vamos acompanhar uma mudança na interpretação do neoliberalismo brasileiro na obra de Oliveira, que mais que uma revisão, é uma radicalização da crítica, com a incorporação de novos referenciais teóricos que se somam à avaliação dos resultados do programa de FHC. Essa mudança está bem delimitada no tempo. No momento em que se consolida a opção pelo neoliberalismo, por parte do governo FHC, Oliveira direciona seus esforços para entender de maneira profunda o que isso representaria enquanto redefinição de uma nova sociabilidade no Brasil. E, uma vez que se fechava o caminho civilizatório dos direitos, mais do que nunca era preciso assumir uma posição crítica radical. Nos seus artigos de 1995 e 1996, em “Quem tem medo da governabilidade?” (1998), bem como em “O governo FHC e as políticas sociais” (1996) Oliveira buscava em Gramsci e em seu conceito de hegemonia, uma formulação para desvendar o processo social em curso. Mas já em textos publicados originalmente em 1997, embora esse conceito permaneça central nas suas reflexões, ele avalia que não é suficiente para dar conta do fenômeno do neoliberalismo na sociedade brasileira. Assim, em “A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina” e “Além da hegemonia, alguém da democracia”⁸⁶ é possível observar uma mudança na interpretação, e o desenvolvimento da sua construção teórica sobre o totalitarismo neoliberal. Outro artigo em que Oliveira desenvolve essa teoria é “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”, publicado em 1999, em *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*, livro que reúne textos debatidos no seminário “A construção democrática em questão”, realizado no primeiro semestre de 1997, pelo Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC).

Esse momento da produção de Oliveira é extremamente criativo e instigante, embora bem menos conhecido e comentado que outras obras, como a *Crítica à Razão Dualista* e *O*

⁸⁶ Ambos os textos foram publicados originalmente em 1997 e compõem a obra *Os direitos do antivalor* (1998)

Ornitorrinco. Na *Crítica* e no *Ornitorrinco* Oliveira se notabilizou por um rompimento com uma visão estabelecida: no primeiro, a visão do dualismo, no segundo, ao afirmar a continuidade do projeto neoliberal sob o governo Lula, quando a visão corrente, inclusive no meio intelectual, era a de que Lula representava um projeto alternativo. Nos artigos escritos durante o primeiro mandato de FHC, o avanço do programa neoliberal em terras brasileiras já era uma realidade evidente, não teria sido um rompimento com o debate acadêmico da época apontar a formação de uma hegemonia em torno do programa ou mesmo denunciar os seus efeitos. Porém, o alcance dessa mudança, sua dimensão disruptiva para uma sociedade periférica que já carregava uma profunda herança de violência e desigualdade era algo difícil de dimensionar. A capacidade crítica de Oliveira, sua habilidade de fazer a leitura dos fenômenos da atualidade, possibilitou que ele elaborasse teoricamente o processo em seus anos iniciais, anunciando o que para muitos só ficaria claro muitos anos depois, quando a extrema-direita chegasse ao centro do poder. Vejamos, então, como Oliveira transita, nesses artigos, para a formulação de uma tese sobre o totalitarismo neoliberal.

Desmonte da via de mão dupla do Estado de Bem-Estar

Em “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” Oliveira utiliza as categorias da teoria do antivalor para mostrar como o neoliberalismo representa uma mudança do paradigma do Estado de Bem-Estar. Vimos no capítulo anterior que o modelo de acumulação vigente sob o Estado de Bem-estar envolvia um movimento em duplo sentido: por um lado havia a privatização do público, na atuação do Estado na acumulação privada com recursos públicos; por outro lado, a publicização do privado estava no encontro das classes no espaço público, onde se dava o estabelecimento de limites para o setor privado na exploração da força de trabalho e a disputa pelo fundo público. O paradigma neoliberal ataca a via da publicização do privado, *destrói a convivência política (civilizatória) entre as classes, ao destituir a fala dos trabalhadores*. A privatização do público é mantida, mas assume um novo sentido, pois é retirada a exigência de legitimação pelo interesse público.

Vimos acima que no final da ditadura militar a crise coloca os holofotes em um estado falido e endividado. No lugar de condottiere da acumulação privada, o Estado passa a ser apontado como um devedor do setor privado. A dívida interna transfere riqueza pública para o setor privado, mas esse processo aparece como seu inverso, a riqueza privada

sustentando o Estado, reforçando a ideologia antipública. A desmoralização do Estado sustenta um movimento em que a razão privada ocupa o espaço da razão pública no Estado e a ideologia anti-pública da classe dominante se traduz num pensamento anti-estatal, afirmando grandes vantagens de um Estado mínimo e celebrando a razão do mercado. Vimos no mapeamento de Oliveira do desmanche neoliberal a administração do Estado passa a funcionar sob um novo referencial, nos termos de Weber, passa-se da razão substantiva para a razão instrumental. A razão privada justifica a porta giratória, o constante trânsito de administradores entre os setores públicos e privado, tornando o Estado se torna chão de interesses privados. A mesma razão privada torna as empresas estatais simulacros de empresas privadas, orientadas para o lucro, o que pavimenta a justificativa para sua transferência para o controle privado. As privatizações das empresas privadas foram, na ponta desse processo, uma forma de a acumulação primitiva, predando a riqueza pública.

A principal novidade na crítica do totalitarismo neoliberal de Oliveira, no entanto, está na análise da nova dimensão da exclusão social, econômica e política. Essa exclusão é a face mais visível da reversão do processo de publicização do privado: na supressão da fala dos dominados elimina-se a política, a possibilidade de demandar no espaço público o direito a ter direitos. E na América Latina, diferentemente dos países centrais, com alto grau de desenvolvimento dos direitos da cidadania, a onda supressora de direitos avançava sobre uma realidade muito diferente.

Bloqueio à participação dos dominados na sociedade brasileira

Na sociedade brasileira a fala dos de baixo nunca foi admitida no espaço público. Desde o escravo sem direito ao próprio corpo, a anulação política dos dominados foi passando por atualizações. O horror às distâncias do homem cordial de Buarque é também negação da alteridade. E o patrimonialismo analisado por Faoro evidencia a dificuldade de estabelecer os limites entre o público e o privado. O esforço de democratização sempre veio dos dominados, mas às suas tentativas de ocupação do espaço público as classes dominantes reagiram com silenciamento, geralmente pela repressão, mas também em alguns momentos pela cooptação, esse foi o caso do varguismo. Quando os dominados conseguiram fazer avançar suas demandas, as burguesias reagiram: em 1964 com o golpe militar e em 1989, assustadas, apoiando o candidato messiânico contra o líder sindical.

Quando o mandato de Collor se torna um instrumento de destruição da política dos dominados, isso mostra, portanto, que no Brasil o neoliberalismo representa uma atualização da contradição fundamental de uma nação escravista cuja burguesia tem sido desde a sua origem incapaz de elaborar sua própria hegemonia num projeto de desenvolvimento. E, embora o Brasil nunca tenha chegado aos níveis de política social do Estado de bem-estar, avançou de maneira acelerada, na vanguarda da implementação das políticas neoliberais como nem mesmo os países do centro desenvolvido faziam, com exceção da Inglaterra de Thatcher. “Nosso processo é a ‘vanguarda do atraso’, enquanto o caso do núcleo dinâmico é o ‘atraso da vanguarda’” (Oliveira, *Aproximação ao enigma*, 2002, 15); “A vanguarda do atraso consiste em chegar aos mesmos limites superiores do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido os seus patamares mínimos” (Oliveira, *vanguarda*, 1998, 208)

Enquanto os países do centro desenvolvido iniciavam um programa de ataque aos direitos, na rodada pré-globalização as burguesias da América Latina, ao invés de superar a forma de inserção global herdada da ditadura, de forma geral, apagam os últimos vestígios de independência. As classes dominantes nacionais se dissolveram na dominação global. No Brasil a ditadura tinha sido afastada, havia uma democracia representativa, ainda que muito comprometida pelo poder econômico. Porém, para Oliveira, isso era insuficiente para assegurar a democracia de fato “A nossa tese é que regimes democráticos na América Latina estão se transformando em totalitários, por via das mesmas instituições que processam a democracia” (Oliveira, *a vanguarda*, 1998, 210).

A supressão do horizonte dos direitos

O neoliberalismo é um projeto de exclusão que avança, portanto, na América Latina, em condições muito diferentes daquelas dos países centrais. Houve um momento em que essa política de exclusão veio a público de forma transparente e não passou despercebida por Oliveira. Foi em 07/04/1997 na abertura do “Seminário Internacional de Emprego e Relações de Trabalho”⁸⁷. Nesse evento, o presidente FHC afirmou que “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las”. Essa fala teve repercussão considerável e para Oliveira não se tratava de

⁸⁷ “Economia cria ‘inempregáveis’, diz FHC” *Folha de São Paulo*, 08/04/1997, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm>, consultado em 31/08/2023

um juízo de realidade, exposto de passagem, como algo evidente por si mesmo, mas da expressão de um projeto. Em “Além da hegemonia, quem da democracia”⁸⁸ e “A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina”, Oliveira mergulha nesse aspecto fundamental do projeto neoliberal: não existe mais espaço para todos, há os inempregáveis, aqueles que não cabem mais na esfera da produção, mas não só isso, estes são excluídos de forma mais ampla, no sentido político e social, e não cabem nas políticas sociais, ou nos direitos.

O fim da promessa da igualdade

A argumentação de Oliveira para demonstrar a sua tese sobre o totalitarismo neoliberal tem em seu centro a questão da exclusão, o estabelecimento do grupo dos “inempregáveis”: “A característica central da contradição latino-americana explicitada e posta em marcha pelas políticas econômicas chamadas neoliberais é a exclusão” (vanguarda, 1997, 211). Mas é preciso compreender de maneira profunda o que representa essa exclusão. Trata-se de uma exclusão econômica, com o avanço do desemprego e da informalidade não como uma condição transitória, mas permanente. Mesmo para aqueles que estavam empregados, os benefícios da estabilização de FHC duraram pouco. No Brasil, o salário médio entrou em estagnação em 1996 e passou a sofrer perdas no início de 1997 (Oliveira se baseou em dados do IBGE).

A exclusão alcança também as políticas sociais. Isso porque com a política monetária permanentemente amarrada (ancorada ainda ao dólar) a economia brasileira perdeu autonomia. O esforço pela estabilidade da moeda se associou a uma abertura necessária ao capital externo para cobrir o balanço de pagamentos, do que decorre a expansão da dívida interna. Esta, por sua vez, consumia boa parte dos recursos fiscais, e assim inviabilizava as políticas sociais e investimentos públicos. O encolhimento do Estado, em sua dimensão de promotor de políticas sociais, é resultado dessa inserção subordinada na globalização e da “falsa-consciência” da desnecessidade do Estado, que é a “falsa-consciência” da desnecessidade do público no contexto brasileiro, pois este se manifesta em grande medida através do Estado. O encolhimento do Estado é desassistência social.

⁸⁸ Nesse texto, bem como nos que se seguem, já podemos observar algumas referências que incorpora em sua “fase Cenedic”, dialogando com os autores frankfurtianos e incorporando a formulação de Rancière em O Desentendimento

Não existem, portanto, políticas para os “inempregáveis”. A exclusão é a face econômica dos produtos do neoliberalismo. Mas as classes dominantes não desistiram de integrar a população apenas à produção, desistiram de integrar à cidadania. Isso significa estabelecer um verdadeiro *apartheid* entre as classes sociais. São muitos os fatores a sustentar essa política de *apartheid*. Oliveira menciona o componente autoritário da formação da sociedade brasileira, que faz com que os mais pobres não se vejam como capazes de assumir o protagonismo de um projeto nacional. Mas nesse momento de avanço da ideologia neoliberal, é no campo semântico que esse *apartheid* redefine significados de modo que direitos e conquistas civilizatórios são transformados em obstáculos ao desenvolvimento e causa da pobreza e outros problemas sociais. Com o aprisionamento das demandas dos trabalhadores pelas políticas de austeridade sob a justificativa da estabilidade, os direitos do trabalhador e a proteção social se tornam “custo Brasil” na ideologia em ascensão. A estabilidade do servidor é demonizada como privilégio, os direitos humanos causariam a violência. Por outro lado, a precarização do trabalho é valorizada como liberdade e empreendedorismo. O ataque ideológico aos dominados se completa com a sua exclusão das mídias, onde são recorrentemente tratados como tolos na perspectiva de um discurso “There Is No Alternative”.

O social aparece na ideologia neoliberal como um peso para o econômico, algo que deve ser limitado, para se adequar ao espaço disponível, cada vez mais restrito, dentro do econômico. A burguesia (brasileira e internacional)

... divide o espaço entre um econômico e um social que não se comunicam, que não tem relação dialética de oposição, mas apenas de subordinação do segundo ao primeiro. Em outras palavras, a dominação não busca transformar o dominado num igual no campo dos direitos (Oliveira, 1998, antivalor: 220)

A ideia iluminista de igualdade foi usada em grande medida como ideologia ao longo da história do capitalismo, algo que não se realizou de fato. Contudo, a admissão da igualdade, mesmo que enquanto ideologia, foi produtiva para os dominados⁸⁹. A partir desse princípio, os dominados puderam criticar essa ideologia, produzindo um discurso contra-hegemônico. A hegemonia funciona sob uma perspectiva includente, ela tem a

⁸⁹ Oliveira se baseia em Rancière “O desentendimento”

ambição de abarcar a sociedade como um todo, busca que todos aceitem e participem da ideologia dominante.

Mas há uma diferença crucial, que torna o conceito de hegemonia impróprio para interrogar e decifrar o enigma. A hegemonia, como o próprio nome sugere, significa a criação de um campo de significados unificado, que abre, entretanto, as brechas para a sua própria negação (Oliveira, *além da hegemonia*, 201-2)

O projeto burguês de hegemonia é uma universalização dos valores burgueses. A virtualidade que se abre para a sua negação está no contrato inscrito no campo do direito. A luta de classes usou do contrato “para propor o direito além do contrato, de que o Estado de bem-estar é a forma historicamente concreta” (Oliveira, *além da hegemonia*, 1998, 202)

O novo modo de dominação, sob o neoliberalismo, prescinde, no entanto, dessa integração. Não acena mais com a possibilidade da igualdade. Como fica evidente na fala do presidente, sobre os “inempregáveis”, haveria aqueles para os quais todo um conjunto de direitos não seria mais acessível. O discurso hegemônico já não pode ser contestado por dentro, porque não alcança a totalidade da sociedade. “Essa desuniversalização da dominação, que, portanto, redefine-se apenas como dominação, des-democratiza e transmuta-se em totalitarismo” (Oliveira, *vanguarda do atraso*, 1998, 220). O que Oliveira constata, ainda no primeiro mandato de FHC, é o fechamento de um percurso em que se buscava a democracia, mas que resultou no seu avesso.

O projeto de hegemonia de Cardoso, cuja virtualidade é inegável – a ampliação da dominação de classe, metamorfoseada pela soma da sociabilidade burguesa antipública com o “senso comum” popular que poderia produzir o consenso – salta perigosamente os limites dessa possibilidade, para inscrever-se no capítulo do totalitarismo. O ímpeto das “reformas”, cujo verdadeiro norte é a destruição dos “recursos do método” sociopolíticos dos dominados – contradição, e não paradoxo, com o “senso comum” -, leva o governo Cardoso à política genocida da exclusão (...) Tais “reformas” são expressão, mas não a substância, da exclusão. Esta se elabora no terreno ideológico. Trata-se da recusa a integrar os dominados ao campo de significados dos dominantes. O que parece apenas paradoxal, porque a nova ideologia aparentemente quer, à moda de Thatcher, fazer de cada brasileiro um empreendedor

individual. Mas a destruição dos significados que, desde a Revolução Francesa, constituíram o projeto burguês de hegemonia, isto é, o campo dos direitos, leva a um resultado inesperado: a ressemantização dos direitos em obstáculos - ... – significa que os dominantes não desejam que os dominados se pareçam com eles. É uma operação dialética que reverte a hegemonia em pura dominação de classe (...) estamos no terreno do totalitarismo (Oliveira antiapocalipse, 1998, 9)

Nesse sentido, o neoliberalismo avança na construção de uma situação de impossibilidade do dissenso, do sequestro da fala contestatória e anulação da política. Aqui, onde se nega a fala e, portanto, a política, os serviços públicos e os direitos da cidadania definham, fazendo aflorar a violência. É possível reconhecer nessa sociedade uma ideologia de integração via consumo, porém, essa é, segundo Oliveira, uma integração passiva, que equivale ao nazifascismo e totalitarismo de tipo soviético. “O neoliberalismo renuncia à universalização e ultrapassa sorrrateiramente – contraditoriamente, como nos advertiam os frankfurtianos – a soleira do totalitarismo” (Oliveira, além da hegemonia, 1998, 202). Há um processo pelo qual democracias vão se metamorfoseando em totalitarismo como tendência mundial.

“O [conceito de] totalitarismo, apesar de seu claro inacabamento, parece mais produtivo teoricamente. Ele se refere a um processo de destruição do campo de significados comuns a dominantes e dominados, e o seu sonho é o *apartheid* total” (Oliveira, além da hegemonia, 1998, 203). Francisco de Oliveira avalia que, ainda que o termo Totalitarismo seja imperfeito, é o que melhor exprime a anulação da política, pelo sequestro da fala contestatória. Sob essa nova forma trata-se da produção da mercadoria sem a ilusão da liberdade. No seu entendimento, estamos nos aproximando do totalitarismo de 50 anos antes. “A sombria desconfiança da teoria crítica de que o nazi-fascismo foi uma perversão gestada no espectro das virtualidades do neoliberalismo aparece, no Brasil e na América Latina, cinquenta anos depois da derrota do totalitarismo, como uma aterradora plausibilidade da hipótese” (Oliveira, vanguarda do atraso, 1998, 221). Como forma de reagir, Oliveira propõe aos intelectuais a radicalização da crítica, no sentido de cobrar as promessas do conceito de democracia. Dentre tantos conceitos, como ele apontara, cujos significados haviam sido subvertidos, a democracia ainda permanecia como um valor universal, ao alcance, portanto, da crítica.

A crítica ao totalitarismo neoliberal seria o principal foco das pesquisas de Oliveira por vários anos. Especialmente entre 1997 e 2003 ele elabora de maneira mais sofisticada essa crítica, construindo novas categorias e aprofundando análises que desvendariam diferentes aspectos da nova ordem econômica e social. Nos próximos capítulos vamos nos aprofundar nessas categorias, organizando o seu pensamento sobre essa nova ordem em três teorias. A teoria da indeterminação reúne suas conclusões sobre a destituição da política de classe; a teoria do estado de exceção discorre sobre a definição de uma nova forma de dominação, que se vale da violência e da imprevisibilidade para anular a política. A terceira teoria, da absolutização do mercado, explica como a concentração de poderes econômico e político pelo mercado autorregulado aniquila os esforços de construção de democracia e convivência civilizatória, abrindo espaço para o fascismo.

Durante o período em que Oliveira pesquisava esses temas, houve uma mudança; diferente do que previra Sérgio Mota, o grupo político de FHC não duraria vinte anos no poder. Em 2002 Lula venceu as eleições presidenciais. Ficava então a pergunta: a ordem neoliberal teria uma curta duração no Brasil? Haveria uma nova mudança de sentido para a publicização do privado? Essa nova questão se somaria então às pautas de pesquisa de Oliveira.

O encerramento da era FHC

Em maio de 2003, já eleito e empossado Lula, Oliveira escreveu um artigo de opinião no jornal *Folha de São Paulo* em que colocava suas expectativas sobre o governo eleito, mas também comentava do encerramento do governo FHC⁹⁰. A expectativa criada pelo governo FHC, que justificava o seu programa de privatizações, era que uma vez cumpridos os requisitos da eliminação de restrições, “enxugamento” do Estado e o programa de privatizações, o mercado se dinamizaria e o desenvolvimento econômico viria. Não foi o que aconteceu e isso, para Oliveira, foi a razão da derrota do PSDB: FHC praticou, com seu programa de privatizações, uma acumulação primitiva que ele prometia, se tornaria desenvolvimento, mas na hora que a acumulação primitiva se esgotou, a acumulação de capital não se produziu. “A dívida externa contraída mostrava que a reprodução do capital estava muito além das forças da acumulação interna” (Oliveira, 2003, enigma Lula).

⁹⁰ Oliveira, “O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?” Em *Folha de São Paulo*, 18/05/2003.

Capítulo 5: O Brasil ornitorrinco do início dos anos 2000 e as teorias de uma nova ordem.

Introdução

Nos capítulos anteriores mostramos a formação do pensamento de Oliveira a partir de um percurso que acompanha o próprio desenrolar dos acontecimentos que ele presencia. Neste capítulo e no seguinte vamos trabalhar com uma etapa em que ele já consolidou o diagnóstico do desmanche e passa a teorizar sobre o novo ordenamento que estava se definindo. Além das influências do pensamento cepalino e do marxismo, observa-se uma presença dos temas e categorias de autores da Escola de Frankfurt: o rebaixamento, a regressão, a síntese truncada e a ideia de exceção⁹¹. O seu diagnóstico sobre a anulação da política dá origem a uma construção teórica complexa que desdobraremos em três “teorias”: 1) a teoria da indeterminação, sobre a relação entre classe e política, que nos mostra a anulação da alteridade política; 2) a teoria do estado de exceção, que nos mostra a anulação dos meios da política e 3) a teoria da absolutização do mercado, como o avesso da política. Essas teorias, evidentemente não são tratadas de forma estanque nos seus textos, são movimentos que se completam e resultam em um desenvolvimento truncado da economia brasileira, que Oliveira descreve em *O Ornitorrinco*.

Aprofundar o desenvolvimento dessas teorias não seria, no entanto, o único desafio de Oliveira no início dos anos 2000. Ele precisou lidar em seus trabalhos com um novo acontecimento na cena brasileira, com potencial para conter ou mesmo redefinir as mudanças estruturais do neoliberalismo: a eleição de Lula. Torna-se imperativo, portanto, definir o significado do governo Lula e esse foi um esforço de Oliveira, sobretudo entre os anos 2002 (ano da eleição) e 2003 (primeiro ano de governo).

Iniciaremos este capítulo com as questões que Oliveira levanta sobre o significado da era petista que se inicia e a sua análise dos primeiros movimentos do governo, que acabariam levando-o à desfiliação do PT. Nas seções seguintes (seção 2 e 3) mostramos duas das teorias que ele constrói, a da indeterminação e a do estado de exceção. Na seção 4 retomamos a análise do governo Lula, em uma importante síntese teórica publicada em 2003, *O Ornitorrinco*. Nessa obra Oliveira retoma o tema do desenvolvimento e incorpora

⁹¹ Rizek explica as mudanças nos projetos de pesquisa do Cenedic e nos chama a atenção para a presença desses temas em sua exposição no seminário “Homenagem a Chico de Oliveira”, transmitido ao vivo em 12 e 13 de novembro de 2020, aproximadamente em 1h46’ disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8AoKzZnoEUw&t=5777s>

os achados das novas teorias para apresentar o seu diagnóstico sobre o desenvolvimento truncado da economia brasileira. Uma terceira teoria sobre o neoliberalismo, a da absolutização do mercado, será o assunto do próximo capítulo.

Seção 1: As possibilidades abertas pela vitória do Partido dos Trabalhadores

O significado da disputa eleitoral de 2002 e da vitória de Lula naquele ano foi um tema ao qual Oliveira dedicou vários trabalhos. O PT tinha se consolidado como a principal força de oposição ao governo FHC, mas se elegia se comprometendo a não romper com o modelo de estabilidade herdado⁹². Em “adeus às oligarquias” (2002), escrito e publicado entre a eleição e a posse de Lula, Oliveira celebrou o resultado das eleições, menos pela vitória de Lula, cujo significado ainda era incerto, e mais pela derrota de importantes figuras das oligarquias e de grupos que representavam o fisiologismo e clientelismo na política nacional. Ou seja, daqueles que desde tempos coloniais representaram a anticidadania. “Os ventos das eleições gerais de 2002 parecem ter varrido, pelo menos da cena política, algumas velhas e novas oligarquias ... Será que uma eleição tem esse poder?” (Oliveira adeus às oligarquias 2002 s/n).

Oliveira retornou ao tema do significado do governo Lula em seus primeiros meses de mandato em dois trabalhos: uma conferência proferida em 25/04/2003, publicada posteriormente sob o título “A sociologia política e a democracia no Brasil”⁹³ e em “O enigma Lula”, artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 18/05/2003. Nesses textos ele analisa o governo a partir da ideia de uma certa indefinição sobre o seu significado. Quais seriam as consequências da vitória de alguém que surgiu na política a partir da condição de liderança dos trabalhadores? “Apesar da vitória, as questões contidas nela não estão nada claras e, sobretudo, quais são as consequências dessa vitória” (Oliveira, 2003, sociologia política, 27). Ele considerava a eleição de Lula um momento decisivo, uma quarta refundação do Brasil – sendo as anteriores a independência, a abolição da escravatura e a revolução de 1930. Como as demais, a eleição de Lula inaugurava um período cheio de possibilidades, mas indefinidas, sendo possível que acabasse por encontrar uma solução conservadora.

⁹² Compromisso explicitado no documento “Carta aos brasileiros”, divulgado durante a campanha.

⁹³ Oliveira 2003 *A sociologia política e a democracia no Brasil*. In: Política & Sociedade nº 03 outubro de 2003 p. 27-43. Texto de Conferência proferida em 25/04/2003 na Universidade Federal de Santa Catarina.

A eleição trouxe algo inédito ao carregar alguém de uma classe dominada para o centro do poder, como resultado de um longo processo de acumulação de forças das classes dominadas, desde a formação do PT. Por isso, uma das possibilidades em aberto seria o encerramento do ciclo da revolução passiva. Em “O enigma Lula” Oliveira afirma que a eleição de Lula “tem tudo para parecer o encerramento não apenas da era FHC, mas, além dela, do longo ciclo da ‘via passiva’ brasileira⁹⁴” (Oliveira, enigma Lula, 2003 A11).

Ao analisar o governo Lula em seus primeiros 100 dias em “A sociologia política e a democracia no Brasil” (2003), Oliveira via ainda um governo em disputa, reafirmava a indefinição do significado dessa vitória. Mas já era possível interpretar determinados movimentos e identificar tendências. Na formação de alianças para governar, Lula buscava construir uma agregação de interesses, inclusive com campos políticos distantes das bases do PT e deixando de lado pautas da base, como a agenda trabalhista. Aos poucos iam se evidenciando determinantes do processo em andamento de definição do significado do novo governo. O novo governo preservava a herança de um modelo que havia sido capaz de estabelecer e consolidar a condição de vulnerabilidade e subordinação com relação ao mercado externo, jogar as forças do trabalho na defensiva e afastá-las da política. Tudo isso tornava a disputa pelo excedente social desbalanceada, e a tendência que Oliveira percebia era de um reforço da colonização da política pelo mercado.

Os sinais eram contraditórios. Oliveira chama a atenção para o fato de que o governo conseguiu uma importante vitória ideológica ao formar hegemonia em relação ao Programa Fome Zero, aproximando outros campos políticos desse programa social. Mas em vários temas importantes, vinha dando mostras de seguir a política do governo anterior de direcionar o uso do excedente social para o mercado e não para distribuição de renda. Era o caso da reforma da previdência:

A reforma da previdência não é uma questão de aposentadoria. A reforma da previdência diz respeito ao uso do excedente social pelo Estado brasileiro. Destinaremos o excedente social produzido por esta sociedade para promover reforma na distribuição de renda, ou utilizaremos recursos públicos vindos da previdência social para reforçar o mercado de capitais, essa é a discussão. (Oliveira 2003 sociologia política, 38-9).

⁹⁴ Oliveira esclarece o conceito de via passiva no mesmo artigo na Folha em 18/05/2003: “a respeito do significado dessa controversa expressão, que vem de Gramsci, evidentemente: trata-se de pensar a expansão capitalista na periferia, contraditoriamente sem mercado, pela via autoritária de uma fortíssima coerção estatal”.

Na disputa sobre o uso do excedente social pelo Estado,

[as forças do capital] O que estão propondo ao governo Lula é, outra vez, um motim sobre recursos públicos. Na reforma da previdência, na reforma tributária, é isso que está em disputa. As forças do capital estão se reagrupando de maneira muito veloz e tentando dar sinais mais fortes nessa disputa de hegemonia. (Oliveira, 2003, sociologia política, 40)

E, para Oliveira, as mudanças nos dez anos anteriores poderiam até representar um avanço nas instituições representativas, mas o voto já não decidia mais sobre boa parte dos assuntos de Estado. “A política no sistema capitalista é a única via pela qual podemos controlar o mercado” (Oliveira, 2003, sociologia política, 42), no entanto, nas condições dadas, o presidente eleito não podia determinar a taxa de juros, não controlava as agências reguladoras, não tinha mais importantes estatais como instrumento de política de desenvolvimento. Ocorre, portanto, um afastamento da política, presa em restrições estabelecidas a partir do princípio de que o mercado deve se autocontrolar.

Logo, munido das categorias analíticas que vinha desenvolvendo e de sua percepção aguçada dos movimentos do real, Oliveira acabaria se colocando na contramão do pensamento de grande parte da esquerda de que o governo Lula representava a mudança radical com a qual se sonhava desde o período das invenções democráticas; era uma crítica necessária, mas nem sempre bem acolhida pelo partido que assumia o poder e seus intelectuais.

Oliveira conclui que “No futuro imediato, pois, o que vai se impor é, surpreendentemente, a continuação da política econômica de FHC, enfeitada com uma política social tipo Fome Zero” (Oliveira, enigma Lula, 2003, A11). Ele identificava ainda, no entanto, uma janela aberta ainda para a mudança, pois a disposição das bases sociais de apoio ao novo governo criava um momento ético-republicano em que a hegemonia poderia ser construída, gerando a possibilidade de uma alternativa.

Neste momento, o programa de Lula está a meio caminho entre a continuidade de FHC e o equívoco de De La Rúa. Na prudência, é continuidade; na tentativa de consenso por agregação para um desenvolvimentismo que está além da capacidade de acumulação de capital, é equívoco. O momento de indeterminação deveria fazer refletir, e pede-se uma urgente reflexão teórica. Podemos estar frente a uma nova forma de uma sociedade de controle, que nem é democracia, nem

totalitarismo. O capital tem suas invenções. Veremos se esse equilíbrio precário consegue manter-se e se a iniciativa ético-republicana é capaz de desbloqueá-lo. In dubio pro reo. (Oliveira, enigma Lula, 2003 A11)

A ascensão de Lula ao governo não significou afinal a ascensão da representação dos trabalhadores ao poder. Essa é a conclusão de Oliveira em um trabalho posterior, “Há vias abertas para a América Latina?” (2004). O seu significado foi outro, de uma rendição, de desistência da transformação. O PT se conformou em administrar o sistema, desenvolvendo políticas de funcionalização da pobreza, aprofundando o modelo, calando a política, até mesmo aprofundando a autonomização do mercado. Há uma contradição de pretender com uma mão combater a pobreza com o programa Bolsa Família ou o Fome Zero enquanto com a outra faz o desmonte da seguridade social, o principal meio criado para realizar a distribuição de renda. Apesar de ter tido importante papel no combate à ditadura, o PT, que havia sido uma importante força reformista, abandonou as suas propostas e tornou-se anti-reformista⁹⁵. Acabou por ajudar a desmanchar os direitos que havia ajudado a consolidar no passado.

Ao desligar-se do Partido dos Trabalhadores em carta publicada na *Folha de São Paulo* em 14/12/2003, Oliveira coloca suas críticas de forma bastante assertiva, explicitando as divergências com relação às escolhas do PT no governo. As afirmações duras, como o governo do PT ser “um governo que é o terceiro mandato de FHC” (Oliveira, 2003, tudo que é sólido), ou “considero que o governo Lula está aprofundando a chamada ‘herança maldita’ de FHC e tornando-a irreversível” (Oliveira, 2003, tudo que é sólido), vindas de um membro ilustre, um fundador do partido que chegara a ser inclusive convidado a participar do governo⁹⁶, geraram mal estar junto a militantes e apoiadores do PT. Oliveira se afastava da militância petista, que em sua grande maioria era capaz de perceber as contradições das práticas do governo com o projeto reformista prometido, mas considerava o governo ainda “em disputa”. Para Oliveira as escolhas já estavam feitas e

⁹⁵ “[...] ele [PT] nunca foi revolucionário - o que não é um defeito, mas uma qualidade. As reformas são um processo da razão, enquanto a revolução é uma irrupção histórica que ninguém pode programar. Os partidos reformistas é que são importantes. Os revolucionários existem quando as condições para as reformas são impossíveis” (OLIVEIRA, Francisco de. **‘PT abandonou suas propostas e tornou-se governo anti-reformista’**. [Entrevista a Roldão Arruda]. *O Estado de São Paulo*. Acesso em: 24 maio 2023. 2005)

⁹⁶ [Paulo Vannuchi, representando Lula] “Abriu no meu escritório, em conversa reservada que ele pediu, um imenso organograma do Estado brasileiro, para localizar cargos ou funções de minha escolha. Pedi-lhe que fechasse o organograma e dissesse ao presidente que eu nunca iria para qualquer cargo governamental, mesmo o mais importante, pois a missão do intelectual é exercer a crítica” (Oliveira, 2003, tudo que é sólido)

a quarta refundação do Brasil tinha enfim se definido “O PT no governo é um prolongamento da longa ‘via passiva’ brasileira, a expansão do capitalismo da exclusão, a repetição do mesmo, desde o aliancismo desembestado até as políticas dos tíquetes do leite” (Oliveira, 2003, tudo que é sólido)

A partir da leitura dos diversos artigos de Oliveira, podemos perceber que o tom da crítica à gestão petista variou bastante. De um modo geral a crítica não foi tão ácida em outros textos quanto em “tudo que é sólido se desmancha em cargos” e muitas vezes Oliveira chamou a atenção para as limitações que o governo enfrentava. Ainda assim, é possível perceber que o sentido geral do aprofundamento da autonomização do mercado se mantém no governo Lula, mesmo que em ritmo mais lento que anteriormente. A autonomização do mercado será o nosso assunto no próximo capítulo.

Para Oliveira os sociólogos tinham dificuldade em compreender esse momento, pois as categorias e conceitos existentes eram insuficientes, não conseguiam responder aos problemas.

Nós que estamos no campo das Ciências Sociais temos de formular novas questões, ainda que não possamos respondê-las de forma positiva e completamente. Está mais do que na hora de voltarmos ao pessimismo teórico dos anos 20. Está mais do que na hora de interrogar as instituições consagradas. Essa é a nossa tarefa (Oliveira 2003 sociologia política).

A urgente reflexão teórica já estava em andamento, veremos a seguir que Oliveira estava desenvolvendo novas teorias para interpretar a nova ordem. E ainda nesse mesmo ano Oliveira publicou *O Ornitorrinco*, apresentando uma crítica da nova organização econômica e social brasileiras.

Seção 2: A teoria da indeterminação: O elo perdido entre a classe e a política

O pensamento de Francisco de Oliveira sobre as transformações das classes sociais é fundamental para compreender sua tese sobre a absolutização do mercado e a anulação da política. Vimos no capítulo anterior que a reação conservadora que assume o caráter de um desmanche neoliberal que reorganiza a sociedade a partir de uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores (tomem-se as reformas “flexibilizadoras” das relações de trabalho e reforma da previdência por exemplo) e contra as suas organizações (foi o caso do embate com os petroleiros em 1995 e a extinção dos espaços de negociação das

câmaras setoriais). O desmanche envolveu ainda um vasto programa de privatizações que contribuiu para uma concentração e internacionalização da produção no Brasil e acarretou a perda de uma grande quantidade de postos de trabalho. Todos esses fenômenos significaram um forte abalo para as classes trabalhadoras, e compõem um quadro social que leva à perda da sua potência política. No entanto, há ainda um ponto a ser desenvolvido para completar esse quadro. Para isso, avançaremos nesta seção nas análises de Oliveira sobre como a questão da mudança técnica da produção, que levou a enorme aumento da produtividade e a mudanças nas bases materiais das classes trabalhadoras, afetou também a possibilidade de sua representação e sua ação política.

O tema das classes trabalhadoras na obra de Oliveira

As classes sociais já eram tema central na obra de Oliveira desde a década de 1970. Em *Crítica à Razão Dualista* ele coloca a questão do trabalho informal no centro do debate sobre a forma específica de acumulação capitalista na periferia. A informalidade foi um tema muito presente em suas obras desde então. Na *Crítica* ele demonstra que o trabalho informal, as formas de trabalho vistas como “pré-capitalistas”, ou “atrasadas”, não são um resíduo, algo que seria substituído por formas modernas de trabalho assalariado com o processo de desenvolvimento econômico. Na economia brasileira o trabalho informal não está nas margens da sociedade capitalista moderna, esperando ser incorporado pelo desenvolvimento, ele constitui a própria forma do capitalismo periférico, é essencial na viabilização do setor moderno, pois são os trabalhadores informais que garantem um rebaixamento nos custos de reprodução da força de trabalho. O informal, portanto, é o negativo da modernização, como algo integrado, ainda que invisibilizado, tornando sustentável a industrialização em seu modo periférico de acumulação capitalista.

A partir dos anos 1980, o problema que Oliveira desvenda no *Elo Perdido* (2003 [1987]), *Passagem na Neblina* (2000) e em *A política numa era de indeterminação* (2007) é essencialmente o elo perdido da classe com a política (a relação entre sua base material – representação de classe – política). Nos anos 1980, Oliveira desenvolveu uma pesquisa sobre as classes sociais na Bahia, que foi publicada com o título *O Elo Perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. Na introdução teórico-metodológica dessa obra, Oliveira apresenta uma densa explicação sobre o estudo das classes e da identidade de classe. O trabalho, publicado originalmente em 1987, é exemplar enquanto desenvolvimento do método de estudo marxista das classes sociais. Foi uma pesquisa com um recorte bem definido, que na ocasião de sua reedição de 2003, Oliveira avaliava que teria perdido parte

de sua capacidade explicativa. Isso por que a estrutura de classes em Salvador já não era mais a mesma e o *elo*, entre as classes e a política, que antes estava perdido, agora já não existia mais, avassalado pelas mudanças da década de 1990. A possibilidade de as classes trabalhadoras ganharem visibilidade enquanto sujeitos políticos capazes de oporem suas demandas às demandas do capital se tornava cada vez mais remota com o avanço do programa de desmanche neoliberal.

Nos anos 2000, na metáfora de *Passagem na Neblina* ele volta para o tema das classes sociais para desvendar um fenômeno nomeado equivocadamente de “perda da centralidade” do trabalho. Quando Oliveira escreve sobre a classe trabalhadora nos anos 2000, já não se tratava mais de uma contraposição entre o operariado industrial, ou o trabalho assalariado formal e o trabalho informal. A própria categoria de “informal” perdia seu sentido diante da expansão da *informalização* sob várias formas. No contexto de uma nova ordem, *Passagem na neblina* (2000) e *Política numa era de indeterminação* (2007) trazem o problema da indiscernibilidade das formas do trabalho e as consequências disso para a relação classe – representação-partido como tema central.

A alteração da experiência de classe

O longo movimento associado à primeira e segunda revolução industrial,

... por suas formas técnicas, abriu o caminho para a formação de grandes massas de trabalhadores que, apropriando-se dessa relação, em dialética com o socialismo, deram lugar à classe operária. Tratou-se de um movimento no sentido de publicização das relações. O Estado de Bem-Estar surge na esteira desse processo (Oliveira, 2000, *passagem na neblina*: 17)

O operariado industrial foi a classe que emergiu da forma indiferenciada da pobreza. No marxismo, o entendimento de partido político como emanção da classe e a classe como fundamento do partido orientou as propostas de transformação social no sentido do socialismo. E, de fato, os partidos políticos com programa socialista se originaram e se ancoraram na classe operária e seus coletivos. Assim, se estabeleceu uma relação classe-sindicato-partido como uma interação, uma mútua construção.

Com o alargamento das bases do operariado e o aumento das tensões sociais, os canais privados foram insuficientes para processar os conflitos, que se publicizaram, construindo um espaço público de disputa pelo fundo público.

Sabem-se os resultados que produziu: a constituição de uma sólida classe social, o deslocamento do conflito do contrato mercantil para o campo dos direitos sociais, e, no limite, pelo papel do fundo público na acumulação, uma espécie de poder de veto sobre o capital. Este é o fundo do conflito do qual emergiu, como reação, o neoliberalismo (Oliveira, 2000, passagem na neblina: 18)

No Brasil, desde os anos 1970, o trabalho industrial deixou de se afirmar como tendência dominante e passou a haver um aumento expressivo no setor de serviços, repercutindo a tendência mundial. A mudança técnica da produção da terceira revolução industrial enxugou o trabalho industrial, além de mudar as formas organizacionais da produção. Isso trouxe consequências para o movimento sindical e, nos termos de Thompson, a experiência de classe se alterou. Em grande parte, essas mudanças técnicas da produção representaram mais uma mudança simbólica, uma produção de “des-identidade”, que uma mudança operacional da produção. Entre as práticas de gestão adotadas, havia também novas formas ideológicas, atuando no sentido de romper a relação classe-sindicato e operando a transferência da identidade de classe do sindicato para a empresa⁹⁷. Entre as práticas de gestão, algumas abalavam ou mesmo rompiam essa relação classe-sindicato, explorando novos recursos como a participação dos empregados nos lucros da empresa, por exemplo, deixando de fora os sindicatos.

A informalização

Nas periferias globais, a informalização do trabalho, por ser um componente estrutural funcional ao processo de acumulação, não foi tão claramente percebida como resultado de um processo específico do final do século XX, como foi nos países centrais. Havia um novo sentido da informalidade nas periferias, com uma velocidade e abrangência do seu crescimento que precisava de um novo olhar e de novas categorias para ser compreendido.

A combinação da privatização, desnacionalização e, sobretudo, o aumento da produtividade do trabalho, levou à formação de uma massa cada vez maior de trabalhadores em desemprego aberto ou em trabalhos “informais”, trabalhos sem contrato e sem *forma*. A reestruturação produtiva e a desindustrialização são movimentos de concentração de capital e de aumento da produtividade, que enxugaram os quadros do

⁹⁷ A dissertação de mestrado desta autora, sob orientação de Oliveira, consistiu em uma pesquisa sobre esse tema. Bendazzoli, M. “O consenso dos inocentes: construção do consentimento e privatização da vida” 2004.

emprego industrial em nível global. Níveis muito elevados de informalidade foram alcançados no governo FHC, não como uma condição passageira, mas em taxas que se mantinham elevadas, apontando para um fenômeno de longa duração. A fração da força de trabalho em emprego assalariado estável tornou-se minoritária, mais vulnerável, e perdeu influência e radicalidade, enquanto uma fração cada vez maior se caracteriza pela descartabilidade permanente e pela ausência de *formas*. O desemprego prolongado intermitente, o trabalho incerto e descontínuo, um entra e sai constante que oscila entre formas precárias, formas tradicionais de emprego e o desemprego, vai alterando e desestabilizando as referências que pautavam e ritmavam a vida social. Assim, para além das mudanças nas formas do trabalho no emprego tradicional e da expansão do trabalho precário, a situação de explosão do desemprego aberto completou o quadro daquilo que passou a ser amplamente debatido como “perda da centralidade” do trabalho, que em seu movimento real é um processo de *informalização*, uma redefinição do trabalho.

As formas desorganizadas do trabalho adquirem um novo sentido no capitalismo mundializado, diferente daquele que Oliveira analisara 30 anos antes na *Crítica à razão dualista*, mas representando ainda, contudo, um importante recurso para extração de mais valia. A economia brasileira não deixou de funcionalizar a exploração exacerbada do trabalho “informal”, ainda que tenham sido atualizadas as formas dessa exploração e que mesmo características típicas do que fora o informal tenham sido incorporadas a trabalhos formais. Oliveira explica, em entrevista em 2003, que o trabalho informal, embora não pareça muito diferente do que foi nos anos 1970, tem uma nova função na economia, o informal se torna informalização. Ele não é mais acumulação primitiva, um recurso para substituir a falta de capital, como no subdesenvolvimento, quando era a forma própria do sistema periférico se expandir. Nessa época pós-subdesenvolvimento, o trabalho informal existe justamente pela completude do processo, pelo excesso de capital, que é capaz de reformar as condições do trabalho e jogar grandes contingentes de trabalhadores em condições de precariedade, ou seja, trabalhos sem direitos e sem estabilidade.

O capitalismo conseguiu transformar essa população desempregada em funcional para a acumulação, de forma que não há de fato ninguém excluído no mundo da mercadoria. Mas nessa condição de desemprego e emprego precário o capitalismo é capaz de fazer funcionar a seu favor o desemprego, a miséria, a migração. O desemprego passa a ser uma fatalidade, algo inescapável, renunciando à promessa da modernidade de elevar a todos os cidadãos à condição de igualdade. “Para os socialistas do século XIX e do século

XX a pobreza era um desafio a ser vencido. Para o neoliberalismo (do fim do século XX e século XXI), a pobreza é funcional” (Oliveira, café filosófico, 2007)

Essa forma que se projeta inclusive no núcleo desenvolvido do capitalismo, a informalização, enquanto processo que se difunde pelo programa neoliberal é uma generalização daquilo que a periferia já conhecia: a flexibilização, a polivalência, a iniciativa, a transferência para o trabalhador da responsabilização sobre a gestão da sua sobrevivência. Não por acaso, nos anos 1990 o sociólogo alemão Ulrich Beck cunhou o termo “brasilianização” para descrever as mudanças do trabalho no Centro global. Na situação específica da periferia, o efeito dessas mudanças no trabalho foi devastador, uma vez vencidos os poucos nichos de produção fordista, restou a extração de mais-valia sem resistência capaz de impedir a exploração sem limites.

Ao elaborar sua teoria sobre o estado de exceção, que veremos adiante neste capítulo, Oliveira identifica as mudanças no mercado de trabalho como um dos aspectos formadores do estado de exceção: aquilo que deveria ser exceção, a “informalidade” se torna a regra, pois os atributos do informal (flexibilidade, polivalência e iniciativa), passam a ser característica até mesmo do trabalho formal. No mercado de trabalho do avesso, a ideologia neoliberal criou o consenso em que o formal se tornou privilégio e a previsibilidade, burocracia.

A reestruturação produtiva, o toyotismo, o paradigma molecular digital aplicado ao trabalho, a informalização e o desemprego aberto compõem um conjunto de mudanças visíveis que se resolvem em dois movimentos reais mais amplos. O primeiro diz respeito à extensão do assalariamento. A extensão do assalariamento é a incorporação de profissões de nível superior que antes tinham relativa autonomia e em sua maioria não atuavam como assalariados, como médicos, arquitetos, advogados, além de novas categorias de trabalhadores em funções “executivas” nas empresas.

O segundo movimento foi a ampliação e privatização do tempo de trabalho. As jornadas de trabalho foram estendidas em diversas modalidades de novas ocupações. Outras novas modalidades de trabalho puderam, com recursos técnicos de informática e telecomunicações, deslocar trabalhadores para trabalho remoto, pelo qual eles ficam disponíveis, em alguns casos, por períodos muito mais amplos que a jornada de trabalho regular, às vezes 24 horas por dia (lembrando que o modelo de trabalho por aplicativo, tipo Uber, só passou a existir no Brasil vários anos depois dessas análises de Oliveira)

O movimento de ampliação do assalariamento é a outra face de sua privatização, em sentido rigoroso. Mesmo no que ainda se define como emprego, dá-se uma privatização, que não quer dizer estritamente emprego no setor privado: quer dizer ausência da dimensão pública. (Oliveira, 2000, passagem na neblina, 16)

A privatização é o tempo de trabalho que avança, ocupando o tempo do não-trabalho, tempo de fruição privada. Os momentos de trabalho são menos nítidos e se sobrepõem aos tempos que seriam para o não trabalho; os limites dos espaços do trabalho já não são tão nítidos. Assim, os polos binários que marcavam o ritmo da vida e separavam o trabalho do não trabalho vão se desfazendo. E a referência do contrato, como base do auto-reconhecimento e organização das classes sociais, se perdeu.

Há também o trabalho que é suprimido na empresa e passa a ser trabalho do cliente ou usuário, como por exemplo, o de gestão da conta bancária, no qual existe uma ocupação não remunerada do tempo do cliente. Todas essas modificações repercutem como redução do gasto das empresas com salários. No Brasil, a tendência declinante dos salários era claramente visível no final da década de 1990.

A perda das formas do trabalho

A socióloga Ludmila Abílio analisa a metáfora da passagem na neblina⁹⁸, que tem múltiplos significados no artigo de Oliveira: a neblina se refere tanto à perda de forma das categorias que orientam o reconhecimento da classe, da ação política, do conflito de classe, como também se refere às próprias indistincões que passam a atravessar o mundo do trabalho. Essa nebulosidade é também a indistincão, indiscernibilidade, que estão no cerne do trabalho, nas figuras do emprego on-line e do trabalhador *just-in-time*, que está disponível para ser solicitado pelo capital. Com isso, se produz a indistincão no tempo e do espaço do trabalho. O trabalhador se torna disponível, se tornando indiscernível o tempo do trabalho do tempo privado.

Sobre as atividades que são assumidas pelo consumidor, se tornou muito difícil reconhecer e contabilizar essas atividades como trabalho, pois se realizam no movimento real como trabalho, mas não têm mais forma concreta de trabalho. Além disso, a ampliação do assalariamento operou uma fusão de tal modo que quase todos os

⁹⁸ Abílio, Ludmila, exposição em seminário on-line “O Ornitorrinco”, organizado pelo instituto Alameda e Boitempo Editorial em novembro de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2ixD7k0O3IE&t=1756s>

trabalhadores passam a ser membros intermitentes/latentes do exército industrial pela informalização e desqualificação do trabalho, sendo necessária, portanto, uma nova interpretação sobre o problema do “exército industrial”, outra categoria que se tornou nebulosa.

Esse conjunto de modificações tem impacto na formação da classe social. Oliveira avalia, em *Passagem na neblina*, que não havia ainda uma resposta pronta para essa situação, era uma situação nebulosa, nada estava claro. Entre os fatos discerníveis que Oliveira coloca em evidência, um é que o modelo atual tem como resultado a ampliação do *tempo de trabalho total*, se diferenciando de momentos anteriores de saltos nos avanços técnicos, quando a expansão da extração de mais-valia relativa foi preponderante.

Em *O Ornitorrinco* (2003), Oliveira explica o aumento da produtividade do trabalho na forma técnica molecular digital:

Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento de mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. Em sua dupla constituição, as formas concretas e a “essência” abstrata, o consumo das forças de trabalho vivas encontrava obstáculos, a porosidade entre o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. Todo crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas (2003, 135)

A distância entre o tempo de trabalho total e o tempo de produção se encurta ao extremo. Isso está muito relacionado à nova forma do trabalho sob demanda, que elimina o tempo de não trabalho, ou melhor, o transfere para o próprio trabalhador. Logo, o capital remunera apenas o tempo efetivo de produção (é precisamente o caso do trabalhador de plataforma). Trata-se de uma demanda histórica do capital, de eliminar os tempos de não trabalho na jornada, e as tecnologias possibilitam que isso se realize hoje de forma muito eficiente. A tendência moderna é suprimir o salário como adiantamento do capital, atrelando-o à venda do produto, de modo que o rendimento dos trabalhadores passa a depender da realização do valor no trabalho precário (no setor assalariado tradicional a forma anterior continua, mas a tendência é aproximar este das formas precarizadas). Isso muda a relação de trabalho, o trabalho deixa de ser custo do capital.

Mas o fenômeno que preside a tudo é a enorme produtividade do trabalho: se o capital não podia igualar tempo de trabalho a tempo de produção pela existência de uma jornada de trabalho, e pelos direitos dos trabalhadores, então se suprime a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores (Oliveira, O Ornitorrinco, 2003, 137)

As regras do Estado de bem-estar tornaram-se obstáculos, pois estabelecem os salários como adiantamento do capital e limitam a exploração no universo da jornada de trabalho. Assim, a contra-revolução conservadora exige a supressão dos limites da jornada e demais direitos do trabalho.

A indeterminação: política do trabalho sem forma.

Para compreender como Oliveira pensa esse processo em que a classe ganha corpo e sentido, vamos voltar ao método que ele apresenta em *Elo Perdido*. Nessa obra, Oliveira trabalha com categorias construídas mais diretamente a partir do próprio Marx, que depois enriqueceria com o pensamento de Thompson e Rancière.:

... não é suficiente reconhecer na produção material a produção das classes. Faz-se necessário, além disso, um processo de mediações que, fundado sobre o primeiro, constrói o discurso simbólico de re-representação das classes em suas relações e serve de pressuposto à re-produção (Oliveira, elo perdido, 19)

E é nesse sentido, avançando para os processos de mediação, construção das representações que Oliveira apresenta a ideia do trabalho sem forma, resultado da contra-revolução, do ataque conservador ao trabalho. A sociabilidade formada a partir da relação estável de emprego perde seu lugar e a nova realidade é marcada pela indeterminação na relação classe – representação – política.

Leonardo Mello e Silva, comenta, em “Chico de Oliveira, sociólogo”, a contribuição do mestre para a análise das classes: “talvez seja esse o maior ensinamento de Chico de Oliveira na análise das classes: a despeito da importância de suas características estruturais, é no campo da política, isto é, na representação, que elas na verdade se definem” (Mello e Silva, 2006, 65). Esse mote, que já estava no *Elo Perdido*, se conecta na sua produção dos anos 1990 – 2000 com a apropriação por Oliveira das teses de Rancière sobre a política como espaço do dissenso e da diferença. Quando Oliveira fala do espaço da representação política, se refere muito mais que apenas à eleição de representantes a cargos públicos. Ele está falando da conversão do interesse da classe,

uma tradução desse interesse para o espaço público. E é essa produção da representação política que a falta de *forma* do trabalho afeta, como explica Mello e Silva, com base em Oliveira:

Isso quer dizer que a forma é muito importante. É a forma que homogeneiza, a despeito daquelas diferenças morfológicas de classe que eu mencionei anteriormente (i.e., gênero, idade, raça, qualificação, etc.). É da forma que sai a identidade de classe, porque a identidade de classe é posta como equivalência, perseguida pela medida do tempo de trabalho socialmente necessário. Essa equiparação, sendo necessária, demanda uma forma. Isso explica porque não pode haver classe social para o trabalho informal; e porque o informal é uma “não-classe”: basicamente, a razão pela qual não pode haver classe – e, conseqüentemente, não pode haver uma identidade de classe no informal – é porque não há forma geral pressuposta para esses trabalhos, uma vez que não se trata propriamente de mercadorias reconhecidas pelo seu valor de troca (Mello e Silva, 2006: 66)

Sob uma realidade marcada pela ausência de formas do trabalho, as conexões entre trabalho, classe, representação e os espaços da política não se completam, tampouco se completa o espaço da política. Por isso que, para Oliveira, o problema da política consiste em ultrapassar a fronteira da representação. Telles, com base em Oliveira, explica que o espaço da política se forma nesse movimento de representação e reconhecimento de classe, em que se criam consciências recíprocas de classe. Mas uma mediação necessária a esse processo foi historicamente a criação de um equivalente geral, operado “pelo contrato mercantil, que aciona a ficção da igualdade na trama das relações, permite a construção do discurso identificador de classe e a definição, em disputa, da medida dessa mesma relação” (Telles 2006, 183)

Telles (2006) nos mostra que a origem dessa interpretação estava já nas teses de Oliveira em “O surgimento do antivalor” (1998), quando ele apresentou a possibilidade da publicização dos conflitos, reconhecimento de alteridades políticas e seu resultado civilizador para o capitalismo⁹⁹. Tal possibilidade esteve colocada concretamente no acordo das montadoras, estudado por Oliveira no início dos anos 1990¹⁰⁰, antes de ser derrotada.

⁹⁹ Ver capítulo 2.

¹⁰⁰ As conclusões desse trabalho de Oliveira se encontram também no capítulo 3.

Em “Passagem na neblina”, escrito no contexto de um evento organizado pelo Partido dos Trabalhadores, Oliveira aplicou seus achados à realidade da política partidária brasileira. Em 2000, avaliava que partidos que se formaram na representação da classe trabalhadora se deslocam, avançando para um público de classe média que se tornou assalariado e, ao mesmo tempo, um público indiferenciado. O movimento sindical assume um papel de representação não mais da classe, mas de sujeitos monetários¹⁰¹.

Em *Política numa era de indeterminação*, analisando as coalizões para a eleição presidencial de 2002, Oliveira constata a manifestação do estado de indeterminação na política partidária: “nenhuma linha de força pode ser estabelecida a partir de nenhuma das três coalizões que disputam o poder” (2007, *indeterminação*, 40) Na falta de formas, são as efemeridades que sustentam as alianças, como o tempo de TV. Todas as candidaturas aspiravam agregar a todos, negando as classes e os antagonismos irreconciliáveis, o antagonismo do domínio do capital internacional e da soberania nacional e como se fosse apenas uma questão gerencial conciliar o pagamento do serviço da dívida e das políticas sociais. Todas as principais candidaturas (José Serra, Ciro Gomes e Lula) estavam pautadas pela herança do programa de FHC, ainda quando todos, mesmo o candidato governista, simulassem uma posição crítica em favor de maior desenvolvimento, todos procuraram representar do interesse do capital financeiro à classe trabalhadora, passando por uma burguesia que já não mandava¹⁰². Nessa campanha já era possível observar que os partidos políticos não conduziam e não representavam a classe, eles eram conduzidos pelo jogo efêmero da propaganda política.

Portanto, a classe não está mais representada na política, o que implica que a demanda por direitos estancou.

... caem por terra antigas separações, construções conceituais (...) pelas quais se percebia o mundo; o trabalho abstrato, isto é, a extração de mais-valia por todos os poros, para além do assalariamento clássico, estanca a desmercantilização da vida, dilui direitos, institui outras formas de dominação e, no limite, destrói de forma inédita a voz e a presença da classe em opaca indeterminação (Rizek, 2006, 218)

¹⁰¹ Essa preocupação de Oliveira, apresentada em um texto de 2000, anterior, portanto, ao primeiro governo Lula, se tornou um argumento polêmico e teve ampla repercussão depois de ser mais desenvolvido n’*O Ornitorrinco* em 2003, como parte de uma interpretação sobre o governo Lula.

¹⁰² A questão da indeterminação não se limita à classe trabalhadora. Oliveira observa que as burguesias nacionais tem pouca capacidade de mando, submetidas às condições do capitalismo financeirizado global e que mesmo o capital financeiro não se liga a uma representação de classe.

Com isso se recoloca a questão da “possibilidade/impossibilidade da experiência de classe ganhar corpo e sentido, conformar seus territórios, seus coletivos e mesmo sua materialidade e concretude” (Rizek, 2006, 218) como resultado da devastação neoliberal que avançou para a erosão das bases da constituição de sujeitos políticos. Fez desaparecer a alteridade política das classes e a formação de uma medida comum a partir do conflito político. A política se torna uma indeterminação radical:

... as relações são difusas e indeterminadas, as conexões de sentido são erráticas e o conflito social perde sua potência política, ao mesmo tempo em que essa mesma indeterminação e volatilização dos espaços da política vão abrindo espaços para intolerâncias, violências e a barbárie de todos os dias (Telles, 2006: 186)

O que esperar da indeterminação

Oliveira procurava (era seu projeto, junto com outros pesquisadores do Cenedic) as possibilidades de superação da condição antipolítica da indeterminação. Sobre esse problema ele explora diferentes possibilidades em seus textos. Na última seção de *A Política numa era de indeterminação*, ele comenta experiências de invenção política em andamento, mas que não conseguiram dar o “salto quântico” da organização de um novo consenso (como o esforço de sindicatos de se reinventarem sob as novas condições, os encontros do Fórum Social Mundial e a experiência do orçamento participativo). Menciona também o programa de economia solidária de Paul Singer, o único que representava de fato, no governo, a proposição de uma economia alternativa ao que foi herdado de FHC. Contudo, nos programas partidários que se apresentam na disputa política, Oliveira não encontra uma formulação de proposta que seja capaz de pensar uma oposição ao capitalismo financeiro mundializado, não há “política”, apenas “polícia” nos programas dos partidos, com aceitação acrítica da razão do mercado como razão última, nos aprisionando na agenda neoliberal¹⁰³. Oliveira não vê, portanto, vias abertas para a superação por esses meios.

¹⁰³ Oliveira desenvolve a sua argumentação com base nos conceitos do filósofo Jacques Rancière. A polícia, ou política policial é, para Rancière: “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (1996b:372). Enquanto a política é o “conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo, uma perturbação do sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (Rancière, 1996b:372)

Em *O Momento Lênin*, Oliveira encontra no governo Lula mais uma possibilidade de um caminho alternativo, mesmo sob as condições de indeterminação. É um paradoxo, segundo Oliveira, que Lula, um líder que se origina do movimento dos trabalhadores, das suas organizações sindicais e políticas chegue ao poder justamente quando a classe mergulha na indeterminação. Mas havia ali ainda uma possibilidade. Como Lênin, nas Teses de Abril, a partir de um momento marcado pela indeterminação, orientou o movimento revolucionário para o desfecho socialista, Lula poderia ter escolhido cruzar o Rubicão e propor um novo projeto, dentro de um campo de significados orientado para um futuro de superação das limitações das condições brasileiras, mas não o fez. Nesse caso, a chave seria a dimensão de futuro da classe: a partir de seu lugar no debate político, as classes que fizeram a revolução “fazem-na transformadas no seu futuro, não pelo passado, que são apenas as suas pré-figurações” (Oliveira, 2007, 260). O papel do carisma de Lênin foi decisivo nessa construção política, carisma que é também a marca de Lula.

Por fim, a questão do que esperar da condição da indeterminação é retomada em “Marxismo e a condição humana” (2009), mais sob a perspectiva das condições dadas do que das possibilidades. Nesse artigo, Oliveira revisita a questão do trabalho em Marx e, diante da regressão econômica e política da classe trabalhadora, vê reemergir com força a categoria da pobreza, ocupando o lugar da classe.

Mas essa pobreza não é uma classe social; é uma regressão, em todos os sentidos. Regressão à pobreza econômica mesma, para a grande maioria, e regressão à pobreza política para os que continuam a trabalhar no chamado mercado formal, com garantias trabalhistas, pois perderam a capacidade de vetar o arbítrio do capital, de pautar a conduta do adversário, e já não são uma classe social; uns e outros são apenas “sacos de batatas”, para utilizar a expressão raivosa do próprio Marx (2009 marxismo e a condição humana)

Isso não significa, no entanto, que desapareçam as tensões sociais. Os conflitos podem ser apaziguados ou reprimidos. Pode haver cooptação, mas a tendência apontada por Oliveira é que sem as instituições que possibilitem a mediação desses conflitos pela política, o que se coloca no seu lugar é violência e intolerância. Ao ponto de que nem mesmo algo longamente pacificado, como os direitos humanos, possam permanecer incontestes e imunes às novas intolerâncias.

O marxismo precisa de situações concretas, na velha lição de Marx. Nesse caso, a situação concreta indica, sugere, a desimportância das classes sociais que constituíram o capitalismo nos dois últimos séculos, pelo menos, em trânsito para classes não classes, valha o pobre trocadilho. (Oliveira, 2009 marxismo e a condição humana)

Desdobramentos da indeterminação

Oliveira voltou-se para a questão da tecnociência e o capitalismo molecular-digital, a mudança técnica na produção, não para encontrar o “fim das classes”, nem o “fim do paradigma do trabalho”. Ele parte do “salto nas alturas” da produtividade do trabalho, como ponto nevrálgico do desmanche, que se combinou com o movimento de mundialização do capital, para atualizar suas teses sobre o espaço público e a disputa do fundo público sob uma nova forma de acumulação capitalista. Um desdobramento desse processo é a anulação da política e autonomização do mercado, que desenvolveremos adiante (no capítulo 6).

Outro desdobramento da tese de Oliveira sobre as classes sociais e a indeterminação seria desenvolvido n’*O Ornitorrinco*: sem o espaço da política, naufraga a possibilidade de superação da condição subalterna da economia brasileira. Ver adiante (neste capítulo). Além disso, a ausência da representação política da classe significa que os conflitos entre as classes não se resolvem mais pela via democrática, explodem em violência, abrindo espaço para o fascismo, como veremos no capítulo 7.

Seção 3: A teoria do estado de exceção: os impactos de uma condição de exceção permanente

Nos anos 1990 o Brasil vivia um momento de respeito às regras da democracia representativa, algo que chegava a ser atípico na trajetória experimentada no século XX. Poderia parecer estranho e contraditório que Oliveira estivesse chamando a atenção para um novo totalitarismo nesse momento. Essa questão, que já vinha tomando forma em seus escritos entre 1997 e 1999, nos artigos que comentamos acima, se desdobra em uma outra, que ele desenvolve em trabalhos produzidos entre 1999 e 2003, a questão do estado de exceção como forma de exercício do poder no Brasil nos anos FHC. Ele trabalha o tema a partir de uma perspectiva histórica de despotismo como regra no Brasil, que se soma às suas análises sobre as condições do neoliberalismo para compreender como a

administração do Estado passa a funcionar num regime de emergência, de exceção permanente.

A democracia ilusória do Estado brasileiro

Em “A ilusão do Estado brasileiro”, de 1999, Oliveira analisa a institucionalidade democrática do país tal como definida na segunda metade dos anos 1980. Ele observa que sob qualquer critério dentre os que definem forma e regimes políticos, o Estado brasileiro poderia ser enquadrado como democrático (no mínimo poliárquico), com eleições livres para os cargos de representação política local, regional e federal, autonomia entre os poderes, funcionamento da regra do impeachment, alternância no poder, Judiciário independente, respeito à liberdade de imprensa, uma Constituição e outras leis regulando o direito. Ainda assim, no entanto, ele avaliava que a democracia era ilusória.

Um dos motivos para isso era o avanço do capital fictício, que desconhece limites de territorialidade, exercendo ostensivamente o poder de impor escolhas pelo globo, constringendo as nações a adotar a liberalização das economias. Vimos no capítulo anterior que no Brasil isso se manifesta, por exemplo, no estabelecimento de limites para o gasto dos Estados da federação¹⁰⁴, que poderiam ser punidos por descumprir regras impostas pelo Legislativo federal, garantindo os fundos para os pagamentos de obrigações financeiras e restringindo o gasto social. Isso foi resultado de escolhas que envolvem uma opção pela externalização das decisões sobre a economia, o que na prática *afastou a democracia, ao delimitar o campo das decisões econômicas como algo externo à pactuação entre as classes no espaço nacional*.

Mas, além do poder do capital externo, Oliveira chama a atenção para um outro movimento que afasta a democracia na prática: o permanente *ad hoc* na administração pública. O governo governa sob o regime da emergência, sem regras estáveis, reagindo a situações econômicas (como, por exemplo, alguma recomendação do FMI) e valendo-se de medidas provisórias para quase tudo. Não havia de fato uma política econômica, ou uma política fiscal, tampouco havia parâmetros, tudo funcionava no regime das exceções.

Mas teria o Estado condições de formar uma política econômica? Tendo se desfeito de instrumentos de regulação? Oliveira coloca essas questões em “A ilusão do Estado Brasileiro” ainda como uma proposição de um projeto de pesquisa, que ele amadureceria

¹⁰⁴ A Lei de Responsabilidade Fiscal foi sancionada em maio de 2000

a partir desse período, resultando em outros trabalhos, como “O estado e a exceção: ou o Estado de exceção?” e “Dêem-me Ademar e eu darei o campeonato”. A teoria do estado de exceção foi fundamental no desenvolvimento de sua nova interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro em *O Ornitorrinco*. Ele avaliava que as teorias disponíveis não conseguiam dar conta de explicar o que acontece com esse Estado da periferia sob o neoliberalismo, gerando a necessidade de uma agenda de pesquisas e novos conceitos que fizessem avançar a compreensão dessa “anomia estatal, uma falta de formas, uma falsa forma”... “Agora, trata-se de dar conta do que pode ser, apenas para recuperar o gosto pelo paradoxo, a catástrofe tranqüila: um Estado-não-Estado, uma violência não-violenta, uma exceção permanente” (Oliveira, 1999, a ilusão do Estado brasileiro, s/n)

A democracia como exceção

Oliveira chama a atenção em diversos de seus artigos e conferências para o fato de que a democracia não foi regra na história do Brasil, foi exceção. Com uma contabilização do autoritarismo no Brasil ele mostra que o número de golpes e tentativas de golpes ocorridos no país num período de 60 anos, entre 1930 e 1990 somavam 18 eventos. Em “memória do despotismo”¹⁰⁵ ele mostra que foram 35 anos de ditaduras abertas e declaradas (15 do período varguista e mais 20 da ditadura militar de 1964-1984). Ocorreu uma média de um golpe ou tentativa frustrada de golpe a cada 3 anos¹⁰⁶, em regra os militares foram executores, caucionados por civis. Oliveira apresenta essas informações para deixar claro que no Brasil a democracia não foi uma regra na forma de processamento dos conflitos. Isso diz muito sobre a sociedade brasileira com relação à dificuldade de estabelecimento de outro tipo de relação entre as classes que não a dominação por meio da violência. “o regime tem sido estavelmente despótico, com breves períodos de abertura” (Oliveira, 2000, memórias do despotismo, 59), mesmo estes, só poderíamos chamar de democráticos de um ponto de vista formal. Essa “estabilidade da exceção e instabilidade

¹⁰⁵ Oliveira, “Memórias do Despotismo” In: *Estudos Avançados* nº 14 (40), 2000

¹⁰⁶ “Nomeando: Revolução de 30, Revolução Constitucionalista paulista de 1932, eleição indireta de Vargas em 1934, revolta da Aliança Nacional Libertadora em 1935, putsch integralista de 1937, Estado Novo varguista em 1937, deposição de Vargas em 1945, cassação do Partido Comunista do Brasil em 1947/48, deposição de Vargas pelo suicídio em 1954, tentativa golpista de impedir a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, golpe frustrado de Jacareacanga em 1956, golpe frustrado da renúncia de Jânio Quadros em 1961, parlamentarismo como solução para a posse de João Goulart ainda em 1961, golpe militar definitivo em 1964, inaugurando a segunda ditadura do período, AI-2 dissolvendo os partidos políticos pré-64, impedimento da posse do vice-presidente Pedro Aleixo e Junta Militar em 1967, AI-5 em 1968 com o fechamento do Congresso, impedimento da posse de Ulysses Guimarães como sucessor temporário de Tancredo Neves, com a solução de posse de José Sarney, em 1984. Fazendo-se as contas: 60 / 18 = 3,3 anos.” Oliveira, 2000 (memórias do despotismo)

da forma democrática” (Oliveira, 2000, memórias do despotismo, 59) é um dos fundamentos de sua teoria sobre o estado de exceção.

O lastro histórico da condição de exceção permanente é, para Oliveira, a combinação de trabalho escravo como forma de reprodução social, e uma indiferenciação entre o público e o privado, como ensina Raymundo Faoro, mostrando as raízes do patrimonialismo. Nascidas na ponta de expansão do capitalismo, as sociedades latino americanas foram formadas como espaços de produção capitalista, vanguarda da modernidade, movidos pelo trabalho escravo, a mais perfeita expressão do atraso. Essa contradição fundamental se atualiza ao longo da história desses países.

Convidado a falar sobre *O Ornitorrinco* em 2007 no programa Café Filosófico¹⁰⁷, do canal de televisão Cultura, Francisco de Oliveira lembra que para pensar na singularidade brasileira não podemos deixar de ter em mente a situação da escravidão no país. O escravismo definiu a nossa sociabilidade, destruindo, como mostrou Nabuco, a dignidade de um ser humano, do escravo, enquanto corrompe o outro, o senhor.

Nós costumávamos no passado, nos queixarmos do atraso brasileiro e atribuir tudo ao passado (...) Evidentemente, o peso do passado na formação da sociedade, é imenso (...) ele nos legou o escravismo. Esta sociedade foi formada por trabalho escravo. Isso tem repercussões enormes ainda hoje. Parte da nossa forma de ser deve-se a essa preeminência, impregnação escravista, que penetrou por todos os poros da sociedade brasileira. (2007, café filosófico)

O escravismo penetrou nas mentes e determinou as pulsões dos proprietários, dos barões do açúcar e do café. Rebaixou a dignidade de homens e mulheres. Oliveira cita Nabuco, para quem que o escravismo degradava o escravo e corrompia o proprietário¹⁰⁸. Nós carregamos essa sociabilidade ao longo das décadas, séculos, e ela ainda está entre nós. As nossas burguesias corrompidas não admitiram a superação dessa relação, apesar da luta dos dominados pela dignidade. Não admitiram a sua presença na mesa da casa grande no século XVIII, nem nos aeroportos no século XXI. Na promessa da modernidade a

¹⁰⁷ Programa Café Filosófico, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nUFxcBYwKs8&t=912s>, consultado em 01/11/2023

¹⁰⁸ “É a escravidão que é má, e obriga o senhor a sê-lo. Não se lhe pode mudar a natureza. O bom senhor de um mau escravo seria mais do que um acidente feliz; o que nós conhecemos é o bom senhor do escravo que renunciou à própria individualidade, e é um cadáver moral; mas esse é bom porque trata bem, materialmente falando, o escravo – não porque procure levantar nele o homem aviltado nem ressuscitar a dignidade humana morta”. Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, p88

superação do atraso estaria relacionada à superação dessa sociabilidade, quando a dignidade da condição das classes dominadas se estabeleceria, por exemplo, em moradias dignas. Mas, mesmo com a emergência do operariado urbano, a condição degradada das classes dominadas se manteve.

As transformações intensas e aceleradas do século XX fizeram surgir dentro dessa estrutura, uma grande massa de trabalhadores urbanos, entre operários e trabalhadores de serviços. “...a nova burguesia industrial assume papel protagônico, (...) Mas a transformação é lampedusiana, pois o novo poder não se resolve de forma revolucionária: o compadrio é sua marca” (Oliveira, 2000, memórias do despotismo, 62). Nos anos 1940 a legislação trabalhista surge como uma revolução “pelo alto”, ao mesmo tempo em que implementa uma tutela sobre o movimento sindical. A nova classe pressionou por democratização, em diversas iniciativas, inclusive criação de partidos políticos (Partido Comunista em 1922 e Partido dos Trabalhadores em 1979), e, diante dessa nova força que demandava direitos, “o desenvolvimento pareceu às burguesias uma ameaça e um passo para o socialismo” (Oliveira, vanguarda 1998, 207). As burguesias nacionais (das quais então se esperava a “revolução burguesa”) não suportaram a emergência das classes trabalhadoras. Reagindo a qualquer tentativa de expansão da manifestação dos trabalhadores na esfera pública, as burguesias reafirmaram por diversas vezes a sua condição não-revolucionária¹⁰⁹. O resultado foi que um período de extraordinário crescimento econômico produziu, no entanto, uma sociedade extremamente desigual.

Oliveira constata que o capitalismo brasileiro usa recorrentemente de força contra os dominados, mesmo dentro do simulacro da constitucionalidade, invertendo a fórmula da hegemonia, com um peso muito maior para a força bruta e mínimo para o consenso. Bloqueia, assim, aos dominados, o acesso a meios políticos e a dimensão do público não pode ser, portanto, constituída.

A institucionalidade e a exceção

A exceção enquanto suspensão de uma forma institucional teve uma origem legítima como instrumento para a resolução de distorções provocadas pelo excesso de rigidez das

¹⁰⁹ Oliveira remete à formulação de Florestan Fernandes: “Para Florestan, as burguesias da periferia, com acento especial para o caso brasileiro, não é nem revolucionária, posto que não produz a revolução nos meios de produção, sendo apenas agente da clonagem do capital, nem utópica, posto que premida entre a subordinação internacional e a pressão das bases de classe que a mesma modernização econômica cria, opta sempre pelas armas como solução para a sua incapacidade hegemônica” (Oliveira, 2001, o bug do milênio, nota 5, página 108)

burocracias. É por meio da institucionalidade que se cria um campo de previsibilidade e parâmetros para a atuação dos agentes e se reproduz a sociedade. Em Marx é bastante claro “que a institucionalidade é sinônimo de dominação: ela demarca os limites, os tempos e as formas pelas quais se põe e repõe uma relação de hierarquização e subordinação na sociedade de classes; ela é a normatização da sociedade de classes. Na linguagem de Gramsci, ela é a própria hegemonia (...) Para Marx, ela tem por objeto maior a anulação do conflito de classes” (Ademir, p. 379-380) A institucionalidade faz o conflito indizível, ilegal e subversivo, segundo Marx.

Já Weber situa o institucional no conflito burocracia *versus* democracia. A institucionalidade pode enrijecer e sufocar a ação dos escolhidos pelo voto, ao submetê-lo a infindáveis constrangimentos burocráticos, uma “jaula de ferro” que faz sucumbir a democracia. Daí o esforço desse autor, quando atuou na elaboração da constituição de Weimar, de admitir exceções, criando um modelo que passou a integrar o constitucionalismo moderno. Mas logo se perceberia que constitucionalizar a exceção envolvia riscos:

Sabe-se no que foi dar a constitucionalização da exceção, em Carl Schmidt, por exemplo, e no nazismo: Hitler governou, enquanto dependeu das eleições para o Reichstag, através de medidas de exceção, plebiscitos e referendos, e essa excepcionalidade foi percebida pela Escola de Frankfurt na crítica radical à modernidade. O autoritarismo e totalitarismo não seriam exceção, mas o desenvolvimento inapelável da modernidade, que já continha em si mesma os elementos de sua destruição (Oliveira, 2005, Ademir, 380-1)

A exceção como regra gera uma anomia estatal, uma falta de formas que compromete a democracia, obstrui a política e produz um Estado-não-Estado, incapaz de planejar.

Planejamento e exceção

Em “O estado e a exceção: ou o Estado de exceção?” Oliveira dá forma à sua teoria sobre o estado de exceção. Para isso, ele retoma o tema do planejamento, que foi um assunto muito presente na sua obra no início de sua carreira, nos anos 1960 e 1970. Visto como especialista, Oliveira era chamado a escrever e falar sobre planejamento, em grande medida pelo conhecimento que adquiriu em sua experiência na Sudene. Os interesses de Oliveira o levaram, no entanto, a outros assuntos e, de qualquer forma, o planejamento enquanto questão econômica e mesmo intelectual foi perdendo espaço para outros temas

no debate acadêmico e junto à sociedade. No entanto, quando em suas análises sobre o neoliberalismo Oliveira se deparou com uma nova realidade que ele identificou como um estado de exceção permanente, isso o levou a retomar, pela contradição, a questão do planejamento.

No breve século XX¹¹⁰ o Estado buscou promover uma normatividade nas condições gerais da produção. O fez a partir do uso de recursos de coerção, pelos quais restringia mercados e buscava uma política de planejamento que “metamorfosasse o conflito em uma ‘convergência de contrários’” (Oliveira, 2003, estado de exceção, 09), numa situação em que a relação de classes não fosse uma relação de inimigos ou um jogo de soma zero. “tais relações tinham como norte paradigmático enquadrar a exceção e transformá-la em norma” (estado de exceção 7)

Foram feitos planejamentos econômicos, mas também urbanos, buscando resultados funcionais ao desenvolvimento de uma sociedade ordenada pela produção industrial. O planejamento pretendia restringir a exceção e produzir previsibilidade. No contexto desse paradigma, o Estado Novo inaugurou no Brasil uma mudança sob o ponto de vista da institucionalidade, com uma “anabolização” do Estado que durou até a ditadura 1964-1984. A ampliação da institucionalidade racionalizadora toma forma com o planejamento estatal gerando uma previsibilidade capaz de produzir um avanço econômico rápido. A coerção estatal foi usada no país no contexto de uma transformação que industrializou-o e urbanizou-o, aprofundando o capitalismo e alterando radicalmente sociedade e a economia. Foi a “força propulsora e ordenadora tanto do ordenamento do capitalismo quanto de suas relações sociais de produção, o que quer dizer, em geral, planejando” (Oliveira, 2003, estado de exceção, 09). *Aqui o planejamento não logrou, porém, enquadrar a exceção.* Oliveira retoma a frase que Baran dissera mais de 30 anos antes¹¹¹, para reformulá-la a seu modo: [no Brasil] “não foi o planejamento que enquadrou a exceção, mas foi a exceção que enquadrou o planejamento” (Oliveira, 2003, estado de exceção, 09).

A sua avaliação era que o planejamento assumiu essa característica no Brasil por causa da profunda desigualdade na sociedade brasileira, que as classes dominantes

¹¹⁰ o breve século XX, na caracterização de Hobsbawm, inicia-se em 1914 com a eclosão da primeira guerra mundial e termina em 1991 com a queda da União Soviética

¹¹¹ Como vimos no cap. 1, Oliveira teria ouvido de Baran, em uma provocação a Furtado, que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento” (Oliveira, 2008 Noiva da Revolução p69)

consideravam ser do seu interesse manter, quando não aprofundar, valendo-se das situações de “exceção”. É uma desigualdade quantitativa, mas que se torna também qualitativa, diante da ausência do horizonte da superação, que nega a liberdade para os pobres, com o agravamento do obstáculo do racismo para os negros. Sob essas condições o Brasil experimentou um período de crescimento acelerado, mas pela forma como esse ocorreu, por muito tempo sob ditaduras, reprimindo duramente as classes dominadas, o crescimento foi mais uma causa do aprofundamento das desigualdades. Não foi um instrumento para a sua superação, como foi em outras sociedades, inclusive em países de capitalismo tardio, como Alemanha e Itália, que se tornaram mais igualitários e democráticos depois de um período de impulso do crescimento nos Trinta Anos Gloriosos.

O papel do Estado no planejamento do desenvolvimento, acaba por chegar, nos anos 1990, em situação que se converte no seu contrário, na racionalização da exceção. O Brasil mergulhou na globalização na década de 1990, sem qualquer mediação por um projeto nacional, simplesmente amparado pela ideia de sobreviver no ambiente da competição global e sob a vaga promessa de um desenvolvimento futuro puxado por um mercado livre das amarras do Estado. *O governo de um país em que a democracia foi exceção se tornou então um governo do ad-hoc, do circunstancial, do emergencial, que governa por medidas provisórias como uma exceção permanente*, uma regra constitucional para circunstâncias excepcionais que se tornou corriqueira. “As reformas neoliberais da década de 1990, que prosseguem no século XXI - ... -, vão claramente no sentido de criar uma institucionalidade de mercado, recuando o Estado para um papel regulador-fraco” (Oliveira, 2005, Ademir, 383). Às privatizações segue-se a criação de agências reguladoras, que não tem, contudo, a capacidade para realmente regular nem muito menos planejar os setores. O planejamento do Estado se limita a uma gestão orçamentária. É retirada a proteção do mercado de trabalho e também das empresas nacionais com mudanças paulatinas nas Constituição Federal por meio de sucessivas emendas, reduzindo a previsibilidade.

Os pilares do estado de exceção

Essa mudança na institucionalidade não foi um caso específico do Brasil, nem mesmo dos países latino-americanos. A razão para essa mudança na institucionalidade é, segundo Oliveira, determinada por processos internacionais da globalização que envolve transformações técnico-científicas;

A globalização, esse movimento que torna o capital mundial pressuposto e resultado de cada capital nacional, forma um movimento de pinças juntamente com a revolução técnico-científica - ... -, que destrói ou torna anacrônicas as institucionalidades de recorte e abrangência nacionais (Oliveira, 2005, Ademir, 385)

Vimos que a revolução técnico-científica impacta a força de trabalho, e que tornou anacrônicas as regulações que existiam, mas ela também envolve outras mudanças institucionais:

Ao mesmo tempo, a globalização opera duas poderosas anulações institucionais para além dos marcos nacionais. A primeira está sendo chamada de “desterritorialização da política” ou sua desnacionalização, e a segunda, de “juridificação da mercadoria”, ou despolitização da economia (Oliveira, 2005, Ademir, 386)

São processos convergentes e que se intercambiam: A *desterritorialização* “é constituída pela regulação macroglobal, vale dizer, pelas regras de funcionamento da intensa financeirização” (Oliveira, 2005, Ademir: 386). Anula a moeda e as políticas que pretendam produzir regulação do capital no nível nacional. Oliveira nomeia imposições do FMI e da OMC e classificações das agências de avaliação de risco como suas expressões formalizadas, mas alerta que por trás dessas, há o poder financeiro global, que impõe um modelo liberal. As políticas macroeconômicas nacionais “já não são mais que capítulos nacionais de uma política macroglobal; os desvios são punidos severamente” (Oliveira, 2005, Ademir: 386), mas a obediência cega também não é uma solução, levando países a crises e mesmo ao colapso em alguns casos. Oliveira descreve alguns resultados desse modelo para economias latino-americanas. A “*juridificação da mercadoria*” é um nome que Oliveira dá ao monopólio de marcas e patentes no plano global, que impede uma regulamentação nacional sobre determinadas mercadorias.

Esses dois processos impõem à periferia um estado de exceção permanente e se tornam um obstáculo à construção de projetos nacionais autônomos. As instituições nacionais não são capazes de acompanhar a velocidade das transformações; governos comportam-se reativamente e se utilizam da exceção como regra. Nessas condições se anula a política e o povo não é mais, portanto, o soberano. Para Oliveira há um soberano que paira indefinível.

A exceção permanente se manifesta no mercado de trabalho, está na disputa pelo excedente social, nas políticas públicas e no abandono da expectativa de superação do atraso. O mercado de trabalho no Brasil se caracteriza historicamente pelo fato de que o que deveria ser a exceção, a “informalidade”, se torna regra. Vimos acima que sob as novas formas do trabalho globalizado, os atributos do trabalho informal (flexibilidade, polivalência e iniciativa), passam a ser característica até mesmo do trabalho formal. Portanto, a exceção também se tornou regra no mercado de trabalho, com metade da força de trabalho sem contratos, a não-proteção como regra, possibilitando que a exploração “suba às nuvens”, uma vez que os direitos trabalhistas não são mais obstáculos ao capital.

A autonomização do mercado é outro pilar da exceção. O Estado, apontado como um entrave, ou algo supérfluo, nos discursos, se torna incapaz de realizar uma mudança estrutural na sociedade, de promover a distribuição de renda por meio de políticas sociais, como foi realizado nas socialdemocracias. Porém, é ainda funcional ao capital, pois mantém a capacidade de arrecadar o excedente disponível para disponibilizá-lo para o capital. Muitas das políticas públicas são manifestação dessa situação de exceção como norma. Oliveira cita políticas nas áreas de emprego, habitação, combate à fome e cotas para negros nas universidades (as duas últimas já do governo Lula) como casos de políticas parametrizadas pelo “anormal”, uma vez que não se propõem a transformar estruturalmente a sociedade.

Nesse início do século XXI, Oliveira estava tratando de um modelo político e econômico que não era mais subdesenvolvimento, o subdesenvolvimento era singularidade histórica do desenvolvimento do capitalismo nas periferias, o novo modelo que ocorria nesse início do século XXI era o que ele nomeou Ornitorrinco, definido pela exceção permanente. O novo modelo característico da periferia do capitalismo leva à frente, o desenvolvimento acelerado da financeirização, que se apropria de parcelas crescentes da riqueza nacional, carregando atrás o aprofundamento das desigualdades.

O Ornitorrinco é a exceção permanente, porque já não é singularidade: ele contém todos os elementos do original desenvolvido, já não há espaços pré-capitalistas, já não há fronteiras de expansão do capital. O alto desemprego – 20% em São Paulo – não é sinal de desocupação de fatores – obrigado, neoclássicos – por insuficiência de capital, mas, o contrário, por excesso

de capitalização. É a cópia do original¹¹² que causa o desemprego e a péssima distribuição de renda, que se agravará na medida em que o desenvolvimento é retomado, e o será, de forma intermitente, mas sem sustentabilidade. (Oliveira, 2003, estado de exceção, 11-2)

No lugar de traçar um planejamento para afastar a exceção, a nova condição consiste em:

[adequarmos] nosso discurso para reconhecer a “realidade” e em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiana já leva a cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações (Oliveira, 2003, estado de exceção, 13)

Oliveira observa em “Dêem-me Ademir e eu darei o campeonato” (2005) que esse modelo fundamentado na lógica da exceção, que se tornou corriqueira no governo FHC, se mantinha no início da gestão de Lula.

O estado de exceção se nutre das crises econômicas e sociais que ele mesmo gera e afirma a incompletude ou obstáculos ao sistema de mercado como a causa, o que justifica o aprofundamento e radicalização das medidas neoliberais, reforçando-as indefinidamente.

Seção 4: O Brasil Ornitorrinco: o desenvolvimento truncado

Em 2003 Oliveira publicou um novo ensaio, *O Ornitorrinco*, que veio a público junto com uma reedição da *Crítica à Razão Dualista*, o livro que atualiza, 30 anos depois. *O Ornitorrinco* é um marco nos trabalhos de Oliveira, representa um momento de consolidação das ideias que ele vinha desenvolvendo, das categorias interpretativas de uma nova ordem na sociedade brasileira, em especial da indeterminação e do estado de exceção. Ele organiza uma síntese interpretativa que ao mesmo tempo que retoma o tema do desenvolvimento, que trabalhou nos tempos de Cebrap nos anos 1970; com esses recursos, procura definir o que representa a nova ordem pós-desmanche no contexto da sociedade brasileira. É um momento, portanto, de fechamento de um ciclo na obra do mestre. Entendendo, claro, que como usual do mestre da dialética, cada ciclo que se fecha inaugura um novo em seu próprio movimento. No caso viria a ser o debate sobre o lulismo e a teoria da hegemonia às avessas.

¹¹² A expressão “cópia do original” é uma referência à obra de Roberto Schwarz, seu interlocutor e amigo desde os tempos do Cebrap, na interpretação da obra de Machado de Assis.

Na entrevista do programa Roda Viva, em 2003, Oliveira deixa claro o sentimento de urgência em avançar no entendimento dessa realidade truncada do Brasil ornitorrinco: “Esse artigo é um grito de socorro, eu quero ser ajudado nessa questão” (roda viva. 41’). Esse foi mais um exemplo de uma prática constante em sua obra, de provocar o debate aberto. Arantes comenta em “O ornitorrinco virou um monstro: e agora?” (2022) o diálogo entre Oliveira e o crítico literário Roberto Schwarz, dois autores que convergiam no diagnóstico da realidade brasileira e estabeleceram uma interlocução que foi importante na formação da “intuição teórica” de Oliveira que deu origem ao *Ornitorrinco*. E agora era preciso avançar, e mesmo que Oliveira avaliasse que talvez os conceitos não estivessem ainda perfeitamente acabados, era necessário construir a crítica dessa realidade nebulosa.

O Ornitorrinco não é um texto sobre o PT, nem sobre o governo Lula, é muito mais amplo do que uma análise do governo Lula, mas, ao construir essa reflexão sobre o Brasil do início do século XXI, Oliveira acabaria por consolidar também a interpretação de um significado para o “enigma Lula”, o problema com o qual iniciamos este capítulo. Oliveira não se esquivava de apontar o papel do novo grupo no poder – os eleitos e seus gestores – no aprofundamento do programa formador da sociedade “ornitorrinquica”, mesmo que ao fazê-lo leve em consideração o peso das restrições que o novo governo enfrentava para viabilizar qualquer mudança.

A publicação desse texto, com sua crítica radical ainda no primeiro ano de mandato de Lula, teve uma repercussão imediata nos meios acadêmicos e mesmo na mídia. Oliveira já vinha se afastando do PT, partido de que fora fundador, recusara convites para participação na gestão federal e acabaria, pouco depois da publicação de *O Ornitorrinco*, rompendo definitivamente com o partido¹¹³. Vimos que as suas preocupações e críticas com a condução da campanha, da formação das alianças e as políticas apresentadas já estavam presentes em suas análises públicas. Ainda assim, as críticas ao governo petista calaram fundo naquele momento, vindas de um intelectual fortemente associado à imagem do partido. A novidade do texto não é a crítica, sempre presente na obra de Oliveira, mas a surpresa de seus leitores, que esperavam, provavelmente, a saudação da novidade, ou, talvez, seu silêncio com relação à sua insatisfação. Porém, na contramão da

¹¹³ O afastamento de Oliveira do PT se consuma com carta publicada em 14/12/2003 no Jornal Folha de São Paulo, sob o título “Sociólogo Chico de Oliveira sai do PT” disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u56441.shtml>, consultado em 01/11/2023

empolgação daqueles que viam o PT finalmente no poder como sinal de mudança, Oliveira trazia um retrato duro de uma sociedade sem esperança de superação dentro das escolhas políticas adotadas.

Chico tem o topete (isso é com ele mesmo), a ousadia, a desinibição de lançar essa pequena bomba seis meses depois da inauguração do novo governo democrático e popular que muitos imaginavam ser uma espécie de encaminhamento de uma eventual redenção nacional. Mal inaugurado o primeiro mandato do presidente Lula, Chico já dizia que aquilo ali não iria dar certo. Comete, na verdade, duas heresias. Com poucos meses de governo ele já vislumbrava uma estratégia assentada: não cavalgávamos nenhum tigre, mas um bichinho estranhíssimo, que não é nada, nem desenvolvido nem subdesenvolvido, nem pobre nem rico, em um cenário no qual o trabalho está assumindo tais e tais formas, e portanto o que virá pela frente será tudo, menos aquilo que se esperava nos anos 1990. Não só ele diz essa enormidade, como emenda a segunda heresia: a Era Lula e a Era FHC que a precedeu compõem juntas um só período ornitorrinquico. (Arantes, 2022: 96-7)

Essa crítica inesperada chamou a atenção da mídia, que buscava explorar alguma discórdia nas bases do governo. Poucos dias antes da publicação da carta de desligamento na *Folha de São Paulo*, Oliveira participou do programa de entrevistas da TV Cultura, Roda Viva¹¹⁴, na qual se percebe essa recepção do texto. O tema era o *Ornitorrinco*, mas o tópico em destaque foi a crítica à esquerda. *O Ornitorrinco*, assim como a própria *Crítica*, tornou-se rapidamente um texto indispensável para a análise de um momento histórico em que as contradições se revestem de certa opacidade aos seus contemporâneos, pois nos traz uma chave teórica para capturar essas contradições.

A especificidade e a singularidade do desenvolvimento brasileiro

Nesse ensaio é possível perceber as referências teóricas de Oliveira, como ele próprio se identificava, como um cepalino marxista. A tradição cepalina está presente no uso do paradigma da singularidade na análise do desenvolvimento brasileiro, o que Oliveira identifica como uma herança weberiana. Uma dessas singularidades, que Oliveira

¹¹⁴ Programa disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TFzPvVPLuqA>, consultado em 01/11/2023

novamente põe em relevo, foi a exploração colonial fundada no escravismo, que deixou como herança o estatuto rebaixado da força de trabalho no Brasil.

Na interpretação cepalina, o subdesenvolvimento seria uma singularidade, construída a partir de uma relação de fornecimento de elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação impede uma forma de desenvolvimento que pudesse levar a periferia a “evoluir” de modo a igualar-se ao centro dinâmico; o que não impede, porém, que a condição de subdesenvolvimento experimente elementos de atualização que acompanham as mudanças no capitalismo mundial.

O marxismo de Caio Prado Jr. analisa a especificidade do desenvolvimento brasileiro pensando o cruzamento das contradições internas com o capitalismo mundial, como negação do desenvolvimento linear. Mas grande parte da produção marxista falhou na interpretação da sociedade brasileira, na avaliação de Oliveira: [o marxismo] “dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital, mas falhou em especificar-lhe as formas históricas concretas, sobretudo em relação à periferia” (Oliveira, ornitorrinco, 2003, 126). Autores marxistas foram capazes de produzir algumas formulações gerais relevantes, a partir, por exemplo, da teoria da “revolução passiva”. Mas, sem chegar a produzir uma teorização específica sobre as condições latino-americanas, o pensamento marxista deslizou em grande parte para o etapismo.

O momento da esperança de superação do subdesenvolvimento

Quando nos reportamos ao contexto das análises sobre o subdesenvolvimento, estamos falando de um momento de acelerado crescimento econômico, com possibilidades em aberto, de setores e fronteiras ainda não explorados, não submetidos à lógica do capital. A expansão da fronteira agrícola, por exemplo, era uma situação de acumulação primitiva, que incorporava terras e gentes à lógica do capitalismo, dando forte impulso à acumulação “A suposição dos que teorizavam o subdesenvolvimento era que essa possibilidade de fronteira fosse incorporando e corrigindo as distorções da desigualdade do crescimento” (Oliveira, Roda Viva 2003, 20’26’’). Oliveira se refere aqui sobretudo à visão furtadiana-cepalina, que prevaleceu no debate sobre o desenvolvimento. Tratava-se de um programa de combate àquilo que representava o atraso, as formas entendidas como pré-capitalistas, que poderiam ser superadas pelo avanço das forças do moderno. A ideia de

subdesenvolvimento era definida por uma posição hierárquica na divisão internacional do trabalho capitalista e não em etapas evolutivas do desenvolvimento.

Como singularidade e não como elo na cadeia do desenvolvimento, e pela “consciência”, o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos (Oliveira, 2003, Ornitorrinco, 127)

Por isso mesmo havia uma abertura para a luta interna de classes articulada com uma mudança na divisão internacional do trabalho capitalista. A industrialização em 1930 e o programa de substituição de importações são casos elencados por Oliveira, que mostram que *uma articulação interna de interesses poderia reposicionar (ou tentar reposicionar) a economia brasileira em relação à divisão internacional do trabalho.*

Em *Crítica à Razão Dualista* Oliveira fez a crítica aos cepalinos, ao modelo de desenvolvimento que supunha a superação do atraso. O que ele mostrou no seu trabalho foi que a indústria era uma forma de modernização que se alimentava de formas atrasadas e permanentemente reinventava formas atrasadas de produção, que eram associadas a um modelo pré-capitalista. Ele mostrou que uma agricultura atrasada, por exemplo, sustentava o desenvolvimento da indústria moderna, com o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, bem como uma gama de serviços urbanos atrasados possibilitava esse rebaixamento. O atraso era, portanto, funcional e produtivo, impulsionando a expansão capitalista. O que aparecia como uma exceção, ou algo que remanesceu de um processo que já estaria mais avançado, era de fato, uma forma permanente que caracterizava o desenvolvimento do capitalismo na periferia. O trabalho informal, por exemplo, não foi um acidente, uma exceção, da forma de exploração do trabalho no capitalismo, mas uma característica dessa forma de acumulação, bem como o mutirão não é uma exceção na construção da cidade, mas uma forma de barateamento da força de trabalho, ao rebaixar o custo da habitação urbana.

Oliveira foi capaz, com a sua contraposição ao dualismo atrasado/moderno, de avançar na explicação de um processo que, em todo seu sucesso econômico, enquanto taxas de crescimento, produziu atrasos, acentuou as desigualdades e desembocou numa ditadura. Era no avanço do capitalismo, a incorporação acelerada de populações e territórios, que se colocava a esperança da superação do subdesenvolvimento:

Nossa esperança, em décadas pretéritas, era que o progresso, a industrialização, fosse capaz de derrotar de uma vez por todas os estigmas do atraso brasileiro e daquilo que ele nos legou; uma ingenuidade política que nos levava a pensar que às formas superiores do capitalismo correspondem ou corresponderiam formas superiores de estruturação política e de sociabilidade. A história nos pregou uma peça formidável, porque o capitalismo entre nós foi capaz de armar esse bicho estranho, funcionalizando aquilo que eram os atributos do atraso (Oliveira, café filosófico, 2007)

No entanto, a promessa da modernidade não se cumpriu. Os vinte anos de ditadura garantiram que o anseio pelo desenvolvimento não viesse a se traduzir em avanços sociais e políticos, mantendo a funcionalidade do atraso. Mesmo com o avanço tecnológico tornando viável a superação de problemas sociais, como a alimentação da população, o mistério da fome no país da abundância permanecia.

O truncamento da evolução

No percurso evolutivo do Brasil ornitorrinco, o movimento do avanço democrático que havia se levantado em pleno regime autoritário se vê tragado pelo programa de desconstrução dos anos FHC. Vimos que ao longo dos anos 1990 Oliveira relata o fechamento do caminho democrático, da perspectiva das promessas da cidadania e o avanço de uma nova forma de acumulação na periferia, organizada sob a perspectiva da libertação do mercado das amarras da regulação, da privatização do público e de uma sociabilidade antipública a partir da negação da política. Esse processo, que analisamos nos capítulos anteriores, resulta, no início do século XXI, no *Ornitorrinco*: a metáfora, a sociedade e o ensaio.

A metáfora

O Ornitorrinco é uma metáfora de uma sociedade que se desenvolveu de forma truncada, resultando em um “ser” que causa estranhamento, com características contraditórias, disformes. O ornitorrinco é produto do atraso, como a sociedade brasileira analisada na *Crítica*, mas já não é mais o subdesenvolvimento e não é capaz de um salto para a superação, é uma forma pronta. O ornitorrinco é uma sociedade capitalista plenamente formada: altamente urbanizada, o setor agrário no qual predomina o agrobusiness, tecnológico e produtivo. Tem um setor industrial de segunda revolução industrial completo, estrutura de serviços diversificada de produtos sofisticados para a alta renda e

primitiva no atendimento a setores mais pobres. O sistema financeiro inchado no sentido em que abocanha boa parte do PIB, mas que na realidade pouco é eficaz para oferecer crédito. É deficiente no desenvolvimento científico e pouco pode fazer para superar isso. Oliveira observa que essa economia depende de dinheiro externo para se manter e sob esse ponto de vista a sua evolução regrediu à situação pré-1930, com a diferença de ser uma economia industrial, mas num modelo de reiteração da financeirização e em processo de rápida desindustrialização. Essa situação é resultado de uma herança histórica, mas também de um mergulho radical na globalização e na financeirização. Do ponto de vista das mudanças na forma de exploração do trabalho na terceira revolução industrial o país evoluiu rápido, assumindo a vanguarda das novas formas de exploração. Da mesma forma, chega aceleradamente na vanguarda das formas do capitalismo financeirizado.

Por outro lado, a tecnologia se transforma em um obstáculo que impede o Brasil ornitorrinco de “evoluir”. A forma do progresso técnico da segunda revolução industrial permitia o salto para frente, mas a nova forma do conhecimento científico o tranca em patentes e o faz descartável, efêmero, cortando o acesso de economias que estão no rastro do conhecimento científico. As consequências disso para a acumulação de capital é que países da periferia podem apenas copiar o descartável, correndo contra o relógio, mas não são capazes de reproduzir a matriz técnico-científica. Além disso, mesmo a cópia do descartável exige um esforço de investimento além do limite das forças de acumulação, dado a acelerada obsolescência (a relação produto-capital se deteriora, em termos cepalinos). A efemeridade da tecnologia imporia um esforço descomunal em investimentos para possibilitar um salto. Um esforço desse tipo poderia se dar na segunda revolução industrial, ao custo de privação, de fome (como ocorreu no Japão e União Soviética), mas gerando um acúmulo de meios que recolocaria a economia em novas bases. Contudo, no caso da terceira revolução industrial nem assim seria alcançável algum tipo de nova base, a necessidade de esforço seria permanente.

Esse quadro caracteriza um desenvolvimento truncado. E é com base nesse diagnóstico do desenvolvimento truncado, que Oliveira analisa as políticas públicas adotadas pelo governo petista. Estariam elas atuando no sentido da superação dessa condição?

As políticas públicas no governo petista

Se, no governo FHC o presidente assumiu a descartabilidade de parcela dos trabalhadores, o governo recém iniciado do PT voltou-se para programas de qualificação profissional,

capazes de recolocar esses trabalhadores no mercado no momento em que o ciclo de negócios se reativasse. O que Oliveira afirma, no entanto, diante das conclusões sobre as novas dinâmicas do trabalho e tecnologia, é que tais políticas se fundamentavam em expectativas não realistas. No passado a seguridade social geria a oscilação do desemprego de tal forma que os desempregados estivessem prontos para voltar quando o ciclo econômico os requisitasse novamente. Mas, na avaliação de Oliveira, não se criaria mais empregos na velocidade e quantidade que ocorreu no ciclo da industrialização. A retomada do crescimento, quando houvesse, não teria força nem fôlego para mudar de forma duradoura a situação estrutural de elevadas taxas de desemprego da força de trabalho.

Estamos falando de uma economia na qual há uma multidão de pessoas que estão desempregadas, mas não estão desocupadas. Mas, como vimos, na nova ordem pós-desmanche, houve a renúncia à promessa da modernidade de elevar todos os cidadãos à condição de igualdade, o subemprego e o desemprego são funcionais. Atualização da forma de exploração (retira os direitos e) aguça o problema da precariedade e da pobreza.

A nova classe de gestores de fundos

Vimos acima que Oliveira analisa as mudanças na forma do trabalho e conclui que o debate sobre esse tema exige a construção de novas categorias. Em *O Ornitorrinco* ele procura avançar em uma formulação dessas novas categorias, desenvolve uma proposição teórica sobre as mudanças operadas na estrutura de classes e o surgimento de uma nova classe, os gestores de fundos públicos. Esse foi um aspecto que gerou fortes reações ao texto, tendo rendido até mesmo um processo judicial ao autor.

Como vimos, o movimento dos trabalhadores entrou em regressão e rompeu-se a relação que se estabelecia entre classes sociais, partidos e representação política. Ao analisar a formação da esfera pública em “Os direitos do antivalor”, Oliveira mostrava que a classe trabalhadora organizada em partidos era capaz de produzir uma representação política própria. Essa conexão linear pode ter sido por algum tempo a realidade dos sindicatos brasileiros que formaram o Partido dos Trabalhadores, mas a relação trabalho – classes – interesses – partidos já não podia mais ser identificada no novo milênio. Ao invés de alcançar o poder para representar os interesses dos trabalhadores, as grandes lideranças sindicais, que são também lideranças do PT chegam ao poder para assumir a gestão de

fundos de pensão. E o fazem em perfeito alinhamento com o programa derrotado nas eleições de 2002.

“Na confluência de privatizações, desregulações, neoliberalismo sobre uma economia periférica como a brasileira, criou-se uma nova classe social que é essa que gestiona a articulação entre o fundo público e a acumulação privada” (Oliveira, Roda Viva, 2003) Essa nova classe tem um consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no controle de fundos estatais e semiestatais e está no lugar de fazer a ponte com o sistema financeiro. Esses fundos de pensão dos trabalhadores são ironicamente, os que financiam a reestruturação produtiva que lhes tira empregos, além de colocar os trabalhadores na posição contraditória de interessados em garantir o lucro do capital, posto que lhes interessa a rentabilidade dos fundos.

Esse movimento, para Oliveira, explica a convergência programática entre o PT e o PSDB:

É isso que explica recentes convergências programáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores dos fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos (2003, ornitorrinco,147)

Ao descrever a formação universitária de alguns dos principais nomes de responsáveis por condução da gestão dos fundos, do PT e do PSDB, Oliveira mostra que há uma aproximação ideológica, uma simetria entre os dois grupos. Mas ele vai além, e busca demonstrar o argumento de que se trata de uma nova classe social. Há um novo lugar no sistema, a situação de intermediação do acesso aos fundos, que define a base material dessa nova classe “seu ‘lugar na produção’ é o controle do acesso ao fundo público, que não é o ‘lugar’ da burguesia” (Oliveira 2003, ornitorrinco148-9). Já a partir da teoria de Thompson, Oliveira explica que esse grupo vive uma nova “experiência” de classe¹¹⁵, exemplificada pela celebração do aniversário do dirigente do PT, que produz um novo lugar do encontro de classe onde ex-dirigentes sindicais se misturam com burguesia e seus executivos. A formação ideológica comum nas universidades faz com que possamos

¹¹⁵ Thompson “A formação da classe trabalhadora na Inglaterra”

identificar esse grupo como classe a partir da formulação sobre classe de Gramsci. E, posto que a sua ação se orienta por uma forma de consciência própria, uma “ação com sentido racional”, também atende aos pressupostos da teoria weberiana sobre classes sociais.

O incômodo que a proposta teórica de Oliveira sobre essa nova classe social causou pode ser percebido no programa Roda Viva de 2003, que colocou entre os entrevistadores Guilherme Piva, que era justamente um desses novos gestores. Esse entrevistador mostra discordância com os argumentos de Oliveira, e aponta o que considera uma contradição com sua obra anterior, os escritos sobre a social democracia e fundos públicos do final dos anos 1980. Ao que o entrevistado explica que se trata de realidades diferentes, o fundo público sob as regras do neoliberalismo é um arranjo privado e o controle do acesso a ele é uma posição de poder, mas não passa por uma mediação da sociedade, como na social democracia. Esse arranjo é uma amarração de interesses privados que se valem de um meio constituído a partir de capacidades do Estado; nele falta a sociedade, falta o debate na esfera pública sobre a alocação do fundo público, falta a política, portanto, enquanto mediação entre as classes. “Na forma como os fundos estão funcionando, eles são corporativistas, falta o terceiro olhar, o olhar da sociedade” (Oliveira, Roda Viva, 2003), aqueles que os administram detêm a medida arbitrária, *ad hoc*, do acesso aos fundos.

Na Europa, depois da segunda guerra mundial, os trabalhadores, representados por dirigentes sindicais e membros de partidos classistas, conseguiram a partir da luta de classes, acessar os espaços de poder como antagonistas das classes dominantes. A chegada desses dirigentes ao poder no Brasil do início do século XXI teve um sentido completamente diferente, foi um acolhimento desse grupo da cúpula sindical dentro do bloco dominante. E isso, na singularidade brasileira, tem o sentido de desconstrução diferente do que ocorreu na Europa, já que esse bloco entra para desfazer uma rede de proteção social que ele não construiu.

Perspectivas para a “evolução” do Ornitorrinco

A desigualdade marca o Brasil ornitorrinco. Como já enunciara em outros textos, Oliveira fala que isso ocorre mesmo no processo de crescimento acelerado, *et pour cause*:

As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a

expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado neste *Crítica à razão dualista*, mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa (Ornitorrinco, 2003, 143)

Onde vamos parar? Quais as perspectivas diante da condição de “impasse evolutivo” do Ornitorrinco? A pergunta incômoda está no final do ensaio *O Ornitorrinco*, mas também foi repetidamente colocada para Oliveira em entrevistas. O ornitorrinco é o desenvolvimento truncado, em que se perdeu a possibilidade de superação do subdesenvolvimento mergulhado numa desigualdade cada vez mais acentuada no buraco negro da financeirização. Não há mais lugar para reformismos¹¹⁶, na visão de Oliveira, e os partidos que se anunciam reformistas já não o são realmente. Ele pensa, é claro, no PT, grande promessa de avanço no sentido da social democracia em tempos anteriores, mas que passa a compor um projeto conservador no poder, bem como uma nova classe gestora desse projeto. O ornitorrinco tem uma condição passiva, depende cada vez mais de movimentos do capitalismo global; não é uma sociedade com autonomia, capacidade de criar seu caminho, pois uma sociedade que no século XXI se entrega ao mito do mercado autorregulado não tem caminho à frente nem pode construir um projeto alternativo¹¹⁷.

Observando o percurso da sociedade brasileira nos 20 anos que se seguiram à publicação do *Ornitorrinco*, é evidente que as antecipações que Oliveira fez nesse texto e em outros dessa época, foram muito acertadas. Para Ruy Braga, a realidade evoluiu de maneira consistente com o seu pensamento e a absorção do PT pelo campo conservador que Oliveira explicitou abalou a capacidade que restava dos movimentos sociais para impor uma dinâmica progressista. Esse foi o preço que o PT aceitou pagar pela formação de uma aliança vencedora em 2002.

Conclusão do capítulo

Encerramos o capítulo anterior com uma crítica radical de Francisco de Oliveira à ordem econômica e social parametrizada pelo paradigma neoliberal. As categorias elaboradas pelos pensadores da Escola de Frankfurt na leitura de Oliveira iluminavam essa realidade

¹¹⁶ Oliveira fala do fim do reformismo no programa Roda Viva de 2003

¹¹⁷ Oliveira trata da perda da capacidade de construir o caminho alternativo no programa café filosófico, em 2007.

e evidenciavam uma semelhança entre os dois momentos históricos que levou o autor a nomear a nova ordem “Totalitarismo neoliberal”. Entre o segundo semestre de 2002 e os primeiros meses de 2003, entre a eleição de Lula e as primeiras realizações de seu mandato, ele segue observando muito de perto os acontecimentos, colocando em suspenso uma definição sobre o seu significado. Pairam dúvidas, “enigmas”, mas por pouco tempo. O novo governo manteria o paradigma neoliberal de autonomização do mercado. Oliveira não apenas reconhece isso, como segue aprofundando suas pesquisas em sua missão da tarefa da crítica.

Apesar de prosseguir no paradigma neoliberal, no mesmo sentido da mudança do seu antecessor, o governo Lula altera o ritmo da implantação desse projeto. O compromisso com a democracia continuava sendo identificado com o petismo, e estava em tensão com a prática de fazer avançar a autonomização do mercado. Além do discurso democrático, as ações da gestão federal petista eram conflitantes. Houve um evidente esforço de estímulo ao agronegócio, com desatendimento de demandas ambientais e de povos originários. Houve redução de direitos dos trabalhadores, em especial os previdenciários, mas o ritmo das mudanças nesse campo foi menor e em contradição com uma política de ganhos reais para o salário mínimo. O governo conseguiu bons resultados na redução da pobreza, mas os mais ricos viram seus ganhos se multiplicarem. Houve uma trégua no ataque aos serviços públicos, com o que Oliveira chamou de um momento ético-republicano, que chegou a conseguir formar hegemonia em torno de um programa de combate à fome.

Aos poucos, porém, os que pressionavam por uma ampliação da autorregulação do mercado iam consolidando suas vitórias. E essas vitórias tornavam cada vez menor a capacidade de a sociedade estabelecer limites para o mercado. No próximo capítulo sistematizamos o pensamento de Oliveira sobre esse avanço da autorregulação do mercado que prossegue nos anos 2000 e 2010.

Capítulo 6: A teoria da absolutização do mercado: a perda do controle republicano da economia pela sociedade e a anulação da política

Introdução

Neste capítulo vamos trazer o nosso foco para a economia política de Francisco de Oliveira. Não que a relação entre economia e política estivesse ausente de seus trabalhos anteriores ou posteriores. Mais do que uma questão de pesquisa, a relação entre economia e política é da natureza do método marxista, está presente em toda a sua obra. Os trabalhos que abordaremos aqui destacam essa relação, no entanto, por formarem uma síntese interpretativa, em que Oliveira consolida alguns achados de pesquisa e formula uma teoria sobre como a autonomização do mercado leva à inviabilidade da democracia no capitalismo e nas condições do Brasil ornitorrinco, plenamente inserido no contexto da mundialização do capital dos anos 2000. “O principal problema proposto pelo capitalismo contemporâneo no Brasil às instituições republicanas e ao regime democrático de direitos é, a meu ver, a questão da autonomização do mercado. Arrisco dizer que esse desafio não se dá somente no Brasil”. (Oliveira, 2003, *resistirão a república...*, 166)

Esse problema foi trabalhado por ele em diversos artigos escritos entre 2003 e 2007, entre os quais destacamos “Resistirão a república e a democracia?” (2003), “A sociologia política e a democracia” (2003), “Democratização e republicanização do Estado” (2003) “O capital contra a democracia” (2005), “Dêem-me o Ademir e eu darei o campeonato” (2005), “A dominação globalizada” (2006), “Capitalismo e política: um paradoxo letal” (2007) e “Política numa era da indeterminação” (2007).

O período no qual esses trabalhos foram desenvolvidos correspondem ao governo Lula, incluindo todo o seu primeiro mandato e o início do segundo. Mas, embora algumas questões mais concretas da política governamental surjam no desenvolvimento dos seus argumentos, não há mudanças significativas nas suas interpretações com relação ao que já havia sido apresentado nos textos analisados no capítulo anterior. O que esperamos poder apresentar é uma sistematização, na qual se unem os estudos que tratamos separadamente nos capítulos anteriores: a separação entre o econômico e o político pelo liberalismo; a destruição da potência política da classe trabalhadora, que corrigia

assimetrias; o movimento de construção da democracia no Brasil por meio dos esforços dos dominados; a reação conservadora, que age no sentido de preservar o mercado de qualquer interferência de outras forças e reforma as instituições e a sociabilidade, estabelecendo a regra do mercado como parâmetro para a sociedade; o estado de exceção como resultante da nova organização do Estado sob esses parâmetros; e uma nova relação entre economia e política que se afasta do projeto civilizador da modernidade e se torna um totalitarismo neoliberal.

Vimos no capítulo 1 como Polanyi desenvolve sua teoria sobre a autorregulação do mercado e suas consequências para a sociedade. Em grande medida o esforço teórico de Oliveira se dá no mesmo sentido, já nos anos 1980, mas sobretudo a partir dos anos 1990. Procuraremos resumir aqui como Oliveira explica a relação entre mercado e sociedade no início dos anos 2000, quando já tem uma teoria consolidada sobre os impactos do neoliberalismo.

Na primeira seção abordaremos a relação do capitalismo com a democracia. O sistema concebido pelas burguesias do Ocidente se concretiza em um movimento de autonomização do poder econômico. No século XX houve uma reversão nesse movimento, com a construção de um novo equilíbrio entre o econômico e o político pela criação de controles da sociedade. Veremos ainda, nessa seção, como os diferentes aspectos de uma nova assimetria entre o econômico e o político no final do século XX e início do século XXI conformam a realidade e fazem a relação sociedade – mercado assumir uma forma qualitativamente diferente.

Na segunda seção passamos tratar da manifestação do neoliberalismo nas condições brasileiras, para tanto iniciaremos com (1) a especificidade da inserção da economia brasileira no contexto da financeirização global, mostrando como isso restringe a política, retirando poder decisório da sociedade brasileira. Veremos a seguir (2) o ataque ideológico, que reorganiza o campo semântico legitimando a ofensiva neoliberal e o encolhimento da política. A destituição da sociedade dos meios de regulação do mercado é provavelmente o aspecto de maior visibilidade desse processo, que retomaremos brevemente (3), incorporando um novo debate que surgia então, sobre a autonomia do Banco Central. A subordinação das políticas sociais é o outro lado dessa nova organização social e econômica (4).

Na terceira seção veremos como essa absolutização do mercado ataca o poder político e os controles da sociedade sobre o capital. Iniciamos pelo esvaziamento da esfera pública (5), mostrando como aquele conceito de esfera pública que Oliveira elaborara na teoria do antivalor perde sentido com o afastamento da presença civilizatória dos dominados dos espaços de decisão. A ausência dos dominados no espaço público está relacionada à destruição de sua representação de classe (6), que, segundo Oliveira, se resolve na nova ordem em indeterminação. Por fim, o estado de exceção permanente inviabiliza a formação de um espaço para processar os conflitos (7), tornando a violência a forma por excelência de relação com o outro, produzindo o ambiente favorável ao fascismo.

Concluimos o raciocínio na quarta e última seção, mostrando que a autonomização do mercado não resultou em desenvolvimento econômico em benefício da maioria e muito menos em estabilidade política. Resultou em perda dos controles republicanos e risco para a democracia.

Seção 1: Separação do poder econômico do político pelo liberalismo e suas falhas

A criação do poder econômico

Em “O capital contra a democracia” (2005), Oliveira volta às origens da democracia moderna para decifrar a difícil convivência desta com o capitalismo. No Ocidente capitalista e no mundo tornado, pelo colonialismo, um sistema mundial capitalista, a democracia não foi o governo de todos.

O caráter intrinsecamente concentrador do novo sistema [capitalista] propõe imediatamente uma assimetria de poder entre os cidadãos que dificilmente traduz um governo de todos. E a separação que o liberalismo operou entre o poder político e o poder econômico, revolucionária para um mundo saído do feudalismo, cria um poder privado, o econômico, cuja gestão é retirada do cidadão comum. (Oliveira capital contra democracia, 2005, 13)

A democracia é o governo da maioria que garante os direitos das minorias e admite alternância, de modo que a condição de maioria não é cristalizada. Mas a estruturação da sociedade em classes cria rigidez, que procurou-se compensar com o recurso da representação. O sistema concebido pelas burguesias do Ocidente promoveu a separação de poder econômico e político para superar a concentração de poder que caracterizava o feudalismo. Criou assim, esferas autônomas de interesses, que se regulam a partir de seus

próprios pressupostos. A economia política clássica (de Smith, Ricardo, Mill e Bentham) separou os negócios privados da esfera pública, entendendo-os como sendo campo exclusivo de seus interessados e legitimando o poder despótico nas relações de trabalho. Existe, porém, uma contradição desconsiderada nessa separação: o emprego de mão de obra deveria publicizar imediatamente o econômico, “Mas a ciência econômica asséptica proclamou a imunidade dos negócios privados ao olhar público e a impunidade das transgressões” (Oliveira, o capital contra a democracia, 2005, 15). A concepção democrática da igualdade, no campo da política liberal, está em descompasso com a situação de compra e uso da força de trabalho, no campo da economia liberal, que garante ao comprador desfrutar do valor de uso da força de trabalho ao mesmo tempo em que tolhe a liberdade do vendedor. E para além disso, a convivência entre a democracia e o capitalismo é bastante conflituosa, tendo sido quase uma regra mundial que as democracias tombem sob a pressão de interesses econômicos.

Limitações ao poder econômico sob o Estado de Bem-Estar

Nos séculos XIX e XX, os conflitos sociais se tornaram mais intensos e complexos e os trabalhadores, em um longo processo de auto-construção, que incluía a proposição de seus próprios objetivos, o comunismo e o socialismo, alcançaram a condição de classe social¹¹⁸, e avançaram na construção de organizações. Eram associações, sindicatos, que em vários lugares formaram seus partidos políticos e recolocaram a questão da democracia em novas bases, ao expor o conflito de interesses entre o capital e o trabalho, retirando esse conflito do espaço privado para leva-lo ao espaço público. Essa foi a invenção democrática dos trabalhadores, que impuseram a real alternância no poder, expandindo a democracia a partir da luta de classes para além dos limites dados pela burguesia.

Mas foi preciso a maior crise da história do capitalismo, a Grande Depressão da década de 1930, para que a publicização dos conflitos, até então assunto privado na relação capital-trabalho – inclusive na acepção de Marx, pois os trabalhadores são donos de sua força-de-trabalho – formasse uma nova arena pública de conflitos e transitasse para as instituições democráticas do Estado contemporâneo. (Oliveira, o capital contra a democracia, 2005, 15)

¹¹⁸ Oliveira trabalha com o referencial de Thompson sobre a formação de classes sociais. THOMPSON, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 (4ª edição)

A forma específica de equilíbrio entre política e economia que se desenhou sob o Estado de Bem-Estar foi, portanto, fundada em um princípio de *contenção do poder econômico e de desmercantilização parcial das relações de trabalho*. O salário passou a ser regulado externamente, com implicações para a relação entre sociedade e mercado. As carências da classe trabalhadora foram se tornando demandas públicas por direitos, o que significa dizer que passou a haver maior regulação do mercado pelo Estado, pois os *direitos são limites à ação do mercado*. “O canal exclusivo do privado tornou-se insuficiente para processar a enorme contradição da formidável destruição de capital, e a publicização tornou-se estrutural à sua produção e reprodução”. (Oliveira, o capital contra a democracia, 2005, 15)

A ação política dos dominados foi um importante avanço na democratização no processo de ampliação do leque de direitos, que a partir da centralidade do trabalho se universalizou e se projetou para o conjunto das populações. Foi a partir dessa ação política dos dominados que se estabeleceu um movimento duplo: “na expansão capitalista nos últimos cinquenta anos, operava-se uma espécie de privatização do público e publicização do privado” (2003 resistirão a república... 167)¹¹⁹. Portanto, se por um lado a ampliação dos direitos impunha limites ao poder econômico do mercado – publicização do privado - por outro lado ainda se garantia os interesses do capital via financiamento da acumulação de capital pela riqueza nacional – privatização do público.

No Estado de Bem-Estar o financiamento da acumulação pela riqueza nacional a partir do fundo público (privatização do público) se tornou parte legítima política e economicamente da forma de acumulação capitalista. Mas isso envolveu um ajuste político, já que, por outro lado, o capital privado recebia essa riqueza a partir de parâmetros do interesse público, e gerava a expectativa de um retorno em salários e previdência social (publicização do privado).

Da social-democracia ao neoliberalismo: as assimetrias entre capital e trabalho

Vimos no capítulo 3 que no período dos “trinta anos gloriosos”, no movimento de publicização do privado, as demandas por direitos tornaram públicos os conflitos entre capital e trabalho e construíram uma esfera pública de negociação entre as classes. E que após esse período, no entanto, houve uma inflexão no conflito, em que pesou as novas

¹¹⁹ Oliveira retoma aqui uma construção que desenvolveu na teoria do antivalor, baseada na ideia de F. Rangeon em *L’idéologie de l’interêt general*.

formas técnicas de acumulação e a reversão se espalhou, num movimento de re-privatização da democracia.

Ocultando a sua experiência pioneira no Chile de Pinochet, o neoliberalismo passa a ser difundido nos países do hemisfério norte em um processo de neoconservadorismo e violência excludente. E logo se expandiu, retornando para as periferias. Vimos anteriormente o modo como as políticas neoliberais enfraquecem as organizações dos trabalhadores, reduzem seu poder político; mas existe um movimento inverso do lado do capital de expansão do poder do mercado. Ao longo do século XX o capital experimentou um longo processo de concentração, que formou empresas gigantes que operam no mercado mundial, resultou em um aumento do seu poder concentrado nessas empresas¹²⁰. Como resultante de ambos os movimentos, há uma extraordinária *ampliação da assimetria das relações entre o poder econômico e o poder político*.

As empresas transcendem fronteiras nacionais e ocupam o espaço dos Poderes nacionais (executivo, legislativo e judiciário).

As consequências para a democracia são devastadoras. Se na tradição do Ocidente capitalista esta padeceu, desde seus primórdios, da contradição entre a maioria da pólis e a minoria do poder econômico, este subtraído às decisões da maioria e rigorosamente privatizado, esta contradição agigantou-se de modo a sufocar a democracia e quase anular a política. Aqui não se trata apenas da dimensão quantitativa dessa assimetria, em si importante. Mas da nova qualidade dos processos da acumulação de capital. Esta suprime o outro do capital, o trabalho. Como mercadoria dimensionável, uma não-forma, apenas uma virtualidade (Oliveira, 2005 capital contra democracia, 18)

Veremos então, na próxima seção, como os diferentes aspectos dessa assimetria conformam a realidade e fazem a relação sociedade – mercado assumir uma forma qualitativamente diferente.

¹²⁰ Ver trabalho orientado por Oliveira: VIANA, A R. *O Capital Hegemon: crítica à economia apolítica*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2005.

Seção 2: O movimento de absolutização do mercado lado A: liberdade para o mercado

(1) A especificidade da inserção da economia brasileira no contexto da financeirização global: a construção do espaço nacional como locus de decisão sobre a economia e sua desconstrução

Segundo Oliveira, as tendências mundiais abatem-se com fúria nas periferias capitalistas. Na realidade brasileira, elas se somam a uma pesada herança antidemocrática, que abordamos no capítulo 5, que fez do despotismo a regra e da democracia a exceção. No lugar de um Estado de Bem-Estar, partimos de uma condição de crise econômica, de profunda desigualdade agravada por vinte anos de regime autoritário e repressão das demandas dos trabalhadores. Uma burguesia anti-republicana, com nítida preferência pelas opções autoritárias em relação à trabalhosa construção de hegemonia política, abandona por completo a utopia da nação, assumindo a gestão de uma posição subordinada com relação ao sistema mundial. Logo, na periferia, uma das marcas da autonomização do mercado nesse novo ciclo é a inserção subordinada, ativamente buscada pelas burguesias nacionais em escolhas reiteradas, que vimos no capítulo 4.

Isso representou uma mudança com relação ao período anterior. Entre 1930 e 1990 o país viveu uma época marcada pela aceleração na transformação das forças produtivas com expansão do proletariado urbano. Foi um período em que *o espaço nacional se tornou centro de decisões* (“internalização das decisões”, na expressão de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*), o que colocou os temas relacionados à formação da nação no centro dos movimentos culturais e do debate acadêmico.

O golpe de Estado de 1964 abalou o sistema político, mas

...não significou uma mudança no “modelo”, senão que as exigências do processo de acumulação da industrialização substitutiva requeriam a radicalização do controle do novo ator fundamental – o operariado – e uma acumulação primitiva ainda mais profunda (Oliveira, 2007, política numa era de indeterminação, 19).

Politicamente, o regime militar *reforçou o centro de decisões interno*, mas, por outro lado, avançou em um *processo de extroversão da economia*, já esboçado nas políticas de Kubitschek¹²¹. As dívidas contraídas em um período de elevada liquidez e a presença das

¹²¹ Esse movimento foi analisado por Oliveira em *Economia da dependência imperfeita* (1977)

multinacionais foram as primeiras formas de mundialização¹²² das economias periféricas, ainda operadas, porém, por uma estrutura de decisões interna nos anos 1970. Durante a ditadura, uma parte notável do excedente passara a ser destinado à remuneração dos capitais estrangeiros, “O que a literatura veio a chamar depois de ‘financeirização’ da economia já se insinuava, subordinando a acumulação interna ao movimento internacional do capital, e retirando a centralidade das decisões” (Oliveira, 2007 política numa era de indeterminação, 20).

As condições de inserção da economia brasileira no cenário mundial nos anos 1980 eram, portanto, bastante diferentes daquelas de 1930, quando o país ousou buscar soluções para a crise, em conflito com o movimento da economia global. Mas, para além das condições dadas, a reação conservadora viu na subordinação ao movimento internacional do capital uma oportunidade para alcançar um outro objetivo: a destruição da sociabilidade democrática.

Vimos no capítulo 3 que as poderosas invenções políticas dos dominados, que construíram uma sociabilidade voltada para a democratização não eram suportáveis para as classes dominantes, porque ultrapassavam os limites da “política policial”¹²³. Ao analisar o apoio das burguesias a Collor, Oliveira afirmava que destruir essa sociabilidade era o sentido daquele mandato destrutivo. As burguesias nacionais tinham a expectativa de que, ao religar-se ao movimento do capitalismo dos centros dinâmicos, estariam garantindo a dominação interna, sufocando as demandas por direitos. E o faziam cientes de que se tratava de uma escolha pela subalternidade perante o comando do capital externo. Naquele momento Oliveira já alertava para os riscos de rupturas em favor da autorregulação do mercado.

Nas trilhas abertas pelo falsificador da ira popular, e pela pedagogia perversa da inflação, FHC se tornou presidente em 1994. As reformas consolidam a opção pela autorregulação do mercado em um programa regressivo, com amplo apoio nas classes dominantes e consentimento dos dominados¹²⁴. O combate à inflação legitimou as privatizações, mas legitimou principalmente o estabelecimento de uma *nova relação de poder*, que torna o

¹²² Em *A política numa era da indeterminação*, Oliveira prefere usar como referência os conceitos de “financeirização” do capitalismo e “mundialização do capital” de F. Chesnais, avaliando que é equivocado tomar a financeirização do capitalismo, como forma específica da mundialização do capital por “globalização”.

¹²³ Oliveira faz referência ao conceito do filósofo francês Rancière

¹²⁴ Aproveitando o momento em que a sociedade estava disposta a consentir com as reformas regressivas a fim de proteger a estabilidade, como vimos no cap.4.

Estado “refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (Oliveira, 2007, indeterminação, 31). Isso possibilitou que esse grupo implementasse de forma acelerada o programa neoliberal. Os diferentes elementos que compõem esse programa levaram à extroversão das decisões econômicas, como parte de uma transformação social de redução da política à economia, e de autonomização do mercado.

O próprio plano de estabilização monetária já amarrava a economia a uma armadilha da dívida e as regras fiscais, resultando na perda de autonomia dos governos em relação a decisões internas sobre a economia. Como consequência do Plano Real, o governo passou a manejar “a dívida pública interna com a finalidade quase exclusiva e direta de fechar o balanço de pagamentos, e a finalidade indireta de conter a inflação” (Oliveira, 2003, *resistirão a república e a democracia?* 167). Para isso, oferecia taxas de juro elevadas e atraía capitais de risco que não tinham a finalidade de fazer aumentar a capacidade produtiva do país. O resultado foi um salto na dívida pública interna, que se somava a uma velha dívida externa. Para garantir o pagamento do serviço das dívidas se tornava imperativo o estabelecimento de um conjunto de regras que garantisse a priorização dessa despesa no orçamento público, independentemente da orientação do governo.

O Legislativo aprovou as reformas propostas pelo governo FHC, assegurando o aprisionamento das políticas públicas em regras que limitavam o campo de ação do próprio governo, as regras fiscais, que foram se tornando mais e mais rígidas com o passar dos anos¹²⁵. Essas regras fiscais restritivas para o Estado foram impostas em alguns momentos por instituições internacionais, como o FMI, na forma de regras condicionantes para a concessão de empréstimos para o país. Foram impostas também na forma de leis não escritas ditadas por agências de risco, organizações privadas capazes de causar efeitos devastadores nas economias dos países cuja taxa de risco decidem por elevar. Mas, em grande medida, foram incorporadas, como regras auto-impostas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. A gestão da coisa pública se tornou um “fazer o dever de casa”, sem perspectiva de futuro que represente a superação da nova condição.

A culminância de todo esse processo de colonização da política pela economia se dá no âmbito mundial. São conhecidas as instituições

¹²⁵ Esse movimento, que Oliveira nomeia em “Deem-me Ademir e eu darei o campeonato” (2005) de *desterritorialização da política* se soma ao de *juridificação da mercadoria*, o monopólio de marcas e patentes no plano global, que impede uma regulamentação nacional sobre determinadas mercadorias. Como vimos no capítulo 5, são formas de redução da capacidade de ação dos Estados nacionais.

“policiais” da economia mundial, FMI, OMC e, em menor medida, Banco Mundial; inclui-se aqui o Fed norte-americano, que, de certa forma, dá a diretriz geral para as políticas de juros em todo o mundo. Elas impõem constrangimentos aos governos nacionais, pautam as políticas econômicas – na verdade, a ausência delas (capitalismo e política ‘10’)

Essas instituições atuam como poder político “policial”, conseguem impedir práticas de estímulo a setores da economia nacional, impor regras fiscais, estabelecer limites para determinados tipos de gasto, induzindo a redução do gasto com servidores públicos, e, no caso das agências de risco, orientar a movimentação internacional de capitais, gerando vulnerabilidade para os países rebaixados. São diversas formas de intervir nas políticas públicas, anulando a soberania dos Estados nacionais. As regras fiscais representam, portanto, a extroversão das decisões econômicas, mas, principalmente, um avanço na autorregulação do mercado. E no caso do Brasil, o próprio governo nacional seguiu replicando a prática, estabelecendo uma legislação pela qual não apenas o governo federal, mas também os governos estaduais e municipais se viram atados. Os governos sub-nacionais eram ameaçados com cortes de repasses.

Todas as relações internas são, agora, mediadas externamente. Da taxa de juros aos reajustes salariais, todos os conflitos internos requerem árbitros externos, as instituições “policiais” da globalização e as empresas multinacionais em rede. Essa extroversão é a pá de cal final na soberania. (capitalismo e política ‘11-2’)

A extroversão das decisões não se limitou ao governo FHC, tornou-se uma condição permanente, reforçando a contradição entre o nacional como espaço da extração de mais valia e o internacional como espaço da acumulação. Oliveira analisa em “Deem-me Ademir e eu darei o campeonato” (2005), as restrições a que ficam submetidas as instituições nacionais, privadas da capacidade de fazer política pelas limitações externas. A sua conclusão é que a forma financeirizada do capitalismo, por meio dessas restrições, torna inócua a política. Tratava-se já do contexto do governo Lula.

(2) O ataque ideológico: destruição semântica da democracia e dos direitos e o enaltecimento da liberdade para o mercado.

Podemos dividir as práticas do desmanche neoliberal grosso modo em dois campos (para efeito de exposição de ideias, mas tendo em vista que são complementares): um o da destruição semântica e o outro, de destituição dos meios de regulação da economia pela sociedade pela via política. A destruição semântica está na origem, na formação da

hegemonia em torno do programa neoliberal, mas ela é também resultado, na medida em que o avanço das reformas fez também avançar a anulação do dissenso, privatizando a fala e destruindo a política. Abre, portanto, os caminhos para o desmanche de parte das atividades do Estado, sobretudo aquelas relacionadas à regulação econômica e políticas sociais.

O fim do século XX marca uma vitória semântica da direita, uma vitória de um reducionismo semântico, que *comprime o espaço da demanda por direitos para encolher a utopia do possível*. Para preservar o mercado de qualquer interferência de outras forças e reformar as instituições e a sociabilidade e estabelecer a regra do mercado como parâmetro, o movimento neoliberal prega a volta ao indivíduo e ao reino do privado. E, para tanto, exige o desmantelamento da institucionalidade forjada sob o signo da segurança (de caráter coletivo, sob o Estado de bem-estar). O mercado deve voltar a ser a única instituição reguladora e autorreguladora, por meio do contrato mercantil, inclusive das relações sociais. Na busca desse objetivo, os grupos políticos comprometidos com a integração da economia brasileira sob as regras da onda neoliberal dedicaram-se a uma pesada campanha ideológica de destruição do campo semântico dos direitos e do papel do Estado como garantidor de direitos, e de promoção de uma subjetividade antipública e pró-mercado.

O foco da ação do Estado passa a ser a administração de uma máquina funcional para o mercado, limitada pelas restrições externas e as auto-impostas. Isso representa o fim das iniciativas políticas inovadoras, pois as políticas públicas passam a ser pensadas a partir dos referenciais de “realismo” e “viabilidade”. Mas por traz de termos como esses se insinua a privatização da vida e o desmonte político do Estado.

O ataque ideológico foi observado por Oliveira nas ofensivas do programa neoliberal em várias frentes e em diversos momentos que já percorremos ao longo deste trabalho. Já se manifestava na ditadura, no discurso antipúblico que inverte na aparência a relação do Estado com o mercado, pois mesmo sendo ainda indispensável para a acumulação privada, o Estado é caracterizado como “falido”, como resultado de ser um “mau gerente”. O discurso antipúblico ganha novos contornos sob Collor e FHC: subsidiava a intervenção de Abranches no debate do Cebrap em 1996, e também o ataque de Collor

aos servidores públicos¹²⁶. Era também a base da redução do social na gestão FHC, já que o social era apresentado como um peso para o econômico. Essa ideologia sustentou a proposta de reforma do aparelho do Estado apresentada por Bresser Pereira, ministro do governo FHC. A construção ideológica da ineficiência do Estado, que se contrapunha a uma valorização do privado foi fundamental para legitimar as privatizações das empresas estatais.

Na frente de destruição semântica em ofensiva contra os direitos do trabalhador, Collor focou nos direitos dos servidores públicos, ressignificando-os como “privilégios”, valendo-se desse bode expiatório para justificar a redução dos serviços públicos. No entanto, foi FHC quem se dispôs a “enterrar a era Vargas” e sua herança de direitos sociais trabalhistas, agora apontados como “custo Brasil” e obstáculo para o desenvolvimento. Os sindicatos passam a ser qualificados como defensores do atraso e ameaça à estabilização monetária. A precarização das relações de trabalho, por outro lado, foi promovida como liberdade e empreendedorismo. E, como vimos no capítulo 4, a adjetivação de parte dos trabalhadores como “inimpregáveis” assume a exclusão como inexorável e redefine o papel do Estado com relação a esse grupo, encolhendo a sua condição de cidadania.

Esses são exemplos de uma ideologia que circulava amplamente nas mídias, apoiada na ideia da estabilidade econômica como objetivo que seria alcançado apenas por uma gestão fundada na austeridade e na liberdade do mercado. Tornou-se uma situação frequente durante o governo FHC que discursos em desacordo com o paradigma neoliberal fossem rechaçados como estúpidos, atrasados ou fossem desqualificados. A política econômica de austeridade neoliberal, focada no esforço de direcionar o orçamento para assegurar o pagamento do serviço da dívida e garantir os dólares para a manutenção da âncora cambial, era apresentada como imune à contestação política.

A mídia desempenhou importante papel nesse processo, e por um lado garantia a visibilidade do discurso governamental, com presença frequente do presidente FHC e alguns ministros, mas quanto aos seus opositores, atuava anulando as falas divergentes. Mesmo diante de situações graves, que exigiriam uma ação do governo, a mídia cumpria

¹²⁶ Os ataques de Collor foram apresentados no capítulo 3 e as posições de Abranches e Bresser Pereira no capítulo 4.

um papel de denúncia, mas uma denúncia que não se traduzia em política, se restringia à indignação.

O que prometia o programa neoliberal, em troca de uma exigência radical de austeridade? As promessas do programa de FHC eram de um crescimento econômico estável, uma vez que o mercado estivesse livre das amarras das regulações e do peso do Estado. Era evidente, no final do segundo mandato de FHC, o fracasso contundente desse programa na periferia do capitalismo (no Brasil, mas também em outros países, como a Argentina, que nessa época enfrenta uma crise grave). Oliveira considerava, porém, que seria ilusório supor que a situação de crise representaria o fim do ciclo neoliberal, ao evidenciar seu fracasso, e uma reversão do processo. Até porque o maior dano estava na destruição da noção de futuro e na desqualificação material e semântica dos sujeitos capazes de proporem alternativas. (Oliveira, 2002, entre a complexidade, 60), sendo assim, os fracassos não levavam à proposição de novos rumos, mas à reiteração da lógica da austeridade e seu aprofundamento.

(3) A destituição dos meios de regulação republicana do mercado

Já vimos nos capítulos anteriores as reformas privatizantes do programa neoliberal. Vamos direcionar o foco aqui como essas reformas concentram poder no mercado, e limitam o campo da ação republicana da sociedade na regulação da economia. Foram vários movimentos nesse sentido, um primeiro que já abordamos acima foi o estabelecimento de limitações externas a partir de uma forma de inserção na financeirização global. Outras reformas importantes foram a privatização de estatais, a criação das agências “reguladoras” e a reforma administrativa do Estado. Também abordaremos a proposta de a autonomia do Banco Central (que levaria muitos anos para se concretizar). Esse é um assunto que passa a ser mais explorado por Oliveira entre o final do governo FHC e o início do mandato de Lula, quando se tornou um assunto quente no debate público.

Um aspecto importante do movimento político e econômico de autonomização do mercado foi a transferência de uma parcela relevante do patrimônio estatal para o setor privado e a concentração de capital. Para Oliveira, como vimos no capítulo 3, esse era o sentido da privatização de Collor, desconectada do interesse público e compunha um novo padrão de financiamento da economia em que o Estado não entraria mais como

articulador-financiador do movimento de acumulação via empresas estatais, mas se utilizaria os recursos públicos para anabolizar blocos de capitais privados. Esse seguiu sendo o sentido das privatizações na era tucana, com um alcance muito maior:

... para sintetizar, elas significaram uma radical mudança nas relações de poder econômico e força política, no interior da constelação burguesa e no exterior das relações de classe. Uma porcentagem impressionante da base material da produção mudou de mãos em seis anos, sobretudo por meio das privatizações das empresas estatais e, ainda, pela formidável concentração de capital (Oliveira, o apodrecimento da beleza, 2001, s/n).

O programa de privatizações brasileiros foi um dos maiores do mundo. Setores inteiros foram transferidos do Estado para poderosos oligopólios internacionais, associados a alguns poucos grupos nacionais em uma operação de grande extensão. O resultado dessa intensa transferência de patrimônio foi um deslocamento do campo de força no interior das burguesias, expandindo o *poder das empresas multinacionais*, o que teve o efeito de *extroversão das decisões*, se somando à questão das regras fiscais que vimos acima.

Esse acelerado processo de privatização resultou em prejuízo real, mas também em perda de capacidade de realização de políticas setoriais e mesmo da política econômica. Essas empresas haviam sido criadas em grande parte para viabilizar políticas específicas que o mercado não teria condições de levar adiante, como a política de petróleo e gás. E sua privatização retirou do Estado brasileiro meios não monetários para realizar política econômica. Portanto, “As condições da privatização destruíram, ou pelo menos *reduziram enormemente a possibilidade do controle republicano*” (Oliveira, 2003, resistirão... 168, grifo nosso) com relação a serviços públicos, como telecomunicações e energia e setores estratégicos para o desenvolvimento. Como resultado desse processo, para citar um exemplo de Oliveira, em 2002 o governo federal viu-se na situação de não ter meios para lidar com uma crise no abastecimento de energia, que resultou em graves apagões no país.

Completando o processo de privatização, foram criadas agências reguladoras na forma de autarquias ligadas ao governo federal. Esse modelo de gestão teria como função regular alguns setores, sobretudo os monopólios e oligopólios formados a partir das privatizações (mas não apenas). São áreas tais como energia elétrica, vigilância sanitária, águas, aviação civil, telecomunicações, saúde privada, nas quais as agências são, para o autor, um

simulacro de regulamentação e controle. No entanto, as agências reguladoras não contavam com meios institucionais e efetivo poder político para estabelecer um controle público sobre os setores regulados¹²⁷. O propósito que a sua criação realmente alcança, é o de *afastamento da administração pública da política, despolitizando a supervisão e o monitoramento do setor privado*. “As reformas neoliberais da década de 1990, que prosseguem no século XXI - ... -, vão claramente no sentido de criar uma institucionalidade de mercado, recuando o Estado para um papel regulador-fraco” (Oliveira, 2005 Ademir, 383).

O programa de privatizações teve como resultado, portanto, a autonomização do mercado, com o afastamento do princípio do interesse público em sua gestão e afastamento do controle da sociedade sobre o mercado.

O desmanche da estrutura do Estado ocorre também na administração direta, como vimos acima com o programa de Bresser Pereira, carregando a lógica privada para dentro da máquina pública. A reforma do Estado visa, portanto, aproximar seus métodos, objetivos e rotinas, ao menos em aparência, daqueles da experiência privada burguesa. Na reforma proposta pelo MARE, o Estado deve seguir critérios privados, por exemplo, na gestão do efetivo do serviço público, reduzindo-o em situações de crise. Nesse sentido na gestão do Estado o interesse público passa a se restringir à ideia de austeridade. Ao assumir a lógica gerencial privada como fundamento legítimo para a administração do Estado, afasta-se o sentido político do interesse público. Há uma ruptura no paradigma da ação do Estado, passando de um modelo que Oliveira identifica como orientado pela razão substantiva para um modelo presidido pela razão instrumental, nos termos de Weber (2015).

A proposta de autonomia do Banco Central foi outro movimento importante no sentido da redução dos instrumentos de controle público sobre o mercado. A legislação que ampliou a autonomia do BC só foi promulgada em fevereiro de 2021, mas já havia sido posta em pauta em 2002, no final do mandato de FHC e em alguns textos desse período,

¹²⁷ A pesquisa do economista Carlos Bello sobre o Cade, realizada sob orientação de Oliveira, foi uma das fontes de inspiração para os seus argumentos sobre a questão das agências regulamentadoras. Ver: SILVA, Carlos Alberto Bello e. *A ilegítima conversão do CADE ao liberalismo: governo e empresariado triunfam face ao desinteresse da sociedade civil*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Oliveira comentou essa proposta. Ele avaliava que o BC brasileiro já dispunha de ampla autonomia¹²⁸.

O Banco Central praticamente não presta contas a ninguém, a nenhuma instância da representação popular ou federativa; está, na prática, autonomizado, pois o próprio Ministro da Fazenda comparece ao Copom – que é a instância que decide sobre a taxa de juros básica – em igualdade de condições com os demais membros. Opera o Banco Central por meio de consultas com experts do mercado financeiro, principalmente altos executivos dos grandes bancos, e desse círculo estreito estão excluídos quaisquer outros cidadãos, individualmente ou em representação de classes (2007 capitalismo e política ‘8’)

Os bancos centrais, sendo operadores da ferramenta central do Estado moderno, a moeda, têm enorme poder sobre os destinos da economia, em decisões com efeitos imediatos que elidem da política.

Guardião do signo maior da divisão de classes da sociedade e de sua reprodução, o Banco Central é, em todas as sociedades capitalistas, a instituição mais fechada, mais avessa à publicização. Numa palavra, a instituição mais anti-republicana e mais antidemocrática. Nenhuma instituição zomba tanto da democracia e da república quanto o Banco Central. Nenhuma instituição proclama a toda hora que o voto é supérfluo, que o cidadão é uma abstração inútil, com tanta eficácia. Nenhuma instituição é mais destruidora da vontade popular. Conceder autonomia ao Banco Central é perder a longa acumulação civilizatória mesmo no capitalismo. (Oliveira democratização e republicanização 2003 ‘4’)

Seus principais dirigentes são recrutados em instituições financeiras privadas e a perspectiva de um banco central autônomo (lembrando que na época era um debate de ideias, mas que se tornou realidade anos depois) representa para o mercado financeiro a “promessa de que ele não será contaminado por nenhum outro valor societário, principalmente pela política. Isto é, a instituição que decide cotidianamente sobre a vida de cada cidadão brasileiro deve estar imunizada contra a política” (2007 capitalismo e política ‘9’)

¹²⁸ Em “Resistência a república e a democracia?” (2003) e em “Democratização e republicanização do Estado” (2003) a questão da autonomia do BC é um dos temas centrais.

Em “resistirão a república e a democracia?” (2003), Oliveira avalia os dados do balanço do Banco Central e também as despesas com a dívida interna e externa. O prejuízo no Banco Central em 2001 já representava para ele uma evidência de que ele atuava em favor dos interesses do mercado, pois não se deveu à realização de investimentos, mas serviu para sustentar a taxa de lucros no setor privado. O serviço da dívida externa brasileira consumia em 2002, 4% do PIB brasileiro, sendo pago em grande parte a instituições como FMI, Bird e BID.

(4) A subordinação das políticas sociais como corolário da redução dos meios de regulação republicana do mercado

A análise de Francisco de Oliveira sobre a autonomização do mercado não pode prescindir da questão da política social. Quando, em 1985, Oliveira pensava em uma saída para a crise divergente do reaganismo que se disseminava como tendência mundial¹²⁹, a sua proposta foi o avanço social. A partir da negatividade dialética entre o econômico e o social, ele pensava que a consolidação da democracia passava por construir uma sólida base de direitos sociais que impusesse limites à exploração. O antagonismo entre o social e o econômico fariam parte do conflito legítimo na esfera pública, onde o encontro das classes se traduz na formação de medidas para o acesso ao fundo público.

Mas, diante da situação de autonomização do capital e de anulação política das classes subalternas, a contradição entre o econômico e social não se estabeleceu. A ideologia neoliberal suprime a lógica dos direitos da cidadania e o social aparece como um peso para o econômico, um custo. Em 2003, com o avanço da autonomização do mercado, observa-se a subordinação do conjunto das outras políticas de responsabilidade do Estado às limitações impostas pelas regras fiscais e a priorização do pagamento do serviço da dívida. O econômico se coloca como definidor da sociabilidade, subordinando o social.

A terceira face da autonomização é a subordinação do conjunto de outras políticas de responsabilidade do Estado e geridas pelo governo a serviço da dívida pública interna. Dizendo de outra maneira, o Estado não regula mais o mercado e, ao contrário, é este que determina os rumos, ritmos, quantidade e qualidade da “intervenção” do Estado (Oliveira, 2003 resistirão a república...167)

¹²⁹ Esse assunto foi tratado por ele em “Além da transição, além da imaginação” (1985).

Retomando a sua teoria do antivalor e a disputa do fundo público, Oliveira explica que todo o esforço de reformas que garantem o acesso privilegiado do mercado, sobretudo o setor financeiro, ao fundo público têm por contrapartida a restrição das demais políticas públicas. As políticas sociais ficam cada vez mais restritas no orçamento governamental, e a lógica dos favores clientelistas se reforça. A subordinação das políticas sociais representa a ausência das demandas dos pobres na política e a admissão que a busca pela igualdade se coloca neste momento como um não tema justamente por não ser tema do mercado. Ficam prejudicadas as políticas anticíclicas e a política social perde a sua característica de redistribuição de renda (via antimercedarias), voltando ao registro do assistencialismo, da exceção.

Seção 3: O movimento de absolutização do mercado lado B: o encolhimento da política.

Esta seção completa a anterior, mostra que o avanço da autonomização da política procura se consolidar pelo esvaziamento da esfera pública e a aniquilação da fala política da classe. A desfiguração política da classe trabalhadora e o estado de exceção representam a anulação da potência política que seria capaz de opor resistência à absolutização do mercado.

(5) O esvaziamento da esfera pública e afastamento da presença civilizatória dos dominados

Vimos que o conceito de esfera pública está no centro da teoria de Oliveira nos seus textos sobre a social-democracia. O conceito de Oliveira de esfera pública, que dialoga com a formulação de Habermas, a partir das ideias de Hegel e Marx, seria o lugar da concorrência entre os capitais, entre estes e a força de trabalho, seria, portanto, o local de encontro dos sujeitos privados. Essa esfera pública burguesa passa por uma transformação sob o Estado de bem-estar, chegando a se tornar uma esfera pública não burguesa, na qual os participantes se submetem a uma regulação externa às suas vontades privadas¹³⁰. Logo, tanto a concorrência intercapitalista quanto o mercado de trabalho são administrados sob regras pactuadas no conflito entre as classes, na política.

A longa experiência do Estado de bem-estar produziu a “naturalização” dessa regulação, o que causou o abandono dos esforços que haviam levado às conquistas, com o esvaziamento, por exemplo, pelos trabalhadores, dos sindicatos, dos espaços de disputa

¹³⁰ Ver teoria do antivalor, capítulo 3.

política. Isso se soma ao intenso processo de privatização, de aparência de desnecessidade do público, para erodir os direitos conquistados pelos dominados.

Segundo Oliveira, a volta ao reino do privado, sob o neoliberalismo, é muito mais do que a privatização de empresas estatais, é a “apropriação privada dos conteúdos públicos e sua redução, de novo, a interesses privados” (Oliveira, TN, 1999, 58). A destituição de direitos, a desregulamentação do trabalho por parte das burguesias e dos governos não encontram resistência social nem mesmo na Europa, porque mesmo as classes trabalhadoras passaram a ver o Estado como lugar da administração e não do conflito, da política. Não há mais, portanto, nos termos de Rancière (1996), tal como os incorpora Oliveira, lugar para a demanda da “parcela dos que não têm parcela”. E sem a participação das classes dominadas na esfera pública, não pode haver avanço civilizatório.

No Brasil “Todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (Oliveira, TN, 1999, 60), mas quando o proletariado opõe forças à dominação de classes, a burguesia reage suprimindo a democracia, implantando regimes repressivos¹³¹. Foram vários os exemplos históricos desse processo. A organização política dos trabalhadores teve sua fala sequestrada pelo governo Vargas quando ele anulou as estruturas operárias criando o Instituto de Previdência e tutelando sindicatos. Os trabalhadores voltaram a ter voz com o Partido Comunista, após a queda de Vargas, com expressivas bancadas no legislativo, mas já em 1947 o PC foi posto na ilegalidade. O reformismo dos 1950-1960 fez ressurgir a voz dos dominados, questionando a repartição da riqueza, em especial entre trabalhadores rurais e trazendo as demandas das classes dominadas para o centro do debate político. Mas, em reação à essa efervescência política, ocorre então o golpe de 1964 “O golpe de Estado de 1964 e toda sua duração são o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos 1930” (Oliveira, TN, 1999, 64). Em pleno regime autoritário, as classes sociais dominadas buscaram penosamente as brechas onde pudessem fazer política, criando novos movimentos, e com isso encurralaram as classes dominantes e seguiram na ofensiva durante a redemocratização.

O modo neoliberal de afastar os dominados da política na ofensiva neoliberal dos anos 1990 foi diferente, não foi por um rompimento com a institucionalidade democrática. A

¹³¹ Ver teoria do estado de exceção, capítulo 5.

ideologia neoliberal de retorno ao privado buscou, desta vez, *afastar os dominados da política por um novo caminho dentro da institucionalidade democrática*, negando a legitimidade da demanda por direitos e implementando por outros meios uma ação política policial antagônica com as classes dominadas.

A construção do totalitarismo neoliberal pela volta ao privado exige o afastamento das classes sociais do espaço da política. Com isso, abole a esfera pública anula a presença civilizatória dos dominados, abrindo o caminho da solução pela barbárie, pela violência. “A esfera pública é sempre uma supressão do estado hobbesiano: sua dissolução significa a volta aos conflitos primitivos, em que o objetivo é eliminar o inimigo. Quando se trata do capitalismo contemporâneo, então é o retorno à lei da força bruta” (Oliveira, indeterminação, 29).

(6) A destruição da representação de classe dos dominados

Ao fazer o “mapeamento do universo do desmanche”, Oliveira desvenda o processo de destituição da política da classe trabalhadora. Com a desmoralização do discurso dos dominados, a possibilidade da política se torna cada vez mais remota. As reivindicações dos trabalhadores se encolhem, já não alcançam mais as questões públicas, limitando-se, se tanto, ao salário.

Destituir a classe trabalhadora da sua capacidade de fazer política foi uma frente de ação da reação conservadora, com o objetivo de consolidar o neoliberalismo como única forma de organização política e econômica, rejeitando a alteridade. Um exemplo disso foi a desarticulação pelo governo FHC dos espaços de pactuação entre as classes sociais nas Câmaras Setoriais, que vimos anteriormente¹³². Na interpretação de Oliveira, o boicote e estrangulamento do espaço de negociação nas Câmaras, teve um objetivo maior de esvaziamento da esfera pública.

O ataque ao discurso que reivindica foi usado de maneira sistemática no governo FHC, como vimos acima. A reação do capital contra a política da classe trabalhadora não se limita, porém à campanha ideológica agressiva contra os direitos do trabalho e ao esforço de deslegitimar a organização política dos trabalhadores. Essa ofensiva se completa com a transformação na produção viabilizada pelo progresso técnico e pela desregulação da legislação trabalhista. Vimos como isso rompe a capacidade de representação política dos

¹³² Ver capítulo 3.

dominados¹³³. Essa ofensiva afetou as representações dos trabalhadores justamente quando a necessidade de oposição organizada se tornou maior.

... nesse momento, a desqualificação operada pela banalização do trabalho – elevada à enésima potência pelo espantoso aumento da produtividade do trabalho – desfaz poderosamente as identidades longamente elaboradas no interior dos velhos processos, inclusive os fordistas. Desfaz os processos de *making* da classe, para usar os termos de Thompson¹³⁴, e portanto as formas da política (2007 capitalismo e política ‘3-4’)

A destruição do espaço público representa para as classes dominadas a destruição de sua política, pelo silenciamento de sua fala, que impede a reivindicação de direitos, “No limite, sua destruição como classe, seu retrocesso ao estado de mercadoria, que é o objetivo neoliberal” (Oliveira, totalitarismo neoliberal, 1999, 79). No avanço da absolutização do mercado, a erosão da representação política é indispensável a um novo modo de domínio: “Na prática, a erosão da representação na política deixa o campo inteiramente aberto para o domínio descarado da burguesia, sem alternativas” (Oliveira, 2003 resistirão a república, 170). O que se viu na Inglaterra de Thatcher, bem como no Brasil de Collor, FHC e mesmo Lula, foi que a modificação do estatuto do trabalho, a desregulamentação, *reforçou a absolutização do mercado, aumentando seu poder de enquadrar o trabalho nas suas próprias regras*.

A falta de formas da estrutura social, com recortes vagos, uma forte erosão de categorias de trabalhadores formais e o aumento da informalidade têm o efeito de aumentar o poder de classe da burguesia, muito para além do que os indicadores do PIB sinalizam, e o que sobra é uma indisputada dominação de classe sem mediação pela política. (Oliveira, 2003 resistirão a república, 171)

(7) O estado de exceção permanente impede a formação de um espaço para processar os conflitos

Para além da representação política da classe, a condição de exceção permanente também anula as qualidades políticas da sociedade civil, entendida como blocos de interesse organizados que se demarcam entre si e com relação ao Estado. “Há uma forte ‘privatização’ no sentido arendtiano: os indivíduos são jogados aos seus espaços privados,

¹³³ Ver teoria da indeterminação no capítulo 5.

¹³⁴ E. P. Thompson *A formação da classe operária inglesa* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3v.)

à solidão, à insegurança, que decorre exatamente da ‘privação’ do espaço público e da alteridade” (Oliveira 2007 indeterminação, 29).

Se FHC abusou das medidas provisórias para governar, a expectativa no início do governo Lula era que essa prática se tornaria regra, já que “a capacidade de previsão do curso dos acontecimentos por parte dos poderes constituídos tende a zero, e (...) a imediatividade das necessidades da economia atropela as instâncias estatais desenhadas para monitorar o mercado e arbitrar conflitos” (Oliveira, 2003 resistirão a república, 171). O governo encaminha boa parte de suas decisões por medidas provisórias e realiza injeções emergenciais de recursos públicos para sustentar a reprodução do capital (como o que se deu no caso dos apagões do governo FHC). Existem decisões que passam pelas vias regulares do Estado, como o orçamento público anual. Contudo, mesmo decisões longamente discutidas no legislativo podem ser tornadas inválidas de uma hora para outra em uma jogada do Banco Central, o que nos dá mais uma demonstração do governo pela exceção.

A exceção permanente torna irrelevante a política, torna inviável a construção de um espaço para encontro das classes em que se possa dar forma aos conflitos e pautar as diferentes agendas políticas. Altera-se os parâmetros criados pela experiência, pois não há mais acumulação de experiências dentro da ausência de regras. Sem a formação de um campo para o conflito e a definição de desentendimentos, não se opera um novo consenso como uma construção política.

A periferia capitalista, e o Brasil em particular, afirma a permanência da excepcionalidade. As consequências para sociedades pobres são devastadoras. Se, pela política já não é possível reformar as assimetrias de poder, corrigi-las, o que resta é um Estado policial, o de exceção, no qual se inscrevem políticas, – a ausência delas, na verdade – que se conformam ao status quo sob pretexto de erradicar as diferenças e desigualdades, mas que na verdade reforçam os mecanismos de submissão, retirando o dano da política e mantendo intocada a sociedade dividida entre os que têm todas as partes e os que não têm nenhuma, agora impedidos de reivindicar. (Oliveira, 2007, capitalismo e política '12-3')

Seção 4: A inviabilidade da democracia na sociedade sob o controle político do mercado: as conclusões de Oliveira.

No Brasil do início do século XXI a concorrência e o livre mercado não produzem afinal as “virtudes cívicas” republicanas que Tocqueville viu na sociedade estadunidense. A auto-regulação do mercado a partir dos próprios interesses do capital não produz democracia.

Em seu lugar [da política], a autonomização do mercado, que não deve ser pensada como o lugar da autonomia cidadã da tradição liberal clássica, mas o seu contrário. A autonomização quer dizer que não há regras mercantis, é o mercado para além de si, um permanente *ad hoc*, em que não se fixam contratos (Oliveira, 2007, indeterminação, 36-7)

As promessas do programa neoliberal no Brasil reforçavam as “virtudes” do mercado autorregulado, associando a instituições democráticas estáveis e desenvolvimento econômico.

Durante décadas, economistas e politólogos queixavam-se de que não tínhamos instituições suficientemente sólidas, que para os primeiros eram condição indispensável para o desenvolvimento econômico e para os segundos livraria o país dos erráticos movimentos na política, tornando-a previsível e imune às variações de humor dos “donos do poder”: Deem-nos as instituições, que elas nos darão um país em constante crescimento e estável na política (Oliveira, 2005, Ademir, 379)

Mas o resultado da nova mudança no sentido da autorregulação do mercado não foi nem a estabilidade política nem o crescimento econômico. Com a abertura comercial e a financeirização, o movimento financeiro estabelece a sua dinâmica dentro do Estado e da produção. A condição de exceção permanente só é compatível com os movimentos do capital financeirizado, que joga com o risco; o resultado é a estagnação da produção material e destruição do aparato produtivo, especialmente na periferia.

Com a extroversão do espaço de decisão para o âmbito mundial e como resultado das próprias ações do governo, que destruiu instrumentos de regulação e reduziu enormemente a possibilidade de controle republicano da economia, “a relação Estado-burguesia se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (Oliveira, 2007

indeterminação, 31). O Estado nacional assume o papel de gestor e passa a governar a exceção permanente.

As consequências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesse e representação foi para o espaço; a possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera a política. As relações são difusas e indeterminadas. (Oliveira, 2007, indeterminação, 38)

Segundo Paoli (2006) foi justamente a centralidade da luta social nas suas análises que permitiu que Oliveira percebesse cedo o tamanho da mudança política e social que o neoliberalismo visava. Ele pôde ver que a luta política não avançava porque os dominados já não conseguiam impor critérios públicos para o uso da coisa pública, não tinham mais o direito (real, embora as instituições democráticas formais estivessem mantidas) de intervenção política. A exclusão passa a ser justificada como custo necessário para a inserção do país na contemporaneidade globalizada, e apenas as ações e debates compatíveis com o domínio do capital têm lugar nesse contexto. O caminho é sem volta, pois o próprio Estado foi sendo destituído da capacidade de conter o mercado. Foi destituído por um movimento de retorno da acumulação primitiva via privatizações de empresas estatais.

Onde essa institucionalidade da financeirização mundial se impôs sobre os territórios nacionais, sobretudo nas periferias, foram se tornando inócuas as formas democráticas estabelecidas, expulsando da influência do voto as principais decisões econômicas.

No ideário do liberalismo clássico o povo é soberano, mas a realidade do neoliberalismo inverte isso. O campo de ação política dos grupos da sociedade civil que ainda têm alguma capacidade de organização fica cada vez mais restrito, preso num círculo de giz da pequena política, a questões pontuais e/ou limitadas a pequenos territórios, “enquanto as grandes operações da política se tornam ‘reserva de caça’ das grandes empresas e do mercado” (Oliveira, 2007, indeterminação, 42). A disputa pelo fundo público não se dá mais entre trabalho e capital, ela foi ganha pelo capital, com o afastamento da política e eliminação das regras de publicização do privado. A nova ordem, definida pela autonomização do mercado, que submete a sociedade às suas “leis”, avança no sentido oposto à democracia, para um estado de “totalitarismo neoliberal”. Diante de um estado

de exceção permanente como forma violenta de exercício do poder político que exclui a pactuação entre as classes sociais, Oliveira conclui que a democracia se torna inviável.

Com a apresentação da teoria sobre a absolutização do mercado, neste capítulo, encerramos a sistematização do pensamento de Oliveira, dentro do recorte que foi proposto para este trabalho. A seguir, no capítulo final, discutiremos a questão do mercado autorregulado e sua ação disruptiva para a sociedade nas obras de Polanyi e Oliveira. Apesar de partirem de lugares e momentos históricos muito diferentes, os dois autores apontam para a ascensão do fascismo como um processo inerente à formação de uma forma de mercado que não se submete ao controle político da sociedade.

Capítulo 7: O fascismo como resultado da subalternidade da sociedade com relação ao mercado um ciclo depois de Polanyi.

“Em que dobra do tempo se esconderam as promessas da modernidade? Foi em Auschwitz, temporariamente, ou se evaporaram irremediavelmente?”
(Oliveira, 2003, *democratização e republicanização*, ‘6’)

Introdução

Nos capítulos anteriores apresentamos a teoria de Polanyi sobre a sociedade de mercado e percorremos a obra de Francisco de Oliveira. Vimos no primeiro capítulo a exposição de Polanyi sobre a formação do mercado autorregulado e o seu colapso. Polanyi escreveu a sua obra durante a Segunda Guerra Mundial (o argumento central do livro foi escrito entre 1939 e 1940). Ele descreve a destruição social sobre a qual o capitalismo se ergue e indica a inviabilidade desse modelo que degenera em fascismo e exclusão no início do século XX. Em *A Grande Transformação*, o foco de sua análise é o capitalismo britânico no século XIX, que em seu processo de autonomização transformou terra, trabalho e capital em mercadoria e se tornou disruptivo para a sociedade, fazendo emergir reações que resultaram no socialismo e fascismo. Polanyi conclui que o mercado não pode assumir a função de regular a sociedade sem destruí-la e a partir do momento em que escreve já observa o surgimento de formas de regulação que buscam conter o sistema de mercado.

A obra de Oliveira que trabalhamos nesta tese foi escrita no momento em que esse ciclo de regulação do capitalismo se encontrava em declínio no mundo. O seu foco é a sociedade brasileira em processo de autonomização do mercado e a sua análise conclui que as condições buscadas pelo neoliberalismo resultariam em violência e barbárie. No Brasil, acompanhamos o olhar crítico de Oliveira sobre o período de invenção democrática dos anos 1980, sempre atento à permanente tensão entre um projeto democratizante de forças internas e um projeto antipúblico que adquiria gradativamente as feições de um modelo neoliberal. Vimos essa disputa política evoluir com a eleição de Collor, para se tornar um marco da mudança para o paradigma da reação conservadora. Mas foi da análise do governo Fernando Henrique Cardoso, porém, que Oliveira avançou para a construção de formulações inovadoras sobre uma nova sociabilidade que surgia em resposta ao movimento de desmanche do neoliberalismo.

No final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000, Oliveira aprofundou suas análises sobre o neoliberalismo, desenvolvendo um novo arsenal para lidar com as transformações: as construções teóricas sobre o totalitarismo neoliberal, a mudança nas classes sociais, o estado de exceção, que resultam numa síntese nova para a realidade brasileira, em *O Ornitorrinco* (2003). Vimos como o mercado autorregulado inviabiliza a solução política dos conflitos sociais e se torna disruptivo para a sociedade. No centro da situação de truncamento do desenvolvimento brasileiro analisado n' *O Ornitorrinco* (2003) está o problema da absolutização do mercado sob a forma neoliberal do capitalismo.

Neste capítulo final destacaremos alguns aspectos da teoria de Polanyi, comparando com ideias propostas por Oliveira para analisar o retorno a um axioma do mercado autorregulado décadas depois do colapso analisado por Polanyi. Procuraremos entender o que faz com que esses autores, que escreveram a partir de momentos históricos diferentes, em lugares diferentes, analisando realidades diferentes no tempo e espaço, nos pareçam tão próximos em seus questionamentos e mesmo em boa parte de suas conclusões.

Vamos começar olhando para a produção dos nossos autores em seu contexto no movimento das mudanças no sentido do desenvolvimento histórico do mercado na Seção 1. A formação do mercado autorregulado, que representou uma mudança de sentido e não um desenvolvimento natural das formas pretéritas do mercado foi o tema de Polanyi; e foi uma transformação no sentido da autonomização do mercado. Entre esta e a outra mudança no sentido da autonomização do mercado, pesquisada por Oliveira há todo um ciclo de regulação. Trazemos então nessa seção uma primeira aproximação entre os autores, relativa ao objeto: ambos estão olhando para um fenômeno de autonomização do mercado, que se liberta de um controle político da sociedade.

Posto que ambos os autores apontam para o desenvolvimento do fascismo como resultado da autorregulação, é preciso esclarecer o que define o fascismo e refletir sobre se isso se aplica ao momento atual. Esses são os assuntos desenvolvidos na Seção 2, em debate com autores que procuraram entender a essência do fascismo no século XX e também no século XXI.

Na seção 3 dedicaremos alguns parágrafos para pensar a metodologia nas pesquisas dos nossos autores. A comparação mostra proximidades entre os dois e é uma das razões de

convergiem nas conclusões. Abordaremos ainda nessa seção a influência dos autores frankfurtianos na obra de Oliveira.

A preocupação civilizatória dos autores é abordada na seção 4. Assim como Polanyi defende que a busca pela liberdade deve ser o objetivo das sociedades que se erguem depois do fascismo, Oliveira tem como norte uma democracia que não seja um mero conjunto de instituições formais. Os nossos autores mostram que os movimentos no sentido da ampliação da autorregulação do mercado acabam por colocar em xeque o próprio paradigma da modernidade. Contudo, se na época de Polanyi o socialismo representava o contraditório da lógica do lucro, o momento histórico dos textos de Oliveira, após o fim da guerra fria, é marcado pela ausência de um modelo alternativo.

Na Seção 5 veremos que a decisão de Oliveira de nomear o processo que identificou na realidade brasileira de “totalitarismo neoliberal” não foi arbitrária. Veremos que ambos os autores entendem que a organização da reprodução social a partir da lógica do mercado autorregulado resulta em desestruturação da sociedade. Oliveira aprofundou-se sobre a desestruturação da sociedade que Polanyi havia identificado, mostrando nas condições da sociedade brasileira dos anos 1990, como a absolutização do mercado se torna fascismo, em particular ao introduzir a análise da anulação da política.

Nos anos 2020, diante do ressurgimento da ameaça fascista, novamente a partir de uma ofensiva do mercado contra o controle político da sociedade, a retomada obras de Oliveira e Polanyi é indispensável. Assim, na seção 6, fechando este trabalho, registramos algumas reflexões sobre como alguns dos temas trabalhados evoluíram nos últimos vinte anos, desde as publicações de Oliveira.

Seção 1: As mudanças do sentido do desenvolvimento histórico do mercado vistas por Polanyi e Oliveira

A primeira mudança de sentido para a autorregulação do mercado

A partir de seus métodos, Polanyi e Oliveira puderam captar mudanças paradigmáticas na organização social e econômica das sociedades em análise. Polanyi chamou a isso “mudança de sentido”, que ele diferenciava de um outro tipo de mudança, “mudança de

ritmo”¹³⁵. Grande parte do conteúdo da sua obra é dedicado a explicar a formação de uma sociedade de mercado (entre os séculos XVI e XIX). Um dos argumentos centrais do livro *A Grande Transformação* foi mostrar que a formação de uma sociedade de mercado não foi uma progressão natural do desenvolvimento com relação ao modelo mercantil que a precedeu. A sua formação representou uma *mudança de sentido* no desenvolvimento da sociedade e economia, a primeira abordada neste trabalho, que representa um rompimento em direção a uma autorregulação do mercado que alcançou sua forma mais acabada no século XIX (até o início do século XX). Essa primeira mudança de sentido investigada por Polanyi, apesar de contida por diversos processos que alteraram seu ritmo, acaba por ganhar contornos definidos de nova organização social e econômica em que moeda, trabalho e terra são mercadorias disponíveis para a compra e venda no mercado.

Polanyi conclui que o problema da economia de mercado foi o fato de basear-se no auto interesse. Foi uma forma de organização econômica antinatural e mesmo antiempírica. Ao transformar trabalho, terra e dinheiro em mercadoria o mercado autorregulado levava à desestruturação da sociedade, o que acarretaria a reação de autoproteção da sociedade – esse foi o segundo argumento principal de Polanyi em *A Grande Transformação*. A prova final de que o sistema de mercado era insustentável foi a reação da sociedade, a formação espontânea de regulações protetoras. O fascismo foi consequência dessa desestruturação, uma reação possível de negação da democracia e liberdade para fazer face à crise social e econômica.

A mudança para o sentido da regulação

As sérias crises do início do século XX e a presença de um adversário forte da ideologia liberal, o socialismo, que cobrava a radicalização das promessas da modernidade, formaram uma combinação ímpar de forças que levaram a uma mudança no sentido do desenvolvimento – a segunda que abordamos - para um ciclo de regulação do mercado. Tal mudança corresponde à reação à sociedade de mercado (que já se esboçava no final do século XIX e se concretizaria no século XX), com o estabelecimento de modelos institucionais orientados pela regulação do mercado pela sociedade. Essa mudança, diferente da anterior, que fora analisada a partir de dados históricos, ocorre no momento presente de Polanyi, ainda em parte indefinido. Ele observa o novo ciclo em seu início.

¹³⁵ As categorias de Polanyi de *mudança de ritmo* e de *mudança de sentido* foram explicadas no capítulo 1.

Vimos que em grande parte, as décadas seguintes confirmaram as previsões de Polanyi de uma mudança no sentido da regulação. O fascismo sofreu uma ampla derrota militar e política, embora tenha perdurado por décadas na semiperiferia ibérica. Polanyi apostou no socialismo democrático como uma tendência de desenvolvimento pós-colapso da civilização do século XIX. Mas nos países do Ocidente desenvolvido o modelo de regulação adotado foi via de regra um novo pacto capitalista, a social democracia, que também reafirmava as promessas da modernidade. As economias desenvolvidas construíram sistemas de proteção da sociedade, fundados em direitos assegurados por um modelo de representação política das classes. Essa mudança de paradigma não se estabeleceu sem contradições, apesar de as teorias favoráveis à regulação se tornarem hegemônicas.

A regulação de moeda, trabalho e terra foi a Grande Transformação do século XX, foi a solução de autoproteção da sociedade (nos termos de Polanyi) e de civilizar o capital (nos termos de Oliveira). Décadas depois da publicação da obra de Polanyi, nos anos 1980, Oliveira observa a completude do Estado de Bem-Estar nos países centrais. Os Bancos Centrais foram criados para regular a moeda, garantindo um controle público, como explica Oliveira, já no contexto da reversão desse movimento, a partir da leitura de Polanyi:

Polanyi advertiu precisamente que a moeda não é uma mercadoria e que a sociedade havia criado os meios para proteger-se de sua possível mercadorização para evitar os efeitos devastadores dessa deformação. O Banco Central é parte desse programa civilizador do capital, mas sua autonomia ou independência vai na direção contrária à ‘grande transformação’ assinalada por Polanyi. (Oliveira, 2003, democratização e republicanização, ‘4’)

“Aliás, A Grande Transformação é precisamente o título do magnífico livro de Karl Polanyi, para quem as instituições do Estado do Bem-Estar foram os meios encontrados pela sociedade para retirar também o trabalho do reino da mercadoria.” (Oliveira, 2003, democratização e republicanização, nota 8).

Na teoria do antivalor, Oliveira identifica e analisa a desmercantilização da força de trabalho operada pelo Estado de Bem-Estar via antimercadorias. Tanto no mercado de trabalho quanto no de moeda segue havendo disponibilização de forma estável dessas mercadorias para o capital. A regulação não significa um recuo na formação de mercado

para as mercadorias fictícias, mas passa a haver um critério público que estabelece limites e reduz a autonomia do mercado. É interessante observar que tanto na obra de Polanyi quanto nos trabalhos de Oliveira, o desvendamento dos processos de autonomização do mercado se deu em grande medida pela análise da atomização e desestruturação do trabalho: em Polanyi na análise da formação de um mercado de trabalho; e em Oliveira em um novo movimento para remover os freios da exploração e ampliar o poder de um mercado autorregulado.

Foi a partir de suas observações e análises sobre o Estado de Bem-Estar, que Oliveira estruturou categorias importantes para construir sua teoria sobre a relação entre Estado e mercado, problematizando a relação entre capitalismo e democracia (vimos no capítulo 3 a consolidação dessas ideias na sua teoria do antivalor). Ao analisar a social democracia europeia nos anos 1980, já então sob forte ataque de uma reação conservadora, Oliveira identifica um ambiente político no qual se reconhece a alteridade e o direito a demandar direitos. As classes sociais não têm a chance de anularem-se na disputa que se estabelece pelo fundo público, e isso gera uma tendência de publicização do privado.

A regulação em Polanyi e a publicização do privado em Oliveira são categorias correlatas, ambas se referem a uma situação de equilíbrio entre o poder político e o econômico em que um não pode anular o outro, mas vamos observá-las comparativamente. A regulação para Polanyi é a ação da sociedade no sentido de limitar a ação do mercado, especialmente com relação às mercadorias fictícias terra, trabalho e dinheiro. A publicização do privado é uma categoria que participa na análise do Estado de Bem Estar de Oliveira em par com seu contraditório: a privatização do público¹³⁶. Não se confunde com a regulação, mas é uma tendência que caminha junto com ela. A publicização do privado é o movimento de trazer para a esfera pública os conflitos entre capital e trabalho e obriga à criação de *medidas*, que definem as necessidades sociais reconhecidas e pactuadas¹³⁷. Essas medidas se manifestam concretamente em grande parte por instrumentos normativos que as definem, como regulação, e se consolidam em direitos para os trabalhadores, mas também legitimam a privatização do público, mediante o acesso ao fundo público pelo capital.

¹³⁶ A publicização do privado e a privatização do público integram a teoria do antivalor de Oliveira, exposta no capítulo 3.

¹³⁷ É interessante observar que Polanyi falava que a regulação se legitimava, afinal, pelo interesse geral, que, poderíamos dizer, corresponde à formação de uma *medida* no sentido de Oliveira.

Entre 1940 e 1970, portanto, questões que na sociedade do século XIX se resolviam de forma privada, como os direitos do trabalhador, passam a ser reguladas no espaço público. É um processo dinâmico, com recuos, interrupções (que poderíamos chamar de mudanças de *ritmo* no sentido de Polanyi), mas por algumas décadas, se manteve a tendência no sentido da publicização do privado.

Se a socialização do privado é uma tendência estrutural, isso não quer dizer que ela não tenha recuos, sobressaltos, paradas. Daí o caráter dinâmico do processo, os “achados” da história. Para usar uma imagem polanyiana, uma coisa é o sentido da mudança e outra é o ritmo da mudança: o ritmo da mudança pode atrasar o desenvolvimento da tendência de fundo, mas não pode alterá-lo completamente. (Mello e Silva, L, 2022, 141)

A teoria do antivalor foi uma consolidação da interpretação de Oliveira sobre o Estado de Bem-Estar em seu ocaso, mas também a base sobre a qual construiu a crítica do processo de desregulação do mercado pelo neoliberalismo. Isso porque uma reação conservadora já se fazia sentir nos países centrais, uma nova hegemonia do pensamento em favor da autorregulação do mercado. Ele analisaria o declínio da hegemonia do pensamento em favor da regulação e a reversão da mudança para o sentido da autorregulação do mercado.

O retorno ao axioma do mercado autorregulado: terceira mudança de sentido

A obra de Oliveira sobre o avanço do neoliberalismo foi escrita principalmente entre os anos 1990 e 2000 em um país da periferia capitalista, quando as formas de contenção do sistema de mercado estavam abaladas enquanto modelo hegemônico e vinham sendo substituídas no mundo por uma nova organização que retomava o pressuposto da liberdade de mercado como forma estruturante da reprodução do capital. A nova mudança de paradigma no sentido da autorregulação do mercado, identificada, estudada e criticada por Oliveira a partir da realidade brasileira, representa uma mudança no sentido do processo para a privatização do público sem a correspondente publicização do privado.

Claro que é preciso lembrar que ao comparar a sociedade de mercado que Polanyi analisa e o neoliberalismo de nosso tempo, que estamos tratando de momentos históricos bastante diferentes e não se pretende de forma alguma causar a impressão de que o neoliberalismo represente uma volta ao liberalismo como foi há mais de um século. Há, porém, pelo menos um elemento fundamental que faz com que esses dois momentos possam se tocar na nossa análise: a expansão da lógica de mercado, com a retração de outras formas de

regulação social e econômica, permitindo que o mercado avance como principal força de organização da vida em sociedade.

Apesar das diferenças, há elementos da realidade analisada por cada um dos autores que guardam certa semelhança. A partir de momentos diferentes os autores olham para o modo de produção capitalista e identificam uma situação limite, um ponto de iminente ruptura social ao qual a sociedade é levada pela dinâmica do liberalismo econômico enquanto sistema de mercado autorregulado. Polanyi estabelece as bases da crítica à sociedade de mercado ao mostrar que os mercados de mercadorias fictícias são a razão da fragilização do social, por afastarem a regulação dos meios de reprodução social da própria sociedade. Oliveira parte dessa base, mas depois de um período de regulamentação pela sociedade, em que a política se tornou o espaço decisório contrapondo-se ao poder econômico. Ambos avaliam a necessidade de uma regulação do capital pela sociedade.

Criou-se a ficção de que o mercado se autocontrola. Com relação ao mercado, foi dito por um magnífico conservador, ninguém menos do que Karl Polanyi, que a sociedade criou mecanismos para se defender dele, sobretudo no fato de que a terra não pode ser mercadoria, o fato de que dinheiro não pode ser mercadoria, o fato de que força de trabalho não pode ser mercadoria. Karl Polanyi estava num raro momento de densidade teórica, advertindo precisamente sobre aquilo que Max Weber chamava “a jaula de ferro”, essas automaticidades do sistema que retiram a política. Ora, o cidadão só tem acesso pela política, dado que a propriedade é privada. (...) A gente vota para eleger os nossos representantes políticos, cujo sistema atua sobre as empresas privadas. Não estamos falando de revolução, estamos falando de como é necessário controlar as instituições dentro do capitalismo. Toda eleição¹³⁸ está sendo no sentido de retirar o alcance do voto popular das decisões mais cruciais a respeito da economia, da sociedade e da vida cotidiana. (Oliveira, 2003, sociologia política, 43)

Vimos acima que a obra de Polanyi foi fundamentalmente uma crítica da teoria econômica liberal. Mas o motivo pelo qual ele precisou mostrar que o desenvolvimento do mercado não foi natural, e sim uma ação intencional e muitas vezes violenta, foi o fato de que era preciso provar que o cataclisma do início do século XX tinha origem na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado autorregulável. Era preciso afastar definitivamente os argumentos liberais e reconhecer que ao subordinar terra, trabalho e

¹³⁸ “A sociologia política e a democracia no Brasil” (2003) é um texto no qual Oliveira se propôs a discutir o resultado das eleições que levaram Lula pela primeira vez à presidência.

dinheiro ao princípio do lucro não se estava realizando a propensão natural do homem, mas sim criando tensões que acabariam explodindo. A análise de Oliveira viria a confirmar a afirmação de Polanyi de que a proposição de um modelo baseado na autorregulação do mercado acaba por elevar o econômico a uma condição de subordinar a sociedade e se torna uma ameaça à democracia.

Há, portanto, convergência entre os autores na denúncia dos perigos do avanço da autonomização do mercado. Ambos também apresentam de alguma forma a percepção de uma perda da “civilidade” pela condição de degradação da sociedade sob as regras do mercado autorregulado. E, em especial, ambos se preocupam com a degradação da condição de autodeterminação política das sociedades: no caso de Polanyi isso se manifesta como uma preocupação com a liberdade e no caso de Oliveira, com a democracia. O choque com a emergência da violência fascista, no entanto, talvez seja o problema mais sensível para os autores, uma situação distópica de um limite (anti)civilizatório ao qual o mercado autorregulado conduz a sociedade. Polanyi enfrenta essa questão como fato histórico inédito, ainda em andamento e em processo de ser plenamente compreendido em sua dimensão completa de catástrofe humana. Oliveira conhece a história da ascensão do fascismo na Europa, foi leitor da obra de Polanyi entre outros autores que trabalharam esse tema, o que provavelmente lhe facilitou identificar o processo de formação de algo que chamou de totalitarismo neoliberal, um novo ciclo do fascismo que alcança as periferias.

Vimos nesta seção uma primeira aproximação entre os autores, relativa ao objeto: a ascensão de uma organização da reprodução social fundada no mercado autorregulado. Observamos que os autores reconhecem um ciclo de regulação do século XX a partir de seus limites: o início e o fim e comparamos algumas das categorias que utilizam para compreender esse momento. Por fim, não podemos ignorar que ambos apontam para o fascismo como resultado da autonomização do mercado. Mas o que define o fascismo? Será que esse conceito se aplica ao momento atual? Para prosseguir na nossa análise é necessário esclarecer esses pontos.

Seção 2: Sobre o fascismo

Décadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, vivemos novamente em tempos marcados pela ascensão da extrema direita, sobre isso não há controvérsias. Todavia, a

afirmação de que isso representa um novo ciclo do fascismo, é uma questão em disputa, não se trata de uma interpretação pacificada sobre o tema. Logo, convém deixar claro o ponto de vista que adotamos neste trabalho.

Depois de uma cuidadosa revisão sobre o assunto, que apresentaremos a seguir, podemos afirmar com segurança que as manifestações da extrema direita do século XXI são fascismo e por este nome devem ser chamadas. Para comparar os movimentos da extrema direita nas primeiras décadas do século XX com os anos 2020, retomaremos a análise de Polanyi, em *A Grande Transformação* (2000), e outro texto seu, “The Essence of Fascism” (1935). Com base nas conclusões de Polanyi sobre o que define o fascismo, divergimos em parte da interpretação de Traverso (2017), que considera que o que ocorre no momento atual é um fenômeno aparentado, mas distinto em pontos centrais, motivo pelo qual ele prefere chamar as manifestações da extrema direita do século XXI de pós-fascismo.

No capítulo 20 de *A Grande Transformação*, Polanyi afirma que o fascismo foi um movimento político que correspondeu às necessidades de uma situação histórica objetiva. Ele era um remédio que oferecia um escape a uma situação insustentável criada pelo sistema de mercado e foi aplicado em grande número de países. A solução era uma reforma da economia de mercado sacrificando as instituições democráticas.

O fascismo não teve, portanto, causas locais. Alcançou países vitoriosos e derrotados na Primeira Guerra Mundial (Bulgária e Iugoslávia). Tampouco teve causas culturais, alcançando povos tão diferentes como os da Finlândia / Noruega e Itália / Espanha. Também não teve a questão da supremacia branca como causa, estando presentes em países arianos, como Inglaterra, Irlanda e Bélgica, mas também em não arianos, como Japão, Hungria e Palestina. Ou religiosas, estando presentes em países católicos, como Portugal, e protestantes, como Holanda. Se manifestou em comunidades militares como a Prússia e civis como a Áustria; em culturas antigas como a França e novas, como EUA e América Latina. “Na sua luta pelo poder político o fascismo está inteiramente livre para desprezar ou utilizar temas locais à vontade” (Polanyi, 2000: 281)

Polanyi não foi o único pensador do seu tempo a observar essa variabilidade das manifestações do fascismo. Segundo Hannah Arendt, o fascismo não tem uma ideologia própria. Para a autora, os fascistas, em regra, se valeram de lugares comuns e os articulam

em um conjunto incoerente, mas suficiente para ser reconfortante para o seu público, que sente que há uma estabilidade, um modelo conservador no qual ele consegue se colocar.

No geral o fascismo movimentou grupos minoritários, e apenas em alguns lugares em que alcançou o poder foi capaz de impor-se a outros grupos, geralmente usando coação. A sua força, destaca Polanyi, não se deveu ao número de adeptos, mas à aliança com pessoas em postos de relevância. “Ademais, foi marcante a falta de relação entre a sua força material e numérica e sua efetividade política” (2000: 277) O fascismo, segundo Polanyi, não tinha uma filosofia própria claramente definida, mas certos indícios permitiam identifica-lo, tais como a difusão de filosofias irracionais, estéticas raciais e ataques a instituições democráticas. Em diversos casos o fascismo procurou ascender ao poder usando como tática a rebelião simulada, enquanto contava com uma aprovação tácita das autoridades tradicionais. Com isso, as forças fascistas reduzidas em número conseguiram vitórias inesperadamente fáceis contra grupos políticos fortes e numerosos. O fascismo, como o socialismo, tem como ponto de partida uma sociedade de mercado disfuncional no sentido do atendimento das necessidades das pessoas, que estavam confusas sobre as razões das crises, daí seu alcance mundial.

Mas, se o fascismo teve características tão diferentes nos diversos países em que surgiu, como definir o que é fascismo? Polanyi se dedica a essa questão e procura separar o que foi propriamente manifestação do fascismo de tendências da cultura do período. Algumas características que para Traverso (2017) são essenciais para definir o fascismo são claramente definidas por Polanyi como movimentos que convergiram com o fascismo, mas não são definidores dele, como o revisionismo nacionalista e a contra-revolução. São tendências que não devem ser confundidas com o fascismo, estão relacionadas aos tratados pós-guerra e às revoluções do início do século.

A tendência da contra-revolução surge do medo das elites econômicas de que o impulso da Revolução Russa de 1917 levasse a outras revoluções socialistas. Essa preocupação favoreceu o fascismo, pelo seu caráter de oposição à ideia de igualdade dos socialistas e lhes deu impulso na disputa pelo poder em alguns países; mas onde as elites se percebiam capazes de vencer os socialistas por si próprias, isso não aconteceu.

A tendência nacionalista se manifestou nos países derrotados militarmente, mas também em outros “desmoralizados”, como a Itália. Assumir a tarefa do nacionalismo foi uma oportunidade para os fascistas, que se fortaleceram na defesa dessa agenda, sendo

essencial na sua ascensão ao poder. Contudo, Polanyi observa que os fascistas usaram esse tema como uma escada, sem se comprometer de fato com isso. Na Áustria, Holanda e Noruega os movimentos fascistas foram não-nacionalistas. Na França e Grã-Bretanha o anti-patriotismo era parte do discurso do movimento fascista. E em alguns países com economias menos desenvolvidas o espírito de subserviência a uma potência estrangeira foi um ativo do fascismo. Na Alemanha, ao chegar ao poder o fascismo passou do nacionalismo à expansão imperialista. Polanyi mostra, portanto, que o fascismo e o nacionalismo foram dois movimentos que entraram em simbiose em alguns lugares, se reforçando mutuamente, mas que eram originalmente independentes.

Em “The essence of fascism”, Polanyi explica que apesar de ter se manifestado sob tantas formas diferentes, a essência do fascismo era a mesma em lugares tão diferentes quanto a Áustria e a Itália, e mesmo países do Oriente e América. No texto, Polanyi analisa a obra de intelectuais que foram a base para a elaboração da filosofia fascista tal como se manifestou na Alemanha sob Hitler: Othmar Spann, Ludwig Klages e, por fim, aquele que sistematizou a filosofia fascista à época na Alemanha, Alfred Rosenberg. A oposição à ideia de que a sociedade consiste de uma relação estabelecida pelos indivíduos a partir de sua consciência e autonomia é central para o fascismo¹³⁹. Historicamente a combinação de democracia e liberalismo fez com que essa concepção de sociedade caminhasse no sentido do socialismo, diante da óbvia relação entre a igualdade entre os homens e a democracia. Assim, ao atacar essa ideia de indivíduo, o fascismo coloca-se em oposição tanto ao capitalismo liberal quanto ao socialismo e mantém aliança com formas não-liberais do capitalismo.

O conceito de indivíduo no qual se fundamenta o socialismo é objeto de crítica por Spann, que defende que o indivíduo como autarquia espiritual é uma ficção e propõe que a sociedade seja fundada no que chamou de Universalismo. No Universalismo (a palavra em alemão para esse termo, *Ganzheitslehre*, também poderia ser traduzida por Totalitarismo, que Polanyi prefere) a relação social não se dá entre as pessoas, mas destas com o Todo, de forma que a sociedade é um conjunto de mecanismos que possuem vida própria e as ideias são orientadas pela razão e ordenadas pela hierarquia. Polanyi observa que na medida em que a sociedade se sobrepõe ao homem, visto como um corpo

¹³⁹ Polanyi nomeia essa autonomia do indivíduo de “individualism”, mas para evitar a confusão com o individualismo do “sujeito econômico”, optamos por tratar o conceito de forma mais analítica.

destituído de consciência, negando-lhe a sua liberdade, ela se torna uma sociedade escrava, sem meios de emancipação. Hoje poderíamos chamar o Todo de Mercado (autorregulado): um sistema que se sobrepõe aos homens e à política.

Além do Universalismo/ Totalitarismo, o outro elemento essencial do fascismo é o Vitalismo. Klages foi o arauto do Vitalismo. Para Klages o ser humano tem quatro processos psicológicos, sendo os dois relativos ao corpo e à alma processos genuínos que constituem a vitalidade animal e humana. Os outros dois, relativos à consciência (apreensão e vontade) seriam destrutivos. As formas modernas de sociedade estariam afastando o homem de sua natureza ao se sustentar na consciência, sendo necessário retomar uma comunidade humana perdida no passado. O fascismo busca retomar esse passado perdido, embora não fique claro até quando desejava regredir, se apenas ao momento que antecede à Revolução de 1917, se antes de 1789, ou regredir mil anos.

O Vitalismo e o Totalitarismo parecem contraditórios, mas se completam: para um, a história não iniciou, não há necessidade de mudança; para o outro, a história se completou e não há mais possibilidade de mudança. Em um a pessoa não existe ainda na sociedade, no outro a pessoa foi inteiramente absorvida por ela em um “retorno” a um organismo social inconsciente. O Vitalismo representa o fim de qualquer cultura e civilização, um retorno à lei do mais forte. O Totalitarismo representa a perpetuação do auto-estranhamento e perda da liberdade. A construção de um pensamento fascista com base nesses elementos afasta a ideia de uma sociedade como irmandade entre os homens.

No cenário alemão o racismo e o misticismo foram corolários do desenvolvimento do Vitalismo. A raça se tornou o denominador comum entre a ideia de uma vida tribal e de uma nação moderna. Por outro lado, para garantir a racionalidade exigida pelo capitalismo corporativo, o fascismo criou um misticismo sem conteúdo ético ou religioso que reafirmava uma identidade medieval germânica, uma espécie de religião nazista capaz de levar a um estado místico da alma.

O Vitalismo e o Totalitarismo se reúnem no trabalho de Rosenberg, incorporando, com mudanças, as construções de Spann e Klages. Rosenberg rejeita a ideia de um outro universalismo, aquele que remete à ideia de gênero humano, partindo do princípio da igualdade entre os homens; tal universalismo seria uma negação do racismo. O racismo-nacionalismo que propõe em seu lugar é uma forma de resistência à ideia de humanidade como uma comunidade de pessoas. Isso não está em contradição com o capitalismo

corporativo, que não é em sua essência democrático, e é perfeitamente compatível com a desigualdade entre as pessoas e entre as nações.

O fascismo, em várias de suas manifestações no século XX, teve a nação e a raça como valores fundamentais. Para Rosenberg (e Hitler não tinha significativas diferenças filosóficas com ele) as ideias de igualdade entre os homens e unidade do gênero humano eram perigosas ilusões, a realidade era o sangue e a nação, a luta vital e a sobrevivência. Por isso humanismo e pacifismo deveriam ser combatidos, em particular o internacionalismo dos comunistas. A negação fascista do internacionalismo é uma das formas de negar a democracia: “Internacionalismo e democracia são inseparáveis” (Hitler em discurso em Dusseldorf para fundação do nacional-socialismo, apud Polanyi, 1935) A negação da igualdade (e da democracia) é a causa última do fascismo, daí a sua principal preocupação ser a eliminação de qualquer tendência que considerem que possa levar ao desenvolvimento do socialismo. E, uma vez vitoriosos, eliminar qualquer ameaça de retorno da democracia.

A incompatibilidade entre capitalismo e democracia é amplamente aceita como a principal causa das crises nas primeiras décadas do século XX, segundo Polanyi. Mussolini, na sua *Dottrina*, afirma que a democracia é anacrônica e apenas um estado autoritário pode administrar as contradições inerentes ao capitalismo. Hitler, no discurso já citado, proclamou que a incompatibilidade do princípio da igualdade democrática na política e o princípio da propriedade privada dos meios de produção na vida econômica era a principal causa da crise. (Polanyi:1935, 391-2) Liberais da escola de Mises defendiam que a democracia acabaria por reduzir a quantidade total de bens produzidos; o fascismo estava condenado a garantir a economia liberal. Marxistas concordam que capitalismo e democracia são mutuamente incompatíveis e denunciam os fascistas por atacar a democracia para defender o sistema econômico à força.

Essas foram as duas soluções para a contradição entre democracia e sistema de mercado: a expansão da democracia para o sistema econômico ou a abolição da democracia. A primeira implica a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a incorporação da esfera econômica à democracia política: isso é, basicamente, o socialismo. Na segunda solução, com a demolição da esfera política democrática, apenas a esfera econômica sobrevive. O capitalismo, organizado então pelos poderes econômicos, se torna a própria sociedade. Essa é a solução fascista. Nem uma nem outra se realizou por completo no período analisado por Polanyi em 1935.

No conteúdo sociológico do fascismo, a ordem estrutural da sociedade descarta a dependência do todo das consciências e vontades dos indivíduos. Sua objeção não é à forma da democracia, mas à sua substância. O fascismo procura abolir várias práticas típicas da democracia, em particular a representação política dos interesses dos trabalhadores. Produtores devem ser apenas produtores, já às indústrias é reconhecido o direito de defender seus interesses junto ao Estado. É uma organização que não toma a consciência humana como base tal como a entendemos, e por isso se propõe a construir um novo tipo de consciência. A missão inicia-se pela destruição de partidos e organizações democráticas para num segundo momento mudar a natureza da consciência humana.

“Na realidade, o papel desempenhado pelo fascismo foi determinado por um fator: a condição do sistema de mercado” (Polanyi: 2000, 282) Com o sistema em crise, entre 1917-1923, os governos procuraram ocasionalmente a ajuda fascista para restaurar a lei e a ordem, diante de revoluções agrárias ou socialistas, ou mesmo contra a influência política da classe trabalhadora. Os fascistas eram bandos violentos úteis, com contatos com autoridades e já com uma filosofia antidemocrática. A percepção de uma restauração do sistema de mercado que apontaria para uma solidez do capitalismo, fez o fascismo encolher como força política entre 1924-1929. Contudo, em 1930 o sistema mundial enfrentava uma nova crise, o sistema econômico e político desabando, e em poucos anos o fascismo se tornou um poder mundial, emergindo como uma solução alternativa para o problema da sociedade industrial. O fascismo só se apresentaria como uma proposta de um modelo social distinto muitos anos após suas primeiras manifestações, depois de 1929, quando o impasse do sistema de mercado exigia novas soluções. E as soluções foram buscadas em várias direções, a Alemanha buscou fechar-se em autarquia, enquanto a Grã-Bretanha procurava restaurar o internacionalismo capitalista.

Um novo movimento de ascensão da extrema direita nas primeiras décadas do século XXI em diversos países é um fato reconhecido. Há quem identifique nesse movimento a retomada do fascismo, ainda que em uma versão atualizada, como Safatle (2024). Outros consideram que as características da extrema direita do século XXI não justificam o enquadramento na categoria “fascismo”. Neste segundo grupo se insere Enzo Traverso,

autor de “*As Novas Faces do Fascismo*”¹⁴⁰. Nessa obra, o autor se contrapõe a interpretações que aproximam o movimento de extrema direita atual do fascismo tal como se manifestou na Europa central na primeira metade do século XX. No seu entendimento, a semelhança é superficial e se baseia em análises do comportamento das personalidades políticas e não dos programas partidários. Ele afirma que o ressurgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba é um fenômeno global que não ocorria no mundo desde os anos 1930. No entanto, com raras exceções, esses grupos não se identificam como fascistas. Os grupos políticos que se apresentam como herdeiros do fascismo clássico Traverso os denomina “neofascistas”. Sob o seu ponto de vista, e nós concordamos, esse fenômeno do neofascismo é marginal, embora em crescimento, e em regra a extrema direita atual nega em seus discursos a herança política e afirma ser favorável à democracia. Com relação aos novos movimentos da extrema direita, Traverso prefere falar em pós-fascismo, entendendo que o fenômeno atual é heterogêneo e que há uma fronteira clara que delimita cronologicamente o fascismo do século XX. Na sua avaliação o pós-fascismo do século XXI surge de um passado fascista, mas não exibe uma continuidade ideológica com o fascismo clássico, não tem nem mesmo um escopo ideológico estável (embora admita a possibilidade de que possa vir a ter).

Apesar de argumentar no sentido da falta de uma continuidade entre as manifestações de fascismo clássico e pós-fascismo, Traverso deixa muito claro o quão próximos o movimento atual de extrema direita está do fascismo do século XX em diversos aspectos. Não se questiona que o fascismo do século XXI não é um retorno ao movimento do século XX, evidentemente, a história não volta atrás. As condições são outras, contudo, nos parece haver elementos suficientes para argumentar que ainda que o fascismo do nosso tempo tenha se adaptado a essas novas condições, segue, porém, fiel à essência do fascismo do século XX tal como a definiu Polanyi e à sua causa última.

Em “Do Fascismo ao Pós-Fascismo”¹⁴¹, Traverso procura trabalhar alguns conceitos, avaliando o quanto eles são, ou não, adequados para caracterizar essa extrema direita.

¹⁴⁰ Uma leitura atenta da obra de Traverso permite observar algumas hesitações do autor na defesa desse argumento, que se nota inclusive pela escolha do título - no original *Les Nouveaux visages du fascisme*. Se o autor toma por tema os movimentos da extrema direita atual e os nomeia como “novas faces do fascismo”, porque não falar de fascismo, afinal?

¹⁴¹ Esse texto integra o livro *As Novas Faces do Fascismo*, publicado no Brasil em 2017, e é uma coletânea de estritos seus sobre os movimentos da extrema direita nos anos 2010, sobretudo os da França.

Fascismo é um desses conceitos (ele discute também o conceito de populismo, que não abordaremos aqui). Para Traverso, apesar de ter uma influência do fascismo clássico, o pós-fascismo não se vincula necessariamente aos seus elementos originários e ainda seria uma realidade difícil de definir, por ser contraditória e variada nas suas manifestações em diferentes lugares. Ele observa em particular o fato de que há uma substituição do objeto do ódio, que se dirigia no fascismo clássico a judeus e comunistas, e hoje se dirige na Europa contra os imigrantes islâmicos que vivem nas periferias das cidades. Para o autor, o pós-fascismo também não tem a preocupação do fascismo clássico de construir uma nova ordem social. Outra objeção que ele coloca sobre a aproximação com a ideia de fascismo é o fato de que um dos pilares do fascismo foi o anticomunismo; de fato, se no passado foi a ameaça comunista que impeliu as elites tradicionais a se unirem às forças fascistas, hoje o comunismo não é uma ameaça real. Por isso mesmo avaliamos que é revelador que o anticomunismo volte a estar presente nos discursos da extrema direita, mostrando que necessita de discursos que incorporem a ideia de igualdade para identificar como inimigo e direcionar seus ataques. Para Traverso o fato de as elites econômicas se considerarem bem representadas pelos políticos de centro afastaria a possibilidade de o pós-fascismo chegar ao poder, a não ser numa situação de colapso do euro (uma situação de crise generalizada).

Vamos iniciar por esse primeiro ponto que Traverso levanta: o fascismo do século XXI não tem uma estrutura bem definida. A extrema direita europeia dirige seus ataques principalmente a imigrantes islâmicos, os Estados Unidos direcionam o ódio xenófobo aos imigrantes latinos. No Brasil o governo de extrema direita de Bolsonaro adotou um discurso francamente subserviente aos interesses de potências estrangeiras e distribuiu o discurso de ódio entre várias minorias, sem deixar de contemplar os “globalistas” e os comunistas. No Brasil o discurso da extrema direita convergiu com um discurso religioso cristão ultraconservador, mas em outros países, como a Índia, o cristianismo não está presente, o ódio se dirige à minoria religiosa de muçulmanos. Poderíamos ampliar bastante essa lista de exemplos, dado que a expansão da extrema direita é um fenômeno global. São países do Sul e do Norte global, países de diferentes matrizes religiosas. Vimos, nas análises de Polanyi e na afirmação de Arendt, que contradições e conflitos também estiveram presentes no fascismo em sua forma clássica, não havendo uma estrutura bem definida, essa não é, portanto, uma razão para afirmar a diferença entre as manifestações clássicas e atuais.

Sobre a substituição do objeto do ódio, que se dirigia aos judeus e comunistas no nazismo alemão e hoje pode se dirigir a imigrantes islâmicos ou latinos ou ainda a outros grupos vulneráveis, isso não afasta tais manifestações da essência do fascismo. O modelo nazista alemão contou com um ideólogo que estruturou uma filosofia fascista voltada para as condições do Estado nazista alemão, fazendo desse caso particular paradigmático. Assim como no fascismo do século XX, os movimentos da extrema direita têm como marca hoje em todos os lugares a rejeição à ideia de igualdade, elegendo grupos mais vulneráveis como bodes expiatórios. Tais grupos são acusados de responsáveis pelos males que aquela comunidade enfrenta, e esta dirige àqueles o seu ódio, lhes negando o direito à igualdade. A mobilização pelo ódio, o culto à violência, justificada como reação à “presença nociva dos outros”, é a sua forma de ação. Em algumas lideranças da extrema direita o ódio de manifesta de forma explícita, principalmente quando já ascenderam ao poder. Em outros, o verniz do discurso de apreço pela democracia procura atrair novos engajamentos de pessoas ainda não radicalizadas.

Ao analisar o então presidente estadunidense, Donald Trump (em primeiro mandato), Traverso avalia que as características fascistas presentes em sua personalidade não devem ser confundidas com um movimento fascista. O discurso fascista de Trump, diferente de Marine Le Pen, é explícito em seu conteúdo autoritário. Convém considerar, contudo, que se Trump conseguiu se eleger com um discurso claramente fascista e não apenas uma vez, isso não se deveu apenas a estratégias de propaganda política baseadas na desinformação. A escolha do eleitor por Trump mostra que há na sociedade estadunidense um conteúdo fascista mais profundo e antigo. Se esse grupo não se organizou como movimento político, não deixou de estar presente e apoiar essa representação inclusive quando o que estava em jogo eram as regras da democracia representativa na transição em 2021 do derrotado Trump para o candidato do partido democrata.

Vamos analisar os pontos divergentes que Traverso levanta entre o fascismo clássico e o pós-fascismo: 1. O fascismo clássico era pró-capitalismo, mas não era neoliberal, no sentido em que foi estatista e protecionista. 2. O fascismo clássico foi nacionalista, militarista e imperialista, características que não seriam mais tão marcantes. 3. O fascismo elegeu como um de seus principais inimigos o povo judeu. 4. O pós-fascismo dispõe de recursos tecnológicos poderosos de comunicação que não estavam disponíveis no século XX. 5. Falta ao pós-fascismo o programa totalizante que marcou o fascismo clássico e hoje o seu discurso não é mais uma oposição à democracia.

Uma primeira observação que precisamos fazer é que Traverso apoia muitos de seus argumentos em uma manifestação específica do fascismo do século XX, a de maior alcance, certamente, que foi o nazismo alemão. Se levarmos em conta a diversidade do fascismo do século XX, como nos explicou Polanyi (acima) veremos que nem sempre teve um projeto totalizante, nem sempre elegeu os judeus como inimigos, nem mesmo foi nacionalista em todos os lugares.

A manifestação, no fascismo clássico, de um discurso protecionista e estatista foi, na interpretação de Polanyi, uma convergência de tendências, propiciadas pela instabilidade da economia e política no início do século XX. As guerras e a dificuldade de manter um comércio internacional com base no combalido padrão ouro levavam os países a buscarem soluções de fechamento de suas economias. O nacionalismo era compatível com a ideologia fascista, se opondo a uma ideia de comunidade global, e ao universalismo do gênero humano que marcavam o internacionalismo liberal e o socialismo. Se observarmos os discursos fascistas do século XXI veremos em alguns lugares ressurgirem os discursos nacionalistas, além de ataques a uma ideia de governança global que pode se manifestar diretamente como ataque ao “globalismo” ou indiretamente, no confronto com pactos globais contra a mudança climática, por exemplo.

O fascismo do século XXI coloca em primeiro plano um modelo de defesa de uma identidade nacional que estaria ameaçada. O “outro” que ameaça essa identidade nacional é definido de forma diferente em cada contexto, como comentamos acima. Esse medo e ódio do “outro” construído pela extrema direita tem características muito semelhantes ao antissemitismo do século XX, confirmando o argumento de Polanyi que o que é essencial ao fascismo não é o antissemitismo, mas a oposição à ideia de igualdade entre os indivíduos. Em cada modo de manifestação do fascismo esse ódio a um outro diferente e medo se manifesta, elegendo um alvo condizente com as condições socioculturais específicas daquele povo.

Quanto aos recursos tecnológicos disponíveis, embora eles tenham grande importância como uma rede capilarizada de propagação das ideias propagadas pela extrema direita, não se trata de uma diferença fundamental com relação ao fascismo clássico. O modo de ação baseado na disseminação de teorias da conspiração e informações falsas capazes de estimular o medo e o ódio já era conhecido na Alemanha nazista, que utilizava o que havia de mais atual na tecnologia da época para garantir o alcance dos discursos, por rádio e produção audiovisual.

O argumento de Traverso da falta de um projeto totalizante e a aparente adesão a um modelo democrático é especialmente importante para podermos afirmar se as manifestações da extrema direita hoje são ou não são fascismo.

Vimos acima que Polanyi argumenta que no limite as opções que se colocavam nos anos 1930 era de avançar com a democracia, expandindo-a para a esfera econômica ou fazer a esfera econômica sobrepor a política, anulando-a sob um projeto totalizante em que só são legítimos os interesses econômicos. De fato, o contexto que cerca o fascismo do século XX e o do século XXI é bastante diferente, até o momento não há a apresentação de um claro projeto da extrema direita de um novo modelo institucional.

Mas até mesmo nesse aspecto há um fator fundamental de comparabilidade que está no centro deste nosso trabalho: a ascensão de um modelo econômico baseado na autorregulação do mercado, com esvaziamento da democracia. Existe hoje um projeto totalizante, que nomeamos aqui absolutismo do mercado, convergente com as práticas fascistas em que só são legítimos os interesses do poder econômico. Vimos nas teorias de Oliveira que a democracia foi sendo esvaziada de seu conteúdo; o apoio retórico dos fascistas à democracia se dá com base nessa versão esvaziada de democracia. O fascismo do século XXI não precisa mais se apresentar como uma terceira via entre o comunismo e o liberalismo e, embora use de forma retórica a manipulação da revolta por meio de um discurso antissistema, não promove transformações em outra direção que não o aprofundamento do próprio programa neoliberal. No Brasil a ascensão de Bolsonaro ao cargo máximo do poder Executivo representou a aceleração das mudanças nesse sentido, com encolhimento dos serviços públicos, dos direitos dos trabalhadores e um esforço de avançar nas privatizações¹⁴² e na desregulação do uso da terra. No Brasil, aliás, ocorreu uma situação muitas vezes descrita no fascismo clássico, em que grupos marginalizados, muito próximos à criminalidade deram um salto para o centro do poder estabelecido com o aval das elites.

É esse contexto que produz a coerência observada por Traverso: “Mesmo sem um embasamento ideológico forte, tal discurso apresenta um grau de coerência” (40, 2017).

¹⁴²Vimos nos capítulos anteriores que para Oliveira as privatizações das empresas estatais representaram um resgate da taxa de lucro pela via da acumulação primitiva. Um retorno da forma de acumulação primitiva marcou também a época analisada por Polanyi, embora ele não tenha observado essa questão em seu livro: a expropriação dos judeus pelos nazistas foi relevante para a recuperação do capitalismo alemão.

O fascismo é um agrupamento de tendências hoje, como foi há um século. No Brasil reúne grupos criminosos como milícia e garimpeiros, grupos cristãos radicais, (alguns fanatizados), agentes de segurança pública, grupos civis que cultuam a violência (CACs) e grande parte das Forças Armadas, além de contar com o apoio de produtores rurais e mesmo de vários empresários. Nos EUA e Europa a xenofobia se radicaliza com base na teoria da conspiração da “grande substituição”, segundo a qual há uma ação orquestrada para substituir a população branca original europeia ou estadunidense por imigrantes. Isso aparece explicitamente no discurso de Trump, e circula nas redes sociais europeias, embora nesse caso os políticos da extrema direita geralmente evitem esse tipo de tema em favor da construção de uma imagem de respeitabilidade.

Traverso avalia que o sexismo, misoginia, racismo e homofobia que foram marcantes no fascismo clássico como parte da exaltação da virilidade do homem ariano, não estão mais presentes nos discursos das lideranças da extrema direita. Vamos apresentar aqui a nossa discordância. No nosso entendimento, o recorte de Traverso, que se concentra principalmente nas lideranças da extrema direita francesa, não é a regra das manifestações do fascismo do século XXI. O sexismo, a misoginia, o racismo e a homofobia estão presentes, em regra, e também o culto a uma imagem masculina viril, violenta que se aproxima de um estado de “natureza” e dispensa a proteção do Estado, alcançando por seus próprios meios uma posição de segurança e conforto na sociedade. É a retomada do Vitalismo descrito por Polanyi. Nesse modelo de comportamento a natureza superior do homem branco legitima a desigualdade desse com relação a mulheres e não-brancos e os direitos das minorias representam obstáculos à manifestação da potência branca masculina. O motivo de esse discurso não estar nos lábios das lideranças fascistas francesas é que a estratégia adotada ali foi concentrar o ataque nos imigrantes islâmicos. Ainda assim, afirma Traverso, a direita radical acumula os impulsos antifeministas, homofóbicos e mesmo o antissemitismo em seu interior. Dessa forma, as lideranças se apresentam de maneira ambígua, acusando os islâmicos de intolerantes, sexistas e homofóbicos, se colocando na posição de conquistar a simpatia de direitistas moderados.

Embora o fascismo dos anos 2020 não tenham ainda encontrado um ideólogo de peso como foi Rosenberg, que unifique a forma atual da ideologia fascista, existem vários candidatos ao posto, alguns com grande projeção nas mídias. Um deles, Jordan Peterson, um ideólogo do fascismo do século XXI com amplo reconhecimento em seu meio, esteve no Brasil em 2024 para divulgação da versão atual do fascismo a partir da referência

estadunidense. Ele se opõe às demandas das lutas das minorias raciais e de gênero, justificando que elas querem destruir a sociedade ocidental, fundada no patriarcado. E a razão pela qual isso deve ser combatido é que as leis que regem a sociedade patriarcal têm base na natureza (leis naturais). Ele defende que aqueles que são mais fortes ou mais inteligentes deveriam naturalmente ter acesso a mais recursos na sociedade e questiona abertamente a ideia de igualdade. Jordan Peterson protagonizou um evento patrocinado pela Brasil Paralelo¹⁴³ em São Paulo em junho de 2024 e foi ovacionado pelo público, de mais de 4 mil pessoas, segundo os organizadores. Jordan tem mais de 8 milhões de seguidores em suas redes sociais. O ex-psicólogo, hoje se dedica a fazer coaching para a conversão à ideologia fascista, usando como recurso o discurso religioso e também a manipulação do sentimento de ressentimento e inveja.

Safatle tem denunciado o perigo da normalização da extrema direita. Em artigo no jornal *Folha de São Paulo* de julho de 2024¹⁴⁴, ele apresenta uma réplica a um texto em defesa da normalização da ultradireita. O autor com quem debate questiona o uso do termo “fascismo” para se referir à extrema direita, defende a sua legitimidade quando conquista o poder pelo voto. Tal artigo não é uma peça isolada nesse posicionamento. Safatle comenta as eleições francesas de 2024, em que o partido de extrema direita mostrou força política, fundada na paranoia da ameaça dos imigrantes islâmicos. Ele observa que essa paranoia vem sendo normalizada por forças políticas de centro há muitos anos e tem sido a base para os fascistas conseguirem vitórias eleitorais.

Contra essa tendência, eu diria que se espera da classe intelectual ao menos a capacidade de chamar de gato um gato. Insistir, por exemplo, que um discurso marcado pelo culto à violência, pela indiferença em relação aos grupos mais vulneráveis, pela concepção paranoica de fronteiras e identidade, pelo anticomunismo congênito, pela transferência de poder a uma figura ao mesmo tempo autoritária e caricata, tem um nome analítico preciso, a saber, “fascismo” (Safatle, 2024)

Em síntese, o que defendemos aqui é que fascismo é a palavra adequada para definir a posição da extrema direita nos anos 2020. Ainda que haja uma diversidade de formas

¹⁴³ Empresa brasileira de comunicação que produz vídeos para divulgação em mídias sociais sobre política e história. Suas produções têm viés de extrema direita, conteúdo religioso e de negacionismo histórico e também teorias conspiratórias.

¹⁴⁴ Ver Safatle, W “Extrema direita já foi normalizada pelos políticos e pelos formadores de opinião” In: Caderno Ilustrada *Folha de São Paulo*, 24/07/2024. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/07/a-normalizacao-da-extrema-direita-ja-ocorreu.shtml>

pelas quais isso se surge em diferentes países pelo globo, a essência, causa e estratégia de ação convergem com as manifestações do fascismo clássico. Na sua essência do fascismo atual é fácil identificar a presença do Vitalismo, com a valorização da virilidade e repulsa aos vulneráveis; as bases do Totalitarismo estão presentes na recusa da política e ataques às instituições democráticas, mas também se manifesta na convergência com o papel do mercado como um sistema total, acima das decisões políticas de indivíduos autônomos. A causa do fascismo é ainda hoje a superação da ideia de igualdade e, portanto, da democracia, que é a decorrência lógica para uma sociedade formada por relações entre indivíduos autônomos e iguais. E o modo de agir é a exploração do medo, estímulo à paranoia, construção de teorias da conspiração, com escolha de bodes expiatórios que justifiquem a crise, e com incentivo ao uso da violência contra os inimigos.

Por que é tão importante nomear adequadamente o movimento da extrema direita? No século XX a capacidade de tais grupos de alcançar posições de poder foi muitas vezes subestimada. Eram grupos que exprimiam ideias que estavam em conflito com as ideias hegemônicas, o que fazia com que os observadores tendessem a minimizar os riscos que representavam. Contudo, esses grupos se mostraram capazes de ajustar seu discurso às frustrações de populações em situação de crise e sem perspectivas de superação.

O texto de Traverso traz um desconfortável sentimento de reprise do perigo de subestimar o fascismo quando ele afirma que a extrema direita não avançará na França porque as elites econômicas se consideram bem representadas pelos partidos de centro e porque não haveria lugar na sociedade do século XXI para as pautas antifeministas e homofóbicas. No mundo, a extrema direita vem fazendo avançar suas ideias, naturalizando a sua presença no cenário político. Nomear adequadamente o perigo que se apresenta é um passo indispensável para fazer frente a essa ameaça.

Estando estabelecido, portanto, que trataremos o movimento da extrema direita como fascismo, retomemos Polanyi e Oliveira. Veremos a seguir como os autores puderam identificar a relação entre o mercado autorregulado e a emergência de um movimento fascista a partir de suas metodologias.

Seção 3: Aspecto metodológico

Vimos que Polanyi e Oliveira convergem na análise de que a sociedade se tornou subordinada ao mecanismo de mercado como resultado da autonomização, sob a

promessa liberal de que a liberdade para o mercado representaria o progresso geral da sociedade e o alívio da pobreza. Mas década após década a condição do trabalhador não melhorava. Fosse na década de 2000 ou 1900, o discurso favorável à autorregulação alegou que a implementação incompleta do sistema de mercado teria sido a causa do não cumprimento das suas promessas. Polanyi e Oliveira, no nosso entendimento, foram capazes de provar a falsidade desse argumento, e o fato de ambos os autores terem chegado à mesma conclusão de que o sistema de mercado é destruturador para a sociedade se deve em grande medida à metodologia que cada um adotou, voltada a uma compreensão imanente do objeto, em sua concretude e desenvolvimento histórico. Ou seja, terem sido capazes de olhar para o objeto rompendo com teorias e formalismos que não permitiam alcançar o objeto e assim sendo capazes de avançar num novo reconhecimento sobre a realidade das relações entre economia, Estado e sociedade. Ambos observam essas mudanças como um acontecimento: esse é o ponto em comum, fundamental, e ele decorre de uma convergência entre os autores também em suas metodologias.

A metodologia em Polanyi e Oliveira seria um assunto que mereceria uma atenção especial. Vamos nos limitar aqui, no entanto, a um aspecto central que avaliamos ser indispensável para a compreensão de uma proximidade entre os dois autores: o primado do objeto como forma de apreender o mundo em Oliveira e em Polanyi. Ambos os cientistas sociais se afastam do idealismo e do formalismo da economia neoclássica e observam o seu objeto inserido em um contexto histórico em que se definem as relações dos homens com a natureza e com outros homens. Polanyi desenvolve seus trabalhos de pesquisa sobretudo a partir da antropologia e história econômica, pelo método substantivista¹⁴⁵. Em Oliveira estão presentes o materialismo histórico marxista, bem como a abordagem da realidade brasileira enquanto singularidade histórica, do pensamento cepalino¹⁴⁶. Em ambos, o modo de indagar o mundo, aderente ao real, permite a construção de uma teoria original, que desnaturaliza a economia e faz emergir um mundo imprevisto nos formalismos neoclássicos. Polanyi mostra que o mercado autorregulado do século XIX não se construiu a partir de uma evolução natural; Oliveira

¹⁴⁵ Para uma análise do substantivismo de Polanyi em comparação com o formalismo neoclássico, ver Machado (2012).

¹⁴⁶ Há outras influências importantes na obra de Oliveira, entre as quais já foi comentada a obra de Rancière e a teoria de Thompson sobre a formação da classe trabalhadora; veremos abaixo que também dos autores da Escola de Frankfurt se originam reflexões importantes em seus textos.

mostra que o neoliberalismo foi uma reação, que dentro de um campo de possibilidades, marcado por determinações econômicas internas e externas, sociais e políticas, foram feitas escolhas que estabeleceram o domínio do mercado e a anulação da política.

Polanyi trabalhou com um período histórico amplo, ousou comparar economias tradicionais e modernas, o que tornou viável ao estabelecer uma ligação entre a história econômica e a antropologia, entendendo as características de cada sistema econômico dentro de suas condições culturais e históricas concretas. Com isso pôde se afastar das limitações da teoria econômica neoclássica, e pôde compreender a hegemonia de uma forma econômica – o sistema de mercado – denunciando a falácia economicista, ou seja, a identificação artificial da economia com a sua forma de mercado como mecanismo oferta/ procura/ preço. Polanyi alarga o conceito de mercado, como vimos acima; e mostra que nas sociedades humanas em geral a economia não foi uma esfera autônoma, mas um aspecto da organização da vida social para garantir a sobrevivência na interação com o ambiente natural. Mas a “esfera econômica” foi se tornando autônoma, submetendo a sociedade inteira a seus próprios mecanismos, definindo um modo de vida. Ao assumir essa base substantiva, Polanyi desenvolve a análise das formas institucionais criadas em cada sociedade para garantir o funcionamento do sistema econômico adotado.

Em “Radicalidade da Crítica” (2006), Chauí fala que a obra de Francisco de Oliveira sempre chega no momento certo, quando uma explicação se apresenta e não dá conta do seu objeto, é então que uma nova explicação de Oliveira surge e nos ajuda a compreender o suposto objeto, o presente. “Entre outras razões porque o seu trabalho é sempre de uma compreensão imanente do seu objeto” (Chauí, 2006, 25). Para Chauí, ao elaborar a crítica ao dualismo cepalino, ou ao programa neoliberal, ou ao elaborar as teses sobre o antivalor, Oliveira trabalha dentro do objeto, dentro da realidade a ser compreendida e é por isso que ele consegue alcançar uma compreensão daquilo que estava nebuloso até então.

A marca da crítica em você¹⁴⁷ – e é por isso que ela é uma crítica radical – é porque a crítica é feita a partir de uma compreensão imanente da realidade, do tema ou do objeto que vai ser compreendido. Isso produz contribuições teóricas, não só as contribuições para a ação política, contribuições teóricas de grande envergadura. (Chauí, 2006, 25-26)

¹⁴⁷ O depoimento de Marilena Chauí ocorreu em junho de 2003 no seminário “Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica” e foi feito na presença do homenageado. O evento integrou as homenagens a Oliveira na ocasião da entrega a ele do título de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo.

Essa forma de compreensão imanente do real pode ser observada em vários momentos nos textos de Oliveira, em análises que geralmente estão focadas em situações concretas. Além dos exemplos citados por Chauí, há uma passagem do texto “Apocalypse Now: o ‘coração das trevas’ do neoliberalismo” sobre o problema da mudança nas relações capital-trabalho, que a nosso ver é bastante esclarecedor do método de Oliveira. Ele explica como se aproxima do problema:

Tal perspectiva, em primeiro lugar, reconhece a mudança na arquitetura das relações capital-trabalho, mas não as toma como pressupostos abstratos, nem mesmo considerando o processo de globalização em curso e suas expressões na reestruturação produtiva e na globalização financeira. Aquilo que, em geral, é tomado como pressuposto – isto é, o esgotamento do fordismo, que erode o sindicalismo de massas e de lugar no processo de trabalho, para os modelos *lean* ou toyotista, para a flexibilização e a chamada polivalência – é aqui interpretado como produto do conflito, o alvo das estratégias respectivas dos atores em conflito. Em outras palavras, a própria reestruturação produtiva aparece nos processos de trabalho como um permanente esforço do capital para manter elevada a taxa de exploração e, por consequência, evitar a queda na taxa de lucro (Oliveira, 1998, *apocalypse now*, p7)

Ou seja, Francisco de Oliveira está trabalhando com o seu objeto, nesse caso a mudança na arquitetura das relações capital-trabalho, como um acontecimento que precisa ser conhecido a partir de sua concretude e não simplesmente assumido como um pressuposto. É por isso que o materialismo dialético de Oliveira é um método vivo, que não se prende a formas rígidas. Nos seus textos cada elemento faz parte dessa construção, e nada está ali por acaso. Seja um desenvolvimento de uma tese complexa como a do antivalor, seja em um artigo em jornal em que comenta um tema político polêmico, a teoria deve acompanhar o movimento do real¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Essa forma de trabalhar o método marxista de Oliveira chegou muitas vezes a desagradar marxistas mais “ortodoxos”, como conta Oliveira em entrevista a Ridenti e Mendes em 2012 ao ser perguntado sobre como foi a recepção das suas teses sobre o antivalor: “[foi] Fraca. Justamente os marxistas mais ortodoxos nunca o entenderam. Aliás, os marxistas mais ortodoxos são um pé no saco (risos). O marxismo no Brasil, quem estuda bem é o Bernardo Ricúpero, é uma coisa estranha, porque o Brasil moderno você não entende sem o Partido Comunista. Mas, no que deveria ser específico do Partido Comunista, que seria desenvolver uma teoria marxista sobre o Brasil, ele falhou. Em tudo mais, a presença dos comunistas é notável. Você não tem arte brasileira, cinema brasileiro, literatura brasileira, sem os comunistas. Mas, no específico da teoria política, o Partido Comunista é um fracasso formidável (risos). Depois da tentativa de Nelson Werneck Sodré, que nós apreciamos muito, mas conhecemos as limitações dela, não há uma só contribuição que

... porque é a partir da vida, dos conflitos, da experiência, da materialidade da produção da vida “segundo as condições que têm” que as personas constroem a história, assim como também é a partir da vida que suas análises são tecidas e que, por meio deste seu olhar para o aparentemente desimportante, vemos o movimento do real. (Barros, 2022, 52).

Oliveira e Polanyi têm ainda em comum o fato de não terem tido uma formação limitada a uma única ciência. Oliveira organiza as suas múltiplas referências em uma formação entre a sociologia e a economia que o colocou numa perspectiva crítica radical sobre as condições políticas, econômicas e culturais da reprodução da formação social contemporânea. De forma semelhante, Polanyi conseguiu reunir os instrumentos da antropologia social, da história e da economia.

Ao refletir sobre a obra de Oliveira, em 2006, Wolfgang Leo Maar traz uma crítica de Adorno aos sociólogos e sua dificuldade de apreender o processo de reprodução social, em decorrência da separação disciplinar da sociologia com a economia política

Minha tese é a seguinte: pela separação estrita entre sociologia e economia política, ambas as disciplinas passam ao largo do que seria fundamental. A sociologia se restringe a opiniões e preferências ou a relações interpessoais, formas sociais, constituições, relações de dominação e conflitos. Abstrai o que seria propriamente a razão de ser de todos esses momentos e a medida pela qual tudo isso poderia ser mensurável. Ou seja, se abstrai do processo de reprodução real da sociedade humana, se abstrai da constatação de que afinal todos esses gigantescos processos sociais conectados pela troca não podem ter sentido algum, se não, sobretudo, o de garantir e manter em movimento a vida de todo gênero humano materialmente e em seu padrão cultural. A sociologia abre mão da produção social e da reprodução da vida da sociedade como um todo e, se algo constitui uma relação social, então é precisamente essa totalidade (Adorno, [1993], 236 apud Maar 2006)

Maar observa que essa focalização simultânea no processo de reprodução da formação da sociedade e o próprio processo de socialização gerado que está presente nessa referência de Adorno está em total concordância com Marx. E apresenta o inverso dessa crítica, que está em Marx (cap. VI - inédito - do Capital, sob o título “Resultados do processo de produção imediato”)

valha a pena. Daí a enorme dificuldade que eles têm em dialogar com alguém que não se coloca no campo da ortodoxia”.

Marx critica os economistas de sua época porque eles pensaram os conflitos e a produção na sociedade, mas não conseguiram refletir acerca da produção social da sociedade. Adorno critica, nos sociólogos de sua época, a mesma deficiência resultante da incapacidade de apreensão do processo de reprodução social, em decorrência da restrição temática da sociologia causada pela sua distinção em relação à economia política, a qual de resto convive, enquanto disciplina científica, com a mesma miopia (Maar, 2006: 39)

A crítica de Adorno é uma crítica ao idealismo. E a superação do idealismo, bem como da deficiência cruzada entre a economia política e a sociologia é um grande mérito da obra de Oliveira e o que lhe permite decifrar a sociedade como autoprodução objetivada:

A perspectiva de sua reflexão se concentra no âmbito da produção da sociedade, porém, tal reflexão é desprovida de qualquer viés idealista. Isto é: a produção social não é pressuposta, nem idealizada, mas apreendida a partir da realidade aparente da reprodução social concreta. Pela aparência ocorre o acesso ao essencial. (Maar, 2006: 40)

Nessa sociedade constituída como socialização, continuidade e ruptura precisam ser ambas relacionadas ao processo de produção social, sob pena de nos restringirmos a falsos vínculos, meramente aparentes, entre produtos. Estes só adquirem inteligibilidade, só revelam seu sentido, a partir de nexos processuais, no âmbito da produção cuja objetivação constituem (Maar, 2006, 41)

Seja pelo substantivismo de Polanyi, seja pelo materialismo histórico de Oliveira, a abordagem a partir do objeto em sua dimensão histórica, revelou a realidade, de uma forma inalcançável pelas teorias que se apresentavam. Os autores desnaturalizam o sistema de mercado, mostrando que as formas sociais adotadas, em determinados momentos históricos, foram resultado de uma interação de determinações econômicas, culturais, sociais, e não uma mera evolução da forma mercado. Com isso, os autores foram capazes de elaborar contribuições teóricas importantes para a compreensão da relação entre mercado e sociedade.

Essa ação do intelectual de questionar o que aparece de forma ilusória como perene e natural é, segundo Maar (2022), a tarefa da crítica, é o que faz com que Oliveira (e podemos estender para Polanyi) sempre reafirme que há outros caminhos possíveis, formas mais civilizadas de relação entre mercado e sociedade.

... para Chico de Oliveira, com a obstrução da dinâmica social, caberia ao intelectual esclarecer as condições do vigente e criticá-las para ir além da sua imposição. Ao decifrar potenciais de transformação, a tarefa do intelectual agora é a crítica. Está em manter viva a possibilidade da mudança da sociedade face à sua aparente, mas ilusória, perenidade e naturalização. Adorno asseverou, logo no início de sua *Dialética Negativa*, que a filosofia permanece viva só em função dessa crítica, já que “se deixou passar o momento de sua realização”, que poderia ser a remissão racional do mundo (Maar, 2022, 117)

Não é por acaso que Maar analisa a obra de Oliveira a partir do referencial da teoria de Adorno, já mencionamos em alguns momentos ao longo de nosso trabalho a aproximação dele com o pensamento dos autores da Escola de Frankfurt. Nesse aspecto podemos dizer que Oliveira ao analisar o fascismo, se beneficia de poder contar como o pensamento de vários autores que pesquisaram o tema em suas manifestações no século XX, entre eles o próprio Polanyi e, em especial, os pensadores da Escola de Frankfurt.

Conforme nos explica Rizek, o diagnóstico de Oliveira sobre a formação de um totalitarismo neoliberal está presente em seus textos a partir do final dos anos 1990 e já marca uma aproximação com o pensamento da Escola de Frankfurt:

Desde sua leitura do totalitarismo neoliberal no final dos anos noventa, Francisco de Oliveira experimentava uma aproximação com os temas e olhares ancorados nos autores da Escola de Frankfurt. Neles parecem ancorar-se as ideias de rebaixamento, regressão, impossibilidade de superação, síntese permanentemente truncada e, de modo cada vez mais significativo, a ideia de exceção, não como fase ou momento, mas como condição permanente. (Rizek, 2022: 76)

A construção da metáfora do Ornitorrinco em 2003, condensa essas ideias.

Para abordar a relação de Oliveira com os frankfurtianos e compreender de forma mais aprofundada a sua metodologia a partir dessa inspiração veremos a seguir a análise de Gabriel Cohn.

Oliveira e os frankfurtianos: a análise de Gabriel Cohn

Foi em seminário que ocorreu na USP, por ocasião da entrega do título de cidadão paulistano outorgado a Francisco de Oliveira pela Câmara Municipal de São Paulo, em

junho de 2003¹⁴⁹ que o professor Gabriel Cohn fez a análise da obra de Oliveira mostrando sua aproximação com os frankfurtianos. Após várias falas de expositores que destacaram a contemporaneidade do pensamento de Oliveira, conhecido por lidar com os temas no calor do momento, ele afirma: “Sem querer, de modo algum, desqualificar a ideia da contemporaneidade, eu queria matiza-la um pouco e sugerir que a força de Chico deriva de ele não ser inteiramente contemporâneo. O que é bom” (Cohn, 2006: 48).

Para explicar esse argumento, Cohn faz uma aproximação entre Oliveira e os frankfurtianos: “existem pelo menos dois ângulos pelos quais se cruzam o modo de pensar de Chico de Oliveira e o modo de pensar de duas vertentes importantes da Teoria Crítica da Sociedade, dos velhos pensadores da chamada Escola de Frankfurt”. (Cohn, 2006: 48)

Uma primeira aproximação, segundo Cohn, é a presença de um componente notório de exílio do pensamento nos frankfurtianos, que também pode ser percebido no de Oliveira.

Há aquela sensibilidade aguçada de quem, na realidade, está deslocado e sabe que está deslocado, e que é capaz de detectar os pequenos deslocamentos no curso da história, aqueles no curso dos eventos que o cercam, que é contemporâneo na medida em que é capaz de manifestar isso no momento certo. Mas isso não significa que esteja simplesmente sendo levado à deriva pelo fluxo dos acontecimentos. É uma forma extemporânea de ser contemporâneo. É um pensamento do exílio, é um pensamento de quem pode ser radical porque satisfaz a exigência primeira do radicalismo, que é ser pelo menos um pouco desarraigado. Não existe radical arraigado. É preciso estar um pouco fora, é preciso ter a nostalgia da raiz para ser radical; ao mesmo tempo, com relação a uma percepção muito nítida do tempo da sociedade, do tempo histórico, que se traduz numa combinação singular – presente tanto nos velhos frankfurtianos como eu imagino poder detectar no Chico – que é a percepção muito fina das tendências que se movem no interior da sociedade, associada a uma pontinha, do que eu chamaria uma *melancolia elegíaca*. “Elegia para uma re(li)gião”, aliás... elegíaca no sentido de que há um pouco daquilo que marca, no meu entender, um grande pensamento social. O pensamento social clássico é muito marcado por isso; pela ideia de que é preciso estar reconstruindo um estado de coisas, contra um pano de fundo de uma espécie de celebração daquilo que não foi e certamente não será. Algo de uma radical

¹⁴⁹ O livro *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*, de Cibele Rizek e Wagner Romão, reúne os textos correspondentes às falas dos participantes do seminário, que teve como foco a obra de Oliveira.

impossibilidade está por trás de todo diagnóstico do momento presente, das tendências que habitam esse momento presente e que, no entanto, longe de paralisar o pensamento e a vontade, aumenta a sua gana. Mas faz isso num registro fino, num registro que pega as nuances dos grandes processos sociais. (Cohn, 2006: 49)

Como Adorno, Oliveira seria um pouco desarraigado, o que lhe permitiu detectar de forma fina o que estava surgindo e, em particular, detectar a condição da oportunidade perdida. Em outras palavras, o que Oliveira detecta é o limite que foi possível realizar daquilo que a modernidade prometia. Essa constatação leva a uma busca da retaliação histórica, a cobrança que decorre da oportunidade perdida, do que poderia ter sido realizado historicamente, mas não foi. As promessas do passado tornam-se, assim, as exigências para o futuro.

Portanto, quando Oliveira elabora a sua teoria sobre o totalitarismo neoliberal, o momento da promessa perdida da democracia é, afinal, indissociável da denúncia do fim da política, o que exige a retomada daquela promessa, ainda que em novas bases. Nesse sentido o tempo presente é uma contemporaneidade tensa, que exige as promessas do que poderia ter havido e não houve.

Outra chave frankfurtiana desenvolvida por Cohn, é a dos grandes analistas políticos e economistas.

Franz Nöemann, o Pollock, homens que fizeram a análise não só do regime político nazista, como as análises fundamentais das economias capitalistas de controle. Levantaram a questão da relação de um determinado momento das exigências internas do processo de valorização capitalista e formas totalitárias, como eles diziam, de organização da política (Cohn, 2006: 51)

Para Cohn, esses autores dão a pista para reconstruir no pensamento de Oliveira, a ideia de totalitarismo em sua nova forma - o totalitarismo mais no registro dos frankfurtianos que de Hannah Arendt. A forma como Oliveira trabalha a ideia do totalitarismo é como uma categoria crítica e, para Cohn, é um notável achado. “Ele tem a agudíssima ideia de fazer, com base na sua reconstrução das sociedades contemporâneas, uma crítica muito específica da ideia de hegemonia” (Cohn, 2006: 51) e contrapor a ideia de hegemonia à de totalitarismo.

A crítica consiste em mostrar que o que ocorre contemporaneamente não é a constituição de um cimento da sociedade, pela criação de um consenso

que assegura a persistência dos dominantes em relação aos dominados. O que está em jogo não é unificar pelo consenso. O que está em jogo é algo realmente original historicamente. (...) o que se tem é uma ruptura fundamental. Uma ruptura do nível dos significados entre dominantes e dominados. Você tem uma forma de unificação paradoxal, que se faz pela ruptura e não pela postura via consenso. É uma espécie de paradoxo. Você tem um todo, que é um todo altamente coeso em seu funcionamento, que é mantido pela cesura, pela ruptura, pela quebra, mais que pela amarração consensual. O que significa que não há mais a palavra comum, pouco importa se a hegemonia assegura e reproduz dominantes ou dominados. A hegemonia cria um consenso que gera, de alguma maneira, uma palavra comum; permite, pelo menos, que haja bases para um entendimento geral. Se você tem essa ruptura fundamental, a palavra comum, se não foi abolida, foi posta à distância. O que é uma consequência extremamente importante, porque junto com eliminação da palavra comum, se elimina o dissenso, se elimina a palavra do desvio fundamental em relação ao consenso (Cohn, 2006: 51-2)

O tempo se congela no presente, abolindo o passado, a dimensão política que se nutre de uma aprendizagem e de uma memória social que, portanto, também bloqueia o futuro, pois com isso, anula a capacidade de criar novos programas.

O processo de desmanche neoliberal acaba por destruir simultaneamente as bases do consenso - do significado comum - e do dissenso – o significado não compartilhado ou oposto -, por isso já não é mais suficiente falar em hegemonia. No tempo preso ao presente, os instantes se sucedem sem serem trabalhados pela experiência. Para Cohn, o pensamento de Oliveira aponta para a questão da experiência social que se perdeu e a necessidade de repensar uma teoria da experiência social.

Seção 4: O paradigma da modernidade

A hegemonia do pensamento liberal do século XIX foi construída com base nas promessas da modernidade: liberdade e democracia. A sociedade de mercado do século XIX fez surgir a reação fascista, forma de uma organização social que suprimia a liberdade, e Polanyi se preocupou com a questão da liberdade. A autorregulação do mercado no final do século XX e início do século XXI rompe com o horizonte de superação das

desigualdades pela via da disputa democrática do fundo público, e Oliveira se volta para os perigos que ameaçam a democracia.

Polanyi e a liberdade

A liberdade está na origem da formação do mercado, que se dá a partir da limitação do arbítrio dos senhores, na interpretação de Polanyi. No contexto da superação de uma sociedade feudal, a liberdade está no centro do conflito entre sociedade e mercado, sendo o mercado o espaço da liberdade. Por outro lado, as consequências que o desenvolvimento histórico do mercado acarretou geraram a necessidade de redefinir o porvir do mercado e da liberdade. Para Polanyi a liberdade é um valor importante, mas não é, porém, um dado absoluto; a busca inflexível de uma liberdade específica pode levar à destruição de outras liberdades e por isso a regulação tanto pode ampliar como restringir liberdades. A preocupação do autor é com a sua preservação no contexto do colapso do sistema de mercado. Ele não confia nas classes privilegiadas para defesa da liberdade, já que em uma situação em que há classes privilegiadas, a ampliação das liberdades dos outros, mesmo quando não afeta essa classe, é vista como um ataque às suas liberdades.

Ao separar o econômico do político, a sociedade do século XIX criou um novo espaço para a liberdade, às custas de justiça e segurança. O estabelecimento de liberdades civis e de propriedade favoreceu a liberdade moral e independência de pensamentos, liberdades que devemos tentar manter, segundo Polanyi. A luta pela liberdade deve ser uma luta consciente (neste argumento Polanyi se aproxima das preocupações de Adorno e Horkheimer), para que se construa uma sociedade que a tenha como propósito. “Quanto à liberdade pessoal, ela existirá na medida em que criamos deliberadamente salvaguardas para a sua manutenção e até para a sua ampliação” (Polanyi: 2000, 296). E dentre as liberdades a serem estimuladas, Polanyi destaca a ampliação dos Direitos Humanos.

Dando mais um passo no rompimento com o credo liberal, Polanyi considera que a liberdade deve ser buscada até mesmo ao custo de alguma ineficiência econômica e se mostra otimista: “O fim da economia de mercado pode se tornar o início de uma era de liberdade sem precedentes” (Polanyi: 2000, 297), unindo liberdade e justiça. O liberalismo do século XIX nos legou uma ideia de liberdade: “visão de mercado da sociedade, que igualava a economia a relações contratuais e as relações contratuais com a liberdade” (Polanyi: 2000, 298) Nesse sistema consumidores e produtores são livres, mas a sociedade não.

O planejamento e o controle eram atacados pelos liberais como negação da liberdade, uma acusação injusta, para Polanyi¹⁵⁰. Ele conclui que o planejamento não se contrapõe à liberdade, pelo contrário. Nesse ponto a sua argumentação se aproxima da teoria de Oliveira sobre o estado de exceção como avesso do planejamento. O momento de estabelecimento de formas reguladas de mercado seria então, para Polanyi, a oportunidade de fazer avançar o ideal da liberdade, muito limitado sob a sociedade de mercado. O liberalismo negou a realidade da sociedade, produzindo uma liberdade ilusionista. A resposta fascista foi negar a liberdade, mas o socialismo não está em conflito com a liberdade. “Enquanto ele [o homem] se conservar fiel à sua tarefa de criar uma liberdade mais ampla para todos, ele não precisa temer que o poder ou o planejamento se voltem contra ele e destruam, ..., a liberdade que ele está construindo” (Polanyi: 2000, 301)

Oliveira e a igualdade

A preocupação de Polanyi com a liberdade e a preocupação de Oliveira com a democracia são ambas fundadas na promessa civilizatória da modernidade e estão em contradição com a subordinação da sociedade ao mercado. A preocupação civilizatória, entendida como o avanço da democracia por meio da resolução de tensões sociais pactuada entre as classes, afastando a violência, esteve presente na obra de Oliveira como sua motivação científica essencial.

Do período em que atuou na Sudene, destaco a forma como Oliveira tratou a proposta de intervenção de Furtado no Nordeste: muito mais que industrializar, era levar ao Nordeste uma nova forma de relação social, republicana. Não se pretendia superar a condição de desigualdade, mas sim, atacar e se possível superar, as relações sociais fundadas na violência do domínio sem limites da oligarquia. Essa preocupação está presente na sua teoria sobre a esfera pública, como *locus* do convívio civilizado entre os diferentes. Está presente também nas análises sobre as classes sociais, quando mostra que sempre que houve algum avanço civilizador do capitalismo brasileiro, isso ocorreu por meio dos “trabalhos de Sísifo” das classes dominadas. Ao pensar sobre o totalitarismo neoliberal, Oliveira denuncia o aumento da violência e dominação pela força, que anula a política e

¹⁵⁰ Embora fosse uma ideia corrente que o fascismo teria usado o planejamento para garantir seu controle e abolir as liberdades, Evans (2016) demonstra com base em farta pesquisa histórica que não era bem assim. O Partido Nazista alemão abusou da desculpa do planejamento para a coordenação e controle social, enquanto na prática as atividades de planejamento tinham um caráter errático mesmo quando voltadas para o fim principal de preparar-se para a guerra.

faz reverter o processo civilizador do capitalismo duramente conquistado pelos dominados, reforçando que a violência do mercado precisa estar contida por um Estado no qual há efetiva representação dos dominados. N’*O Ornitorrinco*, ele interpreta uma nova condição da sociedade e da economia brasileira, incapaz de evoluir, de se emancipar, presa a um presente sem futuro, desenvolvendo um argumento que já havia adiantado em “Dominantes e dominados na perspectiva do milênio”, do fim do horizonte da superação.

Nas condições históricas observadas por Polanyi o fascismo enfrentava um importante adversário: o socialismo era uma outra reação possível ao impasse entre a afirmação do poder do mercado sobre a sociedade e as promessas da modernidade. O socialismo e a social democracia representaram opções pela reafirmação das promessas da modernidade, enquanto o fascismo representou o rompimento em favor de uma reorganização social com o programa de promover uma estabilização em condições rebaixadas, anulando as promessas da modernidade e negando a democracia. Com a derrota do fascismo, o paradigma da modernidade continuou a ser o horizonte, o referencial do futuro nas décadas que se seguiram, fosse para os países centrais, com importantes avanços nos direitos da cidadania ou nos países das periferias, que entre avanços e recuos, ainda se orientavam para a superação do atraso.

Na entrevista da Margem Esquerda, a entrevistadora relembra a Oliveira um momento, após um debate, em que ele teria afirmado “*Socialismo eu sei o que é: é civilização*” e pede um comentário dele a respeito. Responde Oliveira:

O socialismo civilizou o mundo (...) Paul Singer tem uma formulação melhor que a minha: ele diz que tudo o que é anticapitalista foi inventado pelos socialistas. Então a esquerda desprezou, a meu ver, as grandes invenções políticas do século XX, por causa do estigma do reformismo. Ao desprezar, não entendeu por que o Estado de bem-estar foi destruído: de fato ele ameaçou a acumulação. Coisa que a gente se recusou a pensar. Quando você coloca, na área da política, a decisão sobre 50% do PIB [Produto Interno Bruto], isso modifica o capitalismo. E a esquerda não se apropriou disso” (Oliveira, 2007, Margem Esquerda 10, 36).

A perda do horizonte civilizatório do socialismo, ou mesmo do Estado de bem-estar nas últimas décadas do século XX, encolhe o campo do possível e nos fecha em um tempo colapsado no presente.

Em “Dominantes e dominados na perspectiva do milênio” (1998)¹⁵¹, Oliveira avisava que o paradigma da modernidade sofreria fortes abalos sob o neoliberalismo e que não mais se colocava a expectativa da superação das desigualdades. Pelo contrário, a pretexto de ajustar-se à globalização (ou mundialização, como ele prefere, com base no conceito de Chesnais, 1996), o que se vislumbrava era o seu aprofundamento. A mudança que ele observa desde o início dos anos 1990 é do paradigma do Iluminismo para o paradigma que ele chama de “Conservadorismo ou da Reação”. Desde a sua fundação, mesmo sob as condições de colônia e do escravismo, a sociedade brasileira orientou-se pelo paradigma do Iluminismo.

...a sociedade [brasileira] caminhou até o princípio da década de 1990 sob o signo do Iluminismo, da Ilustração, do Esclarecimento, no duplo sentido dialético da interpretação frankfurtiana, isto é, no sentido da instauração dos princípios da individuação e de seus limites liberais (Oliveira, 1998, antivalor, 225).

No Brasil, a promessa da modernidade avançou de forma truncada e irregular até os anos 1990, sob uma burguesia que tinha quase incompatibilidade com a democracia, e com o mandato de Collor começa a inversão para o paradigma do Conservadorismo/ Reação, nos ataques ao Estado e às políticas públicas. Mas a inversão completa-se com FHC e se radicaliza, amadurece e ganha força de projeto de hegemonia, definindo-se uma mudança no sentido das transformações sociais, para a negação da promessa da modernidade.

Sob a hegemonia do governo FHC criam-se novos sentidos fortes da Reação para sustentação da sociabilidade, “que habitam no imaginário e, portanto, caucionam todas as políticas, não políticas e anti-políticas públicas que justamente poderiam tentar, no sentido do Iluminismo, cumprir a velha promessa da igualdade” (Oliveira, 1998, antivalor, 227). O primeiro é a substituição do “princípio da esperança” pelo “princípio da realidade”. O princípio da esperança olha para o futuro e vê a possibilidade de superação das mazelas sociais, já o da realidade é “imediatista, congela o futuro e antecipa uma presentificação” – a aceitação do status quo é uma consequência disso e outra consequência é a proposição de políticas claramente prejudiciais aos dominados. Correlato ao primeiro, o segundo é a regressão no plano dos direitos, que “desliza em

¹⁵¹ “Dominantes e dominados na perspectiva do milênio” é um artigo produzido para uma coletânea organizada pelo Senado, *O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio* com o objetivo de reunir as diferentes visões da *intelligentsia* brasileira sobre as perspectivas para o Brasil no século XXI. Ali, Oliveira traça então o seu cenário. Avalia que há uma mudança de paradigma na sociedade brasileira.

direção ao contrato mercantil” (Oliveira, 1998, antivalor, 229) como princípio regulador, negando toda uma história de conquistas dos dominados. O que se vê sob FHC, como no modo nazi-fascista, é uma busca por um apagamento da história que um dia legitimou os direitos.

Em entrevista a Sérgio de Carvalho e outros¹⁵² Oliveira comenta a negação da promessa burguesa da igualdade, que se estabeleceu na Revolução Francesa. Essa promessa é de que o

... dominado terá os mesmos direitos do dominante. Isso simbolicamente, porque na realidade, se vê depois: é o conflito que decide. Mas está amarrada uma cena de representação em que o simbólico tem força operativa. Você como cidadão pode ir ao tribunal e processar o sujeito que deixou de lhe pagar, ainda que ele continue a ser o proprietário e você o explorado. No momento em que está em jogo destruir o valor operativo do simbólico, a coisa fica mais perigosa. O neoliberalismo faz isso. Quer dizer: agora existe gente que está destinada, desde que nasceu, a não se integrar nunca mais (Oliveira, atuação crítica, 2009: 23-4)

O ponto chave demonstrado por Oliveira na formação da organização neoliberal da economia no Brasil foi que *a exclusão é indispensável ao novo modelo*. “as classes dominantes da América Latina desistiram de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania” (Oliveira, antivalor, 1998, 215). Logo, as ideias burguesas de integração do século XX são abandonadas, pois a superação da exclusão representaria uma ameaça à forma de reprodução social vigente.

A integração que se abandona é econômica e social, mas também política, como mostramos acima. Não pretendemos afirmar com isso que deixe de haver política. A política em seu sentido fraco se instala como uma manifestação inescapável da autorregulação do mercado e suas exigências para o restante da sociedade. É, nesse sentido, produção da sociedade, mas não se realiza enquanto encontro de alteridades no espaço público, que seria o sentido forte da política em Oliveira. A política que impõe a lei do mercado se torna uma ordem incontestável, porque assumida como natural, sendo o gesto político de estabelecimento de demandas de classe apontado como um atentado

¹⁵² “Francisco de Oliveira” (entrevista) em Carvalho, Sérgio e colaboradores *Atuação Crítica: entrevistas da Vintém e outras conversas*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

ao equilíbrio “natural” do sistema. Essa mudança é profundamente disruptiva, permite a supressão dos direitos, estabelece clivagens na sociedade.

O resultado da imposição da lei do mercado e da negação das promessas da modernidade de incorporação das massas é a barbárie nas relações sociais. Como vimos no cap. 6, foi ao ouvir de FHC a declaração de que uma parcela da população era composta por “inempregáveis”, que Oliveira percebeu que a incapacidade de incorporação das massas ao projeto neoliberal, representava uma renúncia à promessa de igualdade, pois as pessoas “inempregáveis” estariam abandonadas no caminho, não havendo mais o horizonte de uma dignidade alcançável para esses. Nesse momento foi que Oliveira identificou a mudança no sentido da barbárie, porque sem o horizonte civilizatório da dignidade humana, a sociabilidade neoliberal nos lega um reino dos descartáveis, das exceções, no qual se rebaixam os parâmetros da degradação do outro, do estatuto da humanidade. Isso porque há um amplo reconhecimento social amparado nesse programa, de uma desigualdade entre as pessoas que não é mera injustiça, é uma diferença de “status de humanidade” na qual uma parcela não é mais capaz de reconhecer a humanidade em outra, o que já é manifestação do fascismo, e abre espaço para a violência em novas bases.

A mudança simbólica completa assim o programa neoliberal. Para avançar no programa destituidor de direitos e para aprofundar a exploração do trabalho foi preciso reverter, de forma violenta, a promessa da igualdade. Por isso para Oliveira, às vésperas do século XXI, “o mais imediato, que é a perspectiva para o próximo milênio, exige uma reflexão urgente sobre esse padrão civilizador que conduzirá a sociedade” (Oliveira, 1998, antivalor, 230) A modernização em curso “tem tudo para fazer-nos entrar no século XXI sob o signo da desesperança, da violência e da barbárie” (Oliveira, 1998, antivalor, 231).

Seção 5: A desestruturação da sociedade

Nomear como totalitarismo neoliberal

Foi ao perceber que o paradigma da modernidade se rompia, que Oliveira avaliou que era preciso dar um novo nome à tendência que identificava na realidade brasileira, o seu trabalho foi nessa época “O esforço de prover o processo de uma forma e um nome: daí a compreensão do neoliberalismo como totalitarismo” (Paoli, 2006: 140).

Quando Oliveira nomeou “totalitarismo” a condição política que resultara da destruição dos anos 1990, foi uma situação muito diferente da época em que Polanyi trouxe à luz o seu trabalho. Em 1940 já havia um nome para o regime que emergia da crise contestando as instituições liberais pela sua dimensão de democracia: fascismo. E um esforço de um grande número de intelectuais para compreender esse acontecimento inédito. Oliveira, ao contrário, identificava sinais de uma tendência que não estava clara para os seus contemporâneos. Seus alertas foram vistos como um exagero e vozes contrárias apontaram para a manutenção de instituições democráticas como uma demonstração de um equívoco do seu entendimento.

Mas a nomeação não foi arbitrária nem muito menos mera retórica. Não se trata de autoritarismo, despotismo, nem tirania, o que ele quis dizer foi outra coisa. O que ele buscou mostrar foi que o neoliberalismo é “uma forma de totalitarismo que opera pela privatização do público, pela destituição da fala democrática e pela anulação da política” (Paoli, 2006: 134). Ele se refere ao próprio objetivo embutido na política neoliberal de produzir vulnerabilidade, eliminar resistências, abertamente visando a destruição da política e tornando inúteis os espaços públicos. Por isso a nomeação como totalitarismo não é meramente provocativa.

A nomeação “totalitarismo” é mais que meramente provocativa: ela nos alerta para a presença de traços e elementos totalitários que reaparecem nos governos das democracias contemporâneas, despertando-nos para uma talvez insuspeitada ligação entre o liberalismo e sistemas totalitários (Paoli, 2006: 143)

O totalitarismo neoliberal que Oliveira identificou em processo de formação avançou nas duas décadas que se seguiram. Hoje o novo ciclo da absolutização do mercado, libertado da disputa ideológica com um horizonte alternativo, se vê em condições de negar os valores da igualdade, abrindo espaço para o surgimento de novos discursos racistas e supremacistas e normalização da opressão e da violência. O afastamento do paradigma da modernidade já ameaça a democracia até mesmo como valor. Mesmo a liberdade, cada vez mais presente nos discursos da extrema direita, assume um sentido praticamente oposto ao que defendia Polanyi, se tornando um instrumento de opressão e não uma forma de proteção dos direitos humanos básicos.

Além de Polanyi: a devastação da política

Tanto Polanyi quanto Oliveira analisam em diferentes momentos históricos e condições sociais a emergência de uma autonomização do mercado. E diante da questão “pode o mercado governar as relações humanas?”, a resposta de ambos foi um *não* definitivo. Vimos como eles explicam a desarticulação social provocada pela lógica do lucro. E nas teorias de ambos o fascismo surge como um resultado dessa desarticulação. Há, no entanto, uma diferença entre Polanyi e Oliveira na interpretação sobre a forma como o fascismo emerge nessa sociedade desestruturada.

Nos anos 1940, Polanyi se propunha a enfrentar o discurso econômico liberal que ainda se sustentava nas ideias de Smith. Ele alertava que a lógica do lucro que reorganizava a economia e sociedade com base no pressuposto da autonomia do mercado era a origem da degradação da sociedade. Isso porque desestruturava elementos fundamentais (trabalho, terra e moeda) e levava a uma reação de autoproteção da sociedade que podia resultar no fascismo. Se Polanyi foi decisivo para desnaturalizar a lógica do lucro, Oliveira avança ainda mais no desvendamento do processo pelo qual a autonomização do mercado desestrutura a sociedade.

No final do governo FHC e início do governo Lula, era claro para Oliveira o processo de autonomização do mercado, e o que era o contraponto dialético dessa realidade para as instituições republicanas: o afastamento da política do espaço público que implica na subordinação das políticas públicas aos interesses do mercado. Oliveira mostra que é na própria ação de devastação da política, necessária ao processo de autonomização do mercado que se define a condição de totalitarismo neoliberal.

No Brasil o desprezo pela democracia das burguesias se somou a uma nova operação de imposição de uma razão fundada no lucro. Ou seja: o problema da lógica do lucro, que estava na crítica de Polanyi se recoloca sob o neoliberalismo; mas Oliveira vai além ao demonstrar que é esse critério que bloqueia a política, fazendo emergir a forma totalitária. Apenas as ações e debates compatíveis com o domínio do capital têm lugar no debate político. As ações e debates de demandas de igualdade e liberdade para os dominados são bloqueadas e a exclusão é admitida como custo necessário para a construção de uma inserção globalizada.

As medidas impostas pelo programa neoliberal do governo FHC tinham caráter antipúblico e esvaziavam a forma da democracia enquanto possibilidade de sua

experiência real. A verdadeira negociação sobre o fundo público não envolvia mais uma pactuação real com setores organizados das classes dominadas e a exclusão dos trabalhadores do espaço de deliberação aparece pelo avesso, como “liberdade para o mercado”. O cerne da questão estava na supressão da política:

Este fato, espantoso, é posto no registro da questão: qual contato é possível entre o público e o privado quando eles assumem a forma da “privatização do público”, ou seja, quando os critérios privados da rentabilidade do capital são os que definem os usos dos recursos públicos? (Paoli, 2006, 138)

Estabelece-se um estado de exceção “sem forma reconhecível, que desconecta Estado e sociedade e impõe a sua irreversibilidade e permanência” (Paoli, 2006, 140).

A privatização do público é totalitária porque, em primeiro lugar, ela opera por um recurso (...) que é a destituição da fala como dissenso, que irrealiza o que o outro diz ao desqualificar o sentido de suas demandas. Podendo ser agora seletivo em sua surdez, governos e interesses privados fortes podem ignorar as reivindicações de existência política do outro e sua enunciação como sujeito que discorda, vê outra coisa, quer algo distinto do mundo regido totalmente pelo capital (Paoli, 2006, 140)

Paoli, profunda conhecedora da obra de Arendt, mostra que a experiência do totalitarismo que ela descreve se aproxima da realidade analisada por Oliveira, em ambos os casos é impedida a formação de uma comunidade política:

Arendt, no entanto, revelaria ser esta uma das operações centrais do totalitarismo: produzir o cidadão supérfluo, impedido de se constituir como comunidade política, jogado, enfim, para os confins de seu próprio isolamento. Chico não está só ao reconhecer estas experiências (Paoli, 2006: 143)

Polanyi identificou a degeneração social na sociedade de mercado do século XIX, foi capaz de mostrar a artificialidade do mercado autorregulado e criticar a possibilidade de manutenção da lógica do lucro como estruturadora da sociedade. Mas Oliveira avançou nos detalhes do desvendamento das contradições da dialética negativa que leva à degeneração social novamente sob o controle do mercado no final do século XX. Em *O Ornitorrinco* ele expõe a dialética do estado de exceção, que gera a degeneração social.

A sociedade, como se encontra exposto em *O Ornitorrinco*, é uma forma social desprovida de “remissão” endógena. A dinâmica social pode regredir de uma sociedade munida com seus nexos de reconhecimento mútuo, para formas sociais degradadas, uma verdadeira “semisociedade” constituída por coletivos de indivíduos com comportamentos desprovidos de representação pública e coletiva e de consciência de si. Nesse contexto, já não haveria uma dinâmica positiva para as contradições de classe, elas próprias obstruídas. (Maar, 2022: 108-9)

Sem a possibilidade civilizatória de contenção dos processos de exploração e do poder do capital, ocorre a regressão política para a dominação pura.

...é uma dominação que se faz pelo terror, diretamente, sem mediações. É uma dominação sem política. O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital. Ele a dispensa, pois a construção da política pelas classes dominadas revelou-se, afinal, uma enorme contradição com capacidade de barrar os processos de exploração de classe (Oliveira, indeterminação, p. 287)

O modelo neoliberal, para viabilizar o mercado como instância decisória, precisa afastar a política. O ataque à política tem consequências, abre o caminho da barbárie, porque as tensões sociais não podem mais se resolver pela via da mediação democrática. Sob a forma da dominação pura, a sociedade se torna cada vez mais violenta, a violência restando como forma de controle e garantia da exploração.

Seção 6: Retomar Oliveira e Polanyi

Diante do ressurgimento do fascismo no momento atual, novamente como resultado político de um avanço do mercado sobre a sociedade, é necessário e urgente retomar as obras de Polanyi e Oliveira. Retomar a postura desses autores no desvendamento do que estava acontecendo e a coragem em expor o que muitos preferiam não ver. Os desdobramentos dos fatos mostraram que eles estavam certos em suas análises, mostraram que a sociedade não pode ser governada a partir da lógica do lucro, sob as regras do mercado. As análises de Polanyi não são apenas um documento histórico sobre a formação do mercado de terra, trabalho e dinheiro. Os textos de Oliveira foram testemunho de um tempo, mas os seus achados ultrapassam em muito o momento e alguns

deles só puderam ser compreendidos anos depois e ainda o estão sendo. No Brasil, as análises de Oliveira não ecoaram naquele momento. Passariam vários anos até que a ascensão da extrema direita e a presença de uma ameaça aos direitos mais elementares fizessem soar o alarme no debate público. O golpe contra a presidente Dilma e a prisão de Lula geraram o alerta. A eleição de Bolsonaro confirmou os temores.

Portanto, para finalizar esse trabalho, será interessante refletirmos um pouco sobre a atualidade do pensamento de Polanyi e Oliveira.

Como amadureceram as teorias de Polanyi e Oliveira no mundo atual?

Lula, presidente do Brasil em 2003 e novamente em 2023, discursou na ONU nesses anos. Uma comparação entre os discursos poderia trazer a impressão enganosa de que o mundo mudou pouco. Os problemas apontados no discurso do presidente ainda são o clima, a concentração de riquezas, conflitos em territórios periféricos. Mas o mundo mudou. Se agravou a crise climática, com eventos extremos sendo sentidos pelo planeta. Os conflitos terceirizados dos países centrais em territórios periféricos alcançaram a vizinhança da Europa. Acentuou-se a instabilidade das economias, a concentração da riqueza, aumentou a fome: o programa neoliberal tornou mais agudas as desigualdades. Houve mudanças na geopolítica mundial: formação do Brics, expansão da influência chinesa, consequente perda da relevância da ONU, que não acompanhou o reequilíbrio.

Em particular, o que mudou foi o fato de o fascismo ter se expandido no mundo, inclusive em países da periferia. Em grande medida como o resultado do avanço do processo de aprofundamento do controle do mercado sobre as sociedades, nos termos de Francisco de Oliveira, da privatização da vida.

Não se trata, porém, de mudança de sentido (pensando na formulação de Polanyi). Desde o início do governo Lula, em 2003, Oliveira afirmava que a oposição assumia o poder dando continuidade ao projeto derrotado, sem nenhuma ruptura com o programa neoliberal. Mas podemos perceber mudanças de ritmo. Os governos petistas de Lula e Dilma fizeram avançar projetos privatizantes em um ritmo mais lento enquanto chegavam a fortalecer algumas políticas públicas, ainda que de maneira não sustentável. A contenção do ritmo se converteu em aceleração com o mandato de Temer e Bolsonaro.

Do ponto de vista da economia e política internacional, houve um aumento da instabilidade. Se consideramos a década de 1980, com os governos Thatcher e Reagan,

um marco inicial para a mudança no sentido do neoliberalismo, são já mais de quatro décadas de mudanças no sentido da privatização da vida. E se tomarmos como referência a desregulação originada na década de 1970, como fim do padrão dólar ouro por parte do Federal Reserve em 1971, são 50 anos e parece ter chegado novamente ao ponto de uma desarticulação das estruturas da sociedade que abre espaço novamente a respostas fascistas.

A financeirização segue avançando e foi interessante observar que nem mesmo uma crise de impacto mundial como a de 2008 representou de fato um questionamento do modelo, mostrando que a disputa pelo fundo público está longe de ser retomada; pelo contrário, a forma como se deu o enfrentamento da crise reafirmou a aceitação dos pressupostos do mercado. Focos de resistência, como as manifestações contra a OMC em Seattle em 1999, as edições do Fórum Social Mundial no início dos anos 2000, e o movimento Occupy Wall Street, em 2011, embora tenham sido bem-sucedidas em articular um discurso contrário ao do mercado, foram politicamente invisibilizados, não tendo conseguido um espaço público para suas demandas.

Em um paralelo inquietante com a época de Polanyi, aparentemente estamos de volta a um ponto de acirramento de conflitos internacionais e a proliferação das guerras começa a estimular movimentos no sentido da autarquização de economias, o que poderia representar uma mudança para o sentido do planejamento e regulação. Nos países centrais a experiência de uma pandemia mundial entre 2019 e 2022 foi motivo para questionamento da ideia de redução do Estado, evidenciando a incapacidade de resolução de determinados problemas de forma privada. No sentido da proteção da sociedade, como diria Polanyi, houve também a retomada pelo Estado de empresas privatizadas de serviços públicos em países centrais, diante das evidências de que a lógica do lucro não resultava em melhor eficácia nos serviços.

Politicamente, os espaços para o desentendimento, no sentido de Rancière estão cada vez menores. A dinâmica do debate nas redes torna qualquer mal-entendido não em uma oportunidade de debate público, mas em “cancelamento”, a forma mais atual de anulação política de atores, que preserva os “consensos” e congela as formas de pensamento dos grupos em si mesmos, nas suas “bolhas”. Kehl¹⁵³, a partir de sua experiência pessoal com

¹⁵³ Kehl, Maria Rita. “Antes que me cancelem” Carta Capital ano XXIX, edição 1281 de 18 de outubro de 2023.

a situação de cancelamento, expõe a sua preocupação com a ausência do diálogo: é nele que avança a elaboração sobre o mundo, na forma dialética da tese-antítese-síntese. “Como alcançar esta última, se a possibilidade da antítese foi cancelada? Seríamos condenados a girar em torno de uma tese estéril que, na falta de antítese, não produziria a esperada síntese” (2023: 09). A difusão sem qualquer controle dos discursos pelas redes acaba por comprometer o princípio iluminista da liberdade de expressão, confirmando as preocupações de Polanyi sobre a liberdade. A própria garantia da liberdade exige, como essa situação exemplifica, algum controle.

Trabalho

Com relação às mudanças na estrutura do trabalho, é bastante claro que as análises apresentadas por Oliveira há cerca de vinte anos foram capazes de detectar um processo que amadureceu e hoje se tornou mais explícito, confirmando as suas teses. A “uberização”, ou trabalho por plataformas, que ainda não existia, reforçam a elaboração de Oliveira sobre o trabalho abstrato. E os freios construídos para limitar a exploração do trabalho, que já estavam sob ataque nos anos 1990, foram sendo ainda mais encolhidos por reformas ao longo das últimas décadas.

A partir da reflexão sobre a obra de Oliveira, as sociólogas Silvia Viana e Ludmila Abilio debatem a atualidade dos seus achados sobre a questão do trabalho em seminário de 2023¹⁵⁴ e concordam que cada vez mais a separação entre o formal e o informal perde o sentido. O trabalho em plataforma é uma situação que evidencia a descartabilidade e a falta de proteção do trabalhador. Abilio observa que o trabalho como medida não passa mais pela definição da sociedade e sim por sistemas empresariais como o Uber, de modo que são esses sistemas que articulam, se apropriam da interligação entre os trabalhadores. E a medida se estabelece como uma competição entre os trabalhadores, a partir do entendimento de que não haverá lugar para todos sob um regime como a CLT. A subjetividade também se define a partir da gestão do próprio tempo como um valor. O trabalho permanece central, segundo Viana, é por ele que as pessoas vivem a sua correria diária, ocupam o seu tempo, e é por ele que adoecem.

¹⁵⁴ O Seminário “O ornitorrinco” aconteceu no último trimestre de 2023, sendo a mesa “Novo trabalho sem forma”, que contou com a presença das pesquisadoras, transmitida ao vivo pelo YouTube em 29 de novembro de 2023. O debate pode ser visto no link: <https://www.youtube.com/watch?v=2ixD7k0O3IE> . (consultado em 21/01/2024)

Viana observa que a economia em que a reprodução ampliada perde relevância relativa e se reforça a acumulação primitiva, vai se transformando em uma economia de pilhagem. Isso já estava claro em 1999 para Oliveira com relação às classes altas, que lucraram com a privatização, mas acaba se expandindo para todas as classes, como uma lógica da predação. É uma realidade materialmente determinada, mas que vai criando novas subjetividades. A total imprevisibilidade para o trabalhador das formas atuais de trabalho e a obscuridade das regras também contribuem para a formação da percepção da realidade como um campo de batalha, onde os mais fortes sobrevivem, de modo que as pessoas passam a aceitar o mal perpetrado contra os outros e contra si mesmas como uma segunda natureza. É uma subjetividade condizente com a lógica violenta do fascismo.

Consequentemente, permanece, portanto, a condição regressiva no campo da política. A classe não pode existir na indeterminação, ela só pode existir se puder pautar politicamente a outra classe. Hoje na sociedade brasileira, mas também em muitos países periféricos e centrais, o espaço para a política não existe e se não há espaço para a política, a classe não se completa.

O lulismo, os governos de extrema direita e o aprofundamento das reformas

O fato de os governos petistas terem sido seguidos pelos governos radicais de Temer e Bolsonaro, com intenso programa de reformas no sentido da absolutização do mercado, como a aprovação de autonomia do Banco Central, a regra fiscal de Temer do “Teto de Gastos” e o programa do Futuro. Reformas de Bolsonaro, fez parecer a gestão do PT um governo quase social democrata.

Mas o que significou politicamente o período de governo petista (dois mandatos de Lula, um mandato completo e um mandato incompleto de Dilma Rousseff) é ainda um tema controverso. Vimos que Oliveira conclui que o lulismo foi continuidade do programa de FHC. De fato, não se pode negar que o governo Lula manteve as bases do programa neoliberal e chegou mesmo a tomar algumas medidas aprofundando-o. Um dos aspectos mais evidentes da manutenção desse programa foi o pacto do ajuste fiscal, garantindo elevada remuneração do capital às custas das políticas sociais. Por outro lado, é possível identificar nesse período alguns movimentos em sentido contrário, como a elevação do salário mínimo, com consequências de melhoria nas taxas de desigualdade no país. No governo Dilma, apesar de prosseguir com reformas neoliberais, como a implantação de reformas na previdência do setor público, houve também ações movimentos de

publicização do fundo público na definição da distribuição dos lucros do então recém descoberto petróleo do pré-sal. Em 2015, um dos conflitos políticos da presidenta com parte importante da sua base de apoio foi o projeto de radicalização de reformas pró-mercado intitulado “Ponte para o Futuro”, que previa o aprofundamento da desregulamentação do trabalho no país, aumento da idade mínima para aposentadoria, novas restrições fiscais para os governos, entre outras medidas.

Com a deposição da presidenta no golpe de 2016, as reformas neoliberais se aceleraram. No final desse mesmo ano foi aprovada a lei do Teto de Gastos, que passou a vigorar já no ano seguinte, restringindo gastos públicos, sobretudo com políticas sociais, e limitando a autonomia do governo na gestão do orçamento público. O governo Temer ainda aprovaria a Reforma Trabalhista em 2017, que facilita contratos de trabalho precários, restringe direitos relativos a jornada e remuneração e favorece acordos individuais sobre as negociações coletivas, admitindo inclusive a supressão e mitigação de direitos em negociações, e criou novas regras que dificultam o acesso à justiça trabalhista e enfraquecem os sindicatos. As privatizações de empresas estatais seguiram ocorrendo, sobretudo de serviços como abastecimento de água e energia elétrica nos governos estaduais e municipais geridos por partidos de direita e no setor de petróleo. No Paraná, e mais recentemente em São Paulo, sob o controle de governadores de extrema direita, até mesmo a educação pública entrou na pauta das privatizações.

Politicamente o programa neoliberal teve a sua primeira vitória eleitoral no nível federal desde os anos 1990 em 2018, com Jair Bolsonaro. Anteriormente, nos anos em que foram eleitos governos petistas, sistematicamente a prática de avanços nas reformas neoliberais frustrou o discurso eleitoral, com tom desenvolvimentista. Mas em 2018 Bolsonaro conseguiu a primeira eleição sem concessões distributivas, e avançou rapidamente na privatização do público com amplo apoio no Congresso. Em 2021 foi aprovada Emenda Constitucional 109/2021, que restringe direitos dos servidores públicos e avança no desmonte de direitos sociais a pretexto de garantir equilíbrio fiscal e foi aprovada também a autonomia do Banco Central. O desmonte dos direitos e venda de patrimônio público só não foi maior na administração Bolsonaro porque a pandemia de Covid-19 mudou o equilíbrio político em desfavor do governo.

A pandemia expôs da maneira mais transparente possível o perigo que representava para a sociedade a ausência de ações públicas do Estado numa condição de emergência sanitária. Representou, portanto, uma fissura na hegemonia do pensamento neoliberal,

expondo a inviabilidade de contornar uma questão vital a partir da regulação pelo mercado e a exigência de planejamento e políticas públicas. As eleições de 2022 já mostrariam os efeitos disso, com temas sociais retornando ao discurso dos candidatos, como o próprio Bolsonaro, candidato à reeleição, que passou a se apresentar como defensor do Bolsa Família. Sob pressão, ele fez ainda críticas à oscilação livre dos preços de combustíveis, modelo implementado no governo Temer (Preço de Paridade de Importação - PPI).

A desastrosa gestão de Bolsonaro e a fissura no pensamento neoliberal favoreceu o estilo moderado de Lula e seu discurso assentado em temas sociais. O retorno de Lula em 2023, no entanto, tampouco representou uma mudança no sentido de restrições à autonomia do mercado. Com ampla maioria dos deputados e senadores a favor do programa neoliberal e uma forte concentração de poder no Legislativo, o resultado foram novas derrotas na terceira gestão de Lula na presidência. No ano de 2023 houve perda de direitos indígenas consolidados desde 1988 e seguem tramitação mais uma reforma constitucional que deve afetar os direitos do funcionalismo e comprometer serviços públicos, a PEC 32/2022. Mesmo no Executivo, o Teto de Gastos aprovado em 2016 foi substituído por um ajuste fiscal (“Arcabouço Fiscal”) pouca coisa mais brando que a versão anterior, mas ainda muito restritivo do poder de ação do Estado sobre políticas econômicas; em termos polanyianos, isso representa uma mudança, pequena, de ritmo no avanço do modelo de mercado autorregulado. Como consequência das limitações impostas pelo Arcabouço Fiscal, hoje o próprio partido do presidente, o PT, se esforça para contornar a legislação que exige um mínimo de gastos (piso) em educação e saúde.

Para contornar a crise econômica causada pelas medidas contracionistas (de muitos anos, mas também atuais), o governo estimula hoje a economia por meio do incentivo ao endividamento das famílias. Essa estratégia, além de insuficiente, acaba por agravar o problema pela captura da renda do trabalho, em particular devido às altíssimas taxas de juro praticadas no país. As tarifas cada vez mais altas que são pagas pelos serviços privatizados também tem tido importante papel na compressão do salário do trabalhador.

O avanço da violência é uma preocupação de Oliveira em diversos de seus textos, como “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” (1999) e “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento” (2007). A penetração da lógica do lucro na venda de serviços privados de segurança aos ricos contrasta com a desassistência aos territórios pobres, cada vez mais expostos. O

problema da violência progrediu nos últimos vinte anos com a disseminação de uma apropriação privada de territórios pelas organizações criminosas de traficantes e milícias. De forma mais aguda ainda do que acontecia com o problema das facções criminosas de traficantes, as milícias ampliam seus negócios nos territórios, controlando serviços e mesmo mercado imobiliário e conseguem ampliar o seu poder para a própria política institucional. A privatização da violência também alcançou as classes médias, seduzidas pela ideia de garantir sua segurança com o porte de armas. O esforço deliberado do governo Bolsonaro de armar a população garantiu um agravamento da condição de guerra civil larvar e proliferação de grupos fascistas agora armados.

O ornitorrinco, 20 anos depois

Com relação à sociedade brasileira, Arantes procura comparar o ornitorrinco de 2003 com 2020 e encontra um animal ainda mais monstruoso e disforme.

Ele [Francisco de Oliveira] só não imaginava que fosse possível que esse mecanismo de controle de populações pudesse sair do controle. Acontece que esse controle de populações é tão forte que ele se reconfigura. Por mais monstruosa que seja a configuração atual, ela é uma espécie de decalque demoníaco da forma anterior do Ornitorrinco (...) agora assume a forma de uma espécie de mimetismo satânico da fase ornitorrinquica anterior (Arantes, 2022: 99)

Arantes observa a fisiologia do novo Ornitorrinco: bico militar, pata miliciana, mama teocrática e ventre fisiológico. O ornitorrinco se tornou mais feio, mais delinquente e mais perigoso.

Também em 2020, ao tecer suas considerações sobre a obra de Francisco de Oliveira, Rizek destaca o quanto foram impressionantes as suas contribuições. Ele foi capaz de apreender um movimento em marcha (implacável e inelutável) ao ponto mesmo de se colocar “na contramão do elogio ou da exaltação de uma suposta virada política que teria tido lugar por ocasião da eleição e dos governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores e sua maior liderança” (Rizek, 2022: 68)

O Ornitorrinco, O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção e “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento” detectavam algo como variações sobre um tema cujo anúncio era sombrio, de horizontes carregados, lidos e relidos a partir de um amargor que, afinal, como o decorrer dos acontecimentos parece teimar em demonstrar, se

desenhava como necessário. Mestre Chico foi então visto como profeta de um memorial da maldição, aferrado a um pessimismo que escurecia as perspectivas de ação política, como alguém que anunciava o apocalipse (Rizek, 2022: 68-9)

Para Rizek, “Nesses primeiros dez anos do século XXI selava-se um diagnóstico, delineava-se um encolhimento de horizontes e de esperanças.” (Rizek, 2022: 69), os acontecimentos confirmam o diagnóstico de Oliveira, deixando claro, sobretudo a partir do golpe de 2016, que a nova realidade brasileira é marcada pela dominação sem política.

A condição de exceção permanente, teorizada por Oliveira no início dos anos 2000, se tornou cada vez mais extrema. Sob o governo Bolsonaro se tornaram rotineiros os choques, a disseminação do terror, desarticulando a sociedade e normalizando a violência. Em sua fala no seminário de 2020, Rizek avalia que o sentido de alguns dos textos de Oliveira parece ter se alterado diante da evolução monstruosa do ornitorrinco. Quando ele fala das condições do totalitarismo neoliberal, fica claro para o leitor que a possibilidade de o país sucumbir a um movimento fascista estava dada ali, “Esses textos mais recentes e mais sombrios são, do meu ponto de vista, textos impressionantes porque apreenderam um movimento, um percurso, campos de força que nos últimos anos foram se mostrando implacável e inelutavelmente em marcha” (Rizek, seminário, 1h33’)

O ornitorrinco de Oliveira se tornou um campo fértil para o surgimento de movimentos fascistas. Essa possibilidade, que já se colocava nas condições analisadas por Oliveira, foi se tornando cada vez mais explosiva. A radicalização do discurso de direita, sobretudo a partir da década de 2010, identificou nas minorias e na esquerda os “culpados” pela situação de desagregação e instabilidade que a sociedade gerida pela lógica do mercado criou: o Fórum de São Paulo, os homossexuais, as feministas, Paulo Freire eram alvos válidos para a truculência do “cidadão de bem” que buscava repor, até mesmo com as próprias armas, o passado idealizado da estabilidade e do respeito aos costumes. No Brasil a dialética negativa que recoloca formas cada vez mais regressivas de organização da sociedade ainda não mostra sinais de reversão.

Em países do centro global as xenofobias escolhem entre os seus alvos grupos vulneráveis de imigrantes ilegais. Identificam islâmicos ou latinos como seres brutais, de natureza violenta, que representariam perigo para as comunidades “originárias” brancas, reproduzindo em novas cores o antissemitismo nazista. Assim como no passado os judeus foram chamados “ratos” pelo nazismo, o discurso de Trump usa hoje “aliens” para se

referir a imigrantes, rebaixando o seu status de humanos. E assim como um dia os judeus foram os bodes expiatórios do sofrimento do povo alemão, recai hoje sobre os imigrantes essa culpa, quando tanto em um caso quanto em outro sabemos que foi a submissão aos objetivos do mercado autorregulado que provocou a desestruturação das sociedades. O papel que a reação ao bolchevismo cumpriu no passado, se recoloca nos anos 2020 sob novas formas. Hoje extrema direita elege como seu inimigo uma ameaça comunista irreal, o “globalismo” e o “movimento woke” e no fim das contas, cada uma dessas nomenclaturas representa a mesma coisa: uma reação contra qualquer resíduo cultural das promessas da modernidade, contra o universalismo do gênero humano do internacionalismo liberal e o socialismo.

O surgimento dos movimentos fascistas é um acontecimento complexo, com múltiplas determinações que passam pela psicologia, tecnologias de comunicações, entre outros. A contribuição que procuramos trazer para esse debate foi relativa a apenas uma dessas determinações, que se origina entre a economia política e a sociologia: o avanço da lógica de mercado como capaz de desestruturar a sociedade, como demonstrou Polanyi. Uma teoria que se completa com a análise de Oliveira sobre a formação do totalitarismo neoliberal décadas depois na periferia, mostrando como a privatização da vida e a anulação da política retiram da sociedade os meios para resolver as tensões e fazer avançar, no encontro das classes no espaço público, o processo civilizatório.

Referências

ABÍLIO, Ludmila. Exposição oral no Seminário “O ornitorrinco”, mesa “Novo trabalho sem forma”, transmitida ao vivo pelo YouTube em 29 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ixD7k0O3IE> . (consultado em 21/01/2024)

ABRANCHES, Sérgio. “O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso” (debate). *Novos Estudos CEBRAP*, nº 44, março de 1996

ARANTES, Paulo “O ornitorrinco virou um monstro: e agora?” In: Bello, Carlos Alberto; Rizek, Cibele Saliba; Barros, Joana e Mello e Silva, Leonardo (orgs.) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022

BARROS, J Narrativas do desenvolvimento: a região Brasil e o nordeste de Chico de Oliveira. in: Bello, CA; Rizek, CS; Barros, J; Mello e Silva, L. (orgs) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/ USP, 2022.

BELLUZZO, L. G. e CAIXETA, N. “Palavras, coisas e poder” In: *Carta Capital*, ano XXX nº 1330, 02 de outubro de 2024

BENDAZZOLI, Milena *O consenso dos inocentes: construção do consentimento e privatização da vida* (Dissertação: Mestrado) Universidade de São Paulo, 2004.

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. Francisco de Oliveira: memória narrativa e fisionomia intelectual. In: *Projeto História*, São Paulo, v. 65, pp. 464-487, Mai.-Ago., 2019 p. 469 2019. acesso em 27/05/2023 no endereço eletrônico <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43986>

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado - Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRESSER PEREIRA, L C *A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira* (texto de discussão, 1). Brasília: ENAP, 1995

Carta ao Povo Brasileiro <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf> (consultada em 01/01/2023)

CARVALHO, S. e outros “Francisco de Oliveira” (entrevista) em Carvalho, Sérgio e colaboradores *Atuação Crítica: entrevistas da Vintém e outras conversas*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

CEBRAP Documentário “Retrato de Grupo”	parte 1	disponível em
https://www.youtube.com/watch?v=Rpgl4P08zT4 ;	Parte 2	disponível em
https://www.youtube.com/watch?v=2gjPSJ744PY ;	Parte 3	disponível em
https://www.youtube.com/watch?v=4_mrxRhgFmc ;	Parte 4	disponível em
https://www.youtube.com/watch?v=f_jnSYBHCTY ;	Parte 5	disponível em
https://www.youtube.com/watch?v=-EZ37kv7gfA ;	Parte 6	disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=JPBYImPU10>; Parte 7 disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6Sg8wi1wfzQ>

CHAUÍ, M. “Radicalidade da Crítica” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CHESNAIS, Francois. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996

DALTON G. “Polanyi, Karl (1886–1964)”. In: Palgrave Macmillan (eds) *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Palgrave Macmillan, London, 2008.

DRUCK, G. “O totalitarismo neoliberal o trabalho e as classes sociais hoje: algumas notas a partir do legado de Chico de Oliveira” In: Bello, Carlos Alberto; Rizek, Cibebe Saliba; Barros, Joana e Mello e Silva, Leonardo (orgs.) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022

EVANS R. J. *Terceiro Reich no poder*. São Paulo: Crítica, 2016.

GRAMSCI, Antonio. “Notas sobre Maquiavel, sobre a política e sobre o Estado Moderno”. *Civilização brasileira*, 1988

HABERMAS, J. “A nova intransparência” In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, nº 18, 1987

JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; e MAAR, Wolfgang Leo. Entrevista: Francisco de Oliveira. In: *Margem Esquerda* nº 10. São Paulo: Boitempo, 2007

MAAR, Wolfgang Leo “A teoria crítica da sociedade brasileira de Francisco de Oliveira” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAAR, Wolfgang Leo. A dialética de um mestre In: Bello, Carlos Alberto; Rizek, Cibebe Saliba; Barros, Joana e Mello e Silva, Leonardo (orgs.) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022

MACHADO, N M C. “Karl Polanyi e o ‘Grande Debate’ entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica” In: *Economia e Sociedade* v. 21, n. 1 (44). Campinas, 2012.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MELLO E SILVA, L. “Chico de Oliveira, sociólogo” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MELLO E SILVA, L. “Chico de Oliveira, sociólogo” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MIAGUSKO, Edson. *Greve dos petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MOURA, Flávio e MONTERO, Paula (orgs.) *Retrato de Grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009

Nabuco, Joaquim O Abolicionismo

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977

OLIVEIRA, Francisco de “A esfinge do tempo: para onde vai o socialismo?” In: *Revista de Economia Política* v.1 n. 2, 1981

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. *Rev. Espaço & Debates*, São Paulo, n. 6, jun./set. 1982

OLIVEIRA, Francisco de. “As decisões cruciais: democracia ou bestialização” Em *Novos Estudos Cebrap*, edição 08 volume 1, de abril de 1984. Consultado em 16/07/2023 em <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-08/#gsc.tab=0>

OLIVEIRA, Francisco de. “A volta e a reviravolta”. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, vol. 1, nº 2, setembro de 1984.

OLIVEIRA, Francisco. “Tancredando pelo socialismo”. Entrevista dada a André Singer, Ilustrada. *Folha de S. Paulo*, 13 de outubro de 1984. consultada em 01/06/2023 em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8924&keyword=entrevista&anchor=4213734&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=86ab41b144673b8c9a8ffa4b4eec612b>

OLIVEIRA, Francisco de. “Além da transição, alguém da imaginação”. Em *Novos Estudos Cebrap*, edição 12 volume 2, de junho de 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. “Crise econômica e pacto social”. Em *Novos Estudos Cebrap*, volume 13. São Paulo, outubro de 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. “E agora, PT?”. Em *Novos Estudos Cebrap*, volume 15. São Paulo, 1986

OLIVEIRA, Francisco de. “A longa espera de Giovanni Drogo”. Em *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, volume 19, 1987

OLIVEIRA, Francisco de. “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática”. In: O'DONNELL, G.; REIS, F. W. (orgs.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, São Paulo, Vértice, 1988

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992

OLIVEIRA, Francisco de. “Carta Aberta ao Ministro Fernando Henrique Cardoso”. In: Folha de São Paulo, 06 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.gustavofranco.com.br/uploads/files/CS22%20Chico%20de%20Oliveira%20carta%20aberta.pdf> (consultado em maio de 2024)

OLIVEIRA, Francisco de. “Quanto melhor, melhor: O Acordo das Montadoras”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 36, julho 1993

OLIVEIRA, Francisco de. “Neoliberalismo à Brasileira”. In: Sader, E.; Gentili, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de “O governo FHC e as políticas sociais” *Jornal da Abong* nº 10, maio de 1995.

OLIVEIRA, Francisco de “O primeiro ano do governo FHC” (debate) *Novos Estudos CEBRAP*, nº 44, março de 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. Elites Brasileiras (entrevista). *Boletim da FEE*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v.17, n.2. 1996

OLIVEIRA, Francisco de *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita* Petrópolis: Vozes, 1998

OLIVEIRA, Francisco de “Apocalypse Now: o ‘coração das trevas’ do neoliberalismo” In: Oliveira e Comin (orgs.) *Os Cavaleiros do Antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística*. São Paulo: Entrelinhas, Cebrap, 1998

OLIVEIRA, Francisco de “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” In: Oliveira, F e Paoli, M. C. *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia* Petrópolis: Vozes, 1999

OLIVEIRA, Francisco de “A ilusão do Estado Brasileiro”. *Teoria e Debate*. São Paulo, v.1, n. 44, 1999

OLIVEIRA, Francisco de “A crise e as utopias do trabalho” Kraychete, G.; Lara, F.; Costa, B. (orgs.) In: *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro: Capina. Salvador: CESE: UCSAL. 2000

OLIVEIRA, Francisco de “Memórias do Despotismo”. *Estudos Avançados*. São Paulo. V.14, n.40. 2000

OLIVEIRA, Francisco de “A propósito da vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda”. *Boletim do Proalc*. V.1 n.2. 2000

OLIVEIRA, Francisco de “Passagem na neblina”. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Abreu Abramo, 2000

OLIVEIRA, Francisco de “A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática” In: Frigotto, G. e Ciavatta, M. (orgs.) *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001

OLIVEIRA, Francisco de “O apodrecimento da beleza”. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 48, 2001

OLIVEIRA, Francisco de “Pensar com radicalidade e especificidade” In: *Revista Lua Nova* nº 54, 2001

OLIVEIRA, Francisco de “Intelectuais, conhecimento e espaço público”. *Revista Brasileira de Educação* v. 1, n. 18. São Paulo, 2001

OLIVEIRA, Francisco de “O BUG do milênio: sociabilidade antipública numa sociedade periférica” In: D’Incao, M. A. (org.) *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez. 2001

OLIVEIRA, Francisco de. “Queda da ditadura e democratização no Brasil”. In: Fávero, Osmar e Semeraro, Giovanni (orgs) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002

OLIVEIRA, Francisco de “Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização?” In: Haddad, S. (org.) *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Peirópolis. 2002

OLIVEIRA, Francisco de “O trabalho abstrato e as novas formas de conflito” In: Loureiro, I., Leite, J. C. e Cevasco, M. E. (orgs.) *O Espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra. 2002

OLIVEIRA, Francisco de “Periferias regionais e globalização: o caminho para os Balcãs”. In: Arbix, G. [et al] (orgs.) In: *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogos entre os que chegaram depois*. São Paulo: Editora Unesp, Edusp. 2002

OLIVEIRA, Francisco de “Adeus às oligarquias”. *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 52. 2002

OLIVEIRA, Francisco de “Resistirão a república e a democracia?” In: São Paulo: *Revista USP* n.59 2003

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

OLIVEIRA, Francisco de. Diálogo na grande tradição. Em: Novaes, A. (org) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003

OLIVEIRA, Francisco de. Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes. Em: Novaes, A. (org) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

OLIVEIRA, Francisco de “Sociologia Política e a Democracia no Brasil”. *Política & Sociedade* n.03, Florianópolis, UFSC, 2003

OLIVEIRA, Francisco de “O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção?” *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v.5, n.1. Belo Horizonte, 2003

OLIVEIRA, Francisco de “Democratização e Republicanização do Estado”. *Teoria e Debate*. São Paulo, v.16, n 54. 2003

OLIVEIRA, Francisco de “O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?” *Margem Esquerda* n.1. São Paulo: Boitempo Editorial 2003

OLIVEIRA, Francisco de “Tudo que é sólido se desmancha em... cargos”. *Folha de São Paulo*. Brasil, São Paulo, p. 14 dez. 2003. Acesso em: 24 maio 2023

OLIVEIRA, Francisco de “Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária”. In: Reis, D. A.; Ridenti, M.; Motta, R. P. S. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois* (1964 – 2004). Bauru: Edusc. 2004

OLIVEIRA, Francisco de Hay vías abiertas para América Latina? In: Boron, A. A., (org) *Nueva hegemonía mundial: alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires, Clacso. 2004

OLIVEIRA, Francisco de *Fronteiras Invisíveis*. Conferência em 15/06/2004 no CCBB RJ. Em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/fronteiras-invisiveis/>

OLIVEIRA, Francisco de. “PT abandonou suas propostas e tornou-se governo anti-reformista”. [Entrevista a Roldão Arruda]. *O Estado de São Paulo*. Documento disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/305668> Acesso em: 24 maio 2023. 2005

OLIVEIRA, Francisco de “Deem-me Ademir e eu darei o campeonato” In: Castro, Ana Célia et al. *Brasil em desenvolvimento v. 2: Instituições, políticas e sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de “O capital contra a democracia” In: Teixeira, Ana Cláudia Chaves (org.) *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Pólis. 2005

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101031724/10DeOliveira.pdf>

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Oliveira, F. e Rizek, C.S. (orgs.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Conferencia em *Programa Café Filosófico*, exibido em 2007; disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nUFxcBYwKs8&t=912s>, consultado em 01/11/2023

OLIVEIRA, Francisco de. “Capitalismo e política: um paradoxo letal”. In: Novaes, A. *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007 (o artigo também está disponível em <https://artepensamento.ims.com.br/item/capitalismo-e-politica-um-paradoxo-letal/>, onde foi consultado em dezembro de 2023)

OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da Revolução / Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo, Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de “Marxismo e a condição humana” In: Novaes, A. *Mutações: a condição humana*. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2008

OLIVEIRA, Francisco de. “Não há forças políticas pregando o golpe: O sociólogo, fundador do PT, faz críticas ao governo e diz que as manifestações pavimentarão uma solução constitucional” (entrevista) São Paulo: *Época*, 2016. Acesso em: 27 jun. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não-autorizada*. São Paulo, Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de Orçamento participativo: uma invenção da política [com Cibele Rizek e Maria Célia Paoli] In: Benevides, M. V.; Vannuchi, P.; Kerche, F. (orgs.) *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto da Cidadania. 2003

PAOLI, MC “Não mais e não ainda” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

POLANYI, K. “The Essence of Fascism” In: *Christianity and the Social Revolution*. London: Victor Gollancz Ltd, 1935, pp. 359-394

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RANCIÈRE, Jacques *O descentendimento: política e filosofia* São Paulo: Editora 34, 1996a

RANCIÈRE, Jacques. (1996b). O Dissenso. Em Adauto Novaes (Org.). *A Crise da Razão* (pp. 367-382). São Paulo: Minc – Funarte. Cia. das Letras.

RIDENTI, Marcelo S.; MENDES, Flávio da S. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. In: *Caderno CRH*, v. 25. Salvador, 2012

RIZEK, C. S. “Cidade, Trabalho, Política”. In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RIZEK, C. S. Exposição oral no seminário “Homenagem a Chico de Oliveira”, mesa “O Brasil Ornitorrinco”, transmitida ao vivo pelo YouTube em 13 de novembro de 2020,

disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8AoKzZnoEUw&t=5782s> consultado em 07/02/2024.

RIZEK, C. S. “Do desmanche à exceção: uma pauta de pesquisa” In: Bello, Carlos Alberto; Rizek, Cibele Saliba; Barros, Joana e Mello e Silva, Leonardo (orgs.) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022

RODRIGUES, Leôncio M. *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: CESP-Maltese, 1987

RONCARI, Luiz. Francisco de Oliveira e o “tempo de encontros” In: Bello, Carlos Alberto; Rizek, Cibele Saliba; Barros, Joana e Mello e Silva, Leonardo (orgs.) *Francisco de Oliveira: questões, diálogos, depoimentos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022

SAFATLE, W “Extrema direita já foi normalizada pelos políticos e pelos formadores de opinião” In: Caderno Ilustrada *Folha de São Paulo*, 24/07/2024

SCHWARZ, R. “Ainda o livro de Kurz” In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, nº 37, 1993.

SCHWARZ, R. “Prefácio com perguntas” In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornotorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SILVA, Carlos Alberto Bello e. *A ilegítima conversão do CADE ao liberalismo: governo e empresariado triunfam face ao desinteresse da sociedade civil*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999

TELLES, V. S. “Trabalho, cidade e os elos perdidos da política” In: Rizek, C. S. e Romão, W. M. (orgs.) *Francisco de Oliveira: a Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 (4ª edição)

TRAVERSO, E. “capítulo 1: Do fascismo ao pós-fascismo”. In: *As Novas Faces do Fascismo*. Belo Horizonte: Âyiné, 2017.

VIANA, A R. *O Capital Hegemon: crítica à economia apolítica*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2005.

VIANA, Silvia Exposição oral no Seminário “O ornotorrinco”, mesa “Novo trabalho sem forma”, transmitida ao vivo pelo YouTube em 29 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ixD7k0O3IE> . (consultado em 21/01/2024)

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 2 v.